

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

TURISMO DE SOL E MAR

Empreendimentos Turísticos Imobiliários e o
Desenvolvimento Urbano e Socioeconômico no
Litoral do Ceará - O Caso de Beberibe

LUCILA NAIZA SOARES NOVAES

SÃO PAULO
2012



LUCILA NAIZA SOARES NOVAES

TURISMO DE SOL E MAR

Empreendimentos Turísticos Imobiliários e o
Desenvolvimento Urbano e Socioeconômico no
Litoral do Ceará - O Caso de Beberibe

Doutorado
FAAUSP
São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

TURISMO DE SOL E MAR

**Empreendimentos Turísticos Imobiliários e o
Desenvolvimento Urbano e Socioeconômico no
Litoral do Ceará - O Caso de Beberibe**

LUCILA NAIZA SOARES NOVAES

SÃO PAULO
2012



Lucila Naiza Soares Novaes

TURISMO DE SOL E MAR:

Empreendimentos Turísticos Imobiliários e o Desenvolvimento Urbano e Socioeconômico no Litoral do Ceará - O Caso de Beberibe

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutora em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Ramos Schiffer

São Paulo

2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: lucilanovaes@uol.com.br

Novaes, Lucila Naiza Soares

N935t Turismo de sol e mar: empreendimentos turísticos imobiliários e o desenvolvimento urbano e socioeconômico no litoral do Ceará – O caso de Beberibe / Lucila Naiza Soares Novaes. --São Paulo, 2012.
206 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) – FAUUSP.
Orientadora: Sueli Ramos Schiffer

1.Turismo litorâneo – Ceará 2.Turismo (Aspectos socioeconômicos)
3.Mercado imobiliário 4.Desenvolvimento turístico 5.Empreendimentos imobiliários I.Título

CDU 338.48(813.11)

Dedico aos meus filhos amados Camila, Denise e Rodrigo Artur,
Como um incentivo à vida, como símbolo de amor e perseverança.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento especial e muito difícil – é chegada a hora de agradecer, e são muitos aqueles que participaram do processo de elaboração desta tese. Foram quatro longos anos de trabalho, de dedicação e, também, de muitos momentos difíceis que, por vezes, se transformavam em barreiras aparentemente intransponíveis. Foi imprescindível o incentivo, a compreensão e o carinho de todas as pessoas que contribuíram e acreditaram ser possível concluir esta tese, quero deixar registrada minha gratidão incondicional a todas elas.

Ao meu grande amor Artur, companheiro e amigo, sempre presente em todos os momentos com seu amor e carinho, sempre incentivando e acreditando na realização deste projeto, meu agradecimento especial por ter compartilhado comigo mais essa empreitada de nossas vidas, abdicando de muitas coisas em nome de nossa cumplicidade.

Aos meus três filhos, Camila, Denise e Rodrigo Artur, pelo carinho e amor dedicados, pois foram capazes de estarem sempre presentes mesmo com minhas constantes ausências em seus cotidianos e, aprenderam a partilhar esse momento difícil em família.

Aos meus pais, Tabajara e Sonia, às minhas irmãs, Regina e Tania, e tia Mirtes pelas palavras de incentivo e carinho, e por estarem sempre por perto dando suporte aos meus filhos, ensinando-lhes o valor da família, foram fundamentais no apoio às relações familiares.

À minha orientadora Prof^a. Sueli Schiffer, pela orientação valiosa, suas intervenções precisas, e por seu interesse e carinho com que me conduziu ao longo desses anos e, principalmente, pela compreensão nos momentos difíceis, meu reconhecimento e minha eterna gratidão e admiração.

Aos coordenadores do DINTER, Prof. Ricardo Bezerra do DAUUFV, e as professoras Marta Dora Gronstein, Cristina Leme e Maria Ângela Faggin da FAUUSP, pela coordenação e condução do Programa Interinstitucional, além de suas contribuições e discussões nos debates com a turma do DINTER, e pela compreensão e atenção dadas às minhas dificuldades para continuar no Programa. Ao Prof. Ricardo Bezerra, um agradecimento especial por sua dedicação comprometida com meu desempenho no doutorado e pelo apoio nos momentos difíceis desta caminhada.

Ao Prof. Barros Neto, Diretor do Centro de Tecnologia da UFC, por sempre ser meu amigo, por seu carinho e incentivo constantes para a realização dessa empreitada tão importante para mim.

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, especialmente ao Professor Joaquim Aristides de Oliveira, chefe do DAU durante o período do doutorado, por seu apoio e empenho para viabilizar a participação dos professores no Programa DINTER. Meu reconhecimento e apreço aos Professores Ricardo Paiva, Almir Farias, que me incentivaram e trouxeram reflexões e contribuições para meu ingresso no Programa.

Aos professores participantes do DINTER, Margarida, Beatriz, Magda, Romeu, Ignácio, Paulo Costa, Ricardo Fernandes e Caetano, por todas as ricas experiências que trocamos durante o convívio nesta jornada, principalmente nas temporadas em São Paulo, as quais nos aproximaram e nos tornaram amigos, aprendemos a dividir as alegrias, as tristezas, as angústias, as dificuldades e também os conhecimentos. Um agradecimento muito especial a Beatriz Diógenes e a Margarida Farias, que foram minhas grandes companheiras, compartilharam comigo toda a minha longa e árdua caminhada para chegar até aqui, com muito incentivo e carinho, e para sempre farão parte da minha história de vida.

Aos professores da FAUUSP responsáveis pelas disciplinas cursadas, Celso Lamparelli, Maria Ruth Sampaio, José Lira, Hugo Segawa, Csaba Deák, Sueli Schiffer e Antonio Cláudio Moreira, que por meio de seus conhecimentos, possibilitaram construir o suporte para o desenvolvimento da tese.

Aos professores Marta Dora e Nuno Fonseca, participantes no Exame de Qualificação, pelo interesse e contribuições dadas no Exame, fundamentais para a conclusão deste trabalho. À CPGFAU, em nome da Prof^a. Maria Lúcia Refinetti, pelo apoio dado aos alunos do DINTER, e à Secretaria de Pós Graduação da FAUUSP, em especial à Cristina Arguejo e Diná Vasconcelos, pela colaboração e atendimento a todas as solicitações, e ainda à bibliotecária Maria José Carvalho no auxílio às informações na biblioteca da FAU Maranhão.

Aos alunos de Arquitetura Vítor Breder e Juliana Brito, por sua colaboração na formatação do Exame de Qualificação; aos alunos Bruno Lima e Camila Novaes, que com sua competência, dedicação e paciência auxiliaram na formatação final da tese, o meu agradecimento especial. À todos, meus votos de um brilhante futuro profissional.

À Prefeitura Municipal de Beberibe, representada pelo Prefeito Sr. Odivar Facó, pelos Secretários Sr. Carlos Alberto Nogueira (SEPLAN) e Sra. Ingrid Bessa (SETUR), e por seus funcionários que sempre me atenderam com muita competência e presteza, e assim, viabilizaram a realização da investigação precisa sobre Beberibe. Meu reconhecimento especial a Lucineide de Abreu Silva e Alysson Ribeiro, que com suas considerações e opiniões valiosas me auxiliarem a construir uma análise crítica sobre o Município.

Aos gestores dos empreendimentos turísticos pesquisados no município de Beberibe, pois as suas valiosas informações tornaram possível realizar esse trabalho.

Aos entrevistados dos mais diversos setores de atividades do município de Beberibe, destacando Luisiário Batalha, proprietário da Barraca Areias Coloridas na Praia de Morro Branco e Elton Gama representante do CDL – Clube de Diretores Lojistas – local, que sempre foram muito solícitos e preocupados em contribuir da maneira mais idônea possível com a pesquisa, assim me proporcionando contribuições pertinentes e valiosas.

À equipe da Novaes Arquitetura, em especial Américo Girão e Fred Alves, pelo apoio fundamental para a conquista desse sonho.

Aos amigos e à minha mentora Teka, pelo carinho, tolerância e paciência, que souberam compreender essa fase tempestuosa da minha vida e mantiveram-se ao meu lado com muito carinho e alegria contribuindo para meus momentos de inspiração. Aos amigos cearenses que ora moram em São Paulo, Gastão e Ana pela constante acolhida nas terras paulistanas.

Aos sobrinhos, ao Felipe Coelho e ao Federico Greco como um estímulo ao início de suas vidas profissionais. Às minhas secretárias Romana e Eliziane, que tornaram possível meu afastamento das atribuições da casa, cuidando com afeto e presteza de nossa família.

Finalmente, agradeço às instituições que me proporcionaram participar deste Doutorado Interinstitucional, como a Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Ceará, o Banco do Nordeste, Secretaria de Turismo do Ceará, a Secretaria de Ciências, Tecnologia e Educação Superior do Ceará. Em especial à Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará na pessoa do superintendente no período da pesquisa, arquiteto Herbet Rocha.

E meu reconhecimento e gratidão a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e para a conquista de mais um sonho.

"Eu venho das dunas brancas
Onde eu queria ficar
Deitando os olhos cansados
Por onde a vida alcançar

Meu céu é pleno de paz
Sem chaminés ou fumaça
No peito enganos mil
Na Terra é pleno abril"

*Cantor cearense Ednardo
Trecho da música Terral*

RESUMO

Pesquisa voltada a avaliar o turismo como vetor de crescimento urbano e socioeconômico do Estado do Ceará, com foco nos empreendimentos turísticos imobiliários implantados e nos investimentos públicos em infraestrutura na zona litorânea, no período entre 1995 e 2010, correspondendo ao início da fase de operacionalização destas atividades na região. Investiga-se se o recente crescimento das atividades turísticas nesta área tem fomentado a economia dos municípios, constituindo-se fator capaz de gerar desenvolvimento para os destinos turísticos. Inicialmente as questões teórico-conceituais são abordadas relacionadas ao turismo e ao desenvolvimento urbano e socioeconômico dos lugares turísticos, a fim de favorecer a compreensão do processo de crescimento da atividade e do processo de implantação de empreendimentos turísticos nas áreas de maior concentração de atratividade turística, ou seja, na zona costeira cearense. As políticas e a legislação voltadas para o turismo no âmbito nacional e local são avaliadas quanto ao processo de incentivo ao turismo e como este se tornou um vetor de desenvolvimento do Ceará. Contempla o município de Beberibe como estudo de caso face à concentração dos empreendimentos turísticos no seu litoral, os quais são mapeados tanto geograficamente como quanto às suas características e relações com o município, no que se refere à evolução decorrente da infraestrutura existente e de indicadores referentes às questões urbanísticas, sociais e econômicas. Foi constatada a vocação natural de Beberibe para o turismo de "sol e mar" e o crescimento do fluxo turístico no município, que, aliados, promoveram o desenvolvimento das atividades turísticas, favorecendo a implantação dos equipamentos turísticos e melhores condições de vida à população local. Tais fatos são demonstrados através de confronto dos principais indicadores do município de Beberibe com os demais municípios do Ceará, tais como maiores oportunidades de trabalho e de renda para a população local, inclusive com melhoria na qualificação de infraestrutura; qualificação de infraestrutura urbana no que se refere aos acessos; o aumento do PIB *per capita* e da arrecadação tributária municipal, entre outros. A justificativa para esse incremento diferencial deve-se em grande parte à contribuição do turismo, confirmando a hipótese proposta, uma vez que não se identificou outro fato gerador capaz de movimentar a economia de Beberibe, além das atividades e serviços envolvidos na cadeia produtiva do turismo.

Palavras-chave: **Atividade Turística. Empreendimentos Turísticos Imobiliários. Turismo. Litoral. Desenvolvimento Urbano e Socioeconômico. Beberibe. Ceará.**

ABSTRACT

This research aims to evaluate tourism as a vector for urban and socioeconomic development in the state of Ceará, with focus on the recently implemented touristic real estate projects and public investments in infrastructure on the coastal zone between the years 1995 and 2010, which correspond to the beginning of the operation of such structures. At first, theoretical and conceptual issues related to tourism and urban and socioeconomic development of touristic places are addressed, in order to enhance the understanding of the process of growth of such activity and, as a consequence to that fact, the implementation process of touristic projects in the areas of greater touristic attractiveness, the coastal zone of Ceará. Public policy and legislation aimed at the promotion of tourism in a local and national level are evaluated, taking into consideration the incentives directed towards it and how that practice has become a vector for the development of the state of Ceará. The study has chosen the municipality of Beberibe as a case study because of the concentration of touristic projects on its sea coast. These projects are geographically indicated, and their characteristics and relations with the municipality are addressed, relating the evolution of Beberibe and the current infrastructure to the urban, social and economic indicators. The study has identified the natural potential of the municipality of Beberibe for tourism of "sun and sea" and the growth of the flow of tourists to it, which, together, fostered the development of touristic activities, the implementation of touristic infrastructure and ultimately better quality of life to its inhabitants. That effort was made possible through comparison of Beberibe's main indicators to the indicators of other municipalities of the state of Ceará, including the quality of urban infrastructure regarding road access, the growth of GDP *per capita* and local tax revenue, among others. The reason for better indicators was, for the most part, due to the contribution of tourism, which confirmed the stated hypothesis, since there was no other significant fact that could explain the push in Beberibe's economy, besides the activities and services of the touristic production chain.

Keywords: Tourist Activity. Tourist Enterprises. Coastal. Urban Development and Socioeconomic. Beberibe. Ceará.

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 1

Tabela 1.1-	Fluxo Turístico Internacional: 1995-2010	29
Tabela 1.2-	Distribuição do Turismo Mundial: 1990-2010	30
Tabela 1.3-	Comparativo das Chegadas de Turistas Internacionais no Mundo, América do Sul e Brasil: 1995-2010	31
Tabela 1.4-	Comparativo do Fluxo do Turismo Internacional: Brasil – Ceará: 1998-2006	33
Tabela 1.5-	Evolução da Receita Turística e o impacto sobre o PIB do Ceará: 1995-2010	34
Tabela 1.6-	Preferências Turísticas no Ceará: 2006-2010	49
Tabela 1.7-	População dos Municípios Litorâneos no Ceará: 2010	54
Gráfico 1.1-	Taxas de Crescimento do Turismo Mundial x Economia Mundial: 1996-2008	31
Gráfico 1.2-	Evolução da Entrada de Turistas no Brasil: 1995-2010	32
Gráfico 1.3-	Evolução da Receita Cambial Turística no Brasil: 1995-2008	32
Gráfico 1.4-	Comportamento do Fluxo Turístico Internacional: 1995-2010	39
Gráfico 1.5-	Comportamento do Fluxo Turístico Internacional no Ceará: 2000-2010	48
Mapa 1.1-	Ceará: Fortaleza e Aracati	41
Mapa 1.2-	Macrorregiões Turísticas do Ceará e os Fóruns Regionais de Cultura e Turismo	47
Mapa 1.3-	Rodovia Estruturante: Rota do Sol Poente e Rota do Sol Nascente	50
Mapa 1.4-	Localização dos Empreendimentos Turísticos Imobiliários no Litoral do Ceará	56
Mapa 1.5-	Delimitação da Área de Estudo	64
Figura 1.1-	Litoral Oeste	57
Figura 1.2-	Litoral Leste	58
Quadro 1.1-	Perfil Econômico e Social do Brasil, Nordeste e Sudeste: 2000	37
Quadro 1.2-	Ocupação da Costa Brasileira e os Ciclos Econômicos	43
Quadro 1.3-	Caracterização dos Empreendimentos Turísticos Imobiliários no Litoral do Ceará	59

CAPÍTULO 2

Tabela 2.1-	Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – 1970 a 1995: Brasil, Nordeste e os Estados Nordestinos	75
Gráfico 2.1-	Relatório de Competitividade de Beberibe	99
Mapa 2.1-	Região Turística Rota do Sol Poente – Municípios participantes do PRODETUR I	83
Mapa 2.2-	Planta de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Beberibe	89
Mapa 2.3-	Microzoneamento Beberibe – Morro Branco: Corredor Turístico	91
Mapa 2.4-	Áreas de Incentivo à Atividade Turística no litoral de Beberibe	95
Figura 2.1-	Evolução Urbana do Litoral de Fortaleza – Décadas: 1930, 1970 e 1990	78

CAPÍTULO 3

Tabela 3.1-	Evolução da configuração urbana: séc. XXVIII-XIX	106
Tabela 3.2-	Ranking dos primeiros Municípios Turísticos na oferta hoteleira do Ceará quanto ao número de leitos – Dezembro/2011	135
Tabela 3.3-	Principais Municípios visitados pelos Turistas que ingressaram ao Ceará via Fortaleza: 2002-2010	144
Gráfico 3.1-	Índice Geral de Competitividade	126
Gráfico 3.2-	Evolução dos Turistas Estrangeiros com destino ao Ceará: 2002-2010	142
Gráfico 3.3-	Evolução dos Mercados Emissores para o Ceará: 1996-2008	143
Gráfico 3.4-	Evolução de Visitas Turísticas a Beberibe: 2002-2010	143
Gráfico 3.5-	Demanda Turística via Fortaleza segundo a Motivação: 1995-2010	145
Gráfico 3.6-	Sazonalidade da Taxa de Ocupação Hoteleira em Fortaleza: 1996-	149
Mapa 3.1-	Mapa do Ceará ainda Capitania: 1800	107
Mapa 3.2-	Evolução da Estruturação Territorial do Ceará e Beberibe: 1872-1950	110
Mapa 3.3-	O Município de Beberibe e seus Distritos	112
Mapa 3.4-	Recursos Hídricos de Beberibe	114
Mapa 3.5-	Praias do Município de Beberibe	125
Mapa 3.6-	ETIs do litoral de Beberibe	129

Figura 3.1-	Canal do Trabalhador: trechos dentro do Estado do Ceará	115
Figura 3.2-	Loteamento Marina do Morro Branco	117
Figura 3.3-	Morro Branco: Monumento Natural das Falésias	118
Figura 3.4-	Núcleo Urbano da Praia de Morro Branco	119
Figura 3.5-	Artesanato com as Areias Coloridas	120
Figura 3.6-	Empreendimentos Turísticos Imobiliários na Praia das Fontes	121
Figura 3.7-	Praia das Fontes: Núcleo dos pescadores	122
Figura 3.8-	Praia das Fontes: Gruta da Mãe d'Água	122
Figura 3.9-	A Praia e a Lagoa do Uruaú	123
Figura 3.10-	Equipamentos Turísticos Imobiliários em Parajuru	124
Figura 3.11-	Complexo Turístico Praia das Fontes	127
Figura 3.12-	Litoral de Beberibe	133
Figura 3.13-	Vias de Acesso aos ETIs	138
Figura 3.14-	Intervenções Urbanas	141
Figura 3.15-	Centro de Convenções de Beberibe (Sede)	141
Figura 3.16-	Parajuru Praia Hotel	146
Figura 3.17-	Bouganville Hotel	146
Figura 3.18-	Hotel das Falésias	147
Figura 3.19-	Hotel Park das Fontes	147
Figura 3.20-	Hotel Oca dos Índios	148
Figura 3.21-	Paraíso do Sol Hotel Escola - Divulgação do Circo Gisi	151
Figura 3.22-	Hotel Park das Fontes – Trabalho de reciclagem (poltrona garrafa pet)	152
Quadro 3.1-	Identificação dos Empreendimentos Turísticos Imobiliários no Litoral de Beberibe	130
Quadro 3.2-	Características dos Empreendimentos Turísticos Imobiliários no Litoral de Beberibe	134

CAPÍTULO 4

Tabela 4.1-	População de Beberibe: 1945-2010	157
Tabela 4.2-	Evolução do crescimento populacional: Beberibe – Ceará – Nordeste –	158
Tabela 4.3-	Domicílios particulares no município de Beberibe: 1991-2010	163
Tabela 4.4-	Comparativo das taxas de crescimento: domicílios x população em Beberibe – Ceará – Brasil: 1991-2010	163
Tabela 4.5-	Condição de ocupação dos domicílios de Beberibe: 2000-2010	164
Tabela 4.6-	Domicílios de Beberibe e a Infraestrutura: 1991-2010	167

Tabela 4.7-	Comparativo de Saneamento do município de Beberibe e o Ceará: 1991-2010	167
Tabela 4.8-	Comparativo PEA Beberibe – Ceará: 2000- 2010	173
Tabela 4.9-	População ocupada por posição no trabalho – Beberibe e Ceará: 2000-2010	174
Tabela 4.10-	Distribuição da população nos grupos de Atividades do Trabalho em Beberibe: 2000-2010	176
Tabela 4.11-	Rendimento Domiciliar mensal médio e mediano de Beberibe: 2000-2010 (US\$)	177
Tabela 4.12-	Rendimento <i>per capita</i> mensal médio e mediano de Beberibe: 2000-2010 (US\$)	177
Tabela 4.13-	Frequência Escolar por nível de ensino em Beberibe: 2000-2010	179
Tabela 4.14-	Comparativo do PIB Beberibe – Ceará – Brasil: 2000-2009	186
Tabela 4.15-	Arrecadação Municipal IPTU – ISQN – ITBI de Beberibe: 2005-2010	187
Gráfico 4.1-	Evolução Populacional de Beberibe: 1945-2010	157
Gráfico 4.2-	Distribuição da população conforme localização do domicílio: Beberibe – Ceará – Brasil: 1991-2010	158
Gráfico 4.3-	Evolução da população residente nos distritos de Beberibe: 1991-2010	165
Gráfico 4.4-	Comparativo de evolução populacional do município de Beberibe entre o distrito Sede e os outros distritos do Município: 1991-2012	165
Gráfico 4.5-	PEA Beberibe: 2000-2010	174
Gráfico 4.6-	Evolução da População Ocupada do Ceará e Beberibe: 2000-2010	175
Gráfico 4.7-	Taxa de Analfabetismo: Brasil – Ceará – Beberibe: 1991-2010	175
Gráfico 4.8-	Taxa de Mortalidade Infantil: Brasil – Ceará – Beberibe: 1991-2010	181
Gráfico 4.9-	Indicadores de Saúde do Ceará e Beberibe: 2010	181
Gráfico 4.10-	IDS-O e IDS-E do Ceará e Beberibe: 2002-2012	183
Gráfico 4.11-	IDM variação comparativa e posição no ranking Beberibe – Fortaleza: 1997-2008	186
Gráfico 4.12-	Evolução do PIB Beberibe – Ceará – Brasil: 2000-2009	186
Mapa 4.1-	Distritos de Beberibe e a Densidade Populacional: 2010	160
Mapa 4.2-	Evolução da Malha Urbana de Beberibe: Núcleo Central, Praia de Morro Branco e Praia das Fontes	162
Mapa 4.3-	Município de Beberibe: área urbana e área rural	166
Mapa 4.4-	Sistema Viário de Beberibe	171
Quadro 4.1-	População Residente em Beberibe distribuída por distritos e no Ceará: 1991-2010	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDL	Clube dos Diretores Lojistas
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNTur	Conselho Nacional do Turismo
COEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMCETUR	Empresa Cearense de Turismo
ETIs	Empreendimentos Turísticos Imobiliários
FGV	Faculdade Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GI-CERCO	Grupo Integrado do Gerenciamento Costeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ISQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
OMT	Organização Mundial de Turismo
PAT	Plano de Ação Turística
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLANED	Plano Estadual de Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNT	Política Nacional de Turismo

PRODETUR-CE	Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Ceará
PRODETUR-NE	Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRODETURIS	Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECIS	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
SEINFRA	Secretaria da Infraestrutura do Ceará
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Ceará
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN	Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Beberibe
SESA	Secretaria de Saúde do Ceará
SETUR	Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe
SETUR-CE	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Capítulo 1 - A ZONA COSTEIRA E OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS DO LITORAL	26
1.1- IMPORTÂNCIA DO TURISMO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL E NO CEARÁ	27
1.1.1- A RELEVÂNCIA DO TURISMO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E NACIONAL	29
1.1.2- A IMPORTÂNCIA DO TURISMO NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ	33
1.2- A VALORIZAÇÃO DO LITORAL DO CEARÁ E O TURISMO	35
1.2.1- A OCUPAÇÃO PRETÉRITA NO LITORAL BRASILEIRO	35
1.2.2- OCUPAÇÃO DA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ	40
1.2.3- O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ	44
1.3- OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS E A ZONA COSTEIRA DO CEARÁ	51
Capítulo 2 - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS ORIENTADAS PARA O TURISMO NO BRASIL – CEARÁ – BEBERIBE	66
2.1- TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO NACIONAL	68
2.1.1- A FASE DO TURISMO ESPONTÂNEO	69
2.1.2- O TURISMO DESCONTÍNUO	70
2.1.3- O TURISMO PLANEJADO	73
2.2- AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CEARÁ PARA O TURISMO NO CONTEXTO NACIONAL	74
2.2.1- AS PRIMEIRAS AÇÕES NO CEARÁ	74
2.2.2- A FASE DO TURISMO DESCONTÍNUO NO CEARÁ	75
2.2.3- A FASE DO TURISMO PLANEJADO NO CEARÁ	79
2.3- OS PLANOS URBANOS DE BEBERIBE E O FOCO NO TURISMO	85
2.3.1- PLANO DIRETOR DE BEBERIBE	86
2.3.2- LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	87
2.3.2.1- ZUC: Zona Urbana em Consolidação	90
2.3.2.2- ZUM: Zona de Uso Misto	90
2.3.2.3- ZEU: Zona de Expansão Urbana	92
2.3.2.4- ZEA: Zona de Equipamentos Aglutinantes	92
2.3.4.5- ZV: Zona de Veraneio	92
2.3.2.6- AITS: Área de interesse Turístico sustentável e AIT: Área de Interesse Turístico	92

2.3.2.7- ZRCA 02: Praia de Morro Branco e Praia das Fontes	93
2.3.3- AÇÕES PÚBLICAS DIRECIONADAS AO TURISMO	96
Capítulo 3 - O CASO DE BEBERIBE	102
3.1- BEBERIBE E SUA HISTÓRIA	103
3.1.1- UMA SÍNTESE DA HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DO CEARÁ	103
3.1.2- A HISTÓRIA FORMAÇÃO DE BEBERIBE	107
3.2- O MUNICÍPIO DE BEBERIBE E SUAS CARACTERÍSTICAS	111
3.3- BEBERIBE E O TURISMO	115
3.4- OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS (ETIs) EM BEBERIBE	127
3.4.1- AS CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS	132
3.4.2- OS ETIs E A INFRAESTRUTURA	136
3.4.2.1- Vias de Acesso e Circulação	136
3.4.2.2- Energia Elétrica	139
3.4.2.3- Saneamento	139
3.4.2.4- Urbanização	140
3.4.3- AS CARACTERÍSTICAS DO FLUXO TURÍSTICO	142
3.4.4- OS EMPREENDIMENTOS E A RELAÇÃO COM O LOCAL	149
Capítulo 4 - A EVOLUÇÃO DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE SOB O VIÉS DA ATIVIDADE TURÍSTICA E OS ETIs	154
4.1- ANÁLISE DEMOGRÁFICA	156
4.2- A INFRAESTRUTURA	164
4.2.1- ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E SANEAMENTO	167
4.2.2- ACESSIBILIDADE AO MUNICÍPIO	170
4.3- A DINÂMICA ECONÔMICA	173
4.4- EVOLUÇÃO DOS INDICADORES	178
4.4.1- EDUCAÇÃO E SAÚDE	178
4.4.2- ÍNDICES SOCIAIS E ECONÔMICOS	182
4.5- O MUNICÍPIO DE BEBERIBE E SUA EVOLUÇÃO	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199

INTRODUÇÃO



O “Turismo de Sol e Mar”, por definição, está “relacionado às atividades turísticas em ambientes naturais na presença conjunta de água, sol e mar¹”. Estas características estão traduzidas no litoral do nordeste brasileiro, por suas praias e dias ensolarados.

O Estado do Ceará apresenta esses atributos de maneira expressiva: possui extensas praias, com ricas paisagens naturais e diversidade de ecossistemas, clima ameno, com sol e ventos, praticamente durante o ano todo.

Estas particularidades contribuíram decisivamente para que o Ceará tenha pautado parte de seu desenvolvimento no desempenho das atividades turísticas, com foco direcionado, principalmente, no litoral onde se desenvolve – “turismo de sol e mar”. Este fato propiciou o crescimento das atividades turísticas e, conseqüentemente, do fluxo de visitantes e das atividades interligadas, como a implementação de equipamentos turísticos destinados a hospedagem, lazer e eventos. São empreendimentos implantados na zona costeira do Ceará, que geram transformações e interferências no espaço urbano onde se localizam, mudando a qualidade de vida da população local. Estas mudanças estão associadas aos aspectos urbanos e socioeconômicos dessas localidades.

Neste contexto, situa-se a temática para a presente tese, que tem por objetivo investigar o turismo como vetor de desenvolvimento urbano e socioeconômico do Estado do Ceará, com foco nos investimentos públicos em infraestrutura e nos empreendimentos turísticos imobiliários implantados na zona costeira.

O tema decorre do questionamento do papel do turismo no processo de desenvolvimento urbano e socioeconômico das localidades com atratividade turística, especialmente nas zonas litorâneas, posto que, cada vez mais, se verifica a adoção dessa estratégia como forma de promover o desenvolvimento de um local, como ocorreu no nordeste brasileiro, numa tentativa de mitigar as diferenças sociais e econômicas na região.

A relevância da pesquisa fundamenta-se em analisar e discutir o processo de implantação de equipamentos turísticos resultantes do incentivo às atividades de turismo nas zonas litorâneas, principalmente no que tange à relação desses equipamentos com a população local, e na questão da atuação dos agentes públicos e privados para a viabilização desses empreendimentos.

¹ BRASIL, 2010, p.14.

É fato que o crescimento do fluxo turístico nos últimos 20 anos gerou uma demanda por várias atividades e serviços destinados ao turismo, como hospedagem, transporte, alimentação e entretenimento, entre outros. Deste modo, propiciou oportunidades para negócios e geração de emprego e renda, caracterizando o segmento do turismo como atividade econômica relevante.

Neste contexto, o Governo do Ceará determinou o turismo como um dos vetores de desenvolvimento para o Estado e, para tanto, adotou planos governamentais e estabeleceu ações como forma de transformar o turismo em “motor” de crescimento do Ceará.

Assim como em outros estados brasileiros, o potencial turístico do Ceará está sendo mais explorado na zona costeira. Portanto, a adoção das atividades turísticas como indutor econômico concorreu para que estas fossem direcionadas para as localidades litorâneas. O crescimento do fluxo turístico contribuiu para a valorização desses espaços do litoral, além do incremento de atividades econômicas relacionadas como hotelaria, comércio e outros serviços afins. O aumento da demanda impulsionou a implantação de empreendimentos turísticos imobiliários com diversas opções para o turismo de lazer (parque aquáticos, quadras esportivas, campos de golfe etc.) e o turismo de negócios (locais para realização de eventos, feiras, cursos etc.) na zona costeira do cearense, provocando várias transformações para a população local, sobretudo no que se relaciona aos aspectos urbanos, sociais e econômicos.

Desta forma, de acordo com o objetivo da pesquisa, para avaliar a repercussão das mudanças oriundas dos empreendimentos turísticos implantados e dos investimentos em infraestrutura, se conduziu os estudos de modo que a área de investigação excluísse a Capital e a Região Metropolitana de Fortaleza, devido às dimensões e porte desses municípios, que comprometeriam o resultado final, além da dificuldade de isolar os fatos decorrentes do turismo dos demais vetores de desenvolvimento, o que, provavelmente, poderia mascarar o resultado. Sendo assim, a pesquisa foi direcionada para as demais regiões litorâneas do Ceará, no sentido de definir a região com o número mais representativo de empreendimentos turísticos, selecionando-se, assim, o município de Beberibe, situado no Litoral Leste do Ceará.

Com base nesses critérios, tencionou-se fazer um estudo coerente e que possibilitasse rebater os resultados encontrados para as outras localidades costeiras do Ceará, ou mesmo para lugares que guardassem semelhanças com esse formato de desenvolvimento turístico, de modo a não reduzir a pesquisa em si, para uma única região.

Nestes termos, configurou-se, para esta temática, a hipótese de que existe uma real contribuição da atividade turística para o desenvolvimento urbano e socioeconômico da zona litorânea do Ceará, mediante a implantação dos empreendimentos turísticos imobiliários, traduzido pelo fato de o turismo constituir uma atividade dinamizadora da economia para o Estado.

A hipótese proposta coloca em discussão o poder de contribuição decorrente da implantação de empreendimentos turísticos e da infraestrutura para promover o desenvolvimento local, uma vez que pode se configurar apenas como favorecimento aos interesses privados ou políticos, em detrimento do desenvolvimento local.

Para a verificação da hipótese da pesquisa, adotou-se como abordagem metodológica, avaliar e confrontar as políticas públicas e os investimentos públicos e privados direcionados à construção dos empreendimentos turísticos imobiliários, relacionando-os com os indicadores que mensuram a evolução urbana e socioeconômica da área de estudo.

Como premissa do estudo, as análises detectaram que, no Ceará, o turismo foi adotado como vetor de desenvolvimento para o Estado a partir de 1987, durante o chamado "Governo das Mudanças". Este fato foi o indutor do desenvolvimento das atividades turísticas no Estado². Portanto, adotou-se como recorte temporal para investigação da hipótese um período a partir de 1987, escolhendo o intervalo de 1991-2010 em função da periodicidade dos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que se constituíram em instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Inicialmente, para compreender a evolução do município de Beberibe, direcionou-se o estudo de modo a analisar como se deu a estruturação urbana do litoral do Ceará, traçando inclusive um paralelo com a ocupação litorânea da costa brasileira. Diversos autores, como Moraes (2007), Silva (2002), Jucá Neto (2000), Campos (2003), Schiffer (1992), Dantas (2005) e Souza (2005), dentre outros, têm tratado este tema, relatando o processo de ocupação do território vinculado à história econômica do país, ou seja, analisando os diversos ciclos econômicos que marcaram seu desenvolvimento econômico.

O turismo, entendido como atividade econômica, tem sido objeto de estudo de muitos autores, que tratam da evolução da atividade turística no mundo, no Brasil e no Ceará, descrevendo processos de turistificação das cidades com potencial turístico. Para esta pesquisa, foram escolhidos, principalmente, aqueles que tratam, em especial, o caso das

² O início da operacionalização dos empreendimentos turísticos pesquisados no litoral datam de 1988-89.

idades litorâneas. A importância da atividade turística para economia, como afirma Trigo (1998), é uma atividade expressiva na contemporaneidade e passou a ser um espaço privilegiado na produção. Vários autores debruçaram-se sobre este assunto, como Becker (2001), Moraes (2007), Correa (1990) e Rodrigues (1997), que tratam o turismo como uma atividade complexa e com múltiplas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, integrando uma grande e diversa cadeia produtiva. Os estudos de autores cearenses, como os geógrafos Coriolano (1998) e Silva (2005), os arquitetos Romcy (2005), Rocha Junior (2000), Montenegro (2004) e Paiva (2005), o economista Bezerra (1996), os sociólogos Fonteles (2004) e Teixeira (1996), dentre muitos estudiosos do turismo no Ceará, analisam o tema sob os mais diversos pontos de vista, uma vez que, por serem profissionais de áreas distintas e pela diversidade da cadeia produtiva da atividade, imprimem enfoques diferentes sobre o mesmo objeto, favorecendo o aprofundamento da pesquisa.

Citando Coriolano (1998, p. 36), "a transformação por que passa o Estado do Ceará, com o esforço governamental de torná-lo moderno, criando instituições, transformando sua economia mediante o incentivo à industrialização e ao turismo, caracteriza-se como o processo de modernização local". Essa perspectiva de modernização é compartilhada por todos os autores citados, entretanto, não há consenso sobre a repercussão causada, no que se refere aos aspectos econômicos, sociais, culturais, urbanos e ambientais nas localidades, uma vez que, nas cidades litorâneas, onde o turismo vem se desenvolvendo, há transformações marcantes, como mudanças na qualidade de vida da população. Estes aspectos têm sido difíceis de mensurar e qualificar, e em última análise, avaliar se a atividade do turismo trouxe vantagens ou desvantagens para estas localidades. É, portanto, neste ponto, que esta pesquisa pretende contribuir, mediante a investigação da área de estudo, para avaliar os impactos da atividade turística no desenvolvimento local.

Para compreender o processo de desenvolvimento da atividade turística nas cidades com esta vocação, foi importante estudar a relação do turismo com o território, que abrange o papel do Estado e das políticas públicas. Segundo Cruz (2000), o governo do Ceará tem canalizado esforços e recursos financeiros para a expansão e modernização da infraestrutura, porém, considera-se ainda incipiente o desenvolvimento das economias locais. O fato é que, os pesquisadores que se dedicam a esse assunto têm se deparado com a importância do planejamento para as cidades que pretendem desenvolver a demanda turística. E este planejamento envolve aspectos urbanos e socioeconômicos ligados a investimentos em infraestrutura (acesso, saneamento, educação, saúde, transporte etc.), numa perspectiva de melhoria de qualidade de vida da população.

Verificou-se que o papel do Estado está subjacente à produção das políticas públicas e, no que tange ao segmento turístico, tem atuado como executor, indutor e controlador do processo. O Estado tem exercido a orientação da ação para os agentes do mercado, como conceder incentivos fiscais e financeiros e também prover infraestrutura para viabilizar as atividades turísticas, além de disciplinar e criar regras para o desenvolvimento e condução da atividade.

Neste contexto, constatou-se o papel proativo do Governo local, ao desencadear o processo de desenvolvimento do turismo como forma de promover o crescimento econômico, com base na vocação potencial turística do Ceará. Dentre as ações, destacam-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará - PRODETURIS, de origem local e, na sequência, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste regional Ceará – PRODETUR-CE. Estes são programas com propostas de fomentar o desenvolvimento da região mediante as potencialidades turísticas, observando as peculiaridades e as características do local, a fim de impulsionar o desenvolvimento da região (SETUR, 2006). Assinala-se, também, a política de instalação de megaprojetos turísticos, que teve o objetivo de ampliar a infraestrutura hoteleira através de um conjunto de ações deliberadas pelos poderes públicos, para a implantação de megaempreendimentos turísticos.

As políticas nacionais e locais direcionadas para o disciplinamento do uso da zona costeira, visando à ordenação e ao desenvolvimento dos municípios litorâneos, têm um papel importante na instalação de equipamentos destinados às atividades turísticas, principalmente os megaempreendimentos, uma vez que estes equipamentos tendem a ocupar as zonas mais próximas ao mar, chegando a instalar-se, por vezes, em áreas de preservação ambiental. Estas avaliações foram feitas nas pesquisas de Rocha Junior (2000), Fonteles (2004), Cruz (2000), Montenegro (2004), Romcy (2005) dentre outros, em suas respectivas áreas de estudo, as quais foram examinadas e devidamente apreciadas e referenciadas, no sentido de proporcionar comparações com o caso em estudo.

Nestes termos, foram escolhidas as proposições de maior relevância com a temática da tese, como as linhas teóricas que mais se identificavam com o objetivo da pesquisa, ou seja, aquelas voltadas para a análise urbana e socioeconômica, com intuito de contribuir na priorização de uma abordagem preferencialmente empírica, relacionando a análise com os empreendimentos turísticos, a prática das atividades ligadas ao turismo e ao desenvolvimento local.

Com base em pesquisa bibliográfica definiu-se um conjunto de questões teóricas relacionadas ao desenvolvimento do turismo como atividade econômica, além da estruturação urbana das cidades litorâneas – direcionando para o Ceará e para Beberibe como estudo de caso – identificando as ações governamentais na indução e gestão dessa atividade econômica.

Estas questões nortearam o estudo e análise de evolução do município no que se refere aos aspectos históricos e ao desenvolvimento econômico, sob a óptica da atividade turística, a fim de permitir o confronto com a pesquisa de campo, além de subsidiar a análise dos indicadores socioeconômicos e urbanos para o desenvolvimento local.

Para o conhecimento e exame das políticas públicas direcionadas ao segmento turístico no âmbito nacional e local, foi realizado um amplo levantamento documental da legislação instituída para esse fim, que se aliou ao estudo do conteúdo dos programas e dos planos de governo do Ceará voltados para a atividade turística, como também foram efetuadas buscas em jornais, periódicos, revistas, e *sites* na internet, pertinentes ao tema da pesquisa. Efetuou-se, ainda, um levantamento minucioso do material cartográfico, iconográfico e da legislação urbana, no sentido de documentar a evolução e o crescimento do município de Beberibe.

A pesquisa de campo compreendeu as observações e constatações feitas na área de estudo, com o objetivo de revelar a realidade quanto aos investimentos públicos e privados realizados localmente, sob a égide da atividade turística. Esta pesquisa foi empreendida em duas fases: a primeira, para delimitação da área de estudo, e a segunda para investigação do objeto de estudo selecionado.

Inicialmente, foi feita a pesquisa exploratória, à guisa de delimitar a área de estudo. Para tanto, foi elaborada uma pesquisa na Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE – com objetivo de relacionar todos os empreendimentos turísticos imobiliários que solicitaram a concessão de construção a SEMACE, assinalando os processos já aprovados, ou ainda em tramitação nessa Superintendência, através da liberação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA. Em seguida, realizou-se um levantamento aerofotográfico ao longo de todo o litoral do Ceará, visando identificar os empreendimentos imobiliários turísticos existentes nos municípios da zona costeira do Ceará, com auxílio das coordenadas geográficas, fornecidas pela SEMACE. A partir deste levantamento, foi possível conhecer a realidade do litoral cearense, no que se refere à existência dos equipamentos turísticos imobiliários (aqueles com o processo de projeto

tramitando, aqueles efetivamente implantados com EIA-RIMA aprovado, e aqueles sem aprovação pela SEMACE). No voo, foram identificados também aqueles localizados sem coordenadas geográficas, ou seja, apenas encontrados por observação visual, que, devidamente fotografados, também fizeram parte do resultado da pesquisa.

Os empreendimentos pesquisados foram caracterizados pelos dados coletados através de informações colhidas na SEMACE, ou junto aos gestores dos empreendimentos construídos. A contribuição da pesquisa fundamenta-se no reconhecimento do objeto pesquisado empiricamente, e na posterior seleção da área de estudo, delimitada com mais rigor e domínio. Toda essa pesquisa está sintetizada no Anexo desta tese.

Em uma segunda fase, foram realizadas entrevistas e pesquisas em órgãos públicos, como Banco do Nordeste do Brasil, Secretaria do Turismo do Ceará, Secretaria da Infraestrutura do Ceará e SEMACE, com o intuito de conhecer e aprofundar as questões relacionadas aos investimentos públicos em infraestrutura, no que tange às atividades turísticas e aos empreendimentos imobiliários turísticos, de modo a servir de suporte à análise da área de estudo, no que se refere às políticas e aportes de recursos públicos.

A caracterização dos empreendimentos turísticos existentes em Beberibe, assim como as diversas informações da relação destes com o município, foram obtidas por meio de entrevistas *in loco*, com os gestores de cada empreendimento, com gestores da Administração Pública e com representantes da população local, relacionados às atividades ligadas ao turismo como comércio, restaurantes, transportes turísticos, entre outros.

Realizou-se ainda, para o município de Beberibe, junto ao IBGE, ao IPECE e à Prefeitura Municipal de Beberibe, uma pesquisa dos indicadores referentes aos aspectos urbanos e socioeconômicos do município, para o intervalo de tempo definido entre 1995 e 2010. Esses dados foram utilizados para avaliar, comparar e/ou mensurar a evolução do município, a fim de subsidiar o confronto com os demais dados pesquisados e relacioná-los com o desempenho da atividade turística em Beberibe e no Estado do Ceará.

Com a conclusão dos estudos bibliográficos e das pesquisas de campo, todos os dados e informações coletadas foram devidamente organizadas, compiladas, analisadas e mapeadas, quando necessário, para, focando-se no objetivo desta pesquisa, confrontar a hipótese proposta e formular as conclusões e reflexões sobre a contribuição da atividade turística para o desenvolvimento urbano e socioeconômico, mediante a implantação dos empreendimentos turísticos na área de estudo.

A tese foi estruturada para apresentar o tema numa ordem do geral para o particular, abordando inicialmente os aspectos teórico-conceituais sobre as questões do turismo, em seguida enfocando a legislação e políticas públicas relacionadas às atividades turísticas, e, finalmente, a pesquisa primária e documental na área de estudo, para caracterizar os empreendimentos turísticos existentes e identificar as transformações sofridas no município, decorrentes das atividades turísticas.

O Capítulo 1, **A ZONA COSTEIRA DO CEARÁ E OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS DO LITORAL**, apresenta a fundamentação teórica, enfocando o papel do turismo como uma atividade econômica, revelando o crescimento da atividade comparativamente no mundo, no Brasil e no Ceará, e apontando sua influência na conformação das cidades litorâneas brasileiras. Foi elaborada uma sucinta descrição da configuração do litoral brasileiro, enfatizando o processo de ocupação no Ceará e identificando as relações entre o crescimento da atividade turística e os reflexos econômicos no Estado. O capítulo aborda também a maneira como a atividade turística no Ceará se configurou como uma opção de desenvolvimento para o Estado devido à sua vocação natural, apresentando como potencial de maior repercussão a zona costeira. Na sequência, foram enfocados os empreendimentos turísticos imobiliários, identificando suas características e especificidades. Estes, implantados com recursos oriundos geralmente da iniciativa privada, resultam de um conjunto de políticas e ações públicas que tratam de incentivar a atividade turística como forma de promover o desenvolvimento econômico dos destinos turísticos. E, por fim, descreve a pesquisa exploratória, que teve como objetivo estudar e conhecer os empreendimentos turísticos ao longo do litoral do Ceará, a fim de delimitar a área de estudo da tese.

O Capítulo 2, **LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS ORIENTADAS PARA O TURISMO NO BRASIL – CEARÁ – BEBERIBE**, tenciona compreender o cenário mundial relacionando a valorização da atividade turística, onde o Estado brasileiro fez a opção pelo incremento dessa atividade como um dos vetores de desenvolvimento econômico, nacional e regional. De acordo com esta conduta, o Estado criou e implementou políticas direcionadas para este segmento, e assumiu o papel de indutor, orientando o mercado turístico, e de controlador, atuando como regulador na condução e desenvolvimento das atividades turísticas. Para este entendimento, o capítulo apresenta uma síntese do estudo e da análise das políticas e da legislação, direcionadas para o turismo no Brasil e no Ceará, correlacionando-as com as questões da ocupação do litoral. Relata ainda as políticas de desenvolvimento para o turismo contempladas pelo Plano Diretor Participativo de Beberibe, assim como algumas ações

relevantes de iniciativa do governo local, com o intuito de promover a divulgação do município e incentivar a atividade turística.

O Capítulo 3, **O CASO DE BEBERIBE**, apresenta um estudo detalhado do município de Beberibe, no que se refere à história da formação do município, contextualizando com o processo de ocupação do Ceará e articulando com os diversos ciclos econômicos que ocorreram no Estado. Elabora também um relato das características de Beberibe e de sua vocação natural para o “turismo de sol e mar” com o propósito de compreender o processo de desenvolvimento das atividades turísticas no município. Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo efetuada, no que se refere aos empreendimentos turísticos imobiliários existentes em Beberibe, apontando as características diversas dos empreendimentos, a infraestrutura local para a viabilização de uso desses equipamentos, como também a qualificação do receptivo turístico e sua relação com a população local. Mostra, ainda, as características do fluxo turístico para explicitar as particularidades da demanda turística local. O capítulo se propõe também a demonstrar como se desenvolve a atividade turística em Beberibe e como os equipamentos de turismo existentes se relacionam com as questões ligadas ao desenvolvimento e à população local.

O Capítulo 4, **A EVOLUÇÃO DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE SOB O VIÉS DA ATIVIDADE TURÍSTICA E OS ETIs**, apresenta a pesquisa dos indicadores urbanísticos, sociais e econômicos e faz um estudo comparativo e crítico desses dados, com foco no desenvolvimento do município e na melhoria da qualidade de vida da população, tendo como referência as atividades turísticas desenvolvidas e os empreendimentos turísticos locais. E, finalmente, relata a avaliação da evolução demográfica, da dinâmica econômica e do crescimento da infraestrutura e dos indicadores sociais de Beberibe, sob o enfoque dos índices urbanísticos e socioeconômicos pesquisados, confrontando com os dados pesquisados nos empreendimentos turísticos em Beberibe e com os referenciais teóricos elencados, de maneira a compreender a relação entre o desenvolvimento da atividade turística e do município.

Como resultado da pesquisa, nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, buscou-se fazer uma reflexão sobre a validação da hipótese enunciada, qual seja a da importância das atividades turísticas como fator indutor de desenvolvimento urbano e regional, de modo a gerar subsídios para políticas públicas decorrentes, no âmbito do estado do Ceará.

**A ZONA COSTEIRA DO CEARÁ
E OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS
IMOBILIÁRIOS DO LITORAL**

CAPÍTULO

1



O turismo teve um importante papel na ocupação da Zona Costeira do Ceará e, atualmente, continua influenciando na conformação das cidades litorâneas. Essa importância é resultado do crescimento cada vez maior da atividade turística no contexto mundial. No Brasil, esse fenômeno ocorreu principalmente nas cidades litorâneas.

No Ceará, a zona litorânea tem sido ocupada desde as últimas décadas por alguns empreendimentos de médio e grande porte destinados ao turismo, construídos com o propósito de oferecer serviços turísticos para propiciar maior conforto e diversidade no lazer. A evolução urbana e socioeconômica resultantes da implantação desses equipamentos na zona costeira constituem o objeto dessa pesquisa.

Portanto, para conhecer e compreender esses Empreendimentos Turísticos Imobiliários – ETIs –, este capítulo pretende tratar da atividade turística e da sua importância para a economia nacional e do Ceará, assim também como dos ETIs localizados na zona costeira do Ceará.

1.1 – IMPORTÂNCIA DO TURISMO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL E NO CEARÁ

A definição básica de turismo é dada pela Organização Mundial de Turismo - OMT¹, como sendo:

o fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital nos locais visitados.

A OMT complementa a definição de turismo como “a soma de relações de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (DE LA TORRE apud FONTELES, 2004, p. 81).

Mas o turismo não pode ser entendido apenas como o ato de viajar, uma vez que sua natureza é bastante complexa, resultante dos muitos atributos que lhe são conferidos, como o deslocamento temporário envolvendo o transporte e a hospedagem, além do entretenimento e da utilização de serviços e equipamentos turísticos vinculados ao lazer.

¹ A OMT é a principal organização internacional criadora de políticas no campo do turismo, que tem como missão “estimular o crescimento econômico e criação de empregos, fornecer incentivos para proteção do meio ambiente e do patrimônio dos destinos e promover a paz e o entendimento entre todas as nações do mundo” (BENI, 2003, p. 24).

Notadamente, há muitos outros aspectos de natureza social, cultural e até política. É importante reconhecer que essa complexidade de atributos confere aos estudos relativos ao turismo características de multidisciplinaridade, uma vez que envolve a contribuição direta ou indiretamente de várias disciplinas como Arquitetura e Urbanismo, Economia, Geografia, Marketing, Administração, Ecologia, Sociologia, Antropologia, Direito, Ciências Políticas e Psicologia, dentre outras.

O crescimento do turismo internacional contribuiu sensivelmente para a “aceleração do processo de globalização, como por exemplo, a liberalização de fronteiras nacionais, a desregulamentação do mercado doméstico e a grande divisão de trabalho em escala internacional”, destacando-se a importância do crescimento do turismo de negócio, resultante do crescimento econômico mundial, mais precisamente a partir de 1970. Essas tendências promoveram o chamado “turismo de negócios e, também, o favorecimento que as famílias poupem para ver o mundo” (BENI, 2003, p. 23). Esta abordagem revela que o turismo passa a se configurar também como uma atividade que dá suporte às atividades dos negócios empresariais, seja indústria, serviços ou comércio.

Em função da importância do fator econômico na atividade turística, Schullard (apud ANDRADE, 1992, p. 33) assinala que o turismo é também:

a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região.

Enfim, o turismo é uma atividade econômica, como corrobora TELES (2001, p. 21), constituindo “uma prática geradora de atividades econômicas”.

Os estudiosos do turismo ressaltam a relevância econômica da atividade, não restringindo o turismo a um fenômeno temporal e de lazer, atribuindo-lhe a capacidade de desenvolver os lugares onde há fluxo turístico, como afirma Teles (2001, p. 21):

a atividade turística é complexa e exige enfoque interdisciplinar e a valorização de interfaces com as ciências afins. No mundo contemporâneo, o turismo deve ser visto como atividade capaz de promover o desenvolvimento das localidades onde ele se instala, o que significa também controle e gestão direcionados para políticas públicas eficientes.

Há um consenso entre os autores das diversas áreas de conhecimento de que o turismo se destaca como uma atividade dinamizadora da economia, por ser um mercado captador de investimentos e gerador de empregos e renda. Enfim, o turismo deixou de ser entendido como uma prática apenas dos países desenvolvidos e passou a ser visto como uma alternativa para os países mais pobres (emergentes) participarem da economia mundial. Esta

percepção do turismo como uma forma de desenvolvimento socioeconômico e urbano das localidades é o principal fio condutor adotado pela autora para o desenvolvimento desta pesquisa.

1.1.1 – A RELEVÂNCIA DO TURISMO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E NACIONAL

A importância da atividade turística na economia dos países em geral tem se consolidado, uma vez que o crescimento do mercado de turismo mundial e a diversificação da demanda turística propiciaram aos países em desenvolvimento, ou mais pobres que os países tradicionalmente tidos como receptores turísticos, a capacidade de desenvolver o turismo, principalmente naquelas regiões detentoras de recursos naturais ou culturais e com recursos escassos, posto que a relação capital-produto é baixa em relação aos outros segmentos econômicos.

O turismo, no contexto da economia global, ocupa um lugar de destaque em termos de geração de capital. A atividade turística é tida como uma oportunidade de negócios, sobretudo para os países que possuem em seu patrimônio atrativos naturais e culturais com potencial para ser explorado e, neste sentido, o Brasil vem investindo bastante na atividade.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT, de 6% a 8% do total dos empregos gerados no mundo depende do turismo². O fluxo turístico internacional tem crescido nos últimos anos, como pode ser verificado na tabela a seguir.

Tabela 1.1 – FLUXO TURÍSTICO INTERNACIONAL: 1995-2010

REGIÕES	FLUXO DE TURISTAS - MILHÕES DE CHEGADAS							
	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Mundo	565,5	688,0	801,6	846,0	900,5	919,0	880,5	939,9
Europa	324,4	392,7	441,1	463,8	485,4	487,6	460,0	476,7
Ásia e Pacífico	90,0	115,2	153,6	165,9	182,0	184,2	181,6	203,9
Américas	115,0	128,0	133,3	135,7	143,0	146,9	140,1	149,8
África	21,1	28,1	35,8	39,7	43,2	44,3	45,6	49,2
Oriente Médio	15,0	24,0	37,8	40,9	46,9	56,0	53,2	60,3
América do Sul	11,8	15,2	18,3	18,8	20,1	20,8	20,5	23,5
Brasil	2,0	5,3	5,4	5,0	5,0	5,1	4,8	5,2

Fontes: Ministério do Turismo: Anuário Estatístico Embratur 2005; Anuário Estatístico Embratur 2010; Anuário Estatístico Embratur 2011.

² SETUR, 2006, p.5.

O crescimento do fluxo turístico evidencia, nos últimos dez anos, uma tendência de descentralização dos destinos turísticos já tradicionalmente procurados, como Europa e América do Norte. Segundo a OMT³, em 2000, a França, a Espanha e os Estados Unidos correspondiam a 26,5% do fluxo mundial, com 174,4 milhões de turistas e, em 2010, esses países correspondem a 20% do fluxo, com 189,2 milhões de visitantes.

Tabela 1.2 – DISTRIBUIÇÃO DO TURISMO MUNDIAL: 1990-2010

REGIÕES	DISTRIBUIÇÃO DE TURISTAS - %								
	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
MUNDO - Total de Turistas em milhões	436,0	565,5	688,0	801,6	846,0	900,5	919,0	880,5	939,9
Europa	60,16	57,37	57,08	55,03	54,82	53,90	53,06	52,24	50,72
Ásia e Pacífico	12,87	15,92	16,74	19,16	19,61	20,21	20,04	20,62	21,69
América Central e Caribe	3,07	3,11	3,16	3,13	3,11	3,06	3,09	3,12	2,99
América do Norte	16,44	15,14	13,24	11,22	10,71	10,58	10,63	10,46	10,45
América do Sul	1,77	2,09	2,21	2,28	2,22	2,23	2,26	2,33	2,50
África	3,49	3,73	4,08	4,47	4,69	4,80	4,82	5,18	5,23
Oriente Médio	2,20	2,65	3,49	4,72	4,83	5,21	6,09	6,04	6,42

Fontes: Ministério do Turismo: Anuário Estatístico Embratur 2005; Anuário Estatístico Embratur 2010; Anuário Estatístico Embratur 2011.

Uma vez que o fluxo mundial continua crescendo a 3,2% a.a., no período entre 2000 e 2010, essa descentralização tem ocorrido devido ao crescimento dos outros destinos turísticos, como América do Sul, África e Oriente Médio, com destaque para a China, que cresceu a uma taxa de 6,0% a.a.⁴.

É importante registrar o desaceleramento do crescimento do fluxo turístico mundial em decorrência da crise financeira internacional que atingiu a economia global a partir de 2008.

Segundo os dados da OMT⁵, entre os anos 2000 e 2008, as viagens internacionais cresceram em 4,2% ao ano e geraram uma renda aproximada de 5 trilhões de dólares. A relação positiva entre o crescimento da economia mundial e o turismo pode ser observada pelos dados da OMT e do Fundo Monetário Internacional – FMI, no Gráfico 1.1, onde se evidenciam os períodos de aumento do fluxo turístico, coincidentes com os períodos de crescimento da economia mundial⁶.

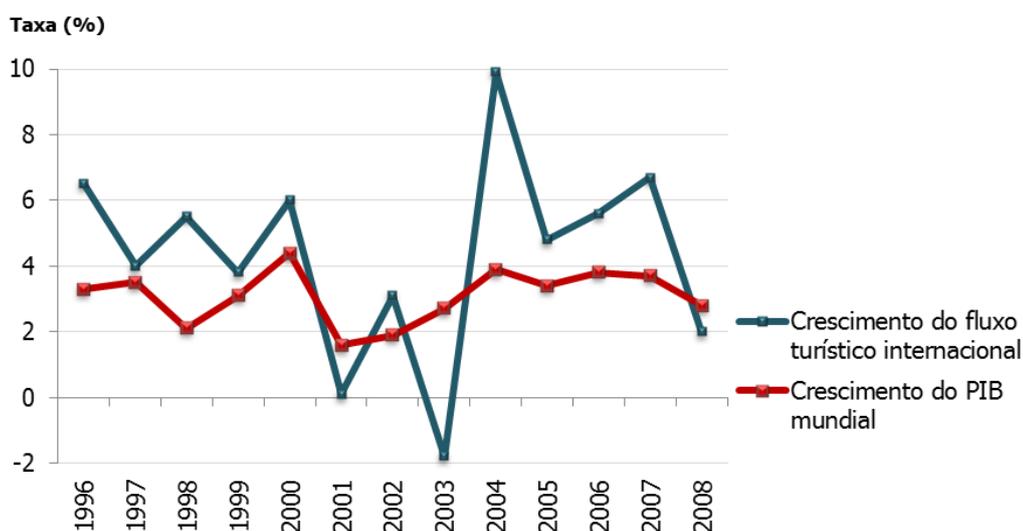
³ SETUR, 2006, p.5.

⁴ Fontes: Ministério do Turismo: Anuário Estatístico Embratur 2005; Anuário Estatístico Embratur 2011.

⁵ Fonte: OMT. *World Tourism Barometer*, 2009.

⁶ Fonte: *Ibid.*

**Gráfico 1.1 – TAXAS DE CRESCIMENTO DO TURISMO MUNDIAL x ECONOMIA MUNDIAL:
1996-2008**



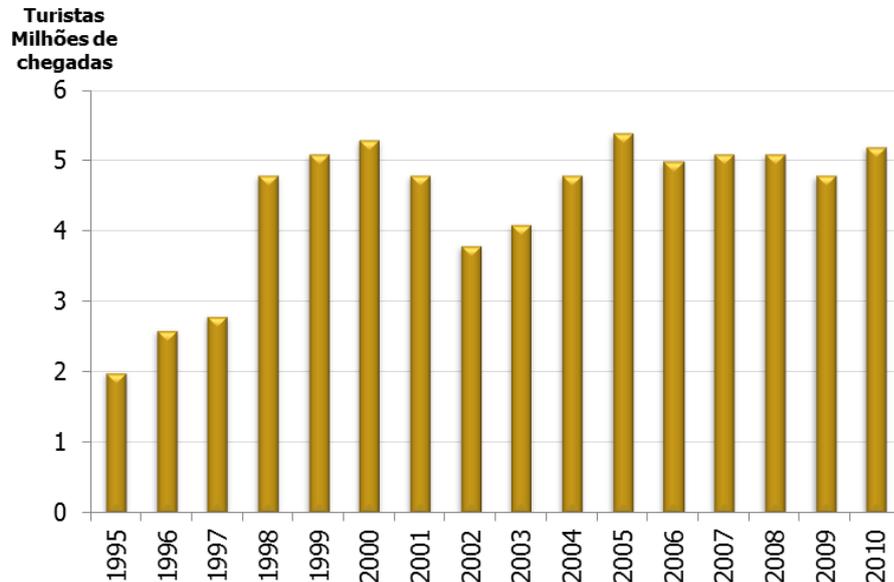
Fonte: OMT. *World Tourism Barometer*, 2009.

No contexto do fluxo turístico mundial, a participação da América do Sul e do Brasil é relativamente baixa; porém, nos últimos anos, o Brasil aumentou sua participação na América do Sul e no mundo, e tem crescido diferencialmente no continente. Essas constatações estão sintetizadas na Tabela 1.3 e no Gráfico 1.2, onde se pode observar a evolução do crescimento da entrada dos turistas no país durante o período de 1995 a 2010.

**Tabela 1.3 – COMPARATIVO DAS CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS NO MUNDO,
AMÉRICA DO SUL E BRASIL: 1995-2010**

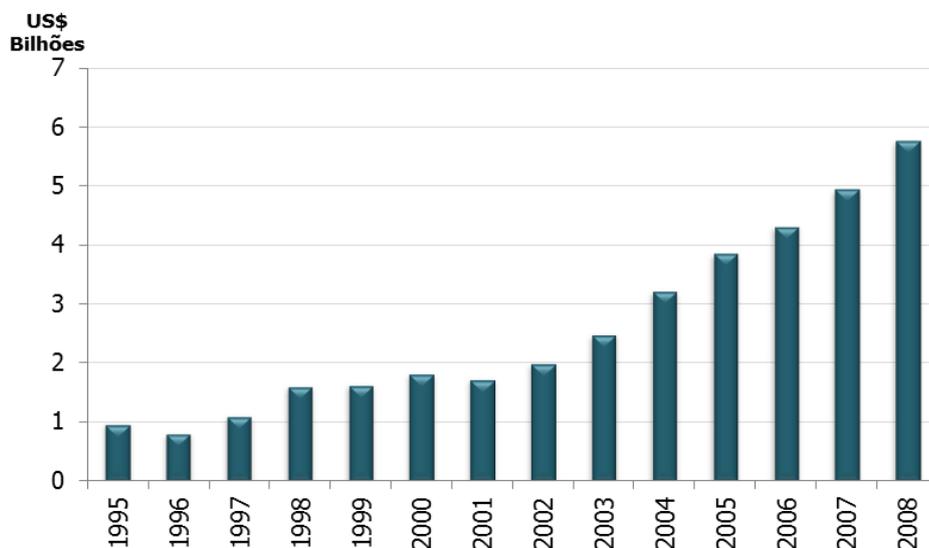
ANO	MILHÕES DE TURISTAS			PARTICIPAÇÃO (%)		
	Mundo	América do Sul	Brasil	América do Sul no Mundo	Brasil na América do Sul	Brasil no Mundo
1995	565,5	11,8	2,0	2,1	16,9	0,35
2000	688,0	15,2	5,3	2,2	34,9	0,77
2005	801,6	18,3	5,4	2,3	29,5	0,67
2010	939,9	23,5	5,2	2,5	22,1	0,55

Fontes: Ministério do Turismo: Anuário Estatístico Embratur 2005; Anuário Estatístico Embratur 2010; Anuário Estatístico Embratur 2011.

Gráfico 1.2 – EVOLUÇÃO DA ENTRADA DE TURISTAS NO BRASIL: 1995-2010

Fontes: Ministério do Turismo: Anuário Estatístico Embratur 2005; Anuário Estatístico Embratur 2011; Estatísticas Básicas de Turismo – Brasil.

O crescimento gradual de turistas levou o Brasil a incentivar a atividade turística, que se transformou num importante setor da economia nacional, demonstrado com o aumento de receita para a economia, conforme pode ser verificado pela evolução da receita cambial turística, no gráfico a seguir.

Gráfico 1.3 – EVOLUÇÃO DA RECEITA CAMBIAL TURÍSTICA NO BRASIL: 1995-2008

Fontes: Ministério do Turismo: Estatísticas Básicas de Turismo – Brasil, 2010; Estudos de Competitividade do Turismo Brasileiro, 2006.

Desta forma, adotando essa vertente como uma das formas de crescimento para o país, o governo brasileiro, a partir da década de 1950, fomenta ações direcionadas para o desenvolvimento do turismo, como a criação da COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo (1958) e a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo (1966)⁷, seguidas pela elaboração de planos, políticas e programas, com diretrizes voltadas para a atividade turística. Todas essas ações contribuíram para legitimar a indústria do turismo como um vetor de desenvolvimento econômico para o país.

1.1.2 – A IMPORTÂNCIA DO TURISMO NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ

No nível estadual, o Ceará também identificou a possibilidade do turismo como progresso e adotou a atividade turística como um vetor de desenvolvimento para o Estado. O reflexo dessas ações foi o crescimento da demanda turística no Ceará, o que pode ser avaliado pelo fluxo do turismo internacional no mundo, no Brasil e no Ceará, no qual se verifica a progressiva participação do Ceará em relação ao Brasil, no período de 1998 a 2006, com crescimento a uma taxa de 15,5% a.a., superior às taxas do mundo e do Brasil, que representam respectivamente 3,8% a.a. e 0,5% a.a., conforme dados a seguir.

**Tabela 1.4 – COMPARATIVO DO FLUXO DO TURISMO INTERNACIONAL:
BRASIL - CEARÁ: 1998-2006**

ANO	MILHÕES DE TURISTAS			PARTICIPAÇÃO (%)	
	Mundo	Brasil	Ceará	Ceará/Brasil	Ceará/Mundo
1998	626,6	4,8	0,079	1,65	0,013
1999	650,2	5,1	0,092	1,80	0,014
2000	688,0	5,3	0,121	2,28	0,018
2001	684,1	4,8	0,173	3,60	0,025
2002	702,6	3,8	0,182	4,79	0,026
2003	688,8	4,1	0,194	4,73	0,028
2004	762,6	4,8	0,250	5,21	0,033
2005	801,6	5,4	0,268	4,96	0,033
2006	846,0	5,0	0,250	5,00	0,030

Fontes: Ministério do Turismo: Anuário Estatístico Embratur 2005; Evolução Recente do Turismo no Ceará 2009; Estatísticas Básicas de Turismo – Brasil, 2010.

⁷ Em 1991 a EMBRATUR ganhou a condição de Instituto Brasileiro de Turismo.

Este crescimento do fluxo turístico aumentou a receita turística no Estado. Nos últimos 25 anos, a atividade registrou crescimento anual da ordem de 4,4%, enquanto o crescimento mundial médio, medido pelo PIB⁸, foi de 3,5% ao ano (SETUR, 2006). Os parâmetros para compreensão desse fato podem ser analisados na Tabela a seguir, onde se verifica a evolução da demanda turística, a receita gerada direta e total por essa atividade, e a relação com o PIB do Estado do Ceará.

**Tabela 1.5 – EVOLUÇÃO DA RECEITA TURÍSTICA E O IMPACTO SOBRE O PIB DO CEARÁ:
1995-2010**

ANO	DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA - MIL TURISTAS	RECEITA TURÍSTICA DIRETA - R\$ MILHÕES	RENDA GERADA R\$ MILHÕES	PIB DO CEARÁ R\$ MILHÕES	IMPACTO DA RECEITA TURÍSTICA SOBRE O PIB
1995	762	377,1	505,3	12.495	4,0
2000	1.508	939,8	1.644,7	20.800	7,9
2001	1.631	990,7	1.733,8	21.581	8,0
2002	1.630	1.153,6	2.018,9	28.896	7,0
2003	1.551	1.298,9	2.273,0	32.565	7,0
2004	1.785	1.757,0	3.074,7	36.866	8,3
2005	1.969	2.300,4	4.025,8	40.923	9,8
2006	2.062	2.496,9	4.369,6	46.310	9,4
2007	2.080	2.543,6	4.451,4	50.331	8,8
2008	2.178	2.908,7	5.090,2	56.751	9,0
2009	2.467	3.628,5	6.349,9	60.787	10,4
2010	2.692	4.065,3	7.114,4	65.745	10,8

Fontes: IPECE, 2012. Indicadores Turísticos 1995-2011
OBS: IMPACTO= renda gerada/PIB do Ceará

O crescimento da demanda turística no Ceará impulsionou os agentes da oferta turística para a implantação de empreendimentos imobiliários direcionados para o turismo. E, para tanto, o papel do Estado na viabilização desse segmento traduz-se, principalmente, no provimento de infraestrutura, ou seja, a dotação de bens e serviços direcionados para sustentar a estrutura social e produtiva (TEIXEIRA, 1996).

A expansão do turismo no Brasil e, por conseguinte, no Ceará, está atrelada à valorização da zona litorânea, que acarretou o crescimento das atividades econômicas turísticas como hotelaria, comércio, restaurantes, agências turísticas e outros serviços nestas zonas. Estas atividades incentivaram e buscaram captar investidores e empreendedores nacionais e estrangeiros, com vistas à implementação do turismo de acordo com sua lógica contemporânea e globalizante, promovendo a implantação de empreendimentos turísticos imobiliários, principalmente nas localidades da zona costeira do Ceará.

⁸ PIB – Produto Interno Bruto

1.2 – A VALORIZAÇÃO DO LITORAL DO CEARÁ E O TURISMO

Para compreender o processo de identificação do turismo como alternativa para o desenvolvimento econômico do Ceará, é necessário verificar como ocorreu a ocupação do litoral do Estado, tendo em vista que seu maior potencial turístico está associado à sua zona costeira, como nas demais zonas litorâneas brasileiras.

1.2.1 – A OCUPAÇÃO PRETÉRITA NO LITORAL BRASILEIRO

A formação territorial do Brasil estruturou-se, inicialmente, com características de defesa do território, efetuada mediante a construção de fortificações e, paulatinamente, com o padrão denominado de “bacia de drenagem⁹”, modelo recorrente na colonização do “novo mundo – as Américas”, pois o colonizador alcançava as terras por via marítima, promovendo assim os primeiros núcleos de povoamento na zona litorânea. Como resultado, a ocupação caracterizou-se por um padrão descontínuo e pontual, com zonas de adensamento espaçadas por vazios não ocupados pelos colonizadores, apenas por algumas comunidades indígenas (MORAES, 2007).

A característica principal dessas vilas era o porto, que funcionava como ponto de escoamento da produção do território brasileiro, para envio à Colônia.

O entendimento do início da ocupação do território brasileiro passa pela compreensão das circunstâncias em que se encontrava a Europa à época: em plena expansão mercantilista e com o crescente fortalecimento da burguesia comercial, impelindo suas colônias à exploração de produtos primários destinados ao mercado europeu e desvinculada da geração da subsistência (SCHIFFER, 1992).

Essa lógica refletiu-se nos vários ciclos econômicos pelos quais passou o Brasil no período colonial até à sua independência. No período de 1500 até fins do século XVIII, os ciclos econômicos mais significativos foram a cana de açúcar e a extração de ouro, os quais contribuíram para a formação de alguns espaços litorâneos expressivos (MORAES, 2007):

- Litoral oriental da zona da mata nordestina e o recôncavo baiano como a região produtora de açúcar polarizada por Recife, Olinda e Salvador, onde se formou uma rede de núcleos urbanos na foz dos principais rios da região.

⁹ Conformação territorial que reproduz um desenho na estruturação da rede de circulação, na qual os caminhos convergem a um porto marítimo, que serve aos circuitos de produção e, acabam por gerar regiões de adensamento em seu entorno, gerando as primeiras redes de cidades. (MORAES, 2007, p.33)

- Litoral fluminense, polarizado pelo Rio de Janeiro que, além de destacar-se pela agricultura canavieira, serviu de zona de abastecimento e escoamento para as áreas mineradoras.
- Litoral paulista, polarizado por Santos e São Vicente, importantes núcleos na articulação do planalto paulista para o escoamento da produção e abastecimento da região mineradora de Minas Gerais.

Ressalte-se que nessas regiões ocorreu também a agricultura de subsistência e a pecuária, esta última desenvolvida principalmente para o transporte de mercadorias.

O regime econômico das monoculturas destinadas ao mercado externo – da economia portuguesa, concorreu para uma formação social desigual: latifundiários e comerciantes abastados de um lado e, de outro, um grande número de escravos. Além disso, não se formou um mercado consumidor local. A economia era constituída de mercados isolados no território nacional (SCHIFFER, 1992).

No século XIX, pós-independência, as bases econômicas e sociais da estrutura colonial permaneceram, mantendo a classe dominante do país, sua hegemonia e seus interesses econômicos, orientados para o mercado externo (SCHIFFER, 1992). A dependência externa do Brasil, articulada desde o período imperial, é reimposta até os dias atuais, e tem gerado um processo de acumulação como forma de assegurar o continuísmo da elite dominante, “entrevando” o livre desenvolvimento das forças produtivas internas, expatriando o excedente da economia em detrimento do reinvestimento no mercado interno. Esse processo é denominado pelo referido autor de “acumulação entrevada” (DEÁK, 1991).

Ainda no século XIX, em função do declínio do preço internacional do açúcar e do algodão, assistiu-se ao surgimento e expansão de um novo vetor econômico: o café. A região cafeeira de maior destaque foi o estado de São Paulo, que assumiu a liderança na economia nacional, gradativamente diferenciando-se das demais regiões nacionais, no que se refere à configuração espacial e econômica.

Na década de 1930, face à baixa lucratividade do café no mercado¹⁰, os latifundiários e comerciantes do café passaram a investir na indústria nacional como uma alternativa rentável de investimento, e para manterem seu *status quo* como classe dominante nacional (SCHIFFER, 1992).

¹⁰ A economia cafeeira entrou em decadência diminuindo sua rentabilidade, notadamente após a crise econômica americana de 1929. Esta crise contribuiu para o fim das políticas pró-cafeicultores, tendo em vista o corte na renovação dos empréstimos junto aos bancos americanos aos estados brasileiros para sustentar os preços internacionais do café e, a consequente queda na demanda internacional e nos preços deste produto (SCHIFFER, 1992, p. 40 e 41).

A partir da década de 50, a industrialização nacional desenvolveu-se aceleradamente com o investimento do setor associado do capital estrangeiro. Este processo, nas décadas seguintes, deu continuidade ao fortalecimento da concentração de capital pela elite nacional, acentuando as desigualdades regionais e sociais. Com a intenção de minimizar essas desigualdades foi criada a SUDENE¹¹, com o propósito de facilitar e promover a implementação de indústrias no Nordeste através de fundos públicos, sob a forma de dedução de impostos para as empresas do Sudeste, mas configurou-se apenas como paliativo, já que continuou enorme o desequilíbrio regional (SCHIFFER, 1992). As disparidades são perceptíveis na tabela a seguir:

Quadro 1.1 – PERFIL ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL, NORDESTE E SUDESTE: 2000

DISCRIMINAÇÃO	NORDESTE	SUDESTE	BRASIL	NE/SE (%)	NE/BR (%)
Área (mil km ²)	1.558,20	924,57	8.514,20	168,53	18,3
População (mil hab)	47.741,71	72.412,41	169.799,17	65,93	28,12
Crescimento Demográfico Anual 1970 - 2000	2,25	2,63	2,65	85,44	84,85
Densidade Demográfica	30,69	78,32	19,92	39,12	154,07
PIB em R\$ milhões	144.134,60	636.394,50	1.101.255,08	22,65	13,09
Crescimento Médio Anual PIB 1985 - 2000	2,34	2,60	2,86	90	81,82
PIB <i>per capita</i> (R\$ mil)	3,02	6,49	8,79	46,55	34,35
Crescimento Médio Anual PIB <i>per capita</i>	0,84	0,93	1,11	90,32	75,68

Fonte: BERNAL, 2006 – Dados do IBGE 2000.

O processo de ocupação do território brasileiro gerou características peculiares à zona litorânea do Brasil pela sua extensão e pelo processo econômico a que foi submetido o país, como, dentre outras características, a polarização de algumas cidades litorâneas; muitos e longos interstícios vazios entre as cidades; o desenvolvimento de zonas portuárias; a construção de malha ferroviária ligando zonas portuárias ao interior, animando essas zonas, mas também gerando uma urbanização no interior (MORAES, 2007).

Em meados do século XX, aceleram-se as transformações no ritmo da ocupação da zona litorânea, resultante, principalmente, do "rebatimento no litoral da mudança de padrão de

¹¹ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

acumulação vigente no país, com a consolidação do domínio econômico urbano-industrial” MORAES (2007, p. 37). Os mais importantes fatores responsáveis por essas mudanças foram: o acelerado processo de industrialização, o estabelecimento da segunda residência, o desenvolvimento da atividade turística e o planejamento Estatal.

No processo de industrialização, ocorreram estímulos para os setores industriais exportadores localizarem suas plantas industriais próximas às cidades portuárias, reforçando a ocupação da costa brasileira. A industrialização contribuiu para também gerar impactos ambientais oriundos de soluções ineficientes para a contaminação atmosférica e para eliminação dos dejetos sólidos e líquidos, além de impactos sociais advindos do fluxo migratório resultante dos empregos diretos e indiretos, que estruturou novos estratos sociais, localizando essa população nas áreas periféricas dos núcleos urbanos.

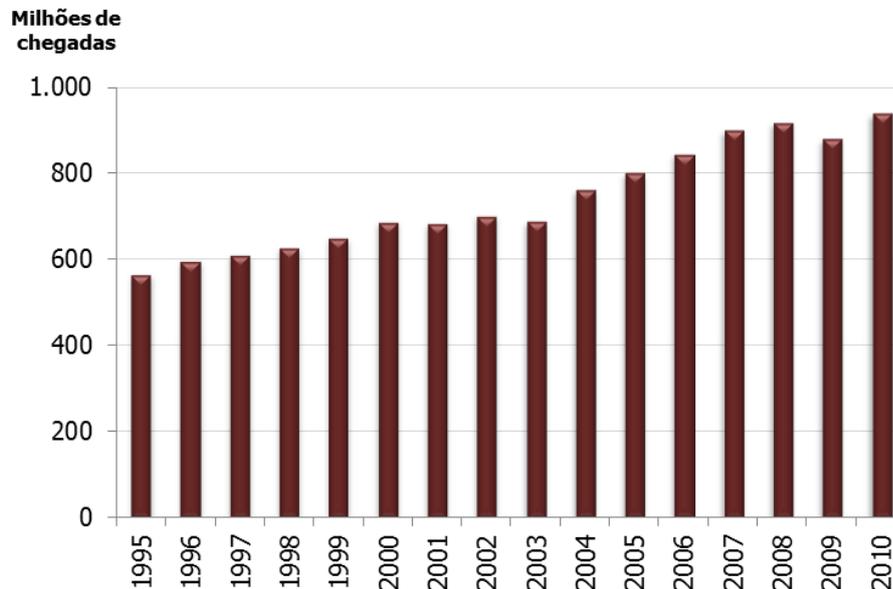
Outro fator foi a conquista da segunda residência, obtida, em sua maioria, por essa classe fruto do processo de industrialização do país, que descobriu o lazer na atividade de veraneio. Essas residências, destinadas ao veraneio, impulsionaram de forma expressiva a urbanização litorânea no entorno das capitais e das aglomerações potencialmente atrativas para o lazer no litoral. Some-se a isso o crescimento da indústria automobilística e o desenvolvimento do sistema viário no país, que viabilizaram e facilitaram o acesso às suas casas de veraneio.

A expansão das segundas residências no litoral, aliada à atividade turística nas cidades litorâneas intensificaram a ocupação da zona costeira. Esta atividade tem crescido exponencialmente, tanto no fluxo interno, resultante da população brasileira que descortinou como lazer o veraneio e a atividade turística, como no fluxo externo, patrocinado pela demanda estrangeira. Assistiu-se a uma preferência crescente dos turistas internacionais pelas belezas naturais do litoral brasileiro, confirmando as referências elaboradas por diversos autores de que o litoral brasileiro é, por excelência, o território do turismo, devido as suas características naturais e geográficas. A atividade turística faz parte de uma cadeia produtiva complexa¹² e para compreendê-la, exige-se um enfoque interdisciplinar, uma vez que os estudiosos do turismo, como Rodrigues (2001, p. 17), caracterizam a atividade como “um fenômeno econômico, político social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais”.

¹² O turismo envolve vários sistemas de atividades e elementos interdependentes (hospedagem, transporte, comunicação, marketing, gestão, meio ambiente, formação profissional etc.), que interagem dentro do processo produtivo. Portanto, é tratado pelos pesquisadores da área sob o enfoque da Teoria Geral dos Sistemas – estabelecida pelo biólogo alemão Bertalanffy, que se baseia em estudar as interdependências das partes e tratá-las diante de uma realidade complexa, fundamentada no pensamento sistêmico que busca soluções complexas para problemas complexos e procura entender a multiplicidade e interdependência das causas e variáveis desses problemas, para organizar as soluções para os mesmos (Maximiano, 2002).

O fluxo turístico mundial tem, pois, crescido anualmente, como pode ser observado no Gráfico 1.4, induzindo o incremento da indústria turística global.

Gráfico 1.4 – COMPORTAMENTO DO FLUXO TURÍSTICO INTERNACIONAL: 1995-2010



Fontes: Ministério do Turismo: Anuário Estatístico Embratur 2005; Anuário Estatístico Embratur 2010; Anuário Estatístico Embratur 2011.

Para a economia nacional, a indústria turística é apontada como um setor pujante, relacionando-se com diversas indústrias, contribuindo para a elevação da qualidade de vida da população, em virtude de sua capacidade de geração de emprego e renda. Além disso, promove a elevação de divisas e receitas tributárias oriundas de vários segmentos interligados da economia como hotelaria, alimentação, entretenimento, artes, comércio, locação de veículos e mercado financeiro, dentre outros. Estima-se, ainda, que a cadeia do turismo tenha impacto em cerca de 60 segmentos da economia (MOURA, 2007).

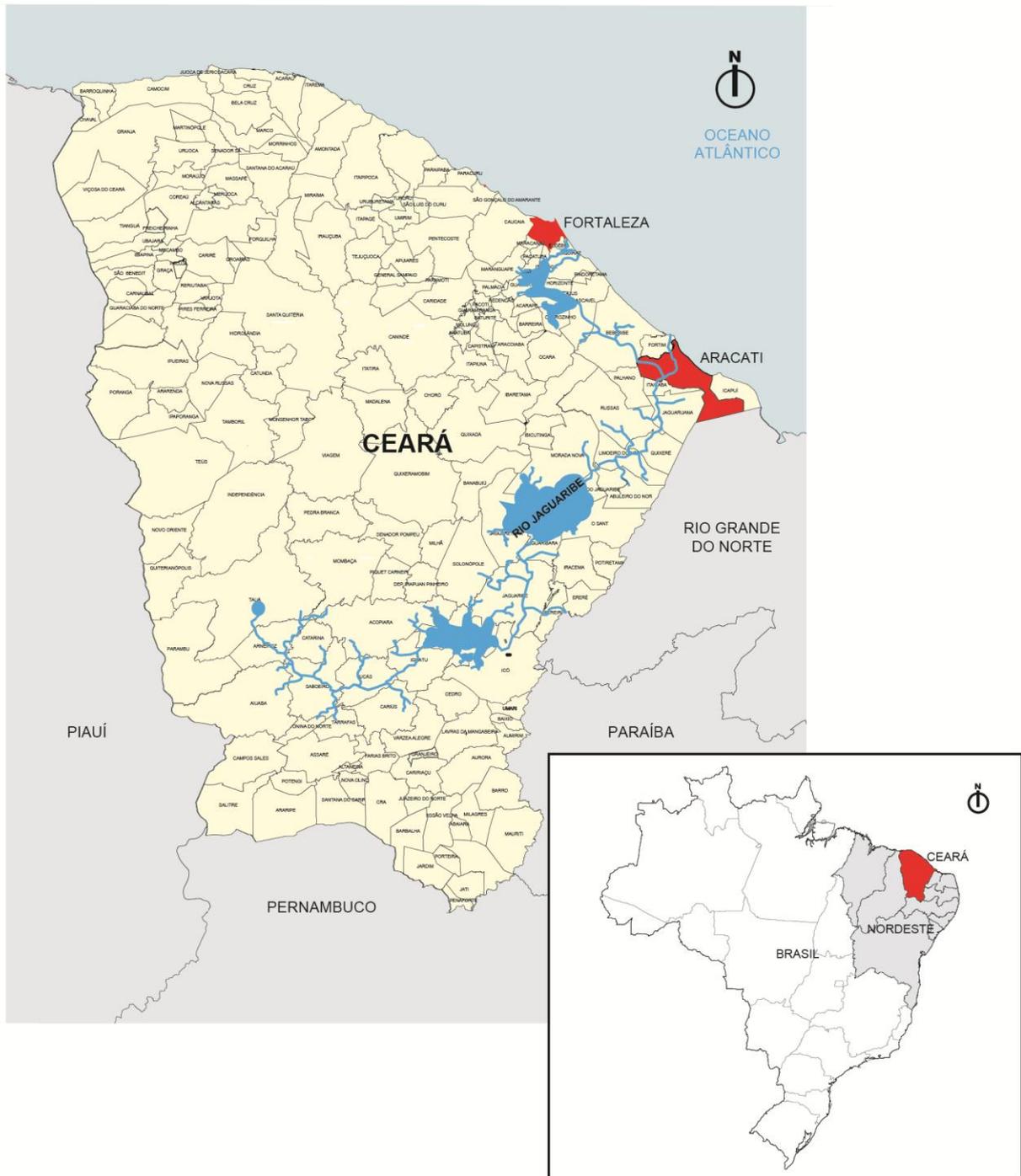
E, por fim, o vetor do planejamento estatal que dá suporte aos três setores já citados: indústria, segunda residência e atividade turística, uma vez que detém a capacidade de eleger e instrumentalizar os processos de ocupação e uso dos espaços, seja para investimentos públicos ou para a iniciativa privada, como também, a dotação de equipamentos ou de infraestrutura desses locais. Desta forma, o Estado se qualifica como um dos principais intervenientes no espaço litorâneo. Essa regulamentação promovida pelos Governos, entretanto, tem sido tratada de forma pontual ou em planos macro-nacionais, em detrimento de um planejamento regional.

Enfim, a ocupação do litoral nordestino teve seu processo resultante, inicialmente, dos ciclos econômicos: agricultura e pecuária e, a partir do século XX, do processo de industrialização, da expansão das segundas residências e do crescimento da atividade turística, que intensificaram o uso da zona costeira. No Nordeste destacaram-se, como núcleos expressivos em relação ao número de habitantes, Salvador, Recife e Fortaleza.

1.2.2 – OCUPAÇÃO DA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ

A ocupação da zona costeira do Ceará, a exemplo do resto do litoral brasileiro, deu-se inicialmente a partir de defesa do território e do cultivo da agricultura de subsistência e, posteriormente, sofreu fortes reflexos dos diversos períodos econômicos e políticos nacionais. A atividade da pecuária, como suporte à cana de açúcar, propiciou a ocupação do sertão cearense e promoveu o desenvolvimento da cidade de Aracati, onde havia um porto para o escoamento da produção da atividade pecuária, vinda do sertão pelo rio Jaguaribe (Mapa 1.1). A economia do Estado, portanto, teve como característica sua expansão efetivada do sertão para o litoral, retardando, assim, o povoamento da zona litorânea.

No período do império, com o intuito de assegurar o poder central, as capitais passaram a ser fortalecidas politicamente. E, no Ceará, como uma forma de ampliar a influência da Capital, houve investimentos para execução de vias de circulação, principalmente ferroviária, e redução das taxas alfandegárias para a valorização do porto de Fortaleza. O litoral da cidade foi ocupado pela classe pobre e imigrantes do sertão, e a Capital desenvolveu-se de costas para o mar.



Mapa 1.1 – CEARÁ: FORTALEZA e ARACATI

Fontes: Elaborado pela autora a partir de IPECE, Ceará em mapas – Bacias Hidrográficas, 2007.

Na década de 1930 inicia-se o processo de industrialização em Fortaleza, promovendo o crescimento urbano e a favelização. Como afirma Souza (2005), a intensificação do processo de urbanização do litoral aconteceu com a concentração de renda da classe dominante proveniente do sertão, e associada à ideia de lazer e a consequente aquisição, por parte dessa elite, de uma segunda residência, localizada preferencialmente na praia. Ressalte-se que esse processo de ocupação, denominado veraneio, ocorreu, também, na maioria das grandes cidades litorâneas brasileiras, sendo responsável por um expressivo percentual da urbanização litorânea (MORAES, 2007).

A partir da década de 1950, o binômio lazer e veraneio, inverteu o sentido de urbanização/ocupação de Fortaleza, promovendo a busca da orla marítima pela classe dominante, induzindo a remoção das zonas de praia de seus antigos habitantes – a classe mais pobre. A prática do veraneio expandiu-se, da cidade de Fortaleza pelo litoral cearense, impulsionando um movimento de valorização das zonas de praia porque, à medida que os veranistas construíam suas casas secundárias em outros municípios, induziam a provisão de infraestrutura por parte do Estado, para a viabilização dos novos contextos de ocupação (MORAES, 2007).

Essa dinâmica de ocupação do litoral traduziu-se no Ceará de maneira peculiar à sua história de desenvolvimento, ou seja, a expansão do veraneio apoiada pela criação de infraestrutura para sua viabilidade impulsionaram serviços para atender às demandas turísticas.

A história recente do desenvolvimento econômico do Estado está vinculada ao desenvolvimento do litoral do Ceará, e este, sobretudo ao crescimento do turismo, de maneira semelhante como também ocorreu ao longo do litoral brasileiro, ou seja, a história da ocupação litorânea tem como pano de fundo os diferentes ciclos econômicos. O quadro a seguir estabelece de modo sintético os fatos que marcaram o desenvolvimento econômico no cenário nacional, relacionando com a ocupação da costa brasileira, particularmente o Nordeste e o Ceará.

Quadro 1.2 – OCUPAÇÃO DA COSTA BRASILEIRA E OS CICLOS ECONÔMICOS

Periodização	Características	Brasil	Nordeste	Ceará
Período Colonial até fins do séc XVIII	Defesa da Costa e escoamento das riquezas	Litoral Paulista: <ul style="list-style-type: none"> Santos e São Vicente Rotas de escoamento Litoral Fluminense <ul style="list-style-type: none"> Rio de Janeiro Ciclo cana-de-açúcar Ciclo mineração 	Litoral oriental da Zona da Mata: Recife e Olinda <ul style="list-style-type: none"> Cana de açúcar Pecuária Recôncavo Baiano: Salvador <ul style="list-style-type: none"> Cana de açúcar Pecuária Mineração 	<ul style="list-style-type: none"> Defesa de território Agricultura de subsistência Pecuária no sertão Inexistência de relações comerciais e vias de penetração
Século XIX até década de 20	Novo Ciclo econômico: Café	<ul style="list-style-type: none"> Início da Cultura do café: RJ; Crescimento da produção cafeeira em SP; Santos: 1º lugar nas exportações; SP RJ e MG: liderança nacional da economia 	<ul style="list-style-type: none"> Declínio econômico: decorrente da queda do preço do açúcar no mercado internacional Início da polarização Recife e Fortaleza 	<ul style="list-style-type: none"> Redução de tarifa alfandegária para exportar a partir de Fortaleza Algodão Sistema Ferroviário ligando Fortaleza ao sertão Litoral de Fortaleza ocupado pela classe pobre e imigrantes do sertão
Década de 30 a 1955	Decadência da economia cafeeira e desenvolvimento da industrialização	<ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura Construção de rodovias Concentração de atividades econômicas em São Paulo Maior cidade em população: Rio de Janeiro 	<ul style="list-style-type: none"> Estado de semi-estagnação econômica 	<ul style="list-style-type: none"> Seca de 30 Início da industrialização na Capital Novo uso para a praia: lazer
1955 a 1968	Industrialização pesada	<ul style="list-style-type: none"> Expansão do setor industrial associado ao capital estrangeiro Plantas industriais prioritariamente na zona costeira - importação ou exportação Fortalecimento da concentração de renda Fluxo migratório 	<ul style="list-style-type: none"> Criação da Sudene (59) Indústrias em Salvador e Recife Declínio do setor primário 	<ul style="list-style-type: none"> Incremento da migração da população sertão-capital Favelização Veraneio

Quadro elaborado pela autora.

O estado do Ceará teve, portanto, a expansão de ocupação de sua zona costeira principalmente em decorrência do novo tipo de uso: o veraneio, fruto da ascensão da classe dominante e da nova lógica de valorização da orla marítima. Esta expansão aconteceu tanto no sentido leste como no oeste, em relação à Fortaleza, o que reforçou o papel da Capital como ponto de recepção e distribuição de fluxos turísticos. Este processo de desenvolvimento caracterizou a zona costeira como o grande polo turístico do Ceará, reduzindo a concentração turística na capital – Fortaleza, e distribuindo o fluxo turístico pelas outras localidades litorâneas do Estado.

A valorização da zona costeira do Ceará, atrelada ao crescimento das atividades turísticas no Estado, estimulou o crescimento das atividades econômicas da cadeia produtiva do turismo, como hospedagem, comércio, bares e restaurantes, transportes e outros serviços relacionados, caracterizando, dessa forma, o turismo como um novo ciclo econômico para o Ceará.

1.2.3 - O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ

A atividade turística surge como um novo vetor econômico, responsável pela intensificação da ocupação da zona costeira brasileira nas últimas décadas. Como afirma Moraes (2007), esta atividade está ligada a vários processos, como: estruturação urbana de uma cidade litorânea; articulação a espaços de segunda residência; investimentos massivos criando funções e requalificando espaços; e indução da ocupação de novas áreas urbanas, dentre outros. O crescimento deste setor é alimentado sobretudo pela ampliação da classe média e pela demanda estrangeira. Além disso, as atividades turísticas passaram a incentivar e captar investidores estrangeiros e empreendedores locais, com vistas ao incremento do turismo, em sua lógica contemporânea e globalizante.

Preliminarmente, é necessário ressaltar o papel importante do turismo para a economia, que, conforme assinala Trigo (1998, p. 65), para quem "a atividade turística passou a ser um espaço privilegiado da produção, na medida em que se tornou uma das ocupações sofisticadas do setor terciário no acelerado processo de globalização", tornando-se uma atividade bastante expressiva na contemporaneidade. Conforme dados da OMT – Organização Mundial do Turismo, o crescimento médio mundial do fluxo turístico nos últimos 40 anos (1960-2000) é de 5,9%.

O negócio turístico, de acordo com Coriolano (2006), conforma ideologias que variam de acordo como os sujeitos envolvidos: governos, empresários, comunidades receptoras e ONG's, que produzem uma variedade de significados mediante diferentes discursos. É considerado, assim, uma das mais novas formas de reprodução do capital. Portanto, a visão de que a atividade turística é capaz de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental constitui um indicador complexo, sendo necessário averiguar o alcance e a distribuição de seus impactos positivos e negativos. O turismo é vislumbrado como a mais promissora das atividades do terceiro milênio e, a sociedade de consumo e os detentores da

atividade, entendendo sua importância, passaram a comercializá-lo nos moldes econômicos, atrelando-o às leis de mercado (CORIOLANO, 1998).

Enfim, no Brasil, o turismo constitui um elemento importante na economia, embora com um desempenho modesto em relação ao mundo, pois, conforme dados da OMT de 2010¹³, o fluxo turístico representa apenas 0,55% do fluxo de turismo no mundo, participando com 0,64% da receita mundial destinada ao turismo. Porém, de acordo com Becker (2001), a atividade turística figurou entre os dez produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira de bens de serviços, correspondendo a 4,7 % em 1991, superando a receita obtida com exportação do café, do farelo de soja, do suco de laranja, ocupando o quinto lugar na pauta de exportação. A zona de maior incidência turística no Brasil é a zona costeira, com cerca de sete mil quilômetros de extensão, com uma área emersa de 480.000 km², e 40 milhões de habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 87 hab/km², cinco vezes superior à média nacional, que apresenta o valor de 17 hab/km². Praticamente 1/4 da população brasileira está concentrada em grandes metrópoles localizadas na costa, com a exceção de Belo Horizonte e São Paulo¹⁴.

Os espaços litorâneos, em geral, são uma das maiores preferências para o uso do turismo e, principalmente, como afirma Sanchez (CRUZ, 2000, p. 29):

os litorais quentes, que se constituem como um recurso relativamente escasso, do ponto de vista da distribuição na superfície terrestre, tantos por razões climáticas e geomorfológicas, como por razões sociais, históricas e culturais.

O Brasil é favorecido por seu clima predominantemente quente na zona litorânea, e por sua grande extensão de costa, com 7.408 km. A zona costeira do Nordeste apresenta um clima quente, com pouca variação térmica, entre 24°C a 27°C. Além disso, o litoral brasileiro conta com grande patrimônio natural, relativamente inexplorado e bem preservado. Portanto, aliando esse potencial turístico à expansão da atividade turística internacional e nacional, e também, ao crescimento econômico e tecnológico, além da implementação de infraestrutura para viabilizar a acessibilidade, o Brasil criou condições para participar desse segmento econômico, uma vez que esses fatores são decisivos para o desenvolvimento da atividade.

O crescimento da atividade turística nas regiões litorâneas favoreceu a formação de um segmento chamado de turismo de "sol e mar", que surge no Rio de Janeiro, na praia de Copacabana, e se expandiu para as outras regiões do litoral brasileiro, com destaque para a região nordeste devido, principalmente, por suas características climáticas.

¹³ Ministério do Turismo, 2011^a, Anuário Estatístico Embratur 2011.

¹⁴ Dados IBGE – 1991, in Moraes, 2007

O turismo de “sol e mar” está relacionado “às atividades de lazer, entretenimento e contemplação da paisagem no ambiente natural litorâneo” (BRASIL, 2010, p.13). Esta modalidade de turismo, além do potencial de atração que exerce nos turistas pelas paisagens e condições climáticas, oferece a prática de diversão e atividades náuticas para o lazer e, como afirma Paiva (2011), se constitui num dos segmentos mais dinâmicos da atividade turística.

Para o nordeste brasileiro o turismo foi visto ainda como uma alternativa para o desenvolvimento regional, tanto pela riqueza de sua paisagem natural e cultural, como pela questão da geração de renda e emprego e implantação de infraestrutura, ainda escassas nessa região (TELES, 2001).

Desta forma, o Ceará demonstra um excelente potencial para o turismo de “sol e mar”. A linha costeira do Ceará, com 573 km de extensão (7,8% do litoral brasileiro), apresenta uma paisagem composta principalmente por faixa de praias arenosas, campos de dunas móveis e fixas, planícies flúvio-marinhas (manguezais e barras de rios), lagoas costeiras, tabuleiros litorâneos e falésias e uma vegetação peculiar, de mangues e coqueirais. O clima no litoral cearense é considerado ameno, de acordo com a classificação de Köppen (in SEMACE, 2006), caracterizado como quente e úmido, com períodos chuvosos restritos a quatro meses, em média, com sol na maior parte do ano.

As características do litoral do Ceará: climáticas – sol praticamente o ano inteiro com temperatura agradável variando entre 24° a 28°C – aliadas às riquezas paisagísticas, propiciaram ao governo do Estado a criação do “Seguro Sol” desde 2007. Trata-se da oferta de “garantia de sol” durante a estada do turista na cidade no período de julho a janeiro, condicionando que se chover por um período de dois dias seguidos o pacote adquirido é concedido novamente, mediante o pagamento apenas da taxa de embarque. Este “seguro” é uma estratégia do Governo em parceria com o trade turístico local, com o objetivo de divulgar e promover o Ceará como destino turístico, gerando um diferencial competitivo com outras localidades do país ¹⁵.

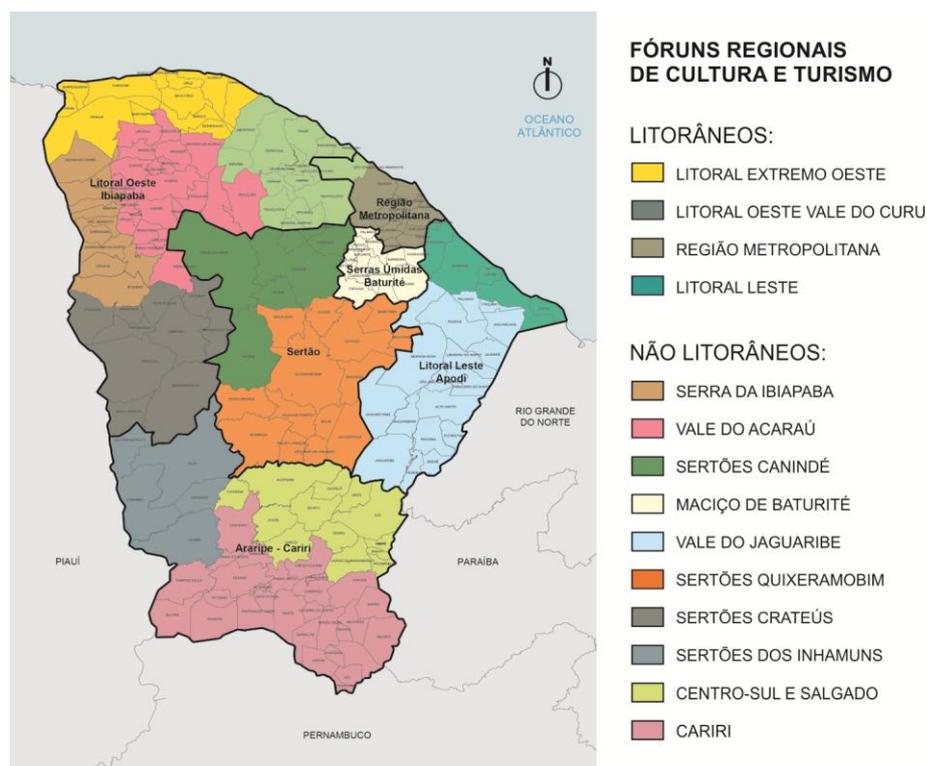
Enfim, o turismo foi apontado como uma saída econômica para o Nordeste, passando a ser tratado pelos governos na esfera federal e estadual como uma alternativa para a minimização das disparidades regionais. Desta forma, para o planejamento governamental do Nordeste, foram criados planos e órgãos para viabilizar o turismo como vetor de

¹⁵ SETUR-CE: www.setur.ce.gov.br, acessado em jan/2012.

desenvolvimento regional (CRUZ, 2000). E, partindo dessa premissa e com base na ênfase dada pelo governo federal ao turismo como vetor de desenvolvimento regional, o governo do Ceará considerou a atividade turística como estratégica para o crescimento econômico do Estado, transformando-se em um dos elementos propulsores do desenvolvimento socioeconômico do Estado e, nos últimos 25 anos, foram traçadas metas e planos de governo, com vistas a inserir o Ceará na rota turística nacional e internacional.

O Ceará está dividido administrativamente em 184 municípios, os quais, em consonância com a política governamental para o desenvolvimento regional do Estado, foram organizados em macrorregiões turísticas, subdivididas em fóruns regionais de cultura e turismo, de acordo com os seguintes critérios, estabelecidos pela Secretaria do Turismo do Estado:

- Caracterização espacial de acordo com a configuração física territorial definida em três grandes unidades geoambientais: litoral, serra e sertão.
- Atrativos naturais (praias, dunas, falésias, açudes, serras, chapadas, caatingas etc.) e socioculturais (pesca, artesanato, tradição folclórica, sítios arqueológicos, arquitetura e patrimônio histórico, festas e cultos religiosos, festas populares etc.).
- Vocações e potencialidades turísticas como turismo esportivo, sol e praia, religioso, cultural, rural, negócio, lazer, ecológico etc.
- Potencialidades das atividades econômicas locais como pesca, agroindústria, pecuária, couro, floricultura, têxtil, extração mineral, cimento e cerâmica etc.



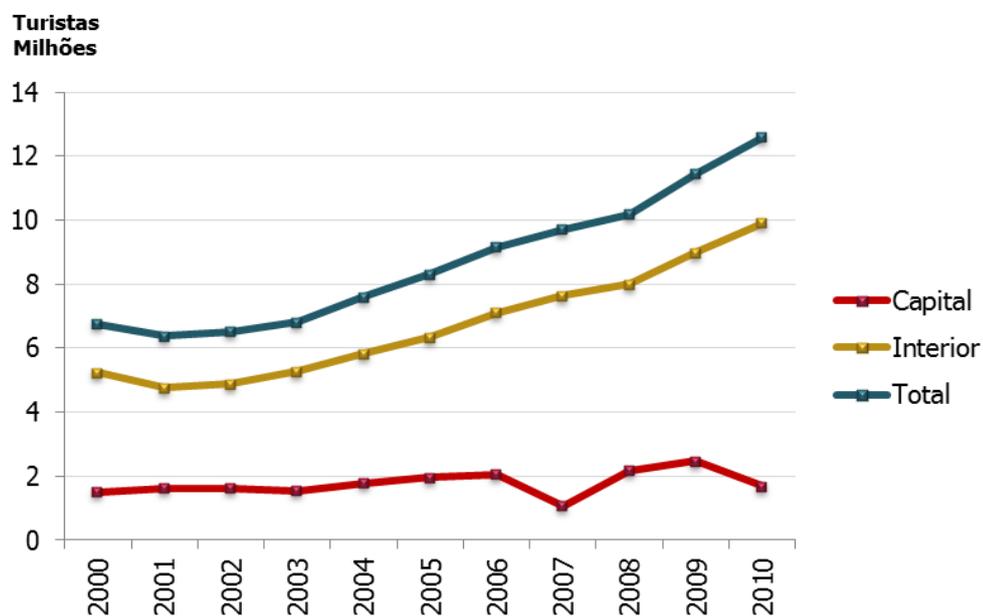
Mapa 1.2 – MACRORREGIÕES TURÍSTICAS DO CEARÁ e os FÓRUNS REGIONAIS DE CULTURA E TURISMO

Fontes: IPECE, Ceará em mapas – Fóruns Regionais de Cultura e Turismo, 2007

Na zona costeira do Ceará constata-se uma elevada densidade populacional, somando, segundo dados do IBGE¹⁶, 3.627.791 habitantes, o que resulta em 231,3 hab/km², representando 67,5% da densidade do estado cearense, consistindo num dos maiores adensamentos litorâneos do Brasil, decorrente, principalmente, da contribuição numérica da região metropolitana de Fortaleza, que abrange 79,6% da população do Estado.

O incentivo à atividade turística no Estado dinamizou o fluxo às cidades litorâneas, induzindo o Estado a qualificar o litoral para o turismo de modo sistemático. Esse fluxo turístico parte principalmente da Região Metropolitana de Fortaleza, onde a Capital é o principal polo receptor do turismo e emissor para as cidades localizadas ao longo do litoral. No Gráfico 1.5 identifica-se o crescimento do fluxo turístico no Ceará no período de 2000 a 2010 e na Tabela 1.6 verifica-se na movimentação turística, a preferência dos turistas dentro do Estado, destacando-se a Capital, o litoral leste e o litoral oeste como os mais visitados.

Gráfico 1.5 – COMPORTAMENTO DO FLUXO TURÍSTICO NO CEARÁ: 2000-2010



Fontes: IPECE, Indicadores Turísticos 1995-2011; Anuário Estatístico do Ceará 2011.

¹⁶ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – censo de 2010.

Tabela 1.6 – PREFERÊNCIAS TURÍSTICAS NO CEARÁ: 2006-2010

REGIÕES TURÍSTICAS	2006		2010	
	Movimentação Turística	%	Movimentação Turística	%
Total	9.165.748	100,0	12.595.005	100,0
Fortaleza	2.062.493	22,5	2.691.729	21,4
Pólos Turísticos	7.103.255	77,5	9.903.276	78,6
Araripe/Cariri	374.158	4,1	1.364.787	10,8
Ibiapaba	948.568	10,3	498.332	4,0
Baturité	478.568	5,2	525.591	4,2
Litoral Leste	1.800.988	19,6	2.757.696	21,9
Litoral Oeste	2.136.783	23,3	3.376.677	26,8
Sertão Central	469.810	5,1	586.449	4,7
Outros	894.380	9,8	793.744	6,2

Fontes: IPECE, Anuário Estatístico do Ceará 2008; Anuário Estatístico do Ceará 2011.

Uma das ações importantes que favoreceu o crescimento do fluxo turístico no litoral foi o conceito do Corredor Turístico, previsto no plano de governo de 1995¹⁷, através da criação da Rodovia Estruturante. Essa via foi estabelecida a partir das Rodovias existentes: CE-040 transformada em Rota do Sol Nascente e CE-085 em Rota do Sol Poente, as quais foram ampliadas e requalificadas. Também foi prevista a execução e/ou manutenção de vias de acesso às localidades litorâneas, a partir da Rodovia Estruturante. Atualmente, em 2012, parte da Rota Sol Nascente (CE-040) foi duplicada no trecho que liga Fortaleza a Beberibe (75 km), e encontra-se em obras o trecho de Beberibe a Aracati, que viabilizará a ligação entre o Aeroporto de Aracati e Fortaleza (Mapa 1.3).

A rodovia Estruturante e as vias de acesso às localidades litorâneas favoreceram o crescimento do fluxo turístico, como também o desenvolvimento dessas localidades.

¹⁷ Este Plano denominado: O Turismo – Uma Política Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará: 1995-2020, foi elaborado em 1995 pela SETUR, quando da criação da Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR, e um dos objetivos deste plano consistia em adotar estratégias mercadológicas para promover uma nova concepção da atividade turística no Ceará.



Mapa 1.3 – RODOVIA ESTRUTURANTE: ROTA DO SOL POENTE E ROTA DO SOL NASCENTE

Fontes: Elaborado pela autora a partir de IPECE, Ceará em mapas – Estradas Pavimentadas, 2007.

A evolução da receita turística e o seu impacto sobre o PIB do Ceará, como visto na tabela 1.5 (ver p. 34), denota o crescimento da atividade turística no Estado. Esta lógica revela também o crescimento da cadeia turística desencadeado pela expansão da atividade nos vários segmentos pertinentes, como hotelaria, comércio, serviços, restaurantes etc.

Portanto, com o objetivo de gerar um produto turístico diferenciado, a iniciativa privada tem implantado na zona costeira cearense empreendimentos turísticos de médio e grande porte¹⁸, com características específicas para privilegiar a motivação para o lazer e para a realização de eventos.

¹⁸ Classificação do porte segundo a ABH – Associação Brasileira de Hotéis, que classifica pequeno porte até 50 leitos de hospedagem. Acessado em julho/2011: www.abih.com.br/abih-site/index.php/page/roll .

1.3 - OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS E A ZONA COSTEIRA DO CEARÁ

Sob a égide da sustentabilidade e da ecologia, tão marcantes na sociedade contemporânea, a valorização da natureza tem sido bastante explorada como recurso turístico. Como fruto dessa atitude, a indústria turística¹⁹ tem se apropriado do litoral, redesenhando novas formas urbanas, no que se refere ao aspecto arquitetônico, ao de infraestrutura, de rodovias etc., reforçando o papel do turismo como um dos principais vetores da reorganização espacial, como afirma Lima (2006, p. 230):

a rede de serviços que atende ao turismo – agências, hotéis, restaurantes, casas de entretenimento, empresas de transporte, dentre outros – vem se tornando vetor de criação e ampliação de novas dinâmicas espaciais. Uma é reflexo da outra, ampliam-se os serviços, eleva-se a dinâmica espacial que solicita mais e melhores equipamentos. Dada a valorização das áreas em processo de organização e reorganização, atrações de capitais novos se intensificam. Os grandes empreendimentos são planejados para serem implantados em áreas dotadas de grande valor paisagístico, que apresentam maior densidade técnica favorável à recepção de turistas.

Este novo modelo de crescimento e desenvolvimento econômico do Ceará, tendo como principal motor propulsor da economia cearense a indústria turística, tem o respaldo do Governo, em parceria com a iniciativa privada, aliado às políticas de desenvolvimento dos Estados Nordestinos. No nível federal, foi importante a instituição do PRODETUR-NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste e das Políticas de Megaprojetos Turísticos - PMT.

O PRODETUR-NE e as políticas relacionadas aos megaprojetos turísticos inserem-se numa fórmula internacional de crescimento do turismo, que consiste em aliar a capacidade empreendedora da iniciativa privada à atuação do Poder Público. Este último atua na elaboração da legislação, projeto e implementação de infraestrutura, financiando recursos e gerando contrapartidas da iniciativa privada com vistas a consolidar, fortalecer e promover destinos turísticos.

Alguns desses megaprojetos concretizam-se em empreendimentos turísticos imobiliários e têm nessa parceria público-privada uma relação que coloca o setor público, por vezes, como empreendedor dos megaprojetos, como afirma CRUZ (2000, p. 79):

¹⁹ Conforme Coriolano (1998), a atividade turística por pertencer a uma cadeia produtiva grande e diversa, passou a ser tratada por pesquisadores e os agentes envolvidos como "indústria sem chaminé". A denominação de indústria ao turismo cristalizou-se com o Decreto Federal no. 448, de 14/02/1992, D.O.U. de 17/12/1994, que passou a equiparar o projeto de turismo ao de indústria, para efeito de financiamentos concedidos pelas instituições oficiais.

os projetos idealizados pelos poderes públicos estaduais, comandam também o processo de sua implementação, definindo e loteando as áreas a serem urbanizadas para fins turísticos, negociando os respectivos lotes, e financiando, por vezes com recursos próprios, outras com recursos federais, os empreendimentos a serem implantados.

Os empreendimentos turísticos imobiliários, por vezes, impulsionam o desenvolvimento dos serviços urbanos e turísticos e a realização de infraestrutura. É importante ressaltar que, através do turismo, a cidade pode ou não expandir seus limites, forçando a expansão da malha e da infraestrutura, como afirma Silva (2009, p. 61):

essa expansão urbana seja um processo contínuo e desorganizado, pautado principalmente no mercado imobiliário, e conseqüentemente, pela necessidade que as empresas tem de recuperar e ampliar seus investimentos. Não houve, pelo menos até a obrigatoriedade dos planos diretores em algumas cidades, ações conjugadas entre a iniciativa privada e o poder público, tampouco uma visão global e planejadora por parte das empresas do setor da construção civil.

Na visão de Lanquar (in: TEIXEIRA, 1996), deve existir uma distinção entre investimento feito para infraestrutura e aquele destinado aos equipamentos turísticos. A infraestrutura deve levar em conta os interesses locais e também os múltiplos usos dos empreendimentos, para que não seja subutilizada. Com isso, reforça-se o papel do Estado como agente econômico para o turismo.

Enfim, de acordo com Mathielson & Wall (in: TEIXEIRA, 1996), o importante é relacionar o desenvolvimento do turismo a seus impactos econômicos, uma vez que os benefícios oriundos do turismo dependem da estrutura econômica adotada e da localização das áreas dos destinos turísticos.

Desta forma, a política de implantação de megaprojetos turísticos tem impulsionado a construção de empreendimentos imobiliários destinados ao turismo, os quais têm marcado o contexto urbano e socioeconômico das cidades litorâneas do Ceará, devido ao seu porte e à sua influência na infraestrutura urbana, como também no que se refere à geração de emprego e renda da população, entre outros aspectos.

A construção desses equipamentos é regulada pelo Governo através da exigência da licença ambiental, por meio da aprovação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, emitidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Ceará – SEMACE e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, conforme estabelecido na Lei Estadual no. 11411/1987 e suas disposições posteriores, e na Resolução COEMA no. 04/2009. Esta determinação está em consonância com a Política Nacional de Meio Ambiente, que estabelece essa exigência

[...] para todas as atividades que utilizem recursos ambientais e possam ser causadoras efetivas ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental, desenvolvidas por pessoas físicas e jurídicas, inclusive as entidades das administrações públicas federal, estadual e municipal.

A determinação da apresentação do EIA-Rima²⁰ visa:

a identificação e avaliação das prováveis repercussões sobre o meio ambiente, a partir do conhecimento de determinado projeto, obra ou atividade e das características da área de influência dos mesmos, bem como a proposição das medidas mitigadoras/compensatórias adequadas e programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos.

Enfim, os Empreendimentos Turísticos Imobiliários de Médio e Grande Porte – ETIs, empreendidos pela iniciativa privada que surgem no litoral do Ceará são viabilizados, principalmente, a partir de investimentos e políticas públicas direcionados para estes equipamentos, especialmente em infraestrutura. Uma vez concretizada a implantação, os ETIs transformam e interferem no espaço urbano e tendem a alterar a qualidade de vida da população local, modificando, conseqüentemente, os aspectos urbanos e socioeconômicos dessas localidades, uma vez que esse padrão de desenvolvimento turístico tem como características básicas a dotação de infraestrutura (rodovias, energia elétrica e saneamento) e de força de trabalho a ser empregada nas atividades turísticas, inclusive com a capacitação de mão de obra.

Finalmente, com o propósito de avaliar se a implantação dos ETIs associada a esses investimentos públicos, principalmente em infraestrutura, trouxe efetivamente desenvolvimento urbano e melhoria na qualidade de vida da população local, foi realizada uma pesquisa desses ETIs no litoral do Ceará.

Para tanto, como premissa básica, adotou-se a compreensão do vetor de desenvolvimento do turismo apresentando maior importância e determinação nas cidades litorâneas de médio e pequeno porte, porque nas cidades de maior porte existem outros fatores de desenvolvimento que podem mascarar a análise desejada, ou seja, sob o ponto de vista do vetor do turismo.

Para selecionar os municípios litorâneos classificados como pequeno e médio porte, de acordo com a classificação do IBGE²¹, foi feita a análise dos dados de contagem populacional

²⁰ Site SEMACE, acessado em 13/nov/2009: www.semace.ce.gov.br/servicos/calculo/duvidas.asp

²¹ Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, censo demográfico de 2000, o porte dos municípios em razão do tamanho da população é classificado nas seguintes classes de dimensionamento populacional: até 20.000; mais de 20.000 a 100.000, mais de 100.000 a 500.000, mais de 500.000. É identificado como pequeno porte até 100.000 e como médio porte de 100.000 a 500.000 habitantes. (Fonte: www.ibge.gov.br – dez/2008)

na tabela abaixo, e se verificou a inclusão de todos os municípios cearenses, com exceção da capital – Fortaleza, a qual foi excluída do estudo.

Tabela 1.7 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LITORÂNEOS NO CEARÁ – 2010

MACRORREGIÕES TURÍSTICAS	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
Região Metropolitana	Fortaleza	2.452.185
	Caucaia	325.441
	Aquiraz	72.628
	São Gonçalo do Amarante	43.890
Litoral Oeste Ibiapaba	Acaraú	57.551
	Amontada	39.232
	Barroquinha	14.476
	Camocim	60.158
	Itapipoca	116.065
	Itarema	37.471
	Jijoca de Jericoaca	17.002
	Paracuru	31.636
	Paraipaba	30.041
Trairi	51.422	
Litoral Leste Apodi	Aracati	17.002
	Beberibe	49.311
	Cascavel	66.142
	Fortim	14.817
	Icapuí	18.392

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2010, tabela 200.

A verificação da existência dos ETIs nestes municípios selecionados partiu de um levantamento básico de dados na SEMACE, que forneceu a relação dos empreendimentos construídos (em construção ou concluídos), com processo na SEMACE aprovado, em tramitação ou negado para expedição do documento EIA-RIMA por esta Secretaria, além de dados como área de implantação, tipologia, empreendedor, dentre outros.

Esta coleta de dados direcionou o levantamento fotográfico aéreo realizado em toda a zona costeira do Ceará – litoral leste e oeste de Fortaleza, resultando em aproximadamente 500 fotos. Utilizando as coordenadas geográficas fornecidas pela SEMACE, foram identificados os terrenos e/ou empreendimentos imobiliários no campo, que foram fotografados para registro. Alguns ETIs construídos não registrados pela SEMACE foram observados no voo e, também fotografados e, posteriormente, identificados. O Mapa 1.4, adiante, localiza os ETIs identificados no litoral leste e oeste e na região metropolitana de Fortaleza. A Figura 1.1 e Figura 1.2 apresentam a imagem do Google Earth com alguns registros do levantamento aerofotográfico.

Os empreendimentos turísticos imobiliários foram relacionados no Quadro 1.3 – “Caracterização dos Empreendimentos Turísticos Imobiliários no Litoral do Ceará”, com a indicação da localização no município e na região turística. Foram indicados os dados de cada empreendimento, como o empreendedor responsável pelo projeto; as características básicas de projeto, com a descrição sucinta do programa de necessidades para a edificação e a respectiva área de implantação; o *status* de operacionalização, ou seja, se o empreendimento está em fase de projeto, construção ou funcionamento, e finalmente a situação do EIA-RIMA concedido pela SEMACE, se está em tramitação, se foi aprovado ou se não existe.



OCEANO ATLÂNTICO



LEGENDA

FÓRUNS REGIONAIS TURÍSTICOS:

- REGIÃO METROPOLITANA
- LITORAL OESTE
- LITORAL LESTE

LEVANTAMENTO DE DADOS - 2008:

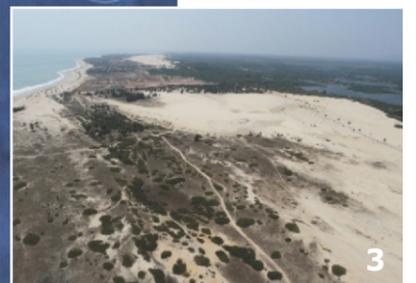
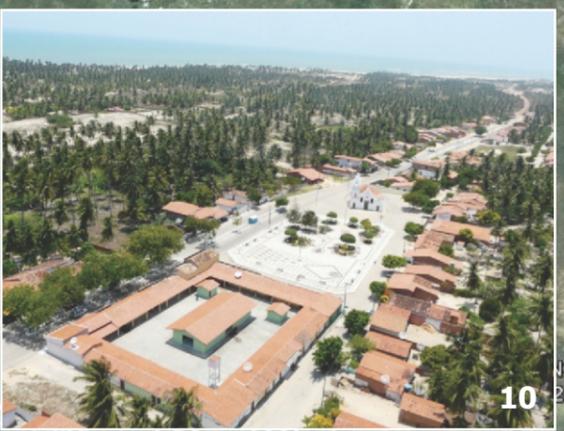
- TERRENO COM PROJETO NA SEMACE
- EMPREENDIMENTO EM FUNCIONAMENTO
- EMPREENDIMENTO EM CONSTRUÇÃO
- EMPREENDIMENTO EM PROJETO - PORTO CANOÉ
- EMPREENDIMENTO EM CONSTRUÇÃO - AQUIRAZ RIVIERA
- EMPREENDIMENTO DESATIVADO
- EMPREENDIMENTO EMBARGADO
- AEROPORTO DE ARACATI
- PORTO DO PECÉM

MAPA 1.4 - LOCALIZAÇÃO DOS ETIs NO CEARÁ

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de IPECE, Ceará em mapas - Fóruns Regionais de Cultura e Turismo, 2007.



- LEGENDA**
- 1: Emp. Cumbuco Beach
 - 2-3: Cumbuco - Empreendimento
 - 3: Cumbuco - Emp. Brasil Real Cumbuco Resort
 - 5-6: Lagoinha - Emp. Costas das Aldeias
 - 7: Praia da Baleia - Emp. Nova Atlantida
 - 8: Praia de Jericoacoara
 - 9: Paracuru
 - 10: Almofala
 - 11: Lagoinha - Emp. Fortalisboa
 - 12: Praia das Almas - Bitupitá
 - 13- Camocim - Emp. Marilha
 - 14- Jericoacoara



NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO
2012 Cnes/Spot Image

Figura 1.1 - LITORAL OESTE
 Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Google Earth (2012) e de fotografias do acervo da autora (2009).



Figura 1.2 - LITORAL LESTE

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Google Earth (2012) e de fotografias do acervo da autora (2009).

**Quadro 1.3 - CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS
NO LITORAL DO CEARÁ**

REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	EMPREENDIMENTO	EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO	CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	ÁREA DE IMPLANTAÇÃO (ha)	STATUS	NÚMERO EIA-RIMA	DATA APROVAÇÃO	INÍCIO OPERAÇÃO
LITORAL LESTE	Aquiraz	Porto das Dunas	Acqua Villa Resort & Hotel	Construtora Colméia Ltda.	Hotel com 87 unidades e 352 leitos.	20,00	Funcionando	87	14/nov/1995	mar/1997
	Aquiraz	Porto das Dunas	Oceani Resort (Antigo Hotel Ibis)	s/d	Hotel com 132 apartamentos, restaurante, bar, piscinas, quadra esportiva.	s/d	Funcionando	133	27/nov/1997	fev/2000
	Aquiraz	Porto das Dunas	Beach Park Suites Resort	Construtora Marquise S.A.	Resort com 182 unidades.	Complexo: 180.000m ² Parque Aquático: 55000m ² (pessoas/dia=2500)	Funcionando	63 (somente para o hotel)	1994	jul/1988
	Aquiraz	Porto das Dunas	Beach Park Acqua Resort	Construtora Marquise S.A.	Resort com 123 unidades.	Complexo: 180.000m ² Parque Aquático: 55000m ² (pessoas/dia=2500)	Funcionando	63 (somente para o hotel)	s/d	jul/2008
	Aquiraz	Lagoa Seca	Complexo Turístico Barra do Aquiraz	ETUR Empreendimentos Turísticos Ltda.	Master Plan de um Complexo turístico e hoteleiro de desenvolvimento urbano.	424,75	Terreno.	340	09/nov/1996	s/d
	Aquiraz	Praia (Praia Japão)	Complexo Turístico Ytacaranha	Merotusa Menoça Empreendimentos Turísticos S.A.	Parque aquático, restaurante e área de camping.	3,76	Funcionando	127	1997	jul/2007
	Aquiraz	Lagoa do Catu	Catu Residence	Arboretto - Nasser Hissi	Complexo Residencial de 740 unidades (4ud por pav.), (42 Torres com 4 ou 5 pav.). Acesso CE040 Km 30.	30,00	Construção em andamento.	Não tem (só tem EIA/2006)	2006	s/d
	Aquiraz	Japão	Empreendimento turístico hoteleiro Marestrela	Marestrela Empreendimentos Turísticos Ltda.	Chalés.	s/d	Terreno.	233	25/abr/2002	s/d
	Aquiraz	Praia de Marambaia	Aquiraz Riviera - Praia Bela resort & Village	Dom Pedro Hotels (Portugal); Ivens Dias Branco, Solverde (Portugal) Ceará Investment Fund	Estrutura turística integrada constituída de 8 hotéis, 6 pousadas, 40 bjas, 10 restaurantes, academia de tênis com 8 quadras, campo de golfe com 18 buracos, centro de conferências, clube house, SPA, hipica, centro de teciamento, sistema viário, e infra-estrutura basica. Em construção: Hotel D. Pedro Laguna com 64 aptos e 82 vilas, e em funcionamento golf Club House com campo de golfe com 8 buracos.	285,00	Construção em andamento.	239	18/dez/2003	s/d
	Cascavel	Caponga	Village Barra Mar	s/d	s/d	s/d	Funcionando	s/d	s/d	s/d
	Cascavel	Balbino	Balbino Beach Resort	BB Investimentos e Construções Ltda.	Complexo turístico e hoteleiro, compreendendo barracas de praia e heliponto, 57 unidades residenciais unifamiliares e um hotel.	s/d	Terreno.	308	22/dez/2005	s/d
	Cascavel	Águas Belas e Barra Nova	Juruti Beach River Resort	Antônio Eduardo Rodrigues de Carvalho	Complexo Turístico constituído de condomínio com 192 unidades habitacionais, hotel com 100 apartamentos, hotel com 160 apartamentos, área esportiva, clube, spa, comércio e entretenimento.	31,90	Terreno.	303	29/dez/2005	s/d
	Cascavel	Barra Velha	Complexo Turístico Vila Duas Barras	ECIT Empresa Cearense Imobiliária e Turística	Plano diretor de um Complexo turístico tipo misto residencial e comercial.	372,69	Terreno.	363	26/jul/2007	s/d
	Beberibe	Tabuba do Morro Branco	Tabuba do Morro Branco Beach Resort	s/d	Hotel com 21 chalés, serviço de restaurante, piscinas, quadras de tenis, convenções.	2,00	Construção em andamento.	s/d	s/d	s/d
	Beberibe	Morro Branco	Empreendimento dos Portugueses	s/d	s/d	s/d	Obra embargada.	s/d	s/d	s/d

Continua

REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	EMPREENDIMENTO	EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO	CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	ÁREA DE IMPLANTAÇÃO (ha)	STATUS	NÚMERO EIA-RIMA	DATA APROVAÇÃO	INÍCIO OPERAÇÃO
LITORAL LESTE	Beberibe	Morro Branco	Áreas Coloridas - Complexo Turístico Parque das Falésias	Oásis Atlântico Ceará Ltda.	Complexo turístico compreendendo um hotel (5 estrelas) com 250 apto. 4 flats com 258 aptos, 2a. Etapa: 54 unidades residenciais, 3a. Etapa: um hotel (5 estrelas) com 250 aptos.	s/d	Terreno.	231	26/jul/2002	s/d
	Beberibe	Praia das Fontes	Resort Pestana Hotels	Brasurinvest Investimentos Turísticos S/A	Um Hotel, vilages; loteamento residencial unifamiliar, clube house, spa, centro de eventos, áreas de lazer, diversão e esporte.	64,95	Terreno.	330	27/jul/2006	s/d
	Beberibe	Praia das Fontes	Complexo Hoteleiro Vale das Nascentes	Sun & Sea Investimentos e Desenvolvimento Ltda.	Hotel com 66 apartamentos, um vilage com 60 unidades, áreas sociais para lazer e esporte, comércio e serviços, sistema viário e infra-estrutura básica.	10,00	Terreno.	275	26/ago/2004	s/d
	Beberibe	Praia das Fontes	Coliseum Hotel	Darlan Teixeira Leite	Hotel com 253 leitos.	s/d	Funcionando	s/d	s/d	fev/2008
	Beberibe	Praia das Fontes	Hotel Park das Fontes	s/d	Hotel com 211 leitos e parque aquático.	8,00	Funcionando	s/d	s/d	fev/1987
	Beberibe	Praia das Fontes	Hotel Oásis Atlântico Praia das Fontes	s/d	Hotel com 253 leitos - 148 chalés e 105 apartamentos.	s/d	Funcionando	s/d	s/d	1986
	Beberibe	Vila do Uruaú - Sucaitinga	Complexo Turístico da Praia do Uruaú	Oásis Atlântico Ceará Ltda.	Empreendimento turístico.	101,84	Terreno.	269	14/abr/2004	s/d
	Beberibe	Vila do Uruaú - Praia das Fontes	Complexo Turístico da Praia do Uruaú	Praimar S/A.	Empreendimento turístico hoteleiro.	239,53	Terreno.	226	13/dez/2001	s/d
	Beberibe	Parajuru	Porto das Jangadas	Geoplan Consultoria Hídrica & meio Ambiente S/C Ltda.	Loteamento.	321,48	Terreno.	4	ainda não aprovado	s/d
	Fortim	Canto da Barra	Complexo Turístico Playa Mansa - Fazenda Praia Canoé	FIDE XXI Participações Ltda.	Resorts, condomínios unifamiliares e multifamiliares, capô de golfe, clube house, hotel-golfe, equipamento comercial/cultural, centro de convenções e eventos.	299,97	Terreno.	318	16/mar/2006	s/d
	Aracati	Canoa quebrada	Beachfront Resort	Condomínio Canoa Beachfront Resort	Equipamento inovador de veraneio e lazer	20,67	Terreno.	393	25/jun/2008	s/d
	Aracati	Canoa Quebrada	Complexo Turístico / Hotelero Porto Canoa	Evolution Incorporação e Construção Ltda.	Complexo turístico com 136 apartamentos, auditório, restaurante, parque aquático, quadras, play ground.	s/d	Desativado desde 2008.	49	1993	s/d
	Aracati	Aracati (sede)	Mirante das Gamboas	s/d	Hotel com parque aquático, quadras, sala de convenções, restaurante, áreas de camiticultura, pesque e pague.	s/d	Funcionando			mar/2002
	Aracati	Majoriândia	NÃO IDENTIFICADO	s/d	s/d	s/d	Funcionando	s/d		
	Icapuí	Praia de Tremembé	Empreendimento Turístico Tremembé Beach do Brasil	Tremembé Beach do Brasil do Ltda.	Complexo turístico.	s/d	Terreno.	337	09/nov/2006	
Caucaia	Praia do Cumbuco	Cumbuco Beach	Ingeconser do Brasil Investimentos e Participações Ltda.	Implantação no terreno do Hotel Saint Tropez des Tropiques de um Complexo Turístico, contemplando Resort turístico e residencial, constituído por 960 apartamentos distribuídos em 36 blocos e áreas adjacentes.	15,00	Terreno.	368	27/set/2007	s/d	

Continua

REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	EMPREENDIMENTO	EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO	CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	ÁREA DE IMPLANTAÇÃO (ha)	STATUS	NÚMERO EIA-RIMA	DATA APROVAÇÃO	INÍCIO OPERAÇÃO
LITORAL OESTE	Caucaia	Praia do Cumbuco	Brasil Real Cumbuco Resort	Brasil Real Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Resort turístico residencial composto por 10 condomínios e grande área comum.	63,00	Terreno.	397	ainda não aprovado	s/d
	Caucaia	Praia do Cumbuco	Cumbuco Golf Resort Vila Galé	Nasse Hissa Arquitetos Associados	Resorts, condomínios turísticos de alto luxo e simples, condomínios unifamiliares e multifamiliares, campo de golfe, clube house, hotel golfe, equipamento comercial/cultural, centro esportivo completo e centro educacional de grande porte.	479,51	Terreno.	304	25/ago/2005	s/d
	Caucaia	Praia do Cumbuco	Complexo Hoteleiro do Cumbuco	Braustam Hotéis Ltda.	Expansão e Reforma do Hotel Saint Tropez des Tropes voltada para os padrões internacionais de hotelaria e turismo.	s/d	Terreno.	217	27/set/2001	s/d
	São Gonçalo do Amarante	Pecém - Taiba	Dunas da Taiba	JME Administração Participações e Negócios Ltda	Plano Diretor destinado a hotelaria, turismo, veraneio, unidades imobiliárias e estruturas reservadas ao lazer e desporto.	834,39	Terreno.	387	26/jun/2008	s/d
	São Gonçalo do Amarante	Pecém - Taiba	Talpa Beach Resort	Talpa Investimento Ltda.	Resort com 152 unidades de veraneio (32 casas e 112 aptos).	6,00	Terreno.	sem EIA RIMA	s/d	s/d
	Paracuru	Pitiquara - Morro dos Cabolços	Dunas do Paracuru	Location - Imobiliária Paulista Comércio Ltda.	Complexo turístico composto por hotéis, resorts, condomínios residenciais e áreas comerciais.	100,00	Terreno.	348	07/dez/2006	s/d
	Paracuru	Baixo Curu	Dunas do Paracuru	Espanada do Paracuru empreendimentos Turísticos S/A	Hotéis, Resorts, Pousadas, academia e campo de golfe, clube de praia, parque temático, academia de ênis, centro cultural/convenções, vila dos pescadores.	s/d	Terreno.	177	28/fev/2000 e 31/jan/2008	s/d
	Parapaba	Lagoinha	Costas das Aldeias	Marbello Prasa Empreendimentos Turísticos S/A	Complexo turístico composto por hotéis, spa para terceira idade e uma marina na beira-rio do Curu.	s/d	Terreno.	398	ainda não aprovado	s/d
	Parapaba	Lagoinha	Lagoinha Suites Resort	Fortalshoa Promoção Imobiliária Ltda.	Hotel com 134 unidades e Resort com 80 unidades e área de lazer com spa, fitness etc.	83,89	Construção em andamento.	394	25/set/2008	s/d
	Trairi	Mundaú	Complexo Turístico de Mundaú	Luiz Fluzza Arquitetos Associados S/C	4 Hotéis, 4 Pousadas, restaurantes, campos e clubes de golfe, área esportiva e centro equestre marinha e o parque aquático, setores administrativos e sociais, além de sistema viário e toda infra-estrutura necessária.	320,00	Terreno.	242	29/jul/2004	s/d
	Itapipoca	Praia da Baleia	Nova Atlântida Cidade Turística, Residencial e de Serviços	Nova Atlântida Ltda.	Hotéis, Resort, Condomínios, campo de golfe, condomínios contry e equipamentos de infra-estrutura.	1.100,00	Terreno.	286	03/nov/2004	s/d
	Camocim	Praia do Farol	Complexo Turístico Praia do Farol	Mariha Holding Ltda	1ª fase: um Hotel, um Flat e loteamento para residências unifamiliares e na 2ª. Fase: estabelecimentos comerciais e de serviços e mais um condomínio.	50,38	Terreno.	279	26/ago/2004	s/d
	Camocim	Povoado de Maceió	Cidade Turística Mariha	Mariha Holding Ltda	Estrutura de lazer, entretenimento e esporte: hotéis, flat, pousadas, condomínios unifamiliares e multifamiliares, clubes, academias, parques temáticos, lojas etc.	606,69	Terreno.	234	25/jul/2002	s/d
	Camocim	Praia das Barreiras	Boa Vista Resort	s/d	Resort com 123 unidades. Tem estrutura de quadras, piscinas, eventos etc.	s/d	Funcionando	s/d	s/d	mar/2002

Fonte: Dados obtidos junto a SEMACE, out/2008; Pesquisa de campo 2011 e 2012. Elaborado pela autora.
Obs: s/d – sem dados.

A análise do levantamento fotográfico juntamente com o Mapa 1.4 e Quadro 1.3 possibilitou fazer algumas considerações sobre esse dados pesquisados, conforme descrito a seguir.

Inicialmente, quanto à localização e à distribuição dos empreendimentos no litoral do Ceará, constatou-se não haver empreendimentos imobiliários turísticos em todos os municípios litorâneos. Observa-se, no entanto, uma maior concentração nos municípios de Aquiraz, Caucaia e Beberibe. Outro aspecto relevante é quanto ao *status* de operacionalização: detectou-se haver mais empreendimentos em fase de projeto que construídos ou em execução, ou seja, apenas existe a reserva do terreno e, portanto, a intenção de construir. O total dos investimentos nessa situação representou 60% do montante, confirmando o levantamento aéreo, no qual grandes áreas das regiões do litoral leste e oeste ainda se acham desocupadas. Os empreendimentos em funcionamento somaram 29%, e aqueles em processo de construção representaram 7% do total.

Com relação à legalidade, os empreendimentos em fase de projeto com EIA-RIMA aprovados pela SEMACE totalizaram em 85%, representando um bom índice de legalidade perante à legislação estadual. E aqueles em funcionamento somaram 70% sem a aprovação do EIA-RIMA, pois essa exigência passou a vigorar somente a partir de 1987, após a concepção da maioria dos projetos desses ETIs.

Quanto aos programas arquitetônicos básicos, os ETI atenderam à sua definição básica. Segundo Silva (2006, p. 9)²²:

Empreendimentos Turísticos são aqueles estabelecimentos construídos para a prestação de serviços de alojamento temporário, restauração ou animação de turistas, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares para atender às necessidades dos clientes.

Destarte, o programa de necessidades para a implantação desses equipamentos é fruto de vários fatores elencados pelos investidores para definição do empreendimento, pois, conforme estes empreendedores, a viabilidade econômica e a localização têm repercussões fundamentais para a exequibilidade do projeto.

A conceituação do porte do empreendimento é dada pelo número de unidades habitacionais – UHs – oferecidas e o número de leitos de hospedagem, como também pela estrutura de lazer oferecida, como parque aquático, área para esportes, campo de golfe, restaurantes, convenções e serviços, determinando a área de implantação.

²² MANUAL DE LICENCIAMENTO PARA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS. Natal: IDEMA, 2006 in SILVA, João Vítor dos Santos. Licenciamento Ambiental para Empreendimentos Imobiliários Turísticos.

O porte desses equipamentos classificou-se entre de médio e de grande porte, com a oferta média de 100 UHs, conforme se observa no Quadro 1.3. A área dos terrenos para a implantação desses empreendimentos tem em média 20 ha para os equipamentos de médio porte, e 300 ha para aqueles de grande porte.

Analisando o Quadro 1.3 e o Mapa 1.4, pode-se traçar um esboço da proporção e das características do tipo de ocupação do litoral cearense pelos Equipamentos Turísticos Imobiliários. Constatou-se a ocupação dos ETIs no litoral oeste mais rarefeita, em relação ao litoral leste, apesar daquele ter uma extensão maior de regiões de praia que o Leste, e também apresentar praias mais planas, favorecendo o acesso ao mar. O litoral do Ceará é formado por grandes campos de dunas móveis com destaque, no litoral oeste, para o trecho que compreende entre as praias da Tabuba, do Pecém, de Paracuru, da Baleia e, principalmente, o campo de dunas localizado na Praia de Jericoacoara.

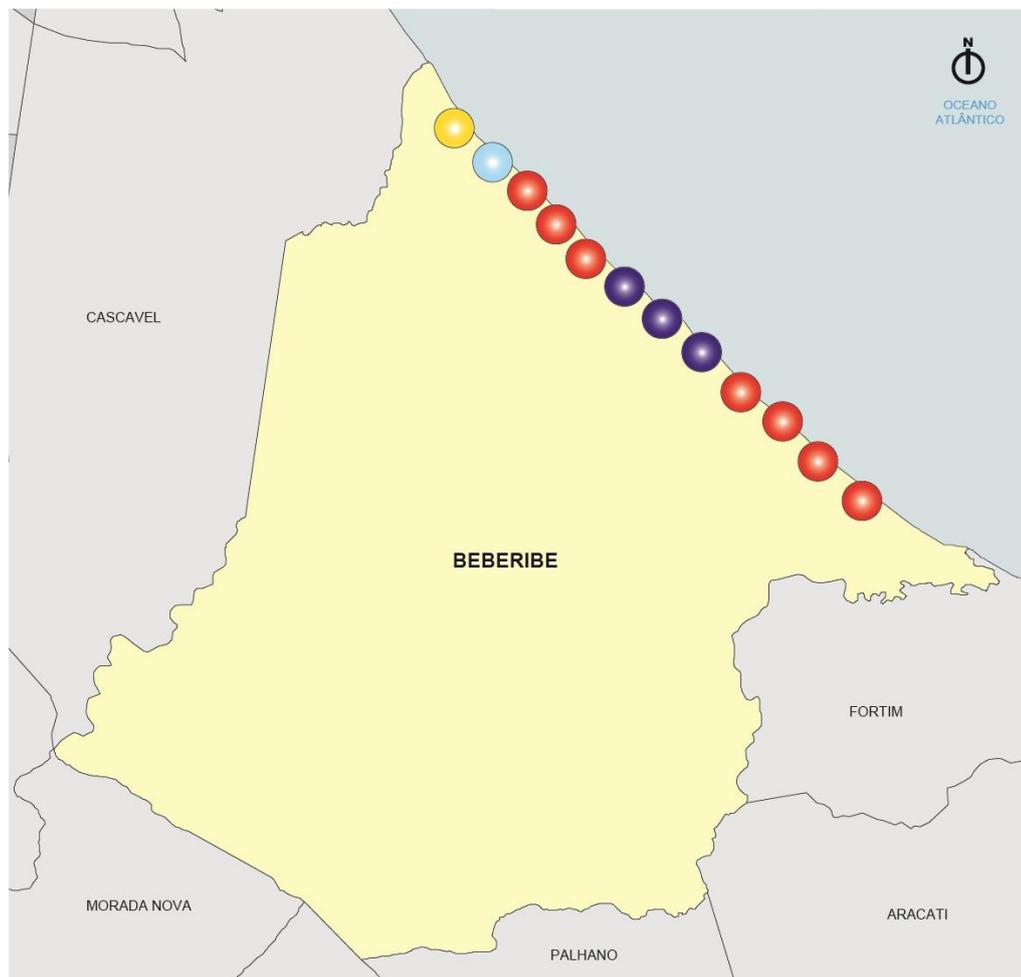
O litoral leste possui características distintas do litoral oeste em sua geografia. Em toda sua extensão há regiões de praias e as dunas móveis, principalmente entre a Praia de Fortim e Porto Canoa. Mas a particularidade fica por conta da maior parte do litoral leste ser dominado por falésias nas proximidades da costa, impossibilitando por vezes o acesso à praia, quando da maré alta. Por causa dessas falésias que dominam, sobretudo, o trecho entre as Praias de Icapuí e Canoa Quebrada, os campos de dunas são raros e, nestas áreas, existem dunas de topo de falésias e dunas em rampas ascendentes.

No sentido de avaliar a contribuição dos ETIs de médio e de grande porte, implantados para o desenvolvimento do Estado, tendo como viés a atividade turística, foram adotados critérios para encontrar a amostra mais representativa e viável para efetivar a pesquisa de campo, conforme relatado a seguir.

Inicialmente, tornou-se relevante considerar a concentração maior dos ETIs em funcionamento para a obtenção de dados significativos para a pesquisa. Outro critério adotado foi selecionar uma área que não sofresse a influência direta da Capital, uma vez que Fortaleza possui infraestrutura como acesso, mobilidade, trabalho, emprego, renda, saneamento etc., em razão dos vários setores de desenvolvimento envolvidos, dificultando a análise isolada das atividades turísticas como causa, e assim, não mascarar o resultado esperado. Dessa forma, foi excluída toda a região metropolitana de Fortaleza devido à influência da Capital.

A adoção destes critérios descartou o litoral oeste em virtude do reduzido número de empreendimentos em funcionamento, assim também como a Região Metropolitana de Fortaleza, e foi selecionado o litoral leste, por contar com 90% dos ETIs em funcionamento ao longo da costa cearense.

Finalmente, optou-se por um novo recorte nesta área, baseado na constatação do município com o maior número de empreendimentos em funcionamento. Desta forma, o objeto de pesquisa selecionado foram os empreendimentos turísticos imobiliários implantados no município de Beberibe, relativizando com o número dos ETIs dos demais municípios ser pouco representativo (Mapa 1.5).

**LEGENDA**

- | | |
|---------------------------------|------------------------------|
| TERRENO COM PROJETO NA SEMACE | EMPREENDIMENTO EM CONSTRUÇÃO |
| EMPREENDIMENTO EM FUNCIONAMENTO | EMPREENDIMENTO EMBARGADO |

Mapa 1.5 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Fontes: Elaborado pela autora a partir de IPECE, Ceará em mapas – Regiões turísticas, 2007.

Para a compreensão do processo de implantação dos Equipamentos Turísticos Imobiliários é importante conhecer a participação do Governo na promoção do desenvolvimento da atividade turística e no relacionamento deste com os empreendedores dos ETIs. Essas relações entre o público e privado ocorrem, principalmente, através do estabelecimento e cumprimento da legislação e das políticas públicas direcionadas para o turismo, que serão objeto do próximo capítulo.

**LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
ORIENTADAS PARA O TURISMO
NO BRASIL - CEARÁ - BEBERIBE**

CAPÍTULO

2



No que se referem à zona costeira cearense, as atividades turísticas associadas aos investimentos em serviços, promoveram, paulatinamente, a ocupação, do litoral. De acordo com Moraes (2007, p. 41), esse processo torna indispensável a presença do Estado, pois “a incorporação desses espaços pela economia nacional demanda uma atuação do poder público para criar condições de acessibilidade e dotação de equipamentos e infraestruturas”. Para tanto, torna-se necessário disciplinar esse processo através de instrumentos legais adequados para defender e proteger o espaço do uso indevido e inadequado, do ponto de vista urbanístico, ambiental e sociocultural. Estes aspectos devem ser observados e tratados tecnicamente, de modo a disciplinar as localidades a atingir um grau de desenvolvimento e crescimento equilibrado, compatível com a organização do espaço urbano, mediante o uso racional dos recursos naturais e a conservação e preservação do meio ambiente, ou seja, a desenvolver a atividade turística pautada nos princípios de sustentabilidade (CORRÊA, 1990).

A infraestrutura urbana é definida como um conjunto de sistemas técnicos de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas no que se refere aos aspectos social, econômico e institucional, ou seja, o necessário para a reprodução da sociedade capitalista e que não pode ser produzido enquanto mercadoria (DEÁK, 1989). Os instrumentos legais tratam do ordenamento territorial e do disciplinamento de uso e ocupação do solo, e funcionam como o eixo articulador das ações desenvolvidas localmente¹. A relação do turismo com o território passa inevitavelmente pela análise do papel do Estado, e das políticas públicas.

O Estado pode intervir em um segmento econômico de diferentes formas, como participação, indução e controle. No caso do segmento turístico no Brasil, tem sido expressiva a intervenção do Estado como indutor, orientando o comportamento dos agentes do mercado, seja por concessão de incentivos fiscais e financeiros, seja pela criação de infraestrutura, atuando também como controlador e como regulador, estabelecendo regras para a condução e desenvolvimento da atividade (CRUZ, 2000).

Destarte, este capítulo irá tratar das principais políticas públicas direcionadas às atividades turísticas relativas à zona costeira cearense, correlacionando as questões de ocupação da zona litorânea com o desenvolvimento do turismo no âmbito do Ceará e em especial do

¹ Ressalte-se que, através da Política Nacional do Meio ambiente e do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, os estados costeiros estão obrigados a elaborarem suas políticas e planos de âmbito estadual e, ainda, os municípios devem elaborar o plano municipal de gerenciamento costeiro, entretanto, os municípios costeiros do Estado do Ceará ainda não elaboraram seus planos. Há também a Agenda 21, documento resultante na reunião da Conferência das Nações Unidas, ECO 92 – no Rio de Janeiro, realizada pela ONU sobre meio ambiente, onde está previsto o comprometimento dos estados costeiros em implementarem um gerenciamento integrado e sustentável das zonas costeiras e do meio ambiente marinho.

município de Beberibe, mas tendo, entretanto, como pano de fundo, o cenário nacional, pois, conforme dito anteriormente, o Estado é o grande responsável pela condução desse processo.

2.1 – TURISMO E POLITICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO NACIONAL

A maioria dos serviços turísticos é prestada pela iniciativa privada, contando com a parceria público-privada em algumas situações, dada a escassez dos recursos financeiros públicos disponíveis. Segundo Ruschmann (1994, p. 6), a atividade turística pertence a uma cadeia produtiva complexa e diversa. O referido autor define os agentes do desenvolvimento do turismo como

[...] os responsáveis pela oferta turística (alojamentos, restaurantes etc.); os turistas; a população local; meio natural e sociocultural; os responsáveis pela atratividade; e o Estado, todos são estreitamente relacionados e altamente interdependentes, pois a falta ou o mau funcionamento de um deles pode inviabilizar a comercialização do produto.

A participação crescente da iniciativa privada no desenvolvimento do turismo deve ser vista de forma a contribuir com o crescimento econômico da atividade. À medida que o setor privado cresce, o papel operacional do governo decresce. Contudo, deve ser mantido o papel regulador do Estado, de maneira a assegurar o retorno dos investimentos financeiros e também para trazer benefícios sociais, culturais e ambientais à população em geral. Beni (2003, p. 159) afirma sempre ter existido no Brasil a tendência para incentivar a participação do setor privado nos investimentos em equipamentos e serviços turísticos, desde a intervenção inicial do governo, com a implantação pioneira do setor hoteleiro. E como afirma o autor, o Estado tem um papel importante no turismo; ele é, e continuará sendo, a “mão oculta” conduzindo a política da área. Entretanto, continua, “nenhuma instituição pública no país poderá prescindir, na atual conjuntura socioeconômica nacional e mundial, da cooperação direta e eficaz da iniciativa privada”.

As políticas públicas direcionadas ao turismo foram se desenvolvendo na medida em que evoluía o turismo no País e nos diversos Estados. Para estudá-las, adotou-se a periodização

proposta por Anya Ribeiro², que distingue a evolução do planejamento turístico em três períodos distintos³: turismo espontâneo, turismo descontínuo e turismo planejado.

2.1.1 – A FASE DO TURISMO ESPONTÂNEO

As políticas nacionais para o turismo são relativamente recentes, porque, inicialmente, as leis e decretos-lei consistiam em políticas desconexas e restritas a aspectos parciais da atividade turística, orientadas, principalmente, para agências de viagens e turismo. Somente em 1966, com a instituição do Decreto-Lei no. 55 (DL 55), de 18 de novembro, teve início uma nova fase para o segmento turístico, com o objetivo de promover e regular a atividade. Este decreto definiu a primeira Política Nacional de Turismo, que tratou de mecanismos para o desenvolvimento do turismo no país e criou o Conselho Nacional do Turismo – CNTur e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR. O decreto estava em consonância com o plano de governo da época, PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966), que tinha como um dos objetivos “atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais.” (CRUZ, 2000, p. 49).

Segundo Anya Ribeiro, o turismo nessa fase é entendido como “turismo espontâneo”, ou seja, é um período no qual o “fluxo turístico era consequência dos processos de maturação dos ciclos econômicos e da evolução do turismo no Brasil, de vez que não existia uma estrutura organizacional e de estímulos ao turismo no Estado” (ROCHA Jr., 2000, p. 55).

Os incentivos fiscais e financeiros para o turismo definidos no DL- 55 foram pouco estimulantes, pois as isenções e incentivos fiscais direcionaram-se apenas para construção, ampliação e reforma de hotéis, obras e serviços específicos de finalidades turísticas, desde que aprovados pelo CNTur, não possuindo uma política para instigar um “negócio turístico”. A recém-criada EMBRATUR teve como uma de suas atribuições, definidas pelo citado decreto, estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção e funcionamento da política nacional de turismo.

Destarte, tem início um período no qual o país traça uma política direcionada ao turismo como atividade econômica, mas, como afirma Becker (2001, p. 92), “bem ao estilo da

² Anya Ribeiro, arquiteta, foi Secretária de Turismo do Ceará no período de 1995-2000 e Diretora do Departamento de Planejamento e Avaliação do Turismo do Ministério do Turismo entre 2003-2007.

³ A periodização adotada na tese teve como base a evolução do turismo no Ceará traçada por Anya Ribeiro e João Agostinho, no texto Turismo e Desenvolvimento no Ceará (FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA, 1999, p.155), in Rocha Jr., 2000.

atuação do governo militar, isto é, do planejamento estratégico através de multiplicações de empresas e agências federais, tenta acelerar a modernização do território e da sociedade, e centraliza o poder do Estado a nível federal”.

2.1.2 – O TURISMO DESCONTÍNUO

Um novo período, cognominado de “turismo descontínuo” por Anya Ribeiro (ROCHA Jr., 2000, p. 33), a partir da década de 1970 até meados da década de 1980, corresponde à fase de maior atuação do Estado: “é quando teve início a implantação dos primeiros projetos de infraestrutura e de equipamentos turísticos no Estado, embora de forma descontínua e sazonal.”

Nesta segunda fase da política turística se instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA – pela Lei no. 6938, de 31 de agosto de 1981, com o objetivo de compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, e atribuiu ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) a competência para legalizar as ações previstas na PNMA. Esta fase caracterizou-se, principalmente, pela criação de uma política direcionada para o Brasil se conformar à nova realidade mundial, com questionamentos às agressões ao meio ambiente, enfatizando os ataques à floresta amazônica, à mata atlântica, à camada de ozônio, como também, para responder internamente às indagações sobre os investimentos no litoral brasileiro. Desta forma, através das diretrizes desta política, o Governo inicia a liberação do mercado turístico, legitimando a pleiteada liberdade empresarial e denotando o esgotado modelo centralizador do governo. Este fato favoreceu a criação de várias agências turísticas, desvinculadas da EMBRATUR (CORIOLANO, 1998).

Apesar de todos os incentivos, o turismo no Brasil ainda era um segmento irrelevante na economia, uma vez que o tratamento dado à atividade turística se restringia à hotelaria, e não ser considerado como o “produto turístico e complexo, e composto de vários outros produtos, como: recursos naturais (clima, paisagem etc.), alimentação, segurança, transporte, lazer e produtos culturais (patrimônio histórico e cultural, qualidade dos serviços, comportamento etc.)” (CASIMIRO, 2002, p. 26).

No período de 1971 até 1980, o Brasil passou a ser reconhecido como um país desenvolvimentista, por conta de sua busca desenfreada pelo crescimento econômico.

(CORIOLANO, 1998). A década de 1970 ficou conhecida como a do “Milagre Econômico Brasileiro”. Nesse período, o país traçou planos estratégicos para seu desenvolvimento, como o I PND⁴ e o II PND, ambos direcionados para a expansão econômica; sendo o segundo voltado, principalmente para o fortalecimento da grande empresa privada nacional; para a ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e para a maior absorção de tecnologia e recursos externos (SCHIFFER, 2004). Entretanto, essa busca pela aceleração do desenvolvimento econômico direcionou a economia para a industrialização, e o turismo ficou categorizado como uma atividade econômica incipiente, com ações desarticuladas.

Nessa fase, enquanto os países desenvolvidos preocupavam-se com a problemática da poluição, o Brasil “atribuía-lhe valor porque isso era sinônimo de industrialização e desenvolvimento”. Este fato fica bem caracterizado quando o governo brasileiro, na Conferência de Estocolmo em 1972, declarou o compromisso brasileiro com o crescimento econômico e, dessa forma, “a recuperação dos desequilíbrios ambientais deveriam ficar sob a responsabilidade dos países do primeiro mundo.” (CORIOLANO, 1998, p. 60).

A crise mundial do petróleo, em 1973, põe a termo o “milagre econômico” e o abandono do II PND, 1976, levando a uma desaceleração e não a uma crise econômica, pois o crescimento continuou em vários setores da economia, apenas com um ritmo menos intenso (SCHIFFER, 2004).

Neste panorama, segundo Schiffer (1992), como reflexo desse processo de crescimento, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, verifica-se uma maior concentração de renda, o declínio da taxa de crescimento populacional e um aumento crescente no processo de urbanização, gerando aumento relativo de empregos no setor terciário, transferido do setor secundário localizado no sudeste do país. A década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”, pois foi quando o Brasil conheceu o primeiro PIB negativo: -3,4%.

O turismo, neste período, pode ser descrito como atividade econômica com a finalidade de atrair consumidores nacionais e com ações dispersas e sem dimensões políticas, nem intenções para desenvolver as economias estaduais. Becker (2001, p. 75) assinala que, no contexto brasileiro “o turismo já tem importante papel na economia, mas até o momento, este papel exerce de forma desordenada, afetando a população e o meio ambiente, e sem utilizar todo o seu potencial”.

⁴ Plano Nacional de Desenvolvimento: o primeiro é de 1972-1974, e o segundo é de 1974-1979.

No entanto, o Brasil foi pressionado a responder a diversos países que inquiriam o governo brasileiro sobre as agressões ao meio ambiente, principalmente com relação à floresta amazônica, mata atlântica e a zona litorânea e, como forma de resposta, sancionou em 3/agosto/1981 a Lei 6.938, estabelecendo a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA. Essa legislação passou a interferir nas políticas estaduais e municipais, pois essa Lei, como explicita seus artigos 4º e 5º, objetiva a

[...] compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico; e à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

O artigo 5º determina que suas diretrizes "serão formulados em normas e planos destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, no que se relaciona à preservação da qualidade ambiental e à manutenção do equilíbrio ecológico".

Ressalte-se ainda a atenção especial dada pela nova Constituição promulgada em 1988, em seu artigo 225º, parágrafo 4º, onde estabeleceu a zona costeira como patrimônio nacional e que o uso e ocupação do solo sejam disciplinados por Lei. Desta forma, foi instituído o Plano de Gerenciamento Costeiro - PNGC, através da Lei 7661 de 16/maio/1988, com seu objetivo definido no artigo 2º: "orientar a utilização racional dos recursos da zona costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural". Para tanto, esta Lei define, no artigo 5º, os parâmetros de intervenção do PNGC, onde se propõe: "urbanização, ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; sistema viário e transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico". Todas essas ações foram frutos de trabalhos do GI-GERCO - Grupo Integrado do Gerenciamento Costeiro e do CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Novos fatos econômicos aconteceram paralelos a este cenário de políticas voltadas para a zona costeira, como os sucessivos planos de estabilização econômica, aplicados a partir de 1986, como os Planos Cruzado, Bresser, Verão e outros. Porém, a estabilização só se efetivou em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso.

2.1.3 – O TURISMO PLANEJADO

Um novo marco na política federal para o setor de turismo foi iniciado com a instituição da Lei no. 8181, de 29 de março de 1991, regulamentada pelo Decreto Lei no. 448 (DL 448), de 14 de fevereiro de 1992, caracterizando um terceiro período para o segmento do turismo no Brasil, denominado “Turismo Planejado”. Esta fase, de acordo com Anya Ribeiro (ROCHA Jr., 2000, p. 34) compreende o período em que foi “implantada uma estrutura técnico-organizacional voltada para uma administração estratégica e engajada na decisão governamental de considerar o turismo como um dos principais fatores de desenvolvimento do Estado”.

Esta lei, em sua regulamentação, dispõe sobre a formulação e define objetivos para Política Nacional de Turismo - PNT, passando a incorporar a infraestrutura turística como um importante setor para a economia nacional. Também transformou a EMBRATUR em autarquia, com a nova denominação de Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e extinguiu o CNTur, transferindo suas atribuições para a EMBRATUR. A Lei 8181/91 foi instituída num contexto do esgotamento do nacional-desenvolvimentista envolvendo a crise que passava o Estado, em meio a vários planos para a estabilização econômica, como também, de pressões por parte dos ambientalistas e da preparação para o evento da ECO92⁵ - quando se introduziu o discurso ambientalista na política de turismo (CORIOLANO, 1998).

A instabilidade econômica no período de 1986-1994 e o *impeachment* do presidente, em 1992, refletiram de forma negativa em todos os setores econômicos do país, inclusive no turismo, trazendo a dificuldades à implementação do Decreto Lei 448/92. Porém, somente com a estabilização econômica, a partir de 1995, foi possível instituir a Política Nacional para o Turismo prevista no decreto. É também significativo o novo formato que este Decreto direcionou o modo do Estado tratar o turismo, de uma maneira mais integrada, menos segmentada e compatibilizando a preservação e o valor do patrimônio natural e cultural do País (ARAÚJO, 2011). O artigo 3º trata dos objetivos da PNT, propondo a democratização do acesso ao turismo nacional; a redução das disparidades sociais e econômicas de ordem regional através do aumento de oferta de emprego, do aumento e difusão do fluxo turístico, da ampliação e diversificação dos equipamentos e serviços turísticos, adequando às características socioeconômicas regionais e municipais. Essas proposições levariam o Estado, conforme propõe o artigo 4º, a consolidar a posição do turismo como instrumento de

⁵ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992.

desenvolvimento regional, de modo a reduzir o desequilíbrio existente entre as distintas regiões do País.

Como também afirma Casimiro (2002), é notória a pressão do DL 448 para tornar a atividade turística em um importante vetor do desenvolvimento e, como exemplo, cita-se a criação de dois programas: Programa Nacional de Municipalização do Turismo e o Plano de Ação Turística (PAT – turismo municipal). Estes programas incentivam claramente políticas de parcerias entre o setor público e o setor privado, como também a implantação de infraestrutura básica e turística ligada às potencialidades regionais.

2.2 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CEARÁ PARA O TURISMO NO CONTEXTO NACIONAL

No Estado do Ceará, as políticas locais para o turismo se contextualizam inseridas no que ocorreu no cenário nacional, embora alguns fatos tenham antecedido às iniciativas nacionais, realçando preocupações e atitudes antecipadas pelo Governo com relação ao turismo.

2.2.1 – AS PRIMEIRAS AÇÕES NO CEARÁ

Adotando a mesma periodização usada para as políticas nacionais, na fase do “turismo espontâneo”, o Ceará, antecipando-se ao incentivo promovido pelo Governo Federal, criou o Conselho Municipal do Turismo em 1954, com intuito de dar um tratamento diferenciado à atividade do turismo na Capital e, nesta ocasião, foi elaborado o primeiro calendário turístico de Fortaleza.

Ainda nesta fase, algumas ações são consideradas importantes, apesar de terem sido pontuais, sem um planejamento integrado para o turismo. Uma delas foi a aprovação do Plano Diretor do Município de Fortaleza, de autoria do urbanista Hélio Modesto, em 1963, que constatou a reduzida área livre pública urbanizada e propôs, no Plano, a valorização da orla marítima de Fortaleza, com a construção da atual Avenida Beira-Mar. A avenida foi entregue em 1963, e, realmente, a partir de então, a praia passou a ser frequentada e utilizada pela população, incentivando, também, a construção de hotéis, restaurantes e clubes sociais na zona litorânea de Fortaleza.

Outro fator relevante deve-se ao Governo do Estado, com a construção da infraestrutura aeroportuária, chamada Base do Cocorote, a qual deu origem ao Aeroporto Pinto Martins, inaugurada em 1952. Também a construção da Rodovia CE-040, concluída em 1962, referente ao trecho de interligação entre a Capital com o litoral leste, permitindo assim, o início do crescimento do fluxo de viagens para o lazer.

2.2.2 – A FASE DO TURISMO DESCONTÍNUO NO CEARÁ

Este foi o período em que o Governo Federal começou a dedicar atenção ao segmento turístico, fase conhecida como de “turismo descontínuo”. Para o Ceará, foi igualmente o momento direcionado para a atividade turística, a princípio incipiente e depois, adotado como fator de desenvolvimento para o Estado. O país vivia o período do “milagre econômico” (1971-1980), onde predominava um crescimento econômico acelerado, com altas taxas dos principais indicadores econômicos como PIB, indústria, serviços e exportações, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

**Tabela 2.1 – TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB – 1970 A 1995:
BRASIL, NORDESTE e os ESTADOS NORDESTINOS**

DISCRIMINAÇÃO	1970-1980	1980-1990	1990-1995
Brasil	8,6	1,6	2,7
Nordeste	8,7	3,3	2,6
Maranhão	9,3	8,3	2,9
Piauí	9,4	6,9	1
Ceará	10,8	4,7	5,3
Rio grande do Norte	10,3	7,4	4,1
Paraíba	6,5	5,8	2,1
Pernambuco	8,6	3,5	1,5
Alagoas	9,1	5,2	2,6
Sergipe	10,2	4,4	0,7
Bahia	8,8	3,7	2,2

Fonte: Brasil. Sudene. Agregados Econômicos Regionais: Produto Interno Bruto. Formação de Capital. Consumo do Governo. Nordeste do Brasil, 1965 – 95. Recife: Sudene, DPO, 1996, tabela 25, p. 181.

Esta fase ocorreu no período de atuação dos governos militares, caracterizado com a centralização do poder do Estado ao nível federal e com o favorecimento de expansão para as empresas estatais. E, ainda, pela implantação de infraestrutura, como energia e rodovias, além da operacionalização da Usina Hidrelétrica de Jupirá e de rodovias no Nordeste e Sudeste, como a Imigrantes e Bandeirantes em São Paulo, a BR-101 (trecho do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo) e a BR-116 (trecho do Rio de Janeiro à Bahia) (SCHIFFER, 1992).

No Ceará, nesse período são feitos planos de governo, com destaque para o turismo, tido como fator de desenvolvimento para o Estado. Inicialmente em caráter de diagnóstico, identificando seu potencial turístico, e depois formulando objetivos, ações, projetos e metas para a atividade. São constatadas à época, conforme confirma Coriolano (1998), as dificuldades administrativas pela inexistência, no Governo, de uma estrutura capaz e eficiente para a execução dos Planos de Governo, assim como as dificuldades de acesso para os atrativos naturais e turísticos fora da Capital, tanto pela deficiência de infraestrutura, como de suporte ao turismo. Neste cenário, a princípio, o governo cearense criou a Empresa Cearense de Turismo: EMCETUR, em 1971, com o propósito de tornar-se o órgão responsável pelo crescimento da atividade turística no Estado. Com vistas a esta meta, os sucessivos governos do Estado, nesse período, assumiram o papel de destaque dado ao turismo, tanto pelos Planos de Governo, como pela conjuntura da época, quando a atividade turística se destacava, despontando como uma atividade econômica promissora, principalmente para o Nordeste Brasileiro.

Desta forma, foram executadas várias obras de equipamentos e infraestrutura de apoio ao setor turístico como: Centro de Turismo, Rodoviária e Centro de Convenções na Capital, e a Rodovia da Confiança, interligando a região do Cariri, ao sul, à região oeste do Estado.

Porém, é importante ressaltar neste período, a forte característica da gestão militar no Governo Federal, em paralelo à gestão no Estado do Ceará executada pelo "governo dos coronéis", assim denominado por ser marcado por um forte clientelismo político a nível local e também pela excessiva dependência do Governo Federal.

O governo no Estado, do coronel Aduino Bezerra, iniciado em 1975, elabora o primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará - PLANDECE, no qual havia várias intenções para o desenvolvimento da atividade turística. Entretanto, algumas não foram efetivadas, embora algumas obras tenham sido empreendidas no sentido de incentivar o turismo, tanto na Capital como no interior do Estado, tais como a urbanização da Avenida Beira-Mar e o prolongamento da Avenida Santos Dumont, ligando o centro da cidade à Praia

do Futuro (litoral leste da cidade). Também criou ações para estimular a prática do turismo religioso nas cidades de Canindé e Juazeiro do Norte, onde existe o culto a São Francisco e Padre Cícero, respectivamente.

Outros planos se sucederam. Em 1979, no Governo de Vírgilio Távora, foi elaborado o primeiro Plano Integral de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará - PIDT-CE, o qual apresentava um caráter mais de diagnóstico do que propriamente um programa de ação. Todavia, este Plano foi usado como base para os planos seguintes. A principal obra de infraestrutura foi o início da transformação do Aeroporto Pinto Martins para a categoria internacional, com a reforma do pátio e do terminal de passageiros. O Plano ainda mapeou o Estado do Ceará em regiões turísticas. Vale ressaltar, porém que ainda não havia um direcionamento para que a zona litorânea viesse a desenvolver um turismo importante e fundamental para a economia do Estado (MONTENEGRO JR, 2004).

Em 1983, o governador Gonzaga Mota elaborou o PLANED - Plano Estadual de Desenvolvimento, onde um dos seus objetivos consistia em equilibrar os interesses do Governo e da sociedade no mercado turístico, além de promover e orientar a incrementação da profissionalização nessa área (ROCHA JR, 2000).

Todas essas ações refletiram, principalmente, na evolução urbana da Capital, como pode ser observado nas fotografias adiante, comparando-se o litoral de Fortaleza, nas décadas de 1930, 1970 e 1990.



Figura 2.1 – EVOLUÇÃO URBANA DO LITORAL DE FORTALEZA
Décadas: 1930-1970-1990

Fonte: Acervo de Nirez (Miguel Angelo Azevedo)

Nesta fase, no Ceará, “o lazer e o turismo emergem com a maior força, mas como não há regulamentação adequada ao uso e a ocupação do solo, isso se dá de forma desordenada e problemática, causando preocupação” (CORIOLANO, 1998, p. 62). No contexto brasileiro não é diferente, “o turismo já tem um papel na economia, mas, até o momento, este papel se exerce de forma desordenada, afetando a população e o meio ambiente, e sem utilizar todo o seu potencial” (BECKER, 2001, p. 75).

Nesse período de 1981 a 1990, a política turística nacional teve características políticas e econômicas peculiares; de um lado, por conta da transição do governo militar para o civil, com as eleições indiretas em 1984 e, por outro, aconteceu a chamada “década perdida” quando ocorreu um momento de desaceleração econômica, com a queda anual do PIB e o aumento da dívida externa e da inflação. Todos esses fatores concorreram para um aumento

da concentração de renda da classe dominante e para o aumento do nível de pobreza, caracterizando o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, com o predomínio de mão de obra desqualificada, tudo para manutenção do modelo expatriador, no qual a elite nacional mantém sua dominação e privilégios, como forma de assegurar o processo de acumulação entravada (DEÁK, 1991). Assim, o país ficou impedido de inserir-se nas novas tendências da economia mundial, caracterizada pelo desenvolvimento das novas tecnologias e das forças produtivas.

Entretanto, neste cenário, o Governo Federal liberou o mercado turístico para a iniciativa privada e, atendendo às pressões internacionais para preservação do meio ambiente, instituiu a PNMA⁶, com a Lei 6938/81 e ainda desencadeou o processo jurídico para definição de áreas de proteção ambiental. Concomitantemente, o governo do Ceará passou a preocupar-se também com o meio ambiente e executou alguns programas de ação como: a utilização, preservação e delimitação de áreas de interesse turístico, a educação para o turismo e a valorização cultural de apoio ao turismo, além de priorizar o turismo interno no Estado, como já citado.

2.2.3 - A FASE DO TURISMO PLANEJADO NO CEARÁ

O período do turismo planejado é marcado pela importância econômica do turismo na economia nacional. A política nacional turística direcionou a legislação para a ampliação da infraestrutura e de projetos em parceria do governo com a iniciativa privada, assim também como para ações de âmbito federal para o planejamento do uso e proteção da zona costeira do Brasil uma vez que se constatou o crescimento exponencial da atividade turística no litoral brasileiro (MORAES, 2007).

Essa fase, no Ceará, conforma-se com o início do governo assumido por Tasso Jereissati. O turismo foi programadamente introduzido pelo Estado, de forma arrojada, através de políticas públicas para o crescimento econômico, seguindo uma estratégia global de desenvolvimento para o Ceará sob uma ótica empresarial⁷. De acordo com Rocha Jr (2000, p. 40), o "Estado passa a considerar o turismo como um dos eixos de propulsão da economia local", como foi estabelecido no Plano de Mudanças, elaborado por esse governo. A intenção era vincular o turismo à macroeconomia estadual, até então tratada com ações

⁶ Política Nacional de Meio Ambiente.

⁷ De acordo com Rocha Jr.(2000), entende-se por ótica empresarial, conforme discurso governista, o funcionamento do Estado utilizando a eficiência técnica que supõe possuir todo o setor privado.

desarticuladas, apesar da ocupação significativa do litoral, com o lazer das segundas residências. O plano do governo foi priorizar o litoral, valorizando o potencial turístico da região, aumentando o fluxo anual e a infraestrutura: transporte, energia e telecomunicações.

Desta forma, em 1989, foi iniciado o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará – PRODETURIS, definido como um “guia para os investidores, um roteiro de programas oficiais e um investimento indicador de planejamento turístico proposto para o litoral cearense”. Com esse propósito, o programa dividiu o Ceará em quatro regiões turísticas e estabeleceu

[...] condições básicas para a infraestrutura, acessibilidade, preservação ambiental, instrumentalização dos meios destinados à regulamentação, controle de uso e ocupação do solo, e elaborou o zoneamento turístico. Pretendia assegurar confiabilidade aos empreendimentos turísticos. Assegura estruturar o litoral para o turismo dentro de condições técnicas que preparem e organizem o recebimento de fluxos turísticos sem descaracterizar a base natural e sociocultural (PRODETURIS, 1990).

A adequação bem sucedida do PRODETURIS aos seus objetivos, induziu o Governo a adotar este programa como base e orientação, quando da criação do programa regional em 1990: PRODETUR – NE.

A importância dada ao setor refletiu-se na criação deste programa criado pelo Governo Federal, a partir de estudos para identificar as atividades econômicas com vantagens competitivas desenvolvidas na região Nordeste, numa tentativa de diminuir as diferenças regionais. A conclusão desses estudos identificou o turismo como uma das oportunidades mais viáveis para a região. Assim, foi criado, em 1990, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste: PRODETUR-NE, com a finalidade do planejamento físico-territorial do turismo e orientações para uso e ocupação do solo. O programa teve como especificidades trabalhar a ampliação do fluxo turístico, da taxa de permanência dos turistas e os seus gastos em todo o Brasil. A área de atuação do programa abrangia os Estados do Nordeste e Minas Gerais, com recursos oriundos do BID (50%) e do BNDES⁸, estados e municípios.

No período de 1991 até 1995, a política nacional e local adaptou-se a algumas particularidades oriundas do contexto internacional, principalmente depois de estabelecido o Consenso de Washington⁹, em 1990. Este instruiu recomendações políticas econômicas das

⁸ BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

⁹Consenso de Washington foi um conjunto de recomendações de medidas de política macroeconômica de cunho neoliberal, que foram recomendadas para países em desenvolvimento (sobretudo da América Latina) por instituições financeiras internacionais sediadas em Washington (FMI, Banco Mundial, etc) durante as décadas de 1990 e 2000. Empréstimos e financiamentos dessas instituições eram condicionadas à implementação de tais medidas (BATISTA JÚNIOR, 2000).

instituições financeiras dos EUA a serem aplicadas aos países da América Latina, via FMI¹⁰, como sendo uma fórmula infalível, destinada a acelerar o desenvolvimento econômico desses países, que mais tarde, ficou consolidado como “receituário neoliberal”. No contexto nacional, assistiu-se ao fracasso dos sucessivos planos elaborados para promover a estabilização econômica e a crise política decorrente do *impeachment* do presidente do país. E, no nível local, o governo do Ceará adotou posturas empresariais, denominadas por alguns como “cartilha neoliberal” e por outros como “socialdemocratas”. Como exemplo dessas ações, destacam-se: a busca de financiamento externo, a promoção da indústria mediante incentivo fiscal, o aumento do investimento público na infraestrutura de transporte e recursos hídricos e a modernização da máquina arrecadadora, dentre outras (ROCHA JR. 2000).

O governo do Ceará, nesta fase de 1991-1995, adotou um processo de gestão e a implantação de um projeto político que dominaram o cenário nacional, com a chamada “cartilha do PSDB¹¹”, a partir de 1996, com processos de privatização, regularização das finanças públicas, busca de financiamento externo e a redução do papel do Estado. Nesse período, o PIB do Ceará, comparativamente ao do Nordeste e ao do Brasil, teve o maior crescimento ao ano, conforme se constatou nos dados da tabela 2.1, apresentada neste capítulo.

O Governo aplicou a “cartilha” ao turismo, ou seja, elaborou um planejamento empresarial para a atividade turística. Conforme Benevides (1998, apud Montenegro Jr, 2004, p. 51), o turismo se caracterizou como um “novo instrumento de desenvolvimento regional, como se lida no cenário mundial, não só como uma das mais importantes atividades econômicas, nos países inseridos ao processo na globalização, mas, sobretudo, por configurar-se como uma emergente prática social da pós-modernidade”.

Esse papel inovador captado pelo governo do Ceará foi evidenciado no Plano de Mudanças, propondo maximizar e aproveitar o potencial turístico, no sentido de contribuir para o desenvolvimento social e cultural do Estado (BERNAL, 2006).

Desta forma, em 1992, com vistas a compatibilizar as propostas do PRODETUR-NE ao PRODETURIS, foi criado o PRODETUR-CE - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Ceará.

¹⁰ FMI – Fundo Monetário Internacional

¹¹ PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira – fundado em 1988; o governador do Ceará, Tasso Jereissati, foi um dos fundadores do partido.

O objetivo central do programa se refere ao provimento de infraestrutura básica e serviços públicos para áreas em expansão turística. Para alcançar este objetivo, a estratégia adotada foi articular as políticas de turismo às políticas urbanas¹².

E, como afirma Fonteles (2004, p. 113), o PRODETUR tem propiciado

[...] condições estratégicas para o crescimento do setor, financiando obras de infraestrutura (rodovias, aeroportos, abastecimento de água, esgotamento sanitário) bem como ações de desenvolvimento institucional e de proteção ao meio ambiente.

O PRODETUR-CE tem como objetivos específicos¹³:

- Aumentar o turismo receptivo;
- Aumentar a permanência do turista no Nordeste;
- Induzir novos investimentos na infraestrutura turística;
- Gerar emprego e renda, com a exploração direta e indireta da atividade turística.

Assim, de acordo com a proposta governamental, as diretrizes do PRODETUR-CE estão voltadas, sobretudo, para a região litorânea, e têm como foco: associação do desenvolvimento do turismo; fortalecimento das cidades e núcleos urbanos do litoral; desenvolvimento das atividades turísticas e desenvolvimento da infraestrutura, que, em conjunto apresentam como uma

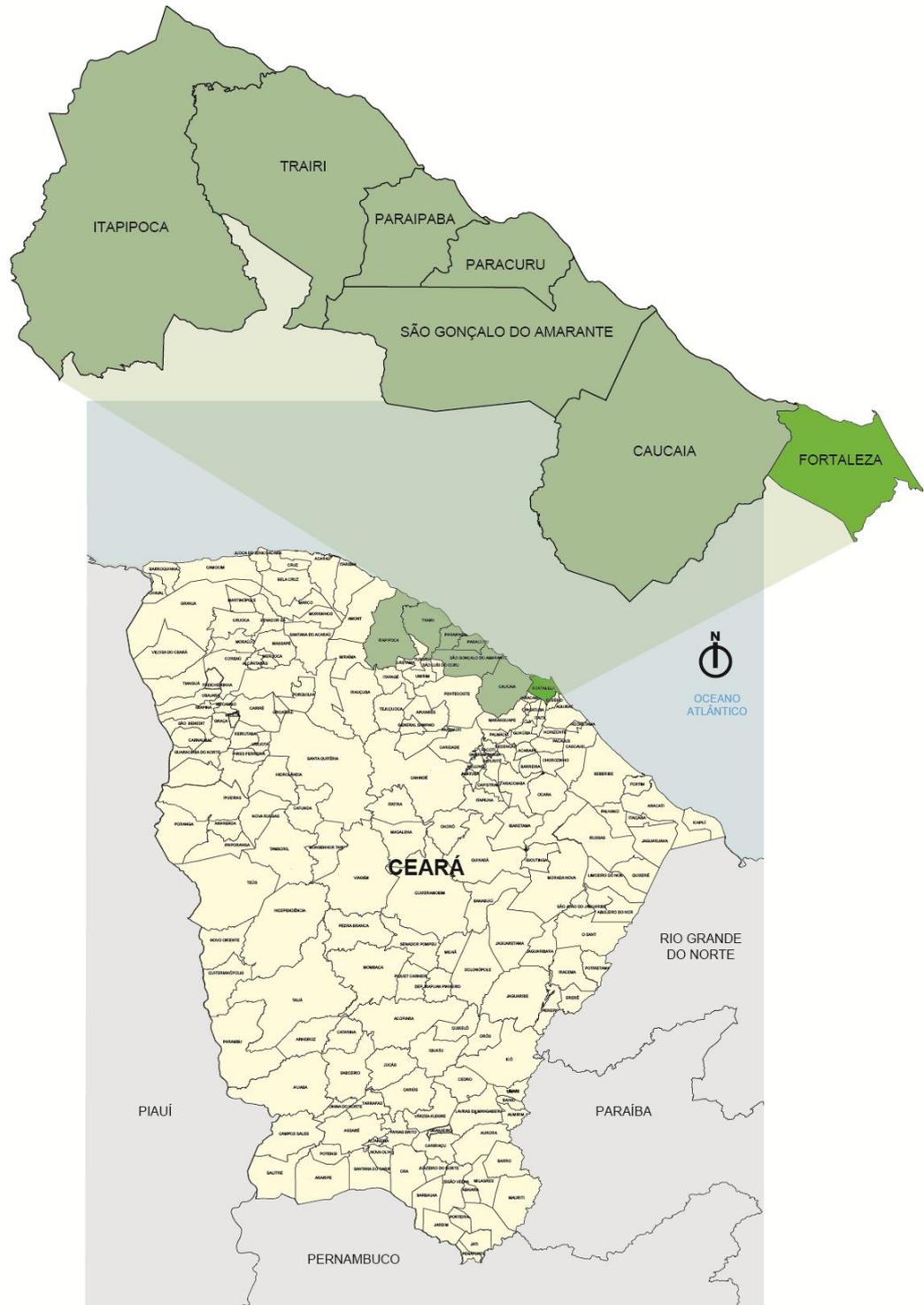
estratégia de desenvolvimento regional orientada para mapear e organizar o espaço físico de todo o litoral cearense, dividido em quatro regiões turísticas, com vistas a detectar suas potencialidades de investimentos públicos e privados, dentro de uma perspectiva que leve em conta a preservação do patrimônio físico, ecológico e cultural das áreas estudadas. Estabelece conceitos técnicos que orientam a ação de empreendimentos turísticos, de forma planejada e integrada entre as varias regiões já mencionadas (BENEVIDES, 1998, p. 33).

O PRODETUR-CE, na primeira fase, atuou na região turística II, denominada Rota Sol Poente. A área foi selecionada a partir de critérios estabelecidos pelo Governo, dentre os quais:

- Região menos assediada pela ocupação e especulação imobiliária
- Detém maior contingente populacional, excluindo Fortaleza.
- Possui o maior número de localidades e aglomerações urbanas costeiras

¹² BNB, 1995 - PRODETUR-CE.

¹³ *Ibid.*



Mapa 2.1 - REGIÃO TURÍSTICA ROTA DO SOL POENTE - MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PRODETUR I

Fonte: Elaborado pela autora a partir IPECE, Ceará em mapas - Microrregiões Geográficas, 2007.

Esta primeira fase do PRODETUR-CE foi concluída em 2003 e, entre suas ações, ganharam relevância: as Rodovias Estruturantes Rota do Sol Nascente e Rota do Sol Poente; Megaempreendimentos como Porto do Pecém (1995-2002), Aeroporto Internacional e suas

vias de acesso (1998), Metrofor (em obras) e Complexo do Castanhão (barragens e adutoras); abastecimento de água e saneamento dos municípios contemplados com a fase I (Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itapipoca); programas de desenvolvimento e capacitação dos serviços turísticos e Implantação de unidades de conservação, especialmente Áreas de Proteção Ambiental – APA. Essas ações são consideradas como indutoras do crescimento das atividades turísticas na região da Rota do Sol Poente, e conseqüentemente, no Estado do Ceará.

Enfim, constata-se que existe uma estreita relação entre o desenvolvimento da zona costeira do país e os vetores econômicos, desde o período colonial até os dias atuais. A lógica da ocupação, inicialmente formada pelo padrão de convergência do porto para escoamento da produção nacional, foi se modificando ao longo do tempo e, paulatinamente, promovendo o adensamento em seu entorno e a estruturação da rede de cidades.

A zona litorânea do Ceará teve sua ocupação seguindo a mesma lógica, com os vetores econômicos próprios de sua condição climática e territorial. O vetor econômico decisivo, nas últimas décadas, responsável pela urbanização litorânea, foi a atividade turística, impulsionada pelas políticas econômicas nacionais e locais, direcionadas para o turismo.

Entretanto, é importante ressaltar a situação do desenvolvimento econômico nacional, uma vez que continua atrelado à situação desfavorável de manutenção do *status quo* da elite dominante no país, ou seja, ligado aos interesses da classe dominante, e portanto, impedindo o crescimento da economia, entavando o sistema econômico, o desenvolvimento das forças produtivas internas, pela expatriação do excedente da economia, conforme assinala Deák (1989), gerando um modelo de acumulação entavada.

Neste cenário nacional, o governo do Ceará tratou o turismo como mola propulsora do desenvolvimento econômico do Estado. Como afirma Coriolano (1998), o estado do Ceará, apesar de possuir expressivo potencial turístico, apresentava entaves ao seu desenvolvimento pela ausência de infraestrutura de apoio, deficiência de equipamentos e serviços, falta de recursos humanos capacitados e inadequada comercialização do produto turístico. Dessa forma, a iniciativa governamental adotava política audaciosa, direcionada para altos investimentos.

As políticas nacional e estadual, alinhadas pelo PRODETUR, levaram a cabo algumas das intenções do governo do Estado do Ceará, com o planejamento, a preparação e exploração econômica da atividade turística através de investimentos públicos e privados. Entretanto,

ressalte-se que o turismo é uma atividade econômica como qualquer outra no modo capitalista, e portanto, oferece oportunidades econômicas, concentra ou distribui riquezas e, dependendo da forma como são realizadas, apresenta a tendência, conforme afirma Coriolano (2006, p. 131) de "concentrar, e este é um serviço usufruído por aqueles que têm poder aquisitivo, mas pode ser comercializado por muitos."

Desta forma, no Ceará, o turismo apresenta-se como uma das principais atividades econômicas apoiadas pelo Governo na esfera local e nacional, principalmente através do PRODETUR – NE, e, comprovadamente, propiciou o crescimento do PIB no Estado nos últimos anos.

O Ceará promoveu, definitivamente, o desenvolvimento das atividades turísticas através de políticas e ações legitimadas pelo Governo Federal. Para alcançar a meta desse crescimento, induziu e incentivou os municípios do Estado com potencial turístico a adotarem o turismo como estratégia para o desenvolvimento dessas localidades. Assim sendo, esses municípios se enquadraram e adotaram as políticas e diretrizes determinadas pelos Governos Estadual e Federal.

A área de estudo da pesquisa contemplou os Empreendimentos Turísticos Imobiliários implantados no município de Beberibe. A seguir, tem-se um relato da adequação desse município às políticas e ações direcionadas ao turismo a nível local.

2.3 – OS PLANOS URBANOS DE BEBERIBE E O FOCO NO TURISMO

Com intuito de atender a orientação das políticas estaduais do Ceará e da lei federal do Estatuto da Cidade¹⁴, o município de Beberibe elaborou os planos urbanos em 2007¹⁵. Para compreender o desenvolvimento das atividades turísticas e da implantação dos ETIs em Beberibe, faz-se necessário analisar os objetivos e diretrizes desses planos.

¹⁴ Estatuto da Cidade é a denominação oficial da lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição Brasileira.

¹⁵ O primeiro plano urbano de Beberibe foi publicado no 2000, porém foi revogado e substituído pelo Plano Diretor Participativo, em 2007, conforme exigências do Estatuto das Cidades.

Na análise dos planos, foram estudados e compilados os aspectos relevantes ligados às atividades turísticas, assim como os impactos espaciais correlacionados, conforme descrição a seguir.

2.3.1 – PLANO DIRETOR DE BEBERIBE

O Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe - PDB vigente, foi publicado em outubro/2007. O Plano está definido como “o instrumento básico da Política Urbana do Município, como norteador do processo contínuo de planejamento da cidade, orientador das ações dos agentes públicos e privados e definidor do rol de prioridades para aplicação de recursos e investimentos”, e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e das propriedades urbanas em todo o território do Município.

Analisando a abordagem dada ao Plano Diretor, no que se refere aos interesses relativos às políticas para o turismo, é importante salientar, dentre os objetivos da Política Urbana de Beberibe¹⁶, os seguintes itens:

- Controlar o uso e ocupação do solo e a exploração dos recursos naturais na Zona Costeira;
- Assegurar a integração harmônica da Zona Costeira com as demais regiões que a influenciam ou que por ela são influenciadas;
- Assegurar a mitigação dos impactos sobre a Zona Costeira;
- Promover a geração de emprego, trabalho e renda, e o fortalecimento dos segmentos econômicos relevantes para o desenvolvimento do município, sempre de forma sustentável.

A Política Urbana do Município é composta por um conjunto de Políticas Públicas Setoriais que explicitam diretrizes e ações estratégicas para cada uma. Dentre essas políticas, há um capítulo dedicado à Política de Desenvolvimento do Turismo¹⁷, tendo por base em suas diretrizes: promover e ampliar a infraestrutura turística, considerando a conservação e preservação do meio ambiente, mantendo o equilíbrio socioambiental, observando a contribuição do turismo para o desenvolvimento local inclusive para impulsionar outras atividades econômicas, além da formação e capacitação dos recursos humanos locais e a implementação de políticas e ações vinculadas à geração de emprego e renda. Essas diretrizes também preveem o incentivo à diversidade na oferta da atração turística nas

¹⁶ Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe vigente, Legislação Básica, Art 5º ,itens: XIII, XIV, XV e XVI, 2007.

¹⁷ *Ibid.* Capítulo VI, Art 18º e Art. 19º.

modalidades de lazer, cultura, ecologia, rural e de negócios, além de incentivar a criação de um calendário anual de eventos no município.

Para atender as diretrizes do Plano, o artigo 19 propõe ações estratégicas, dentre as quais se destacam:

- Elaborar o Plano de Desenvolvimento do Turismo de Beberibe a partir de um diagnóstico do potencial turístico da região quanto à oferta, demanda e infraestrutura.
- Estimular investimentos da iniciativa privada nas áreas de entretenimento e hospedagem, por meio de incentivos fiscais e tributários, visando o desenvolvimento do turismo, compatibilizando a infraestrutura de hotelaria com a demanda turística local.
- Qualificar e urbanizar os acessos às principais praias e priorizar os investimentos de infraestrutura turística para as praias de Morro Branco, Praia das Fontes, Barra da Sucatinga, Prainha do Canto Verde, Parajuru e Itapeim.
- Implantar infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo nas áreas de maior potencial turístico, com dimensionamento eficaz para suportar os picos de demanda na alta estação.
- Desenvolver um Programa de Marketing e Promoção de Eventos turísticos para o Município.
- Implementar e demarcar as trilhas de veículos tipo buggys, inclusive criando pontos de apoio com banheiros e serviço de alimentos e bebidas, para estimular e ordenar os passeios turísticos pelo litoral.

Todas essas diretrizes e ações direcionaram o ordenamento previsto no PDB quanto à questão do uso e ocupação do solo em Beberibe.

2.3.2 – LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O Plano Diretor Participativo de Beberibe instituiu a Lei de Parcelamento de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, em outubro/2007. Esta Lei dedica especial atenção à vocação turística do município, como estabelecido no artigo 2º, determinando ao município “configurar-se espacialmente, ao longo de seu litoral, como um conjunto de macrozonas de classificação de uso e ocupação do solo, preferencialmente, para o desenvolvimento e expansão da atividade turística, cujo vetor básico de acesso será a CE-040”. E complementa no §2º:

A concepção de macrozonas de classificação de uso e ocupação do solo conterà diretrizes evidentes de preservação integral das reservas de natureza (dunas móveis, coqueirais, talwegues, fontes naturais, mangues, alagados, falésias, dunas fixas, lagoas etc.) que por sua excepcional beleza configuram a vocação turística do lugar.

A partir deste entendimento, ainda no Título 1: Disposições Preliminares da LUOS, as localidades caracterizadas como litorâneas estão definidas e determinadas a receber

tratamento diferenciado “quanto ao uso e ocupação do solo, face às suas características já consolidadas de núcleos urbanizados e/ou em processo de urbanização”¹⁸.

A LUOS, de uma maneira geral, prevê, além da relevância do turismo para a região, os seguintes objetivos gerais, através do zoneamento estabelecido nesta Lei:

- Consolidação e qualificação dos núcleos urbanos existentes no município, configurando as atividades de convergência coletivas, em torno dos espaços públicos centrais.
- Criação e consolidação de um sistema de transporte e integração dos núcleos urbanos e as Unidades de Vizinhança, ligadas entre si por um sistema de transporte público.
- Assegurar a preservação e a proteção do ambiente natural e construído.
- Expansão das redes de infraestrutura básica.
- Incentivar a atividade industrial.

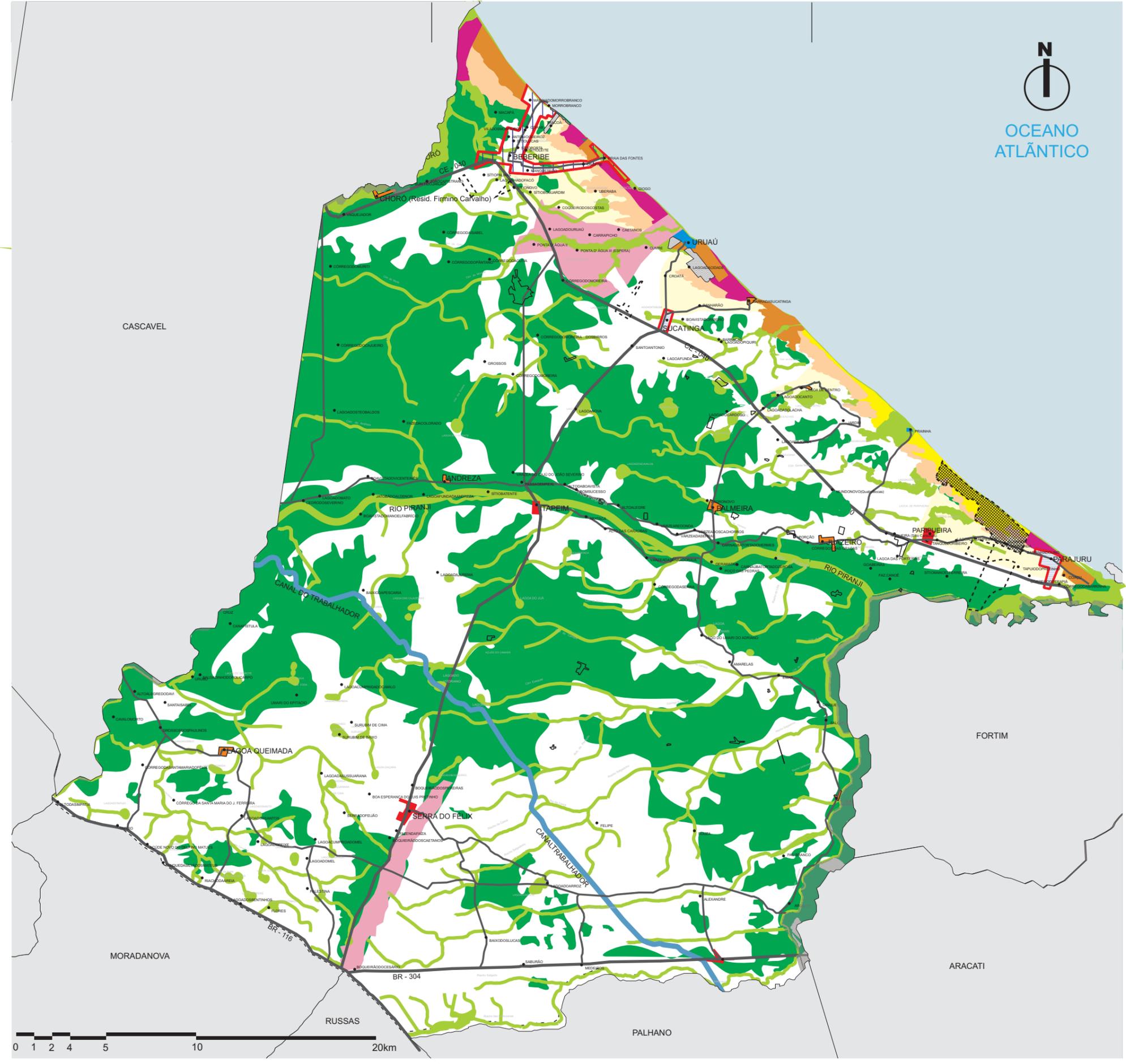
Também a LUOS estabeleceu sete regiões administrativas¹⁹ para o planejamento, controle, fiscalização e monitoramento do desenvolvimento urbano e ambiental representadas pelos distritos: Sede Beberibe, Sucatinga, Paripueira, Parajuru, Itapeim, Serra do Félix e Forquilha. Nessas regiões foram estabelecidas zonas e microzonas, conforme Mapa 2.2, segundo

critério básico de planejamento urbano das cidades visando evitar conflitos de desempenho das diversas atividades que compõem o cenário urbano, a partir das diretrizes traçadas no Plano Estratégico e Plano de Estruturação Urbana, de forma a assegurar relações harmônicas e eficientes entre as diversas funções e usos, compatibilizando-as com a infraestrutura existente e projetada, considerando-se as densidades possíveis e desejadas²⁰.

¹⁸ Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Beberibe, Título I, Art 2º, §3º, 2007.

¹⁹ Lei de Parcelamento, Uso e ocupação do Solo de Beberibe Título II: DA CLASSIFICAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, Capítulo III, Art 27º, 2007.

²⁰ *Ibid.*, Capítulo I, Art 13º. Subitem XXII, § único.



LEGENDA

ZONAS E MICROZONAS

- ZONA URBANA EM CONSOLIDAÇÃO (ZUC)
- ZONA URBANA DE INFRA-ESTRUTURAÇÃO PRIORITÁRIA (ZUIP)
- ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ZEU)
- ZONA DE URBANIZAÇÃO RESTRITA (ZUR)
- ZONA DE VERANEIO (ZV)
- ZONA DE EQUIPAMENTOS AGLUTINANTES (ZEA)
- ÁREA DE INTERESSE TURÍSTICO SUSTENTÁVEL (AITS)
- ÁREA DE INTERESSE TURÍSTICO (AIT)
- ZONA ESPECIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS (ZECT)
- ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
- ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
- ZONAS RURAIS

CONVENÇÕES

- LOCALIDADES
- NÚCLEOS URBANOS
- HIDROGRAFIA
- SISTEMA VIÁRIO BÁSICO
- LIMITE DO MUNICÍPIO

MAPA 2.2 - PLANTA DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE BEBERIBE
 Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe, Anexo III, 2007.

A abordagem da atividade turística relacionando com o zoneamento previsto na LUOS do Plano é verificada especialmente em algumas Zonas, que serão tratadas a seguir:

2.3.2.1 – ZUC: Zona Urbana em Consolidação²¹:

Nesta zona, estão inseridos os principais núcleos urbanos do município: Beberibe (sede), Parajuru e Sucatinga. É caracterizada pelas áreas com disponibilidade para adensamento, condicionadas à implantação de infraestrutura complementar, possuindo disponibilidade parcial de infraestrutura e de serviços urbanos.

Dentre os objetivos desta zona, há alguns relacionados diretamente com o turismo:

- O incentivo do artesanato local como atividade econômica voltada para o turismo;
- Promover a integração física da cidade de Beberibe com a Praia de Morro Branco e a Praia das Fontes pela urbanização contínua e do Corredor Turístico a ser implantado;
- Incentivar a atividade turística através da implantação de pousadas, hotéis e casa de veraneio, respeitadas as exigências ambientais;

Vale ressaltar, outro objetivo específico previsto para esta zona é a contenção do espraiamento da área urbana, uma referência principalmente a ocorrência de casas de veraneio e suas características desagregadoras desse tipo de ocupação, para reforçar o papel da convivência e da vida gregária.

2.3.2.2 – ZUM: Zona de Uso Misto²²

Esta zona é parte integrante do Corredor Turístico de Beberibe a Morro Branco e será destinado preferencialmente ao comércio e serviços voltados para o turismo. Esta proposta vem de encontro ao objetivo geral do Plano Diretor Participativo de Beberibe, de reforçar a necessidade de ligação entre as diversas centralidades existentes. Nessa região, conforme Mapa 2.3, serão incentivadas a implantação de usos residenciais, principalmente agregados a pequenos comércios e/ou serviços (uso misto), meios de hospedagens (hotéis, pousadas, motéis) e uso comercial e de serviços, como lojas, bares, e restaurantes. Atualmente, neste corredor, existem áreas já loteadas, com pouca ocupação.

²¹ Lei de Parcelamento, Uso e ocupação do Solo de Beberibe Título II: DA CLASSIFICAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, Capítulo IV: Das Zonas e Microzonas, Seção I.

²² *Ibid.*, Seção I-D.

MAPA 2.3 - MICROZONEAMENTO DE BEBERIBE - MORRO BRANCO: CORREDOR TURÍSTICO

Fonte: Elaborado pela Autora a partir do Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe vigente, Anexo IV, 2007.



OCEANO ATLÂNTICO

LOTEAMENTO MARINA DO MORRO BRANCO

NÚCLEO MORRO BRANCO

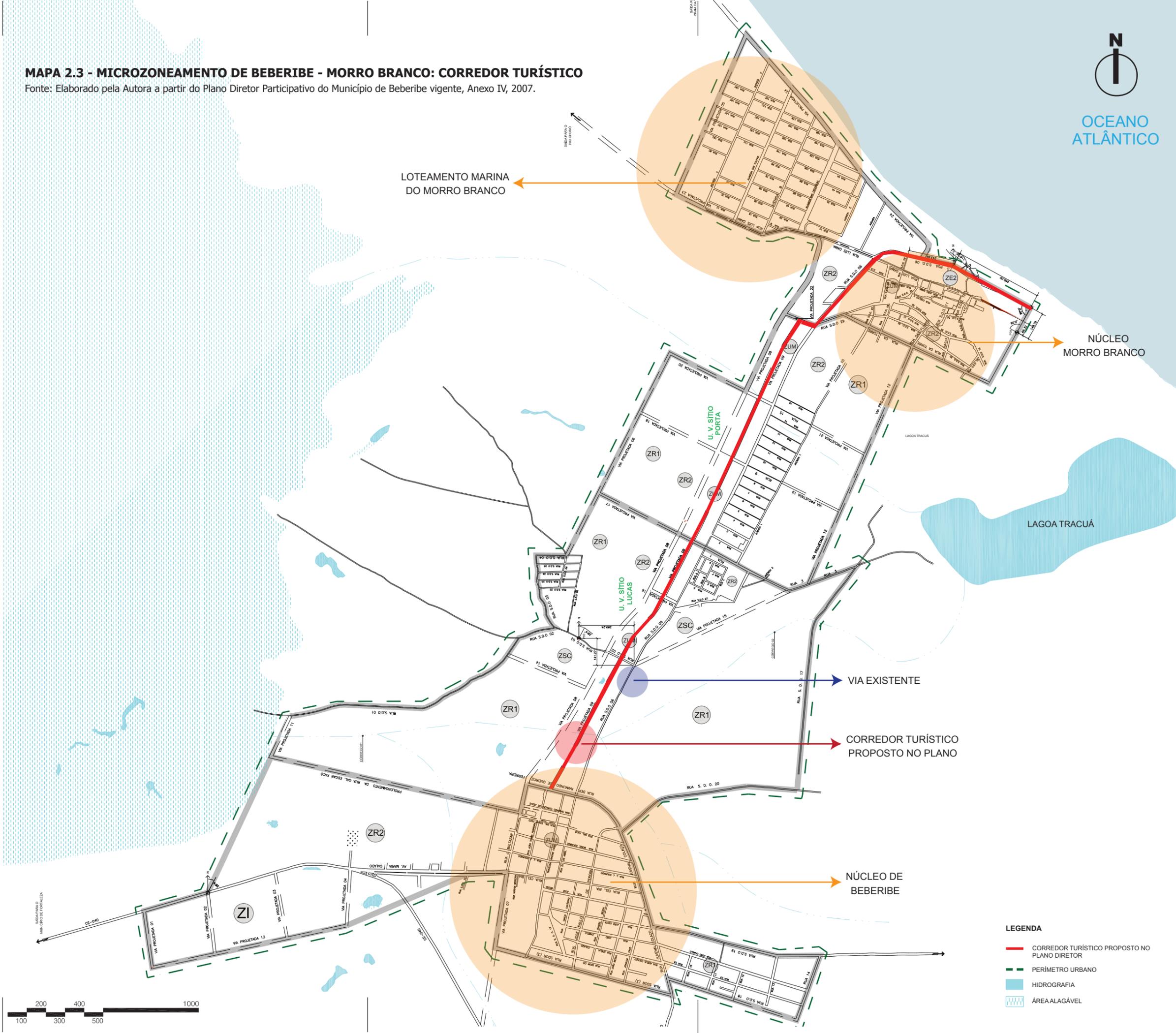
LAGOA TRACUÁ

VIA EXISTENTE

CORREDOR TURÍSTICO PROPOSTO NO PLANO

NÚCLEO DE BEBERIBE

- LEGENDA**
- CORREDOR TURÍSTICO PROPOSTO NO PLANO DIRETOR
 - - - PERÍMETRO URBANO
 - HIDROGRAFIA
 - ▨ ÁREA ALAGÁVEL



2.3.2.3 – ZEU: Zona de Expansão Urbana²³

São zonas de expansão das áreas urbanas, condicionadas à implantação de infraestrutura e ao equilíbrio ambiental, destinadas para novos parcelamentos e a grandes empreendimentos vinculados ao turismo e à indústria classificada como leve e semi-artesanal²⁴. A expectativa é de que haja retorno socioeconômico e que contrapartidas acordadas viabilizem o desenvolvimento local.

Nessas áreas, com o objetivo de implementar novos equipamentos de indução ao uso e ocupação do solo, a fim de viabilizar o desenvolvimento local, é sugerida a implantação de Empreendimentos Turísticos de maior porte, como hotéis, *resort*, *villages*, hotéis-fazenda etc. Existe, inclusive a previsão de receber incentivo urbanístico e fiscal, desde que sejam realizados os investimentos de saneamento ambiental.

2.3.2.4 – ZEA: Zona de Equipamentos Aglutinantes²⁵

É destinada prioritariamente à implantação de grandes projetos de caráter agregador de outras atividades, para permitir a configuração de conjuntos edificados associados ao turismo (esporte, hotelaria e parques temáticos) e a complexos portuários, dependendo da vocação de cada área. Nesta zona, dentre os usos permitidos, destaca-se a permissão para os equipamentos turísticos de hotelaria de grande porte e para prática de esportes em geral, principalmente aqueles ligados a embarcações a vela e/ou a remo, e para a indústria semi-artesanal.

2.3.2.5 – ZV: Zona de Veraneio²⁶

A Zona de Veraneio estabelece o limite de densidade média de 100hab/ha para a implantação de unidades residenciais de veraneio, permitindo o uso residencial, uso misto, meios de hospedagens e afins, destinados ao desenvolvimento do turismo.

2.3.2.6 – AITS: Área de Interesse Turístico Sustentável e AIT: Área de Interesse Turístico²⁷

²³ Lei de Parcelamento, Uso e ocupação do Solo de Beberibe Título II: DA CLASSIFICAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, Capítulo IV: Das Zonas e Microzonas, Seção III.

²⁴ Indústria semi-artesanal é relacionada à produção artesanal, com utilização de matérias primas locais associadas à comercialização originada da demanda turística (tecelagem –rendas e labirintos, trabalhos artísticos com areias coloridas e vidro, barro etc.). Indústria leve é associada à atividade de pesca, produção de barcos pesqueiros ou similares e a produção de cerâmicas (tijolos, telhas, cobogós etc.) (LUOS, 2007, Art.73).

²⁵ Lei de Parcelamento, Uso e ocupação do Solo de Beberibe Título II: DA CLASSIFICAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, Capítulo IV: Das Zonas e Microzonas, Seção XII, Subseção VII, 2007.

²⁶ *Ibid.*, Capítulo IV: Das Zonas e Microzonas, Seção XII, Subseção VI

As AITS estão localizadas nas áreas de dunas desprovidas de vegetação, ou seja, dunas móveis, destinadas à instalação de empreendimentos turísticos sustentáveis, se declarados de interesse social, e devem estar de acordo com a legislação ambiental federal em vigor, em especial a Resolução CONAMA 341, para evitar inadequações urbanísticas e ambientais; o suprimento de infraestrutura necessária ao empreendimento fica a cargo do empreendedor.

As Áreas de Interesse Turístico – AIT, localizadas nas zonas de deflação²⁸, são destinadas para a ocupação do tipo residencial para veraneio e instalações turísticas, como meios de hospedagem e usos afins, associados ao desenvolvimento do turismo.

2.3.2.7 – ZRCA 02: Praia de Morro Branco e Praia das Fontes²⁹

A ZRCA – Zona de recuperação e conservação ambiental são áreas consideradas de interesse ambiental, paisagístico ou do patrimônio, uma vez que, originalmente, tiveram a forma de ocupação inadequada. Esta zona foi subdividida em duas zonas, ZRCA 01 e 02.

A ZRCA 02 constitui a faixa de praia de Morro Branco e Praia das Fontes, fora dos limites da ZUC, e no Art. 153º dispõe sobre a delimitação precisa da zona a qual será objeto de regulamentação específica, enfatizando que deverão ser elaboradas num prazo de três anos da data de publicação da LUOS, as seguintes intervenções: projeto de ordenamento das barracas de praia das duas localidades; projeto de urbanização do espaço público das duas praias, para valorizar os aspectos naturais existentes; trilha de *buggy*, estabelecendo rotas para passeio pelo litoral.

Tendo em vista os ETIs já implantados na ZRCA 02, ficou determinado para os novos empreendimentos de médio e grande porte³⁰ nessa zona, que deverá ser realizado EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) e EIA (Estudo de Impacto Ambiental), sendo já vetada qualquer ocupação nas falésias ou na faixa de praia.

²⁷ Lei de Parcelamento, Uso e ocupação do Solo de Beberibe Título II: DA CLASSIFICAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, Capítulo IV: Das Zonas e Microzonas, Seção VIII e IX.

²⁸ Segundo o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Ceará – Zona Costeira (ZEE) as planícies de deflação são as áreas planas ou levemente inclinadas encontradas ao longo das bordas do mar até a base dos campos de dunas, resultante dos processos eólicos que removem areia para formar as dunas móveis e transformam a área na faixa de planície litorânea de deflação.

²⁹ Lei de Parcelamento, Uso e ocupação do Solo de Beberibe Título II: DA CLASSIFICAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, Capítulo IV: Das Zonas e Microzonas, Seção XIII, Subseção II.

³⁰ Conforme LUOS, Art. 154 são empreendimentos de médio porte aqueles com área construída de 500 m² a 1.500m², e de grande porte aqueles com área construída acima de 1.500,00 m²

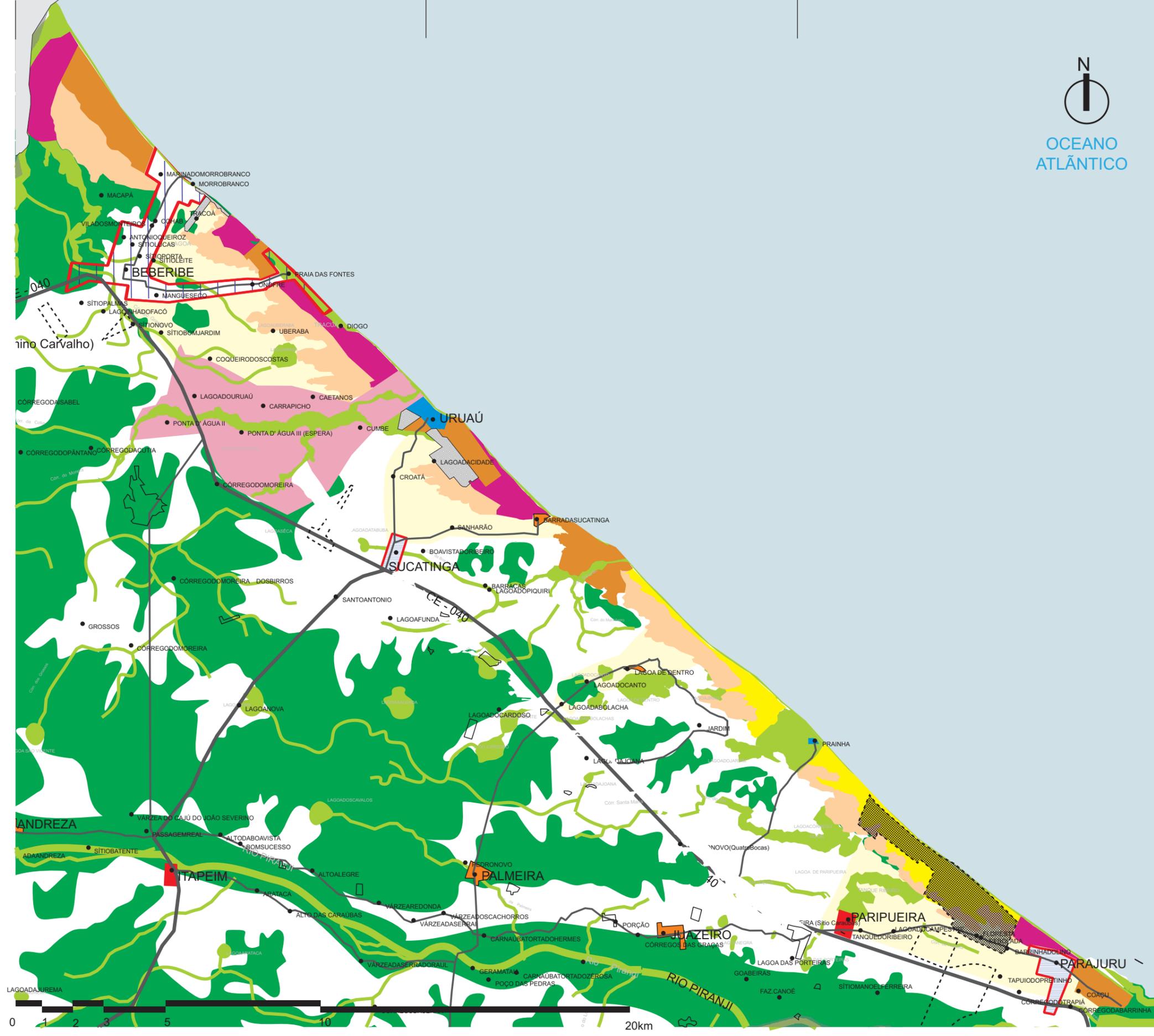
Enfim, pode-se observar no Plano Diretor Participativo de Beberibe – PDB, juntamente com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, haver entre suas ações estratégicas para o progresso local, o desenvolvimento das atividades turísticas como mola propulsora desse crescimento. Há, inclusive o incentivo de implantação de Equipamentos Turísticos Imobiliários, pois, como pode ser observado no Mapa 2.4, existem áreas onde é permitido e incentivado esse tipo de ocupação.

Ressalte-se ainda, que para a efetivação deste objetivo, de impulsionar a atividade turística no município, algumas ações previstas no PDB já foram realizadas, como por exemplo, o Parque das Falésias e o Centro de Artesanato em Morro Branco, trilha do *buggy*, projeto para qualificação das orlas de Morro Branco e Praia das Fontes, contemplando a reordenação das barracas de praia, dentre outras.

Dentre as intervenções para o desenvolvimento do município, o Governo Municipal adotou, a exemplo do Governo do Estado, o vetor do turismo como uma das ações para acelerar o processo do desenvolvimento local. Para efetivar esse propósito, criou a Secretaria de Turismo e Cultura com nova estrutura organizacional³¹ e com a missão de coordenar políticas governamentais na área do Turismo e Cultura, e planejar, coordenar e promover o Plano de Desenvolvimento do Turismo no município.

O Plano Diretor Participativo de Beberibe também fez parte dessa estratégia, porque, além de atender a demanda prevista em Lei, definiu em suas diretrizes e ações estratégicas, o desenvolvimento da atividade turística como um dos seus eixos de abordagem.

³¹ Foi criada em 15/fev/2000 como Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Beberibe; alterada para Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente em 26/mar/2006; e alterada para Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe através da Lei nº 973 de 6/mar/2009.



LEGENDA

ZONAS COM INCENTIVO A ATIVIDADE TURÍSTICA

- ZONA URBANA EM CONSOLIDAÇÃO (ZUC)
- ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ZEU)
- ZONA DE VERANEIO (ZV)
- ZONA DE EQUIPAMENTOS AGLUTINANTES (ZEA)
- ÁREA DE INTERESSE TURÍSTICO SUSTENTÁVEL (AITS)
- ÁREA DE INTERESSE TURÍSTICO (AIT)
- ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (ZPA)

OUTRAS ZONAS

- ZONAS RURAIS
- ZONA URBANA DE INFRA-ESTRUTURAÇÃO PRIORITÁRIA (ZUIP)
- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
- ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
- ZONA ESPECIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS (ZECT)
- ZONA DE URBANIZAÇÃO RESTRITA (ZUR)

CONVENÇÕES

- LOCALIDADES
- NÚCLEOS URBANOS
- HIDROGRAFIA
- SISTEMA VIÁRIO BÁSICO
- LIMITE DO MUNICÍPIO

MAPA 2.4 - ÁREAS DE INCENTIVO A ATIVIDADE TURÍSTICA NO LITORAL DE BEBERIBE
 Fonte: Elaborado pela Autora a partir do Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe vigente, Anexo III, 2007.

2.3.3 – AÇÕES PÚBLICAS DIRECIONADAS AO TURISMO

As iniciativas no âmbito da divulgação do potencial turístico de Beberibe pelo governo municipal são consideradas pouco eficientes, tomando por base, principalmente, o depoimento dos empreendedores envolvidos na cadeia turística do município.

Entretanto, algumas ações mais recentes foram relevantes para promover a divulgação do município e, também, a qualificação de Beberibe para a atratividade turística. Dentre elas, destacam-se como mais significativas para o município:

- A criação da unidade de conservação de proteção ambiental das falésias de Beberibe, localizada na Praia de Morro Branco, em 2004, que se transformou num polo de atratividade turística.
- A construção de escolas profissionalizantes para promover em capacitação da mão de obra local, com ofertas de cursos direcionados para as atividades turísticas como governança, línguas estrangeiras e gestão, dentre outros.
- Estabelecimento de parcerias com o SEBRAE e o SENAC³², para a promoção de cursos e formação profissional como garçom, gastronomia e recepcionista.
- Participação em eventos relacionados ao turismo, patrocinados pelo Governo Estadual, através da Secretaria de Turismo do Ceará, como as feiras nacional e internacional (Feira das Américas, Salão do Turismo em São Paulo e Rio de Janeiro etc.).
- Organização de eventos culturais, como Festas juninas, Caju Nordeste, Carnaval e o Ano Novo.
- Projetos em fase de elaboração para equipamentos e urbanização do município: Centro de Eventos do Litoral Leste, Requalificação da orla da Praia das Fontes e da Praia de Morro Branco.

Outro fato importante a considerar foi o Estudo de Competitividade dos Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, realizado pelo Ministério do Turismo, SEBRAE e Fundação Getúlio Vargas – FGV, aplicado no 2º semestre de 2009 e consolidado em 2010, quando avaliou o município de Beberibe, juntamente com outros municípios com potencial turístico no país, como candidato a ser um destino indutor do turismo regional.

Este Estudo teve como objetivo medir a competitividade dos destinos turísticos para gerar indicadores com a finalidade de monitorar a evolução dos referidos lugares, e instrumentalizar os gestores para gerenciar os recursos destinados ao desenvolvimento de vantagens competitivas no setor de turismo. Enfim, propiciar aos destinos estudados uma análise de seus indicadores em cada uma das dimensões do estudo, e utilizar essas informações para planejar e desenvolver vantagens competitivas.

³² SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as micro e pequenas empresas e SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

A metodologia³³ aplicada neste Estudo consiste em consolidar um Relatório, composto por um questionário com 600 perguntas, para obter dados primários e secundários distribuídos em 13 dimensões: Infraestrutura Geral, Acesso, Serviços e Equipamentos Turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e Promoção do Destino, Políticas Públicas, Cooperação Regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade Empresarial, Aspectos Sociais, Aspectos Ambientais e Aspectos Culturais. Todas essas dimensões integram o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram “a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando aos turistas uma experiência positiva”. Esse estudo foi criado em 2007 e selecionou, a princípio, 65 municípios brasileiros como “destinos indutores do desenvolvimento turístico regional”. Para os dados dessas dimensões pesquisadas no município, são atribuídos valores numa escala de 0 a 100 e cada dimensão é, então, classificada de acordo com os pontos obtidos em níveis de competitividade, para ser um indutor de desenvolvimento regional:

- 0-20: deficiente;
- 21-40: ainda inadequado;
- 41-60: regularmente satisfatório;
- 61-80: condições adequadas;
- 81-100: melhor posicionamento.

Em seguida, é definido o índice global de competitividade a partir dos valores calculados para as 13 dimensões encontradas.

Entretanto, em 2009, o Ministério do Turismo optou por realizar novo levantamento para outros destinos turísticos do Brasil. O objetivo do levantamento consistiu em beneficiar esses municípios com o estudo e análise da FGV de forma estratégica para a realidade de cada um desses destinos pesquisados. Dentre os 50 municípios escolhidos para esse levantamento realizado em 2009, foi selecionado o município de Beberibe. Após a conclusão dos estudos, foi divulgado o relatório do Estudo de Competitividade para todos os municípios, apresentando o indicador global e os indicadores para as 13 dimensões avaliadas por município. Para instrumentalizar a análise, foram disponibilizados, juntamente com os indicadores do município pesquisado, os valores da média geral dos 65 destinos classificados como “indutores do desenvolvimento regional”, a média dos destinos localizados em capitais e a média daqueles localizados fora das capitais.

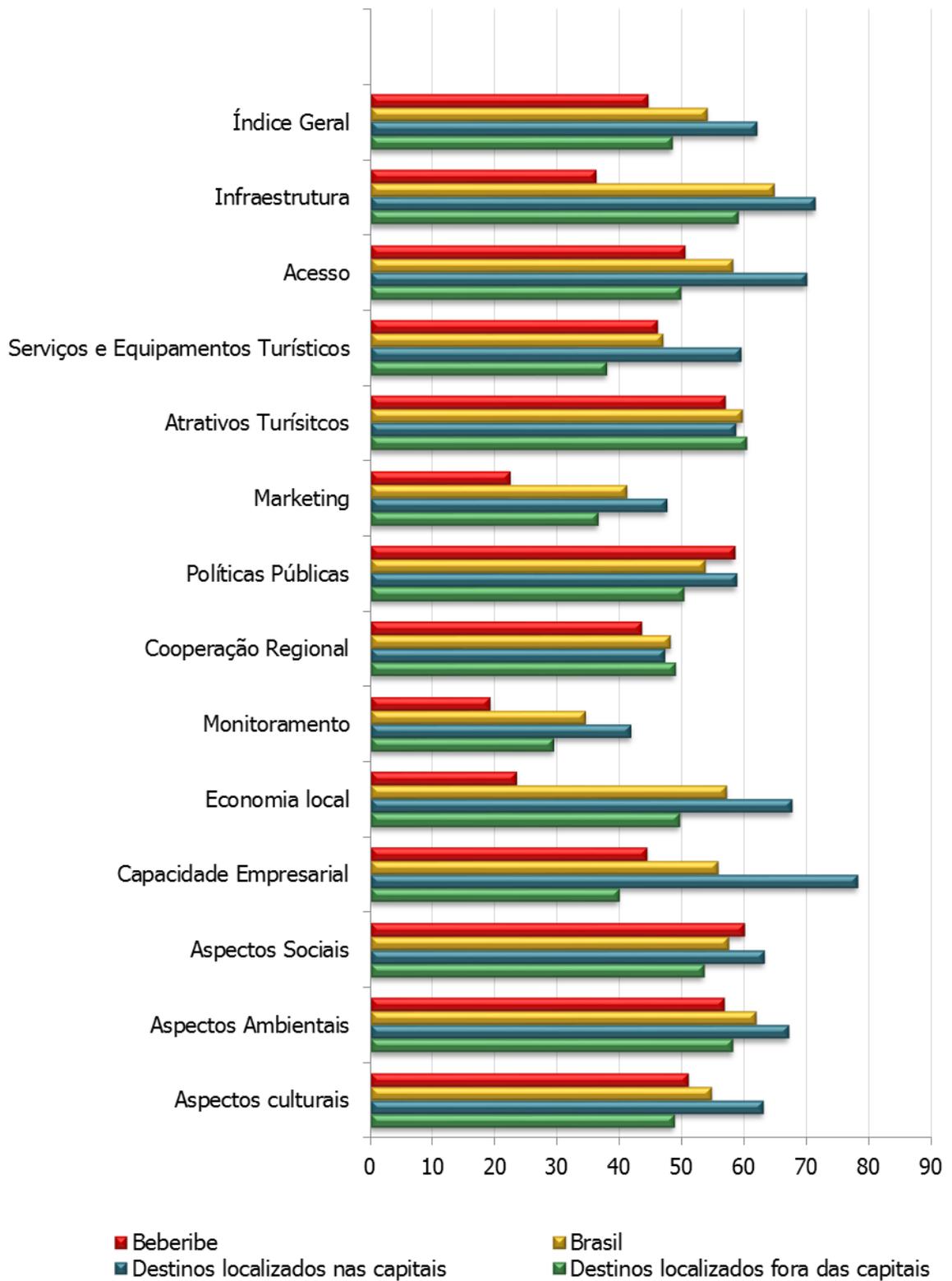
³³ Fonte: Roteiros do Brasil – Programa de Regionalização do Turismo. Ministério do Turismo, 2011b.

A partir desses resultados, cada destino foi capaz de analisar o desempenho dos aspectos abordados no Estudo para avaliar o desenvolvimento do turismo e do município, inclusive de maneira comparativa aos demais pesquisados, e, finalmente, estabelecer um diagnóstico e traçar suas próprias estratégias.

O Relatório de Competitividade de Beberibe apresentou o Índice Global de Competitividade do destino no valor de 44,5 pontos, ou seja, foi classificado como nível 3, que significa nível de competitividade “regularmente satisfatório” para um indutor de desenvolvimento turístico.

Os resultados obtidos por Beberibe, nas dimensões avaliadas, comparativamente às médias do Brasil, Capitais e não Capitais, estão apresentados no Gráfico 2.1, que apresenta os resultados por grupos, das dimensões que se posicionaram acima ou abaixo da média obtida no Índice Global de Beberibe.

GRÁFICO 2.1 – RELATÓRIO DE COMPETITIVIDADE DE BEBERIBE



Fonte: Ministério do Turismo, 2010c. Estudo de Competitividade – Beberibe.

Analisando o Gráfico 2.1 e o relatório contido no Estudo de Competitividade de Beberibe pode-se verificar as dimensões que contribuíram positivamente e negativamente para a composição do Índice Geral, conforme as variáveis estabelecidas neste relatório para cada dimensão. As variáveis avaliadas com maior repercussão para influenciar positivamente foram:

- O atrativo natural das falésias na Praia de Beberibe;
- A Secretaria Municipal ter com uma das atribuições a coordenação e o incentivo ao turismo, apesar de não ser exclusiva para este fim;
- O Plano Diretor do Município contemplar efetivamente a atividade turística;
- Investimento em qualificação profissional;
- Oferta de capacitação e qualificação de mão de obra local para a atividade turística;
- Os empregos gerados pela atividade turística;
- Disponibilidade satisfatória do acesso rodoviário e a ligação direta como o aeroporto, receptor dos principais centros emissores nacionais;
- Capacidade de hospedagem do município;
- Existência de empreendimentos turísticos de porte;
- Desempenho de atividades artesanais típicas.

E as variáveis com maior influencia negativa para o resultado das dimensões foram:

- Deficiência na estrutura urbana nas áreas turísticas;
- Inexistência de um Centro de Convenções Municipal para promoção de eventos;
- Carência de um Plano de *Marketing*, fundamentado em pesquisas sobre a demanda turística;
- Ausência de estatísticas turísticas, estudos e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento turístico do município;
- Ineficiência no tratamento e destinação do lixo, com necessidade de campanhas educativas para a população;
- Necessidade de projeto de implementação e divulgação de turismo cultural.

Enfim, esses são alguns dos aspectos expressos no Relatório de Competitividade de Beberibe, onde se constata, claramente, a importância desses dados para instrumentalizar os gestores do município no sentido de executar o planejamento e as ações orientadas ao desenvolvimento do município de Beberibe.

Esses dados também serviram de balizamento e orientação, na tese, para formular e direcionar a pesquisa de campo no município, uma vez que revelaram as potencialidades e deficiências quanto ao desenvolvimento do turismo em Beberibe.

No próximo capítulo, será elaborada uma contextualização do desenvolvimento da atividade turística no município de Beberibe, desde a sua estruturação territorial até à emancipação política, numa perspectiva história, assim como o progresso urbano, social e econômico do município.

O CASO DE BEBERIBE

CAPÍTULO

3



O município de Beberibe foi selecionado como a amostra que melhor representa o litoral do Ceará para checar a hipótese da pesquisa que investiga o turismo como uma atividade dinamizadora da economia na zona costeira cearense, tendo como parâmetro os Empreendimentos Turísticos Imobiliários – ETIs, conforme evidenciado no capítulo 1, subitem 1.3. Este município apresentou o maior número de ETIs implantados, qualificando-o como uma área de estudo representativa do litoral cearense.

Desta forma, para esta investigação, elaborou-se uma pesquisa neste município tendo como foco o desenvolvimento urbano e socioeconômico através do vetor do turismo, e para a compreensão dos dados, faz-se necessário contextualizar Beberibe no que se refere aos seus aspectos históricos, geográficos, sociais e econômicos, como será apresentado seguir.

3.1 – BEBERIBE E SUA HISTÓRIA

3.1.1 – UMA SÍNTESE DA HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DO CEARÁ

Para entender a formação do município de Beberibe é necessário fazer uma leitura da colonização no Ceará, particularmente da zona litorânea leste, onde se originaram os municípios de Aquiraz, Cascavel e Aracati, pois foi a partir deles que se iniciou a formação urbana, social e econômica de Beberibe.

Antes da colonização portuguesa, várias tribos indígenas habitavam o Brasil. Na região correspondente a Beberibe estavam os índios tapuias, potiguaras, tupis, dentre outros. Os portugueses e os outros povos estrangeiros como os holandeses, franceses, espanhóis, aportaram ao litoral cearense em busca de colonizar as terras e extrair suas riquezas. Com os indígenas comercializaram produtos como: madeira tatajuba, pimenta e algodão bravo. Porém, somente a partir de 1654 os portugueses começaram a garantir o domínio luso contra os demais estrangeiros (LIMA, 2008). Foi um período de muitas lutas travadas entre índios, portugueses e estrangeiros, e, também de construções de fortes no litoral cearense com objetivo de defesa, mas tudo era conquista das terras para colonizar. Os jesuítas tiveram um importante papel neste processo, pois, com intuito de evangelizar os índios, criavam aldeamentos, por vezes muito militarizados, que congregavam os indígenas para catequizá-los e assimilarem a cultura lusitana, embora encontrassem resistência desses nativos, o que concorreu para muitos conflitos (SOUZA, 2002).

A província do Ceará permanecia na condição de subordinada à Capitania de Pernambuco no final do século XVII, quando o rei de Portugal ordenou a criação da 1ª. vila do Ceará em Aquiraz, com fins de reduzir as arbitrariedades e violência praticadas pelos capitães-mores. Entretanto, o governador de Pernambuco instalou em 1700 a Vila ao lado do Forte na barra do Rio Ceará¹ sob os protestos do povoado de Aquiraz, e, somente em 1713, a vila foi instalada em Aquiraz, quando se tornou a sede administrativa da capitania Ceará. Porém, em 1726, a Capital foi definitivamente transferida para Fortaleza (GIRÃO, 1979). A importância dessas duas vilas, Aquiraz e Fortaleza, restringiu-se ao poder militar e civil da Capitania do Ceará, pois não possuíam qualquer influência econômica.

Quanto ao aspecto econômico, a Capitania estava ligada à agricultura de subsistência em apoio à logística de defesa do território, e somente a partir do século XVIII, incrementou sua própria economia mediante a pecuária extensiva, notadamente a carne de charque, como suporte às regiões de cultura da cana de açúcar (GIRÃO, 1979). Essa atividade promoveu a ocupação do sertão cearense e também de alguns dos principais núcleos urbanos, como Aracati, Sobral e Icó, localizados respectivamente às margens dos rios Jaguaribe, Acaraú e Salgado, os quais foram usados para o transporte da produção pecuária.

O núcleo de Aracati foi originado do povoamento que se formou na foz do Rio Jaguaribe, onde ficou estabelecido o principal porto do Estado por muito tempo (DANTAS, 2005). O ciclo do couro e da carne de charque teve seu apogeu entre os anos de 1750-1800, conferindo destaque à Aracati que constituiu um dos principais centros de coleta da produção regional. Neste período, surgiram estradas que se originavam dos caminhos das boiadas, que foram se ampliando e interligando os lugares de produção e escoamento das mercadorias, também para a entrada de produtos para o abastecimento das localidades. Uma das mais importantes foi a Estrada Geral do Jaguaribe, que partia de Aracati em direção ao sul, subindo o Rio Jaguaribe até a região do médio São Francisco, estabelecendo contatos entre a população do litoral e do sertão, ligando as zonas produtoras de gado com os centros coletores e exportadores de carne seca e de couro.

A maioria das capitanias da Colônia reproduziu um modelo de ocupação onde a lógica militar de defesa tinha uma relação imbricada com a lógica da exploração econômica, assim:

A construção dos fortes era para garantir a defesa e a exploração e encaminhamento de produtos para a Europa. Já a ocupação do Ceará resulta de dois movimentos distintos: o primeiro característico de uma lógica militar de

¹ A barra do rio Ceará está localizada na atual Capital do Estado, a cidade de Fortaleza.

defesa adotada pelos portugueses no litoral; e o segundo, da expansão das fazendas de gado. (CAMPOS, 2003, p. 142).

Entretanto, um forte período de seca, de 1790 a 1793 assolou o Ceará, trazendo grandes problemas para a pecuária, dizimando rebanhos bovinos. Então, a criação de gado e a produção de charque transferiram-se para o Rio Grande do Sul, que assumiu a posição de principal abastecedor para as outras regiões (LIMA, 2008). Com o declínio do charque, a economia do Ceará mudou de rumo e voltou-se para a cultura do algodão que começou a expandir-se e ganhar relevância econômica, principalmente em função da redução das áreas produtoras de algodão norte-americanas devido à guerra da Independência (1775-1783), as quais abasteciam até então o mercado externo com matéria prima para as indústrias têxteis que surgiam a reboque da Revolução Industrial, notadamente as de origem inglesa. A cultura algodoeira cearense atingiu seu ápice durante outra guerra americana, a da Secessão, ocorrida entre 1861-1865. Mais uma vez, o arrefecimento da produção americana favoreceu o crescimento de outros centros produtores, como a Província do Ceará, que gerou um novo impulso ao seu desenvolvimento econômico, estimulado pelo crescimento dessas relações comerciais no mercado internacional (PAIVA, 2011).

De acordo com Lima (2008), neste período, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, surgiram novas aglomerações urbanas resultantes principalmente da cultura do algodão, mas também tiveram importância outras atividades agrícolas, como a cera de carnaúba e o café, e este último produzido basicamente na zona de serra. Um novo e severo período de seca, ocorrido entre 1877-1879, denominado de "A Grande Seca", concorreu para o declínio da cultura algodoeira, vindo a favorecer a chamada "Indústria da Seca", assim denominada na literatura por configurar-se como uma nova forma de obter receita junto ao Governo, em decorrência dos problemas da seca, através de "socorros e obras públicas". Este período foi marcado por sucessivas secas que assolaram o Estado, acarretando a morte de grande número de pessoas e a migração dos sertanejos para outras localidades, principalmente para a Amazônia, atraídos pela exploração da borracha. O Governo Federal e o Governo Estadual então propuseram intervenções e incentivos para obras contra a seca, como construção de açudes, barragens, estradas, como uma forma de aliviar as calamidades sofridas pelo povo cearense. Esse formato de receita, entretanto, gerou uma dependência na população e nos governadores, que viam a manutenção desses benefícios recebidos através de financiamentos e/ou transferência de recursos, como privilégio e favorecimento para cultivar o poder político. Essa forma de relação entre população e governantes ficou então conhecida

como “indústria da seca²”. Desta maneira, a estruturação territorial do Estado foi se configurando de acordo com o desenvolvimento desses ciclos econômicos.

A cultura do algodão promoveu o florescimento de núcleos urbanos no sertão e promoveu a progressiva consolidação da Capital, uma vez que acumulava as funções política e mercantil, mediante a arrecadação tributária das mercadorias. Também favoreceu o crescimento da malha ferroviária e das estradas que se conformaram como os eixos de ligação entre os núcleos urbanos do Estado e a Capital, estruturando o espaço cearense de maneira mais definida e duradoura do que as antigas rotas de gado, e, por outro lado, materializando a primazia urbana de Fortaleza como Capital, que desempenhava então no que se refere às funções comerciais, de serviços e portuárias, na “centralização e intermediação da produção algodoeira sertaneja e de outras mercadorias de menor importância” (MACEDO, 2011, p. 4). Essa lógica econômica possibilitou a Fortaleza ocupar o primeiro lugar em importância na configuração urbana no século XIX.

Tabela 3.1 – EVOLUÇÃO DA CONFIGURAÇÃO URBANA sec. XVIII - XIX

SÉCULO XVIII			SÉCULO XIX		
Cidade	Ordem de importância	Função básica	Cidade	Ordem de importância	Função básica
Aracati	1	Comercial/Administrativa/Serviços	Fortaleza	1	Administrativa/Comercial/Serviços/Portuária
Icó	1	Comercial/Administrativa/Serviços	Sobral	1	Administrativa/Industrial/Comercial/Serviços
Sobral	1	Comercial/Administrativa/Serviços	Aracati	1	Administrativa/Comercial/Serviços/Portuária
Crato	1	Agrícola/Administrativa/Industrial	Icó	1	Administrativa/Comercial/Serviços
Camocim	2	Comercial/Industrial	Crato	1	Administrativa/Industrial/Comercial/Serviços
Acaraú	2	Comercial/Industrial	Quixeramobim	2	Industrial/Comercial/Serviços
Quixeramobim	2	Comercial/Serviços de Base	Acaraú	2	Comercial/Portuário
Fortaleza	3	Administrativa	Granja	3	Industrial/Comercial
Aquiraz	3	Administrativa	Baturité	3	Industrial/Comercial
Granja	3	Industrial	Aquiraz	3	Serviços
			Camodm	3	Portuária

Fonte: Século XVIII: SUDEC (Superintendencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará), 1974, in CAMPOS, 2003, p.142. Século XIX: SUDEC (Superintendencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará), 1974, in PAIVA, 2011, p.69.

Desta forma, o território cearense começou a se estruturar e a inverter, a partir de então, a sua lógica de ocupação do território – do sertão para o litoral, iniciando um processo de valorização da zona litorânea no início do século XX, a princípio pela prática do veraneio e em seguida com o crescimento da atividade turística, conforme descrito no Capítulo 1.

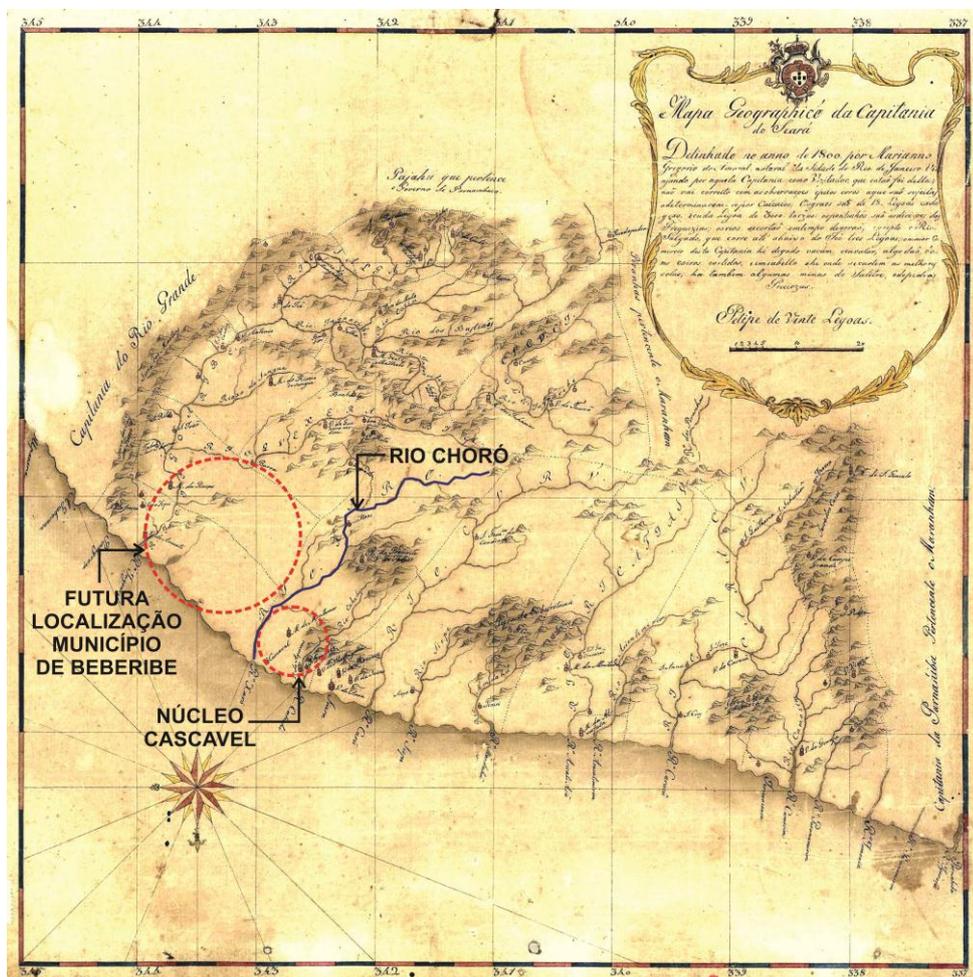
² Foi convencionado chamar de “indústria das secas” a apropriação de investimentos públicos realizados pelo Estado por políticos ou outras pessoas da sociedade, fazendo com que muitos enriquecessem às custas do desvio de recursos destinados aos retirantes nordestinos, Estes recursos eram transferidos – desviados – para outras finalidades. (DIÓGENES, 2012)

3.1.2 – A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE BEBERIBE

Os primeiros registros sobre a localização de Beberibe na Província do Ceará, correspondem às terras da:

Datas de sesmarias³, concedidas ao capitão Domingos Ferreira Chaves, Manuel Nogueira Cardoso, Sebastião Dias Freitas e João Carvalho Nóbrega pelo capitão-mor Tomáz Cabral de Olival, a 16 de agosto de 1691. Desses colonizadores quase nada se informa a não ser que suas terras, povoadas de sítios e fazendas, seriam colonizadas mais tarde por outros adquirentes” (COLAÇO, 2008, p. 14).

Ao observar o mapa abaixo, datado de 1800, constata-se que até esta época não havia indícios de ocupação como núcleo urbano, como nas demais regiões da província, sendo o local ocupado por índios, descendentes de negros e colonizadores europeus.



Mapa 3.1 – MAPA DO CEARÁ AINDA CAPITANIA – 1800

Autor: Mariano Gregório do Amaral
Fonte: Wikimedia.org

³ Este era o regime jurídico à época determinado pela antiga legislação portuguesa, com base nas práticas medievais, que entregava terreno sem cultivo ou abandonado a quem se comprometesse a cultivá-lo. O Rei de Portugal à época do descobrimento do Brasil, implantou este regime, e desta forma, o Rei ou os donatários das capitanias, faziam doações de terras a particulares que se comprometiam a cultivá-las e povoá-las. Este regime foi extinto oficialmente em 1812 (LIMA, 2008).

Os primeiros indicativos de aglomeração no local datam da época que Baltasar Ferreira do Vale e Pedro Queiroz Lima transferiram seus domicílios de Riacho Fundo (Cascavel) e Aquiraz, respectivamente, para as novas terras que adquiriram. Baltasar comprou o sítio Lucas em 1819 e Pedro Queiroz o sítio Bom Jardim em 1836. Essas famílias constituíram importantes núcleos familiares, os quais se tornaram um verdadeiro patriarcado, originando os descendentes das famílias Ferreira, Queiroz e Facó que, juntamente com outras famílias, construíram uma sociedade que se destacou no meio social, político, religioso e econômico da região. O sítio Lucas originou um importante núcleo urbano, onde hoje é a atual sede do município, a cidade de Beberibe (COLAÇO, 2008).

Esses sítios estavam localizados na Vila de Cascavel⁴, que por sua vez foi originada no chamado Sítio Cascavel, conforme assinala Souza et al. (1994, p. 23-36):

A pequena localidade muito se beneficiou pela estratégica situação geográfica, transformando-se numa vital encruzilhada da rota de comércio entre Fortaleza, Aquiraz e Aracati, e ainda do fluxo do litoral para o sertão. A Barra do Rio Choró⁵ era ancoradouro de barcos e escoadouro da produção [...] As secas representaram importante fator para o aumento populacional da emergente vila. Grandes levas de retirantes migravam do sertão para o litoral, à procura de região mais amena e saudável, onde são menores os efeitos da falta de chuva [...] O sítio Cascavel, situado a meio caminho das Vilas de Fortaleza-Aquiraz e do Porto dos Barcos (Aracati), tomou seu ritmo lento de crescimento, mantendo-se de acordo com a precária evolução da Capitânia e depois Província do Ceará, dos séculos XVII e XIX.

O sítio de Cascavel foi por muito tempo um entreposto comercial, servindo ao abastecimento e descanso dos mercadores e pessoas que se dirigiam por terra às Vilas de Fortaleza, Aquiraz e Aracati. Neste povoado, os sítios abrigavam criação de gado, plantação de mandioca, de cana-de açúcar e frutas como caju, jenipapo, e outras, conforme ressalta Souza et al. (1994, p.24):

Atravessaram fronteiras produtos de Cascavel como farinha de mandioca, a goma, o couro de gado, a rapadura, o mel de engenho e as frutas tropicais, de sítios nascentes às margens da Estrada Real, precária ligação entre Pernambuco e o Maranhão, que cruzava o futuro município de Cascavel... O porto de Barra Nova, na foz do Rio Choró, servia de escoadouro da nossa produção por via marítima, por ali desembarcavam sal, peixe seco etc. vindo de outras regiões. Comboieiros e mercadores conduziam, sertão adentro, em lombos de muares e em carros de boi, os produtos adquiridos.

Relata ainda que:

Em 1780, a Vila de Aracati⁶ contava com cerca de dois mil habitantes, cinco ruas, trezentos prédios, sobrados de azulejados e setenta empórios mercantis, chegou a ser cogitada para sediar a capital da Província, tão grande era o seu

⁴ A Vila de Cascavel foi criada pelo Conselho do Governo Provincial do Ceará pela Resolução de 6 de maio de 1833, uma vez que já havia sido desmembrada de da Vila de Aquiraz em 1824 quando foi elevada a categoria de Juizado de Paz.

⁵ Atual divisa entre os municípios de Beberibe e Cascavel.

⁶ Vila criada em 1748.

desenvolvimento. Com a sua prosperidade é que, ao longo das trilhas dos tangerinos⁷ e dos núcleos criadores de gado, nasceram povoações como Cascavel, Sucatinga, Barrinha (Parajuru), **Lucas (Beberibe)** e outras. (SOUZA et al., 1994, p.45) (grifo nosso).

Com esse crescimento econômico na zona litorânea, a configuração territorial mudou, em decorrência do crescente aumento de ranchos, pousadas e vilas ao longo das trilhas e estradas, devido à intensificação do tráfico das boiadas, carne de charque e outras mercadorias (SOUZA et al., 1994).

A elevação de povoado para Vila Cascavel promoveu, no ano de 1833, a divisão da região em quatro distritos: sede Cascavel, Lucas (Beberibe), Sucatinga e Pedro Souza. O distrito de Lucas teve um grande crescimento econômico advindo da quantidade de engenhos de cana-de-açúcar por toda a região (aproximadamente 100 engenhos); e, por conta dessa prosperidade, foi chamada de “Vila Rica” pelo povoado de Cascavel e Sucatinga, durante o período do ciclo econômico da cana de açúcar (COLAÇO, 2008).

Beberibe seguiu a lógica da história do desenvolvimento econômico da zona litorânea do Nordeste, inicialmente com o estabelecimento de fazendas de gado como resultado da expansão da atividade açucareira na Zona da Mata. Porém, com a Carta Régia de 1701, a criação de gado foi proibida numa faixa de 10 léguas da costa, como discorre Simão:

[...] sendo o gado nos primeiros momentos propriedades dos senhores do engenho, porém com o crescimento do rebanho, e dado o estrago que causava a lavoura canavieira, o seu afastamento da orla litorânea era um imperativo de ordem econômica, pois a produção do açúcar era uma atividade mais lucrativa que a pecuária. (SIMÃO, 1996, p.17 apud SARAIVA, 2002, p. 50).

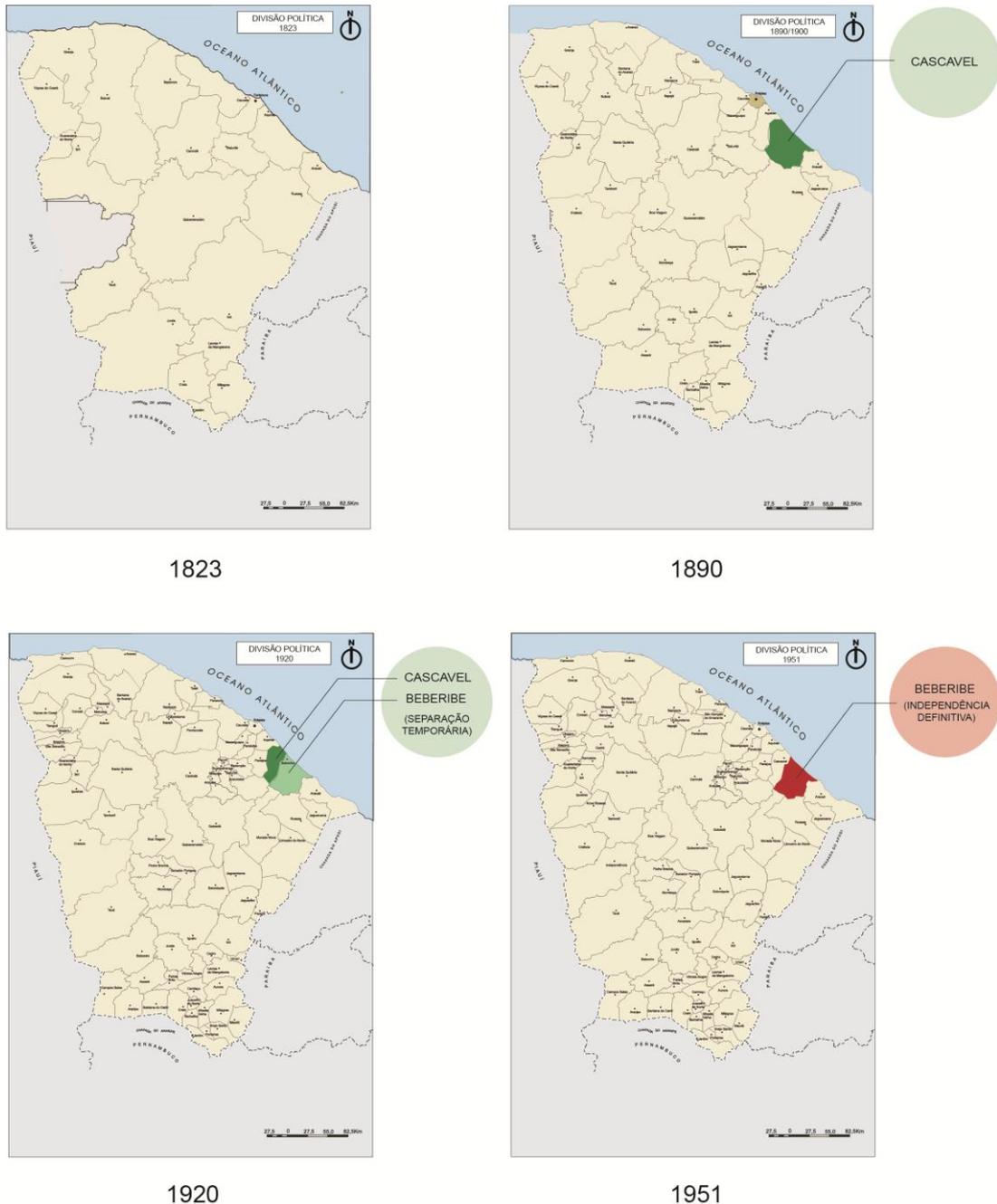
Assim, a região de Beberibe prosperou com a atividade de cana de açúcar com inúmeros engenhos, e também como entreposto comercial e pousada nos entroncamentos da rota de circulação do gado e da carne de charque. (LIMA, 2008)

Conforme Colaço (2008), a cultura açucareira foi a principal atividade econômica na época colonial e continuou até meados do século XX, mas outras atividades agrícolas também se desenvolveram em Beberibe, como o cultivo do coco (área litorânea), de caju e de cera de carnaúba, além de uma agricultura de subsistência, com mandioca, feijão e milho. Nas áreas próximas à praia garantiam a sobrevivência com os recursos do mar.

A emancipação de Beberibe para município se deu através da Lei nº. 67 de 5/julho/1892, com sua instalação oficial em 1893. Porém, a partir de 1920, Beberibe foi reduzido novamente à condição de distrito de Cascavel. Foram anos de indefinição quanto à sua

⁷ Termo usado para os sertanejos de Sertânia – Pernambuco.

independência, porquanto oscilava entre uma lei que lhe outorgava independência e outra que restabelecia sua dependência à Cascavel. Somente em 22/nov/1951, pela Lei nº. 1153, foi restaurada a autonomia do município, sob a liderança de Boanerges Facó, Pedro de Queiroz Lima e Brasiliano Ferreira de Araújo (COLAÇO, 2008). No mapa a seguir, verifica-se a evolução da estruturação territorial do Ceará, destacando-se à formação do município de Beberibe.



Mapa 3.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DO CEARÁ E BEBERIBE: 1872-1950

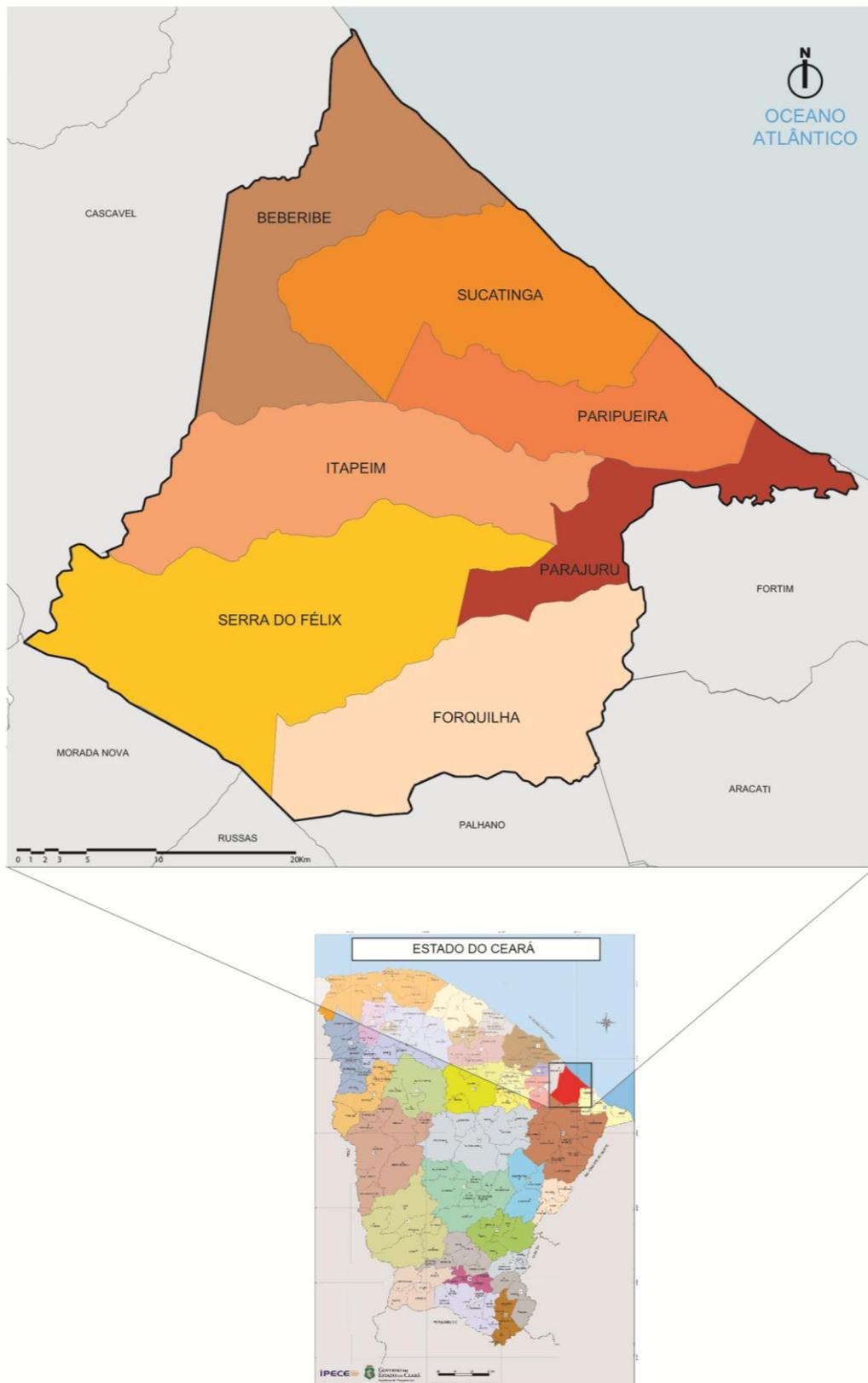
Fonte: Elaborado pela autora a partir de IPECE, Ceará em mapas – Evolução Territorial do Ceará, 2007.

Um aspecto importante na história econômica dessa região relaciona-se à sua não participação no desenvolvimento industrial do Estado. O Ceará, com a falência da pecuária decorrente da seca, principalmente a de 1792-1794, direcionou sua economia para o algodão, que cresceu e atingiu um *boom* de exportação no final do século XIX, conduzindo a grandes investimentos na estruturação industrial têxtil do Ceará. Em 1923, registrou-se a maior safra da história e houve um novo surto de investimentos, não se restringindo apenas ao setor têxtil, mas também na implantação de outras fábricas de derivados do algodão como sabão, óleos e redes, com destaque para os municípios de Fortaleza, Aracati e Sobral. Apesar desse crescimento no Estado, Beberibe continuou a lógica da cana de açúcar e do caju, ficando à margem desse processo e, por conta das secas, passou por uma recessão econômica nesse período, sendo redescoberto somente na década de 1970 por meio de um novo vetor desenvolvimento econômico: o turismo.

3.2 – O MUNICÍPIO DE BEBERIBE E SUAS CARACTERÍSTICAS

O município de Beberibe⁸ está situado no litoral leste do Ceará. Possui uma área de 1.616,39km² e uma extensão de litoral de 54 km. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; ao leste com os municípios de Aracati e Fortim; ao oeste com Cascavel e Ocara; e ao sul com Morada Nova, Russas e Palhano. A sede do município é Beberibe e está distante 75 km de Fortaleza. Situa-se a uma altitude média de 11,94m do nível do mar, com as coordenadas geográficas de 4°10'47" lat S e 38°07'50" long WGR. Os distritos que compõem o município são: Beberibe (sede), Paripueira, Sucatinga, Parajuru, Itapeim, Serra do Félix e Forquilha, conforme mapa a seguir.

⁸ IPECE – Perfil Básico Municipal de Beberibe 2011.



Mapa 3.3 – O MUNICÍPIO DE BEBERIBE E SEUS DISTRITOS

Fonte: Elaborado pela Autora a partir do Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe vigente, LUOS, Anexo XII, 2007; IPECE, Ceará em mapas - Microrregiões Geográficas, 2007.

O município possui características físicas marcantes e diferenciadas, apresentando em sua extensão territorial três peculiaridades distintas: mar, sertão e serra. Ao longo do litoral de Beberibe, encontra-se a planície litorânea constituída de grande diversidade na paisagem, como extensas áreas de praias, dunas móveis e dunas estacionárias, fixadas por vegetação e lagoas. Também há os chamados tabuleiros pré-litorâneos, constituídos por sedimentos argilo-arenosos que estão em cotas de maior altitude, e são talhados pela ação abrasiva do mar, formando as belíssimas falésias.

Na parte interior do município, encontra-se a depressão sertaneja sob o domínio do semiárido já revestido por trechos de caatingas, uma das características do sertão cearense. Surge nessa depressão, com um relevo mais alto, o espinhaço formado pela Serra do Félix, considerada como serra seca, com mais 200m de altitude (COLAÇO, 2008).

Quanto aos aspectos climáticos⁹, o clima é tropical quente semiárido com índices pluviométricos médios de 914 mm, com período chuvoso mais frequente entre janeiro a abril, e temperatura média de 26° a 28°C.

Os recursos hídricos de Beberibe (Mapa 3.4) mais importantes são os formados pela bacia dos Rios Choró e Pirangi e a Lagoa de Uruaú e Lagoa de Dentro. Na porção mais ao sul, o município é atravessado pelo Canal do Trabalhador¹⁰, construído em 1993, que favorece a região com o fornecimento de água para o consumo humano e para o aproveitamento agrícola.

⁹ IPECE – Perfil Básico Municipal de Beberibe 2011 – FUNCEME (Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos).

¹⁰ O Canal do Trabalhador é um canal artificial com 113 km de extensão, construído no governo à época de Ciro Gomes, em 1993. O canal capta as águas do Rio Jaguaribe, quando este passa no município de Itaiçaba e atravessa o Ceará para lançar essas águas no açude de Pacajus, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF. Este açude faz parte do sistema de abastecimento de água da RMF, e um dos objetivos do Canal foi garantir o abastecimento de água da RMF e, também o fornecimento de água às localidades próximas ao percurso do Canal.



LEGENDA

- ① RIO CHORÓ
- ② RIO PIRANGI
- ③ CANAL DO TRABALHADOR

Mapa 3.4 – RECURSOS HÍDRICOS DE BEBERIBE

Fonte: Elaborado pela Autora a partir do Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe vigente, LUOS, Anexo III, 2007.



Figura 3.1 – CANAL DO TRABALHADOR: TRECHOS DENTRO DO ESTADO DO CEARÁ

Fonte: site atlas.srh.ce.gov.br, acessado out/2011.

Beberibe possui um rico ecossistema com praias, falésias, dunas, mangues, serra, sertão, com muitos contrastes da natureza, onde se misturam elementos litorâneos e sertanejos para a contemplação de seus moradores e de visitantes, o que torna a região bastante atrativa no que se refere à atração turística.

3.3 – BEBERIBE E O TURISMO

A adoção de uma estratégia de desenvolvimento para o Estado do Ceará através da inserção e incremento da atividade turística proporcionou, principalmente aos municípios litorâneos, a transformação dessa atividade como prioritária nas ações e políticas locais. Essa proposta foi incentivada pelo Governo brasileiro na perspectiva da modalidade de turismo “sol e mar”. Conforme publicação do Ministério do Turismo:

Turismo de sol e mar constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor... Independente das características de cada praia, o segmento está associado ao número de horas de sol anual de um determinado local, o que gera uma concentração de turistas nacionais ou internacionais nos destinos nas épocas de mais sol. Assim o "turismo de Sol e Praia" está diretamente associado à água e seus espaços imediatos, como os principais recursos turísticos e de lazer. No entanto, seus espaços ultrapassam o segmento de Sol e Praia e associam-se também a atividades náuticas, de pesca, de aventura, de ecoturismo, entre outras" (BRASIL, 2010, p. 17).

Essa abordagem coloca o Nordeste como um destino com grande potencialidade para concorrer neste mercado, em função das suas características geográficas e climáticas, ou seja, sua riqueza formada por paisagens naturais e a presença de sol predominante durante o ano todo. O turismo hoje é considerado para a cultura pós-industrial e pós-moderna como uma necessidade imprescindível, e reconhecido como uma fonte de lucros e investimentos altamente rentável. Para os países com características climáticas e geográficas favoráveis, o turismo é visto como uma mercadoria produzida a baixo custo e vendida com taxas altas de lucro. Portanto, o Ceará, como dispõe de sol, mar e calor sem restrições, está totalmente apto a desenvolver essa atividade, diversificando "o uso do litoral, levando-o a um processo de urbanização com elevada concentração de segundas residências e de equipamentos urbanos que servem de infraestrutura ao turismo e ao lazer" (CORIOLANO, 1998, p. 99).

Neste aspecto, o Ceará se impõe com destaque, e o município de Beberibe se qualifica com grande vantagem face aos outros municípios cearenses, por sua exuberância de paisagens naturais e extensão de praia.

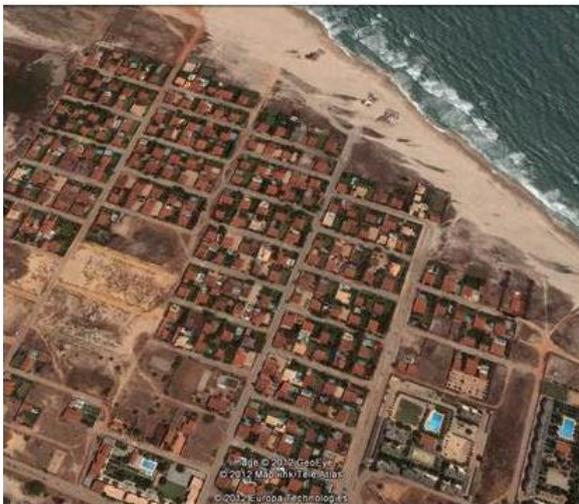
A diversidade da geografia de Beberibe apresenta cenários diferenciados. Ao longo dos 54 km de extensão de litoral encontram-se as praias, entrecortadas pelos estuários dos rios¹¹, pelas dunas móveis e estacionárias, pelas falésias com seus recortes abruptos e depósitos de areias coloridas, mangues, e lagoas. A caracterização do litoral de Beberibe é descrita por uma beberibense, Lucineide de Abreu, com muita eloquência:

As dunas que favorecem emocionantes passeios de bugres, falésias que afloram o lençol freático formando varias fontes de água doce e suas belezas esculpidas pela própria natureza, beleza rara no litoral brasileiro. Coqueiros que a paisagem confere especial beleza, várias lagoas formadas com o represamento das águas pelas dunas que completam o desenho deste cenário. Em destaque a Lagoa do Uruaú, uma das maiores do Estado, propicia para esportes aquáticos. Suas principais praias são Morro Branco e Praia das Fontes que marcaram cartões postais em alguns filmes e novelas da Rede Globo. A poucos quilômetros da sede do município, nos deparamos com a praia da Tabuba, do Diogo, Prainha do Canto Verde, Barra da Sucatinga, Uruaú também conhecida por Marambaia, Parajuru ou Barrinha, Praia da Gamboa a 44 km de Parajuru, Paraíso, Ariós, todas surgiram a partir de um pequeno povoado de pescadores, daí consolidou o turismo de lazer e veraneio. (SILVA, 2008, p.14).

¹¹ As bacias dos Rios Choró e Pirangi

Morro Branco, na década de 1980, tornou-se uma praia de referência turística no Ceará, recebendo turistas de várias cidades do Brasil e do exterior, como relatou Colaço (2008, p. 163), transformando o turismo como “principal fonte de renda, em segundo lugar vem a pesca, já que os pescadores do lugar estão entrando em extinção. Os mais novos seguem outros caminhos”.

O relato feito por todos os entrevistados aponta que a Praia de Morro Branco foi o marco inicial da atividade de lazer no município, provavelmente pelo acesso facilitado por conta da proximidade à sede do município. Inicialmente, foram construídas muitas casas como opção de segunda residência, ou seja, para veraneio de pessoas oriundas, principalmente, de Fortaleza. Essa vocação favoreceu as vendas do Loteamento Marina do Morro Branco aprovado em 1990 (Figura 3.2), localizado à beira-mar, com 47 quadras, com média de 20 lotes por quadra, que foram em sua grande maioria adquiridos para uso de veraneio, com a construção predominante de habitações unifamiliares. Somente em algumas quadras foram construídos blocos de apartamentos com 3 pavimentos. Ainda hoje esse é o tipo de ocupação dominante.



Vista Aérea do Loteamento



Unidades Multifamiliares



Vias com Unidades Unifamiliares

Figura 3.2 – LOTEAMENTO MARINA DO MORRO BRANCO

Fonte: Fotografias – acervo da Autora, 2011;
Vista aérea – Google Earth, 2010.

Esse movimento de veranistas em Morro Branco estimulou o surgimento de atividades de serviços e pequenos comércios, notadamente os restaurantes chamados de “barracas de praia”, como também atividades artesanais no núcleo da praia. Esse crescimento reverteu também para a sede do município (Beberibe) por ficar muito próximo (apenas 3,7 km), como também em outras localidades litorâneas do município, que guardam semelhanças com Morro Branco (Figura 3.4).

Morro Branco apresenta grandes atrativos naturais na paisagem: em sua faixa de praia estão as falésias com areias multicoloridas, dunas e fontes minerais de água. Possui um núcleo de pescadores, mas a atividade principal está voltada para o turismo, com artesanato, pousadas, barracas de praia com qualidade para serviços de restaurante e bar, passeios de bugres e guias locais¹². Na praia, em meio a formação das falésias, foi criado o Monumento Natural das Falésias de Beberibe¹³, fazendo parte do polo de ecoturismo do Litoral Leste, abrangendo uma área de 31,29ha, formado por um platô com vista panorâmica para o mar e um conjunto de falésias com areias coloridas, além de um caminho a ser percorrido com características de “labirinto”, como é chamado pelos moradores locais (Figura 3.3).



Figura 3.3 – MORRO BRANCO: MONUMENTO NATURAL DAS FALÉSIAS

Fonte: Acervo da Autora, 2012.

¹² O município mantém pela Secretaria do Turismo e Cultura o Projeto Jovem Guia, para capacitar adolescentes no passeio guiado, para contar as histórias do local e explicar as características das paisagens.

¹³ O Monumento é uma unidade de conservação de proteção ambiental integral, criada por meio de Decreto nº27. 461 de 4 de junho de 2004.



Praça de Quiosques para alimentação



Área de Estacionamento



Barracas de Praia



Associação dos bugueiros

Figura 3.4 – NÚCLEO URBANO DA PRAIA DE MORRO BRANCO

Fonte: Acervo da Autora, 2012.

O município de Beberibe destaca-se no Estado como um dos importantes polos produtores de artesanato como o labirinto, a renda, o bordado à mão e areias coloridas, que funcionam como atrativos ao turismo e geradores de renda, absorvendo um contingente significativo da população local nesta atividade. E a Praia de Morro Branco se distingue pela produção dos artesãos das “areias coloridas”. É um artesanato diferenciado e, praticamente, só se encontra em Morro Branco (Figura 3.5). A matéria-prima são as areias coloridas oriundas das falésias, que os artesãos locais utilizam para fazer desenhos dentro de objetos de vidro, resultando em trabalhos artísticos de qualidade e apreciados pelos turistas.



Artesão



Figura 3.5 – ARTESANATO COM AS AREIAS COLORIDAS

Fonte: Acervo da Autora, 2012.

A Praia das Fontes situa-se vizinho à Praia de Morro Branco e próxima à sede do município (cerca de 5 km), e possui paisagem semelhante à Morro Branco, com falésias, fontes de água mineral e dunas a beira-mar. Destaca-se no município pela maior estrutura de hospedagem e pelo grande complexo turístico existente (Figura 3.6). Também possui muitas casas de veraneio e um núcleo consolidado de pescadores. A população local vive em função da pesca e da prestação de serviços para o turismo (Figura 3.7). O movimento erosivo do mar nas “barreiras – falésias” formou a Gruta da Mãe D’água, acessível na maré baixa, e que possui uma fonte de água mineral que brota do teto a aproximadamente 7m, iluminada por uma fenda. Esta gruta é um atrativo da localidade e foi, inclusive, palco de várias gravações televisivas (Figura 3.8).



Hotel das Falésias



Hotel Bouganville



Park das Fontes Hotel



Coliseum Hotel

Figura 3.6 – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS NA PRAIA DAS FONTES

Fonte: Acervo da Autora, 2011.



Figura 3.7 – PRAIA DA PRAIA DAS FONTES: NÚCLEO DOS PESCADORES

Fonte: Acervo da Autora, 2012.



Foto 2



Foto 3

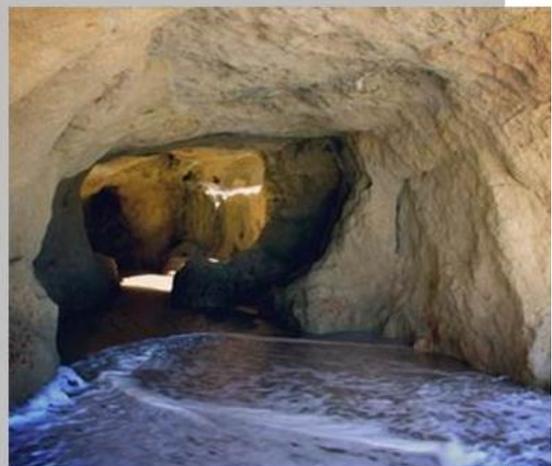


Foto 1

Figura 3.8 – PRAIA DAS FONTES: GRUTA DA MÃE D'ÁGUA

Fonte: Foto1: Acervo Gcastaldini; Foto2 e 3: Google.com.br, 2012.

A Praia de Uruaú, ou como é mais conhecida, Praia de Marambaia, tem como destaque os coqueirais a beira-mar e dunas móveis. O núcleo nativo é predominante de pescadores. Conta também com casas de veraneio e a estrutura de hospedagem é pequena. Próximo à praia, situa-se a Lagoa de Uruaú, considerada uma das maiores lagoas do Estado, com extensão média 18 km (Figura 3.9). A lagoa tem em suas margens dunas móveis altas e vegetações, configurando uma paisagem diferenciada. Em suas margens têm sido construídas muitas casas de veraneio de elevado padrão. Trata-se de um ponto de atração turística importante do município por conta da prática de esportes náuticos na lagoa.



Figura 3.9 – A PRAIA E A LAGOA DO URUAÚ

Fonte: Acervo da Autora, 2008.

A praia de Parajuru é a mais distante do município em relação a Fortaleza, distando 110 km da Capital. Apresenta uma bela e diferente paisagem: uma extensa, plana e larga faixa de praia com areia fofa e branca, e mais adentro um coqueiral e dunas baixas. Conhecida pelos ventos intensos, é muito procurada para a prática de *kite surf*. Possui um núcleo pesqueiro importante junto à foz do Rio Pirangi, o qual possui um cais em sua margem. Ali a pesca da lagosta é realizada em larga escala. Esta praia é a sede do distrito de Parajuru e possui uma densidade populacional significativa. A praia conta com uma infraestrutura de hospedagem de qualidade e também com muitas casas de veraneio (Figura 3.10).



Hotel Paraíso do Sol

Parajuru Praia Hotel

Figura 3.10 – EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS EM PARAJURU

Fonte: Acervo da Autora, 2008.

Há ainda outras praias no município, como Tabuba do Morro Branco, Praia do Diogo, Barra da Sucatinga, Praia de Ariós, Praia do Paraíso e Prainha do Canto Verde, todas apresentam ricas paisagens e são praias com núcleos populacionais formados, em sua maioria, por pescadores, tendo como atividade principal – dependendo do local – a pesca de camarão, peixe ou lagosta (Mapa 3.5). O turismo, nestas praias, é desenvolvido principalmente por meio dos passeios de *buggy* e ou carros 4x4 pela praia, com o intuito de conferir as paisagens, os banhos de bicas naturais ou ainda a gastronomia, com os pescados frescos. A praia de Barra da Sucatinga serviu de cenário para a produção do programa global “Sem Limites”, no ano 2000, e ficou conhecida como Praia dos Anjos. Uma particularidade da Praia de Ariós é o fenótipo da população: em sua maioria são loiros, tem olhos azuis, diferentes dos traços comuns do Estado. A população local explica que a comunidade herdou esses traços dos navegadores holandeses, que aportaram no Brasil para colonizar essas terras, no século XVI.



LEGENDA

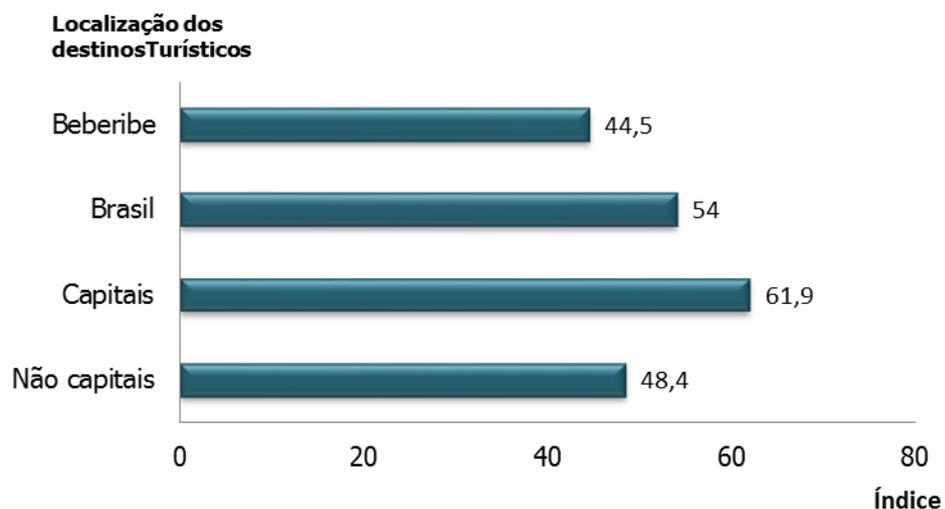
- | | |
|---|---|
|  PRAIAS |  RODOVIA ESTADUAL |
|  SEDES DISTRITAIS |  ESTRADAS VICINAIS |
|  FAIXA LITORÂNEA |  LIMITE DISTRITAL |
|  HIDROGRAFIA |  LIMITE MUNICIPAL |
|  MUNICÍPIO DE BEBERIBE | |

Mapa 3.5 – PRAIAS DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE

Fonte: Elaborado pela Autora a partir do Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe vigente, LUOS, Anexo I, 2007.

O valor da qualidade paisagística litorânea no município o qualificou para competir juntamente com outros locais do país, para ser avaliado como um destino indutor turístico pelo Ministério do Turismo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), através do Estudo de Competitividade dos Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional¹⁴ publicado em 2010. O Estudo conferiu ao município de Beberibe o resultado geral do Índice de Competitividade¹⁵ de 44,5 enquanto a média Brasil foi 54,0; a média das capitais foi 61,9 e das não capitais foi 48,4. Esse índice concedeu a Beberibe o posicionamento no 3º nível¹⁶, revelando que o município encontra-se na posição “regularmente satisfatória”.

Gráfico 3.1 – ÍNDICE GERAL DE COMPETITIVIDADE



Fonte: Ministério do Turismo, 2010c. Estudo de Competitividade.

Os dados obtidos no Estudo de Competitividade revelaram os aspectos positivos e negativos no município, os quais aliados ao seu potencial paisagístico e à estrutura de hospedagem viabilizada pelos ETIs existentes, e concorreram decisivamente para que Beberibe pudesse conquistar esta média, considerada satisfatória comparativamente à média dos destinos localizados fora das Capitais.

¹⁴ O Estudo de Competitividade foi explicado no capítulo 2, item 2.3, subitem 2.3.1.

¹⁵ O Índice Geral de Competitividade refere-se a média ponderada das 13 dimensões avaliadas, em uma escala de 0 a 100.

¹⁶ Os resultados foram classificados em cinco níveis: 1º - 0 a 20 pontos: destinos com deficiência em relação a determinadas dimensões; 2º nível= 21 a 40 pontos: mais favorável que o anterior mas ainda evidencia níveis inadequados para a competitividade; 3º nível= 41 a 60 pontos: situação regularmente satisfatória; 4º nível= 61 a 80 pontos= revela condições adequadas para a atividade turística; 5º nível= melhor posicionamento que o destino pode alcançar em cada uma das dimensões.

Fonte: Roteiros do Brasil – Programa de Regionalização do Turismo. Ministério do Turismo, 2011b.

3.4 – OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS (ETIs) EM BEBERIBE

As oportunidades, o fluxo turístico e de veraneio na praia de Morro Branco, como também os atrativos naturais dessa região, favoreceram, pela proximidade e pela semelhança nas paisagens, o crescimento do fluxo de turistas na Praia das Fontes. Este fato foi decisivo para o surgimento do primeiro investimento de porte em hotelaria no município: a construção do Hotel Oásis Atlântico na Praia das Fontes por um empreendedor cearense, inaugurado em 1989. Inicialmente contava com 46 chalés, que foram subdivididos em 92 unidades habitacionais e, mais tarde, foram construídos mais 37 chalés e um parque aquático de porte. Durante o período de 2000-2008, foi arrendado para um grupo de investidores portugueses, e o mesmo empreendedor cearense construiu outro empreendimento: Hotel Park das Fontes com 210 UHs¹⁷, inaugurado em 2003. Em 2008, findo o arrendamento, foram unificados os dois hotéis em um novo complexo: Hotel Park das Fontes, e foi também inaugurado outro empreendimento de porte semelhante, construído pelo mesmo empreendedor, na Praia das Fontes – o Hotel Coliseum (Figura 3.11). Esses três empreendimentos somam, atualmente, 621UHs com 1707 leitos de hospedagem.



Hotel Coliseum início de operação 2008



Hotel Park das Fontes início de operação 2003



Hotel Oásis Atlântico
início de operação 1989

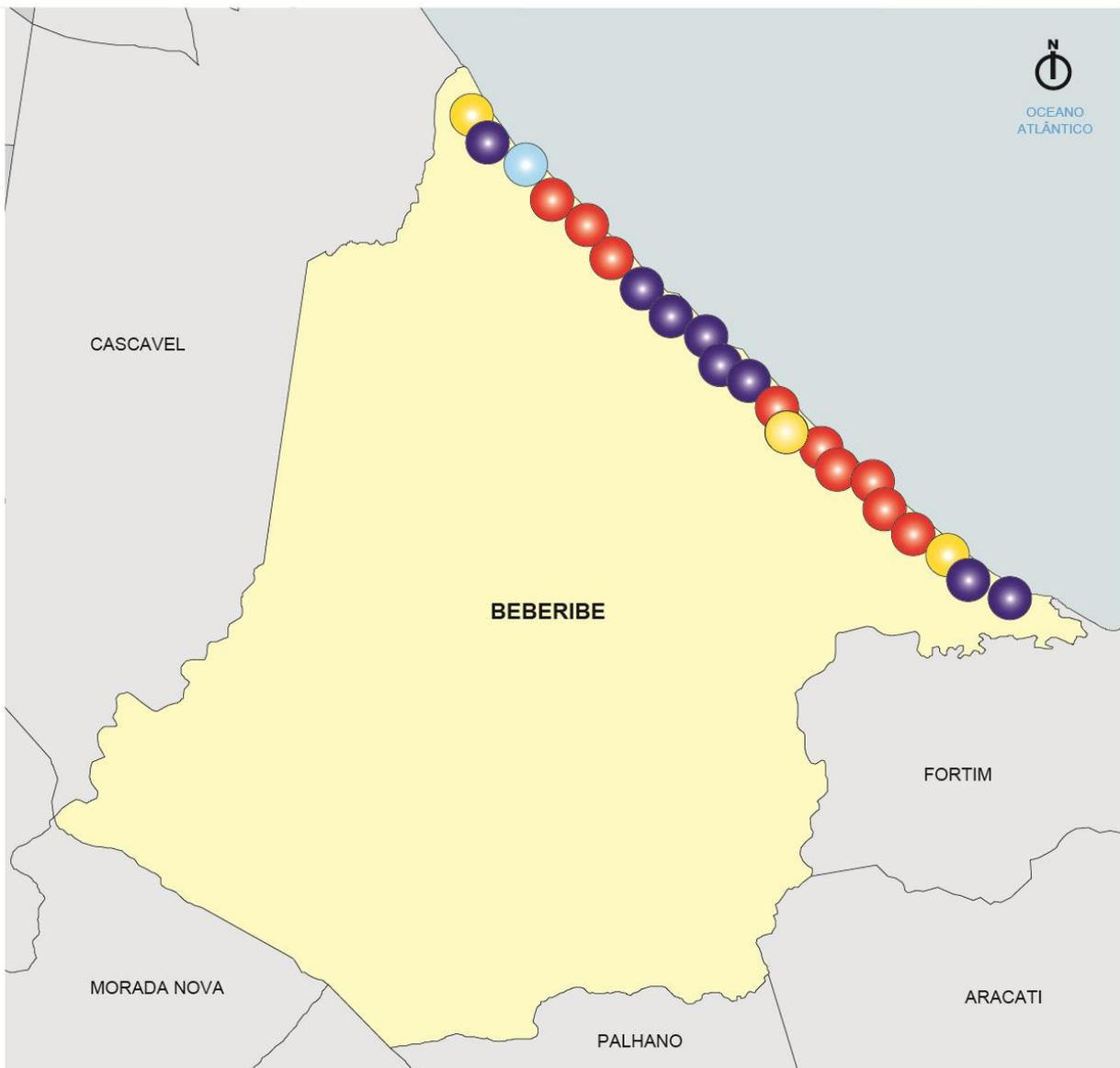
Figura 3.11 – COMPLEXO TURÍSTICO PRAIA DAS FONTES

Fonte: Acervo da Autora, 2011.

¹⁷ UHs – unidades habitacionais – Esta denominação indica o número de quartos existentes nos empreendimentos hoteleiros.

O histórico dos ETIs implantados em Beberibe foi entendido como uma oportunidade de negócio pelos entrevistados, diante da estratégia do Estado em incentivar a atividade turística, principalmente com a viabilização do acesso, a oferta de infraestrutura básica (energia e telefonia), e também com a transformação do Aeroporto de Fortaleza para recepção de voos internacionais. Para compreender a relação desses empreendimentos com o município de Beberibe é necessário se ter uma leitura do que representam para o município, sob o ponto de vista urbano e socioeconômico.

Para tanto, a pesquisa de campo constou da investigação dos empreendimentos selecionados na pesquisa inicial, conforme relatado no capítulo 1. Também realizou entrevistas com os representantes da Administração Direta Municipal de Beberibe, com os empreendedores que participaram e/ou continuam participando da economia do Município, além de representantes da população local, colhidas aleatoriamente, como comerciantes, funcionários públicos, estudantes e moradores. Este levantamento complementou a primeira pesquisa e contribuiu para a identificação dos ETIs localizados em Beberibe, quer estejam executados ou estejam em fase de projeto, os quais foram apontados pela SEMACE ou pela Secretaria de Planejamento de Beberibe, fornecendo uma visão geral da zona litorânea de Beberibe no que se refere aos ETIs. As sínteses destas informações estão no Mapa 3.6 e Quadro 3.1, adiante.



LEGENDA

- | | | | |
|--|---------------------------------|--|------------------------------|
| | TERRENO COM PROJETO NA SEMACE | | EMPREENHIMENTO EM CONSTRUÇÃO |
| | EMPREENHIMENTO EM FUNCIONAMENTO | | EMPREENHIMENTO EMBARGADO |

Mapa 3.6 – ETIs DO LITORAL DE BEBERIBE

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IPECE, Ceará em mapas - Fóruns Regionais de Cultura e Turismo, 2007.

Quadro 3.1 - IDENTIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS NO LITORAL DE BEBERIBE

LOCALIDADE	EMPREENDIMENTO	EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO	CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	ÁREA DE IMPLANTACÃO (ha)	STATUS	NÚMERO EIA-RIMA	DATA APROVAÇÃO	INÍCIO OPERAÇÃO
Tabuba do Morro Branco	Tabuba do Morro Branco Beach Resort	Grupo português Portimão	Hotel com 21 chalés, serviço de restaurante, piscinas, quadras de tennis, convenções.	2,00	Construção em andamento. Fase de acabamento.	s/d	s/d	s/d
Tabuba do Morro Branco	Hotel Ocas do Índio	Empreendedor cearense	Hotel com 29 UH e 70 leitos de hospedagem.	Área construída aprox= 5.000m ²	Funcionando.	Aprovado, desconhece o número.	Possui alvará de funcionamento.	2000
Morro Branco	Empreendimento dos Portugueses	Grupo português Portimão	Hotel com 4 pavimentos. A cota de altura do empreendimento foi uma das causas do embargo porque compromete a visuais do mirante de Morro Branco. Outra causa: localizado em terreno de marinha.	s/d	Está embargado pelo Ministério Público com pedido de demolição há aproximadamente 6 anos.	s/d	s/d	s/d
Morro Branco	Áreas Coloridas - Complexo Turístico Parque das Falésias	Grupo português - Oásis Atlântico Ceará	Complexo turístico compreendendo um hotel (5 estrelas) com 250 aptos, 4 flats com 258 aptos, 2a. Etapa: 54 unidades residenciais, 3a. Etapa: um hotel (5 estrelas) com 250 aptos.	s/d	Terreno. O projeto está aprovado pela SEMACE, mas o IBAMA - Ministério Público embargaram pela Legislação do Uso e ocupação - dunas móveis. Adaptaram o projeto e aguardam nova liberação.	231	26/jul/2002	s/d
Praia das Fontes	Resort Pestana Hotels	Brasturinvest Investimentos Turísticos S/A	Um Hotel, villages, loteamento residencial unifamiliar, clube house, spa, centro de eventos, áreas de lazer, diversão e esporte.	64,95	Terreno. O projeto está aprovado pela SEMACE, mas está aguardando liberação do IBAMA.	330	27/jul/2006	s/d
Praia das Fontes	Resort Esmeralda (entes: Complexo Hoteleiro Vale das Nascentes)	Grupo português - Esmeralda	Hotel com 66 apartamentos, um village com 60 unidades, áreas sociais para lazer e esporte, comércio e serviços, sistema viário e infraestrutura básica.	30,00	Terreno. O projeto está aprovado pela SEMACE. Foi reaprovado dentro da nova legislação do Fundo de Terra.	275	26/ago/2004	s/d
Praia das Fontes	Coliseum Hotel	Darlan Teixeira Leite	Hotel com 157 UH.	Área construída aprox= 40.000m ²	Funcionando.	s/d	Possui alvará de funcionamento.	fev/2008
Praia das Fontes	Hotel Oásis Atlântico Praia das Fontes	Darlan Teixeira Leite	Hotel com 253 UH - 148 chalés e 105 apartamentos.	Área construída aprox= 40.000m ²	Funcionando.	s/d	Possui alvará de funcionamento.	1989
Praia das Fontes	Hotel Park das Fontes	Darlan Teixeira Leite	Hotel com 211 UH e parque aquático de porte grande.	Área construída aprox= 40.000m ²	Funcionando.	s/d	Possui alvará de funcionamento.	2003
Praia das Fontes	Hotel das Falésias	Empreendedor cearense	Hotel com 24 UH e 96 leitos de hospedagem.	1,00	Funcionando.	s/d	Possui alvará de funcionamento.	1995
Praia das Fontes	Bouganville Hotel	Empreendedor português	Hotel com 32 UH e 96 leitos de hospedagem.	Área construída aprox= 40.000m ²	Funcionando.	Aprovado, desconhece o número.	Possui alvará de funcionamento.	2004
Uruaú	Complexo Turístico da Praia do Uruaú	Grupo português - Oásis Atlântico Ceará	Empreendimento turístico hoteleiro.	101,84	Terreno. O projeto está aprovado pela SEMACE, mas está embargado pelo IBAMA.	269	14/abr/2004	s/d
Uruaú	Complexo Turístico da Praia do Uruaú	Empreendedor cearense Praiaamar S/A	Empreendimento turístico hoteleiro, com seis blocos de tres pavimentos.	239,53	Construção em andamento. Fase de acabamento.	226	13/dez/2001	s/d
Barra da Sucatinga	Complexo Turístico	Grupo Italiano	Empreendimento turístico hoteleiro.	s/d	Terreno. O projeto está sem licença ambiental.	Aguardando	Ainda não aprovado.	s/d
Barra da Sucatinga	Complexo Turístico da Sucatinga I	Empreendedor cearense	Empreendimento turístico hoteleiro.	s/d	Terreno. O projeto está sem licença ambiental.	s/d	Ainda não aprovado.	s/d
Barra da Sucatinga	Complexo Turístico da Sucatinga II	Empreendedor cearense	Empreendimento turístico hoteleiro.	s/d	Terreno. O projeto está sem licença ambiental.	s/d	Ainda não aprovado.	s/d

Continua

LOCALIDADE	EMPREENHIMENTO	EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO	CARACTERÍSTICAS DO EMPREENHIMENTO	ÁREA DE IMPLANTACÃO (ha)	STATUS	NÚMERO EIA-RIMA	DATA APROVAÇÃO	INÍCIO OPERAÇÃO
Praia dos Anjos	Complexo Turístico	Grupo português Carris	Empreendimento turístico hoteleiro.	s/d	Terreno. O projeto está sem licença ambiental. O grupo está desistindo por conta de não viabilizar o projeto e dos gastos excessivos no processo.	s/d		s/d
Parajuru	Porto das Jangadas	Geoplan. Consultoria Hídrica & meio Ambiente S/C Ltda.	Loteamento e condomínio.	321,48	Terreno.	4	Ainda não aprovado.	s/d
Parajuru	Hôtel Parajuru	Empreendedor cearense	Empreendimento turístico hoteleiro em 4 pavimentos.	s/d	Construção em andamento.	Aprovado, desconhece o número.	Aprovado e licenciado pela SEMACE.	s/d
Parajuru	Parajuru Praia Hotel	Empreendedor cearense	Hotel com 40UH e 168 leitos de hospedagem e um parque aquático de médio porte.	s/d	Funcionando.	Aprovado, desconhece o número.	Possui alvará de funcionamento.	2006
Parajuru	Paraiso do Sol Hotel Escola	Empreendedora austríaca	Hotel com 33UH e 96 leitos de hospedagem.	s/d	Funcionando.	Aprovado, desconhece o número.	Possui alvará de funcionamento.	2007

Fonte: Dados obtidos junto a SEMACE, out/2008; Pesquisa de campo realizada no período de 2011 a 2012. Elaborado pela autora.
Obs: s/d: sem dados.

3.4.1 – AS CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS

Como já foi dito no Capítulo 1, o objeto da pesquisa se refere aos ETIs implantados em Beberibe com médio e grande porte¹⁸ (acima de 50 leitos de hospedagem), portanto selecionou-se os empreendimentos com essas características para o aprofundamento do estudo. Os dados coletados foram tabulados e fizeram parte da análise, elaborada por temas, os quais serão apresentados separadamente. Os dados consistem, basicamente, na identificação das características físicas dos ETIs e dos investimentos em infraestrutura para acesso, energia, água, saneamento e urbanização para a viabilização destes, e ainda, foram analisadas as relações dos ETIs com o fluxo turístico local e a interação dos empreendimentos com o desenvolvimento do município de Beberibe.

Foram selecionados os oito ETIs implantados, os quais possuem algumas características em comum, como a sua localização junto à praia e também abrigam ampla área de lazer com piscinas e espaços para realização de pequenos e/ou grandes eventos. Tomou-se a decisão de tratar os três empreendimentos – Hotel Oásis Atlântico, Hotel Park das Fontes e o Coliseum – como Complexo Praia das Fontes, uma vez que são administrados por um único dono e, excluindo as características físicas das edificações, a coleta de dados foi tratada pelo entrevistado como um só empreendimento. Os demais ETIs pesquisados foram: Parajuru Praia Hotel, Paraíso do Sol Hotel Escola, Bouganville Hotel, Hotel das Falésias e Ocas do Índio.

Entretanto, para os estudos foram separados em dois grupos, em função do porte do equipamento expresso pela área construída: o grupo do Complexo Praia das Fontes (3 hotéis), e o outro grupo dos 5 hotéis, que têm portes semelhantes. O primeiro grupo soma em área construída aproximadamente 120.000m², com média de 40.000 m² para cada empreendimento. No segundo grupo, cada um tem, aproximadamente, uma média de construção entre 3.000 a 5.000 m². Com intuito de apresentar o litoral de Beberibe e seus empreendimentos, elaborou-se a Figura 3.12 com imagens aéreas de alguns dos empreendimentos existentes ou em fase de projeto e de praias do município, e ainda ordenaram-se as características básicas destes ETIs no Quadro 3.2.

¹⁸ Classificação do porte segundo a ABH – Associação Brasileira de Hotéis, que classifica pequeno porte até 50 leitos de hospedagem. Acessado em julho/2011: www.abih.com.br/abih-site/index.php/page/roll .



Figura 3.12 - LITORAL DE BEBERIBE

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Google Earth (2012) e de fotografias do acervo da autora (2009).

Quadro 3.2 – CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS NO LITORAL DE BEBERIBE

EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS									
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	Parajuru Praia Hotel	Paraiso do Sol Hotel Escola	Bouganville Hotel	Complexo Praia das Fontes	Hotel das Falésias	Ocas do Índio			
Localização: Distrito - Praia	Parajuru Praia Hotel	Paraiso do Sol Hotel Escola	Bouganville Hotel	Complexo Praia das Fontes	Hotel das Falésias	Ocas do Índio			
Empreendedor(es):	Francisco Sidney Soares - médico	Gisela Wisniewski - austríaca, mora na Áustria e vem ao Brasil em temporadas.	Empreendedor de nacionalidade portuguesa	Grupo Oásis Atlântico: Integração do Oásis Atlântico e do Park das Fontes em 2008. Proprietário empreendedor cearense: Darlan Teixeira Leite.	Proprietários da MARPE consultoria. Atualmente está arrendado para a Veritas há 5 anos.	Adalberto - médico psiquiatra			
Entrevistado/ função	Eurico Ataripe - administrador	Ana Paula Souza de Sá - funcionária	Denise (esposa empreendedora) - gerente	Dimitas Ribeiro dos Santos - Administrador e Franklin (gerente no Hotel Coliseum)	Veritas - proprietária	Angela Alencar - gerente			
Características do empreendimento	Parajuru Praia Hotel	Paraiso do Sol Hotel Escola	Bouganville Hotel	Setor Oásis Atlântico	Hotel das Falésias	Ocas do Índio			
Início das atividades	2006	2007	2004	1989, arrendado para um grupo português durante 2000 até 2008, funcionando no sistema all Includid.	2003	2000 para cursos, mas aberto ao público esta há 6 anos -2005			
Número de UHs - unidades habitacionais	40	24 chalés e 9 casas de veraneio	32	253	210	28 (ocas e aptos de alvenaria) + 1 suite master			
Número de leitos	168	96	96	759	420	70			
Área do terreno (aprox.) - m ²	17.000	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	1 quadra, aprox. 10.000,00m ²			
Área de construção (aprox.) - m ²	8.000	Aprox. 6.000	Aprox. 4.000	Aprox. 40.000	Aprox. 40.000	Aprox. 5.000			
Aprovação de projetos juntos aos órgãos competentes	SEMACE - EIA RIMA: aprovado, mas não identificado o número do processo.	SEMACE - EIA RIMA: aprovado, mas não identificado o número do processo.	SEMACE - EIA RIMA: aprovado, mas não identificado o número do processo.	Sem Informação	Sem Informação	SEMACE - EIA RIMA: aprovado, mas não identificado o número do processo.			
Aspectos Econômicos	Parajuru Praia Hotel	Paraiso do Sol Hotel Escola	Bouganville Hotel	Complexo Praia das Fontes	Hotel das Falésias	Ocas do Índio			
Número de empregos diretos	12 pessoas da localidade	30 - todos de carteira assinada	10 pessoas da localidade	120 pessoas da localidade	28 pessoas da localidade.	4 fixos e quando há cursos é contratado			
Empregos sazonais (alta estação)	Contrata a mais em média 25 pessoas na alta estação.	Contrata mais 10 pessoas na alta estação.	Na alta estação contrata avulsa	Aumentam 30 vagas em média	Sem Informação	A sazonalidade é devida a frequência dos cursos oferecidos			
Valor do investimento (aprox.)	R\$ 200.000,00	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação			
Origem dos recursos para a implantação	Financiamento BNB	Própria. Comprou e fez a reforma do hotel	Própria	Sem Informação	Recursos próprios	Recursos próprios			
Existência de incentivo fiscal para a implantação do empreendimento	Não houve	Não houve	Sem Informação	Atualmente existe uma redução de impostos, não é isenção.	Sem Informação	Sem Informação			

Fonte: Elaborado pela Autora.

O número de Unidades Habitacionais – UHs ofertado pelo Oásis Praia das Fontes, Hotel Park das Fontes e o Coliseum são respectivamente: 253, 210 e 157 UHs, que ofertam 759, 420 e 528 leitos de hospedagem, somando 1.707 leitos, o que representa 52% da oferta de leitos de hospedagem do Município, enquanto que os outros empreendimentos somados correspondem a 16%, oferecendo 158 UHs e 526 leitos de hospedagem.

Estes três empreendimentos do Complexo Praia das Fontes representam uma das maiores ofertas de leitos de hospedagem no litoral do Ceará, excluindo-se a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), conforme se pode constatar na tabela a seguir. Pode se observar que a maior concentração de empreendimentos turísticos imobiliários implantados no litoral cearense, com exceção da RMF, está em Beberibe.

Tabela 3.2 – RANKING DOS PRIMEIROS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS NA OFERTA HOTELEIRA DO CEARÁ QUANTO AO NÚMERO DE LEITOS DE HOSPEDAGEM: DEZEMBRO/2011

ORDEM	REGIÃO	MUNICÍPIO	MEIOS DE HOSPEDAGEM	UNIDADES HABITACIONAIS	LEITOS
1º	Fortaleza	Fortaleza	199	10.585	26.988
2º	Cariri	Juazeiro do Norte	38	1241	3633
3º	RMF	Caucaia	39	1368	3554
4º	RMF	Aquiraz	32	1142	3503
5º	Litoral Leste	Beberibe	30	1024	3283
6º	Litoral Oeste	Jericoacoara	86	1144	3202
7º	Litoral Leste	Aquiraz	84	1078	3001
8º	Sertão Central	Canindé	26	513	1566
9º	Litoral Oeste	Trairi	36	460	1211
10º	Serra de Baturité	Guaramiranga	22	336	1090
Total geral do Estado		85	1029	26.114	68.736

Fonte: SETUR-CE, 2012. Indicadores Turísticos 1995-2011.

Houve dificuldade na coleta das informações para caracterização dos empreendimentos como área construída, área do terreno e o valor de investimentos. Quanto à origem dos recursos para a implantação dos ETIs, foi verificado que o Parajuru Praia Hotel obteve financiamento junto ao BNB para parte da construção, e o Complexo Praia das Fontes não soube informar. Os responsáveis pelos demais ETIs relataram que realizaram a construção

com recursos próprios. Quanto a incentivos fiscais, afirmaram que não receberam, com exceção do Complexo Praia das Fontes, que teve uma redução nos tributos.

Há uma unanimidade no que se refere ao preenchimento das vagas de trabalho nos ETIs com a utilização da mão de obra local, fato confirmado, inclusive, pela população local. O Complexo Praia das Fontes atualmente contrata na alta estação em média 150 pessoas, mas houve período de maior fluxo turístico entre 2005 a 2008, quando foram contratadas, em média, 250 pessoas na alta estação¹⁹.

Um ponto comum entre estes ETIs é a iniciativa em capacitação dos funcionários. Em todos os empreendimentos pesquisados, verificou-se que foi e continua sendo proporcionada a qualificação do corpo funcional, destinados a camareira, cozinheiro, administrador, copeiro, garçom e contador, dentre outros, através de cursos oferecidos pelo SEBRAE, em escolas particulares ou nas escolas profissionalizantes estaduais. A Prefeitura tem apoiado essa iniciativa e oferecido cursos mais acessíveis. Recentemente existe a preocupação em capacitar para o aprendizado em línguas estrangeiras por conta do evento que se aproxima: a Copa do Mundo em 2014. Desse modo, tanto a Prefeitura como os estabelecimentos estão empenhados em promover essa capacitação. Em alguns ETIs, os funcionários já estão participando de cursos de inglês.

3.4.2 – OS ETIs E A INFRAESTRUTURA

Para viabilizar a implantação dos ETIs, são necessários investimentos em infraestrutura para acesso, energia, água, saneamento, assim como também, investimentos urbanísticos propostos para propiciar qualidade no receptivo turístico na localidade. Esses investimentos foram realizados com recursos públicos e privados ou, em alguns casos, numa forma de parceria público-privado.

3.4.2.1 – Vias de Acesso e Circulação

Os agentes pesquisados²⁰ confirmaram a relevância da construção da Rodovia do Sol Nascente: CE-040²¹, pois essa rodovia viabilizou o acesso às localidades litorâneas,

¹⁹ Esses dados foram estimados pelo entrevistado.

²⁰ Os "agentes pesquisados" mencionados referem-se ao Gestores da Administração Pública do Município e dos Empreendimentos Turísticos Imobiliários pesquisados, algumas entrevistas com a população local aleatoriamente (comerciante, funcionários público, estudantes, moradores)

²¹ Consultar Mapa 4.4 no Capítulo 4, subitem 4.2.2.

principalmente pela execução das estradas vicinais que interligam a rodovia às diversas localidades. Essa intervenção fez parte das estratégias do Governo das Mudanças, com o “Plano de Desenvolvimento Sustentável”, numa visão prospectiva de longo prazo, para 20 anos, quando foi elaborado o plano: “O Turismo: Uma Política Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará: 1995 – 2020”, no qual foram concebidas políticas e ações para o desenvolvimento das atividades turísticas, porque acreditavam, segundo LIMA (2008, p. 278), que:

O turismo, pelos efeitos de encadeamento com a agropecuária, o artesanato, têxtil, confecções, comércio e serviços, uma vez consertados os vazamentos (muitos itens da agropecuária e alguns das confecções são fornecidos pelos Estados vizinhos), traria, como se planejava, grande impacto positivo sobre a economia cearense.

Na visão dos entrevistados, houve crescimento do turismo litorâneo e ressaltaram a duplicação recente da Rodovia CE-040, que atualmente (maio/2012), já se encontra em operação. Este fato foi apontado, em unanimidade, como de grande relevância para todos os municípios e localidades ao longo da rodovia, principalmente devido à segurança e à redução de tempo de deslocamento.

Ainda no âmbito das circulações, foi pesquisado os diversos acessos aos ETIs, e verificou-se que não houve uma padronização no investimento público (Figura 3.13). No distrito de Parajuru, os acessos aos dois ETIs estão sem acabamento, encontram-se somente com a base em piçarra e, assim mesmo, realizados à época por seus proprietários e “doados” para o município. O acesso aos hotéis do Complexo Praia das Fontes e o Coliseum, na Praia das Fontes, foram executados em asfalto pelo Governo Municipal e Estadual, e estão em bom estado de conservação. Entretanto, o acesso aos Hotéis Bouganville e Falésias foram feitos pela Prefeitura em calçamento e estão, atualmente, em mau estado de manutenção, inclusive ambos foram reformados somente no trecho em frente ao empreendimento por seus proprietários. O acesso à Praia de Tabuba do Morro Branco para o Hotel Oca dos Índios foi executado pela Prefeitura em piçarra e, atualmente, encontra-se em péssimo estado de conservação. Constatou-se, assim, que os acessos aos ETIs foram executados pelo Poder Público, com exceção dos ETIs localizados em Parajuru, os quais foram realizados pela iniciativa privada.



Acesso Oca dos Índios



Acesso Coliseum Hotel



Acesso Falésias Hotel e Bouganville Hotel

Figura 3.13 – VIAS DE ACESSO AOS ETIs

Fonte: Acervo da Autora, 2011.

Quanto aos equipamentos públicos que possuem relação direta com a acessibilidade da atividade turística, estão o Aeroporto, a Rodoviária e as rodovias. A rodovia CE-040, principalmente por conta da duplicação da via, trouxe qualidade e segurança para o acesso às praias do município por via terrestre, gerando um incremento na visitação. Portanto, é importante registrar o fato de que os turistas que se destinam aos ETIs normalmente o fazem por via terrestre, em carros alugados ou próprios, ou em ônibus ou vans de excursões pelas empresas turísticas. Sendo assim, o número de chegadas em ônibus de linha na Rodoviária local torna-se insignificante. Quanto ao acesso por via aérea é através do Aeroporto Internacional Pinto Marins em Fortaleza, associado a um dos meios de transportes terrestres já citados. Está prevista mais uma opção, quando da conclusão do Aeroporto de Aracati, com previsão de inauguração para o segundo semestre de 2012. Ressalte-se que a distância entre Aracati e Beberibe, sede do município, é quase a mesma distância de Beberibe a Fortaleza e, portanto, segundo os agentes pesquisados, o novo Aeroporto de Aracati não trará diferenciais competitivos para os ETIs localizados no município.

3.4.2.2 – Energia Elétrica

O fornecimento de energia elétrica para os ETIs foi realizado pela Concessionária local da rede de alimentação até à entrada dos lotes. Quanto à iluminação pública, nos acessos aos empreendimentos não há tratamento padrão. Para os ETIs Paraíso do Sol e Ocas dos Índios, não há iluminação nas vias de acesso, e para os demais existe iluminação na via pública, porém é bastante deficiente no Hotel das Falésias e Bouganville na Praia das Fontes, e no Parajuru Praia Hotel. A rede de telefonia também foi fornecida pela Concessionária local até à entrada do lote.

3.4.2.3 – Saneamento

Todos os ETIs pesquisados não possuem abastecimento de água da rede pública, utilizam poços artesianos executados com recursos próprios. Da mesma forma, quanto ao sistema de esgoto sanitário, o sistema utilizado é de estação de tratamento de esgotos de maneira individual, construídas também com os próprios recursos.

Não há sistema de drenagem das águas pluviais nas vias de acesso aos ETIs. Portanto, nas ruas pavimentadas durante o período de chuvas o escoamento é "natural", provocando poças de água em vários trechos. Nos acessos em piçarra, são grandes as dificuldades durante este período, causando grandes transtornos aos proprietários e usuários, provocando lama, poças d'água e buracos, principalmente devido à baixa permeabilidade da piçarra.

O serviço de coleta de lixo foi verificado em duas instâncias: no empreendimento e na área de praia. Também não há um padrão de tratamento no que se refere à coleta de lixo pela Prefeitura, nem para o lixo domiciliar nem para a limpeza de praia. No distrito de Parajuru, segundo os entrevistados, a coleta dos estabelecimentos é semanal, considerado como muito deficiente pelo lixo acumulado na rua. Na praia também é precário. Por isso, é feita uma complementação ao serviço público por iniciativa dos hotéis para manter a praia limpa, de acordo com o padrão de qualidade exigido pelos hóspedes.

Na Praia das Fontes, a frequência de coleta domiciliar é quase diária, porém a limpeza da praia é semanal. Portanto, é considerada deficiente para os padrões dos usuários dos ETIs. O empreendimento Park das Fontes, além de realizar limpeza na praia utilizando trator nas áreas próximas ao Complexo, também faz a separação seletiva do lixo e, ainda, destina o lixo orgânico à fazenda de propriedade do Hotel, e o lixo com possibilidades de reciclagem, a

uma ONG especializada em reciclar resíduos. Na Praia de Tabuba do Morro Branco, foi revelado que não há coleta pública de lixo, nem domiciliar nem na praia. O problema é resolvido pelo próprio estabelecimento.

Ainda sobre essa questão, foi apontado pela maioria dos entrevistados o grau de importância para aumentar a frequência de coletar o lixo, mas também de haver um entendimento por parte do município em promover a seleção do lixo e dar um destino final mais adequado.

3.4.2.4– Urbanização

Quanto à questão de investimentos públicos na urbanização das localidades com o intuito de incrementar o fluxo turístico, constatou-se, conforme relato da população que muito pouco foi feito neste sentido, mas que seria de suma importância a requalificação das áreas de beira-mar desses distritos, de modo a criarem infraestrutura eficiente e atrativos para os turistas que se hospedam nos hotéis, como também traria benefícios para a população local, com a instalação de espaços de lazer de “qualidade”. Conforme os gestores dos empreendimentos, todos os ETIs pesquisados possuem vocação para o lazer e para os negócios; são dotados de espaços para a realização de eventos, principalmente aqueles voltados para negócios, com salões para convenções, e equipamentos afins.

De acordo com informações colhidas na Secretaria de Planejamento – SEPLAN e na Secretaria de Turismo – SETUR do município, encontra-se atualmente (março/2012) em processo de licitação para a execução da obra de urbanização da orla da Praia das Fontes e da Praia de Morro Branco. Vale ressaltar que no ano de 2004, em Morro Branco já houve investimentos públicos no local de chegada dos ônibus turísticos junto à área das barracas de praia e dos pontos de partida de passeio de *buggys*, com criação de uma área pavimentada e construção de quiosques padrões. Foi criado ainda o Centro de Artesanato, no mirante da praia, e o Monumento Natural das Falésias de Beberibe, que corresponde a um espaço de preservação ambiental delimitado em uma área de 31 há (ver Figura 3.14).

Na sede do município, foi construído o Centro de Convenções de Beberibe, com espaços para promoção de lazer e cultura, como o Teatro Municipal e a Casa de Cultura, integrados com a Escola e o Ginásio de Esportes, todos abrigados em uma ampla praça (ver Figura 3.15).



Praça em Parajuru



Centro de Artesanato -Morro Branco



Centro de Beberibe - Mercado

Figura 3.14 – INTERVENÇÕES URBANAS

Fonte: Acervo da Autora, 2011.



Brinquedoteca e Ginásio de Esportes



Centro de Convenções



Teatro Municipal Raimundo Fagner



Espaço Cultural Laís Facó.

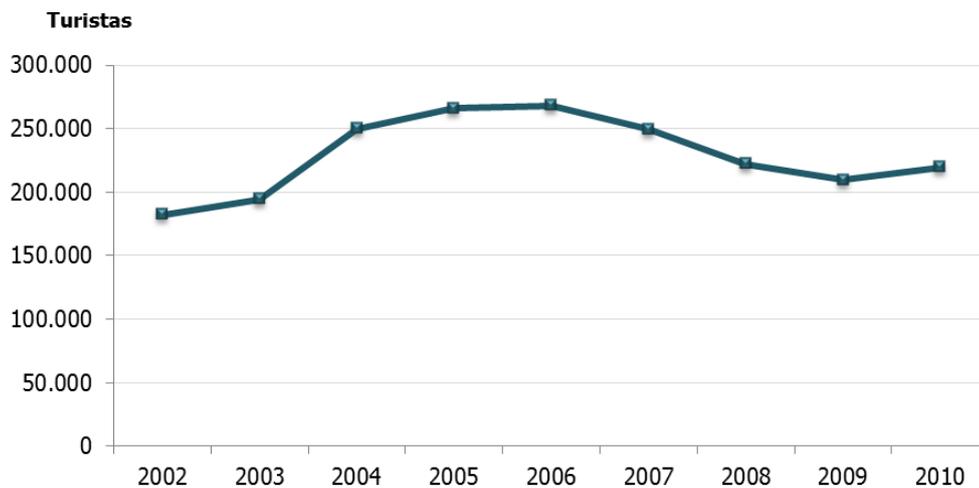
Figura 3.15 – CENTRO DE CONVENÇÕES DE BEBERIBE (Sede)

Fonte: Acervo da Autora, 2012.

3.4.3 – AS CARACTERÍSTICAS DO FLUXO TURÍSTICO

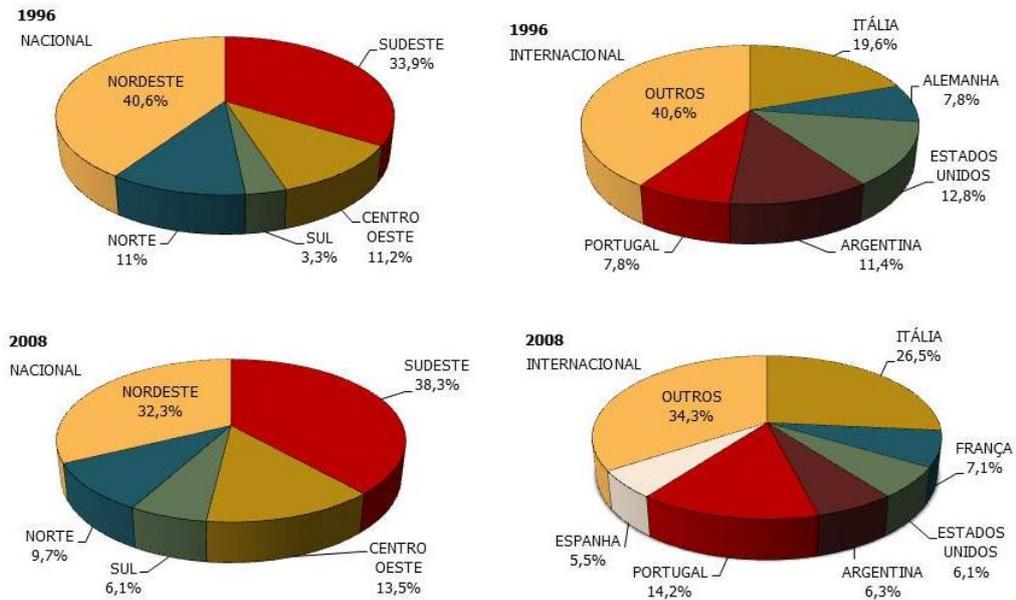
Conforme os dados coletados, o fluxo turístico em Beberibe para os ETIs tem sua demanda originada de um contingente vindo da Capital, Fortaleza, dos estados nordestinos, principalmente Rio Grande do Norte, e de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os turistas estrangeiros já tiveram maior participação na demanda, principalmente desde 1999, quando da inauguração do novo Aeroporto Internacional em Fortaleza e do consequente aumento do número de voos internacionais, inclusive os voos *charter*. Atualmente, com a crise econômica europeia e americana, houve uma redução na entrada de turistas estrangeiros no Estado, conforme se observa no Gráfico 3.2. Verificou-se ainda, a variação dos mercados emissores de turistas para o Ceará, de acordo com o Gráfico 3.3, o fluxo de turistas nacionais originado, principalmente no sul e sudeste, teve um acréscimo nos últimos 12 anos, como também o fluxo internacional vindo de Portugal, Argentina e Estados Unidos.

**Gráfico 3.2 – EVOLUÇÃO DOS TURISTAS ESTRANGEIROS COM DESTINO AO CEARÁ:
2002-2010**



Fonte: SETUR-CE, 2012. Indicadores Turísticos 1995-2011;
SETUR-CE, 2007, Indicadores Turísticos 1995-2006.

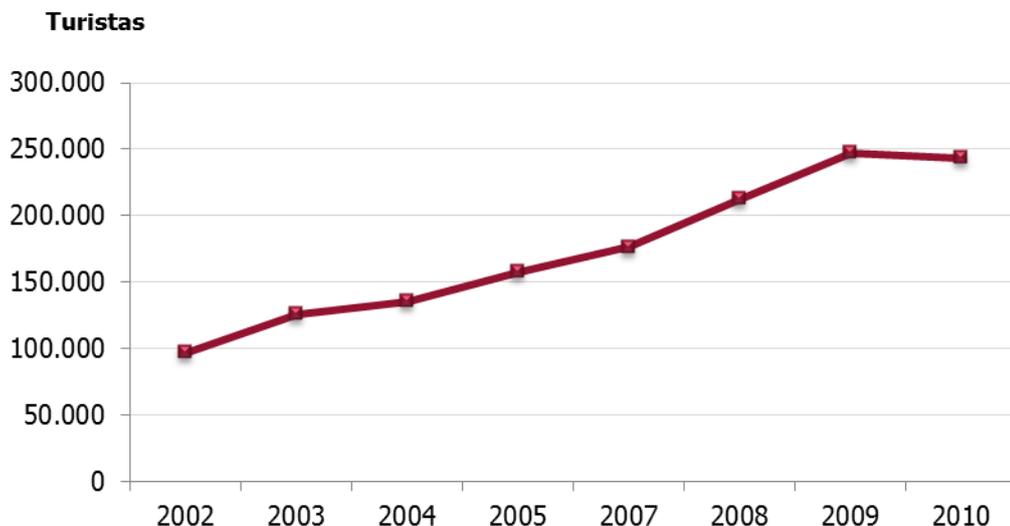
Gráfico 3.3 – EVOLUÇÃO DOS MERCADOS EMISSORES PARA O CEARÁ: 1996-2008



Fonte: SETUR-CE, 2009a. Indicadores Turísticos 1995-2008.

O fluxo turístico em Beberibe aumentou nos últimos oito anos em 12,2% a.a., conforme indica o Gráfico 3.4, enquanto no Ceará cresceu 8,6% a.a. Essa estatística confirma o relato dos agentes pesquisados, quanto à importância da construção dos ETIs para o crescimento da atividade turística no município.

Gráfico 3.4 – EVOLUÇÃO DE VISITAS TURÍSTICAS A BEBERIBE: 2002-2010



Fonte: SETUR-CE, 2012. Indicadores Turísticos 1995-2011;
SETUR-CE, 2007b, Indicadores Turísticos 1995-2006.

Dentre os municípios do Estado, Beberibe ocupa o 3º lugar em visitação de turistas aos municípios do Ceará, sendo responsável por 13% do total de visitantes, excluindo a Capital. Ressalte-se ainda que os municípios que ocupam o 1º e 2º lugares são Caucaia e Aquiraz que pertencem à Região Metropolitana de Fortaleza, e, vale frisar, recebem grande influência de Fortaleza, dada a proximidade com a Capital. Estes dados podem ser validados observando a pesquisa realizada pela SETUR-CE, conforme Tabela abaixo, que demonstram que o município de Beberibe é um dos mais visitados pelos turistas que vêm ao Ceará.

Tabela 3.3 – PRINCIPAIS MUNICÍPIOS VISITADOS PELOS TURISTAS QUE INGRESSARAM AO CEARÁ VIA FORTALEZA: 2002-2010

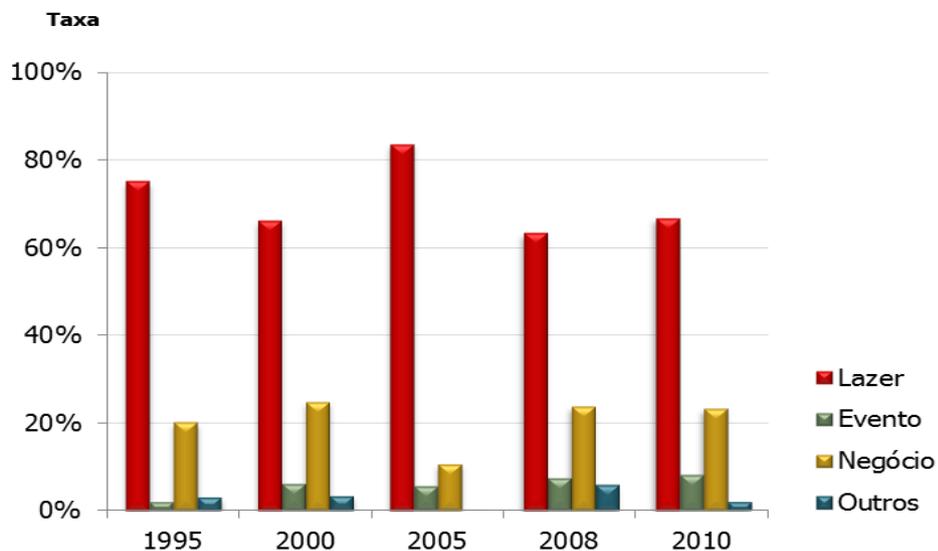
ORDEM	MUNICÍPIOS	2002		2010		TAXA DE CRESCIMENTO DOS TURISTAS VISITANTES: 2002-2010
		Nº de turistas	Dias de permanência	Nº de turistas	Dias de permanência	
1º	Caucaia	122.084	2,1	307.717	5,7	12,2
2º	Aquiraz	68.502	1,9	289.737	6,6	12,2
3º	Beberibe	96.989	2,3	243.256	4,8	19,7
4º	Aracati	151.926	2,3	240.202	5,4	5,9
5º	Jericoacoara	113.945	3,1	144.189	6,8	2,9
6º	Paraipaba	24.417	3,5	67.175	6,5	13,4
7º	S. Gonçalo do Amarante	22.382	2,8	49.873	10,4	10,5
8º	Cascavel	23.738	2,4	28.838	11,2	2,5
9º	Paracuru	24.417	2,8	28.159	9,1	1,8
10º	Trairi	12.208	3	26.463	7,6	10,2
11º	Sobral	18.196	3,5	26.463	5,1	4,8

Fonte: SETUR-CE, 2012. Indicadores Turísticos 1995-2011;
SETUR-CE, 2007b, Indicadores Turísticos 1995-2006.

A motivação dos turistas que se hospedam nestes ETIs, em sua maioria, busca o lazer e são motivados pelas belezas naturais da região, mas também há um percentual significativo de turismo de negócios, principalmente para o Complexo Praia das Fontes²² e Parajuru Praia Hotel, que dispõem de áreas adequadas para eventos. Estes dados podem ser confirmados pela tabela a seguir, com os indicativos de motivação no período de 1995 a 2010.

²² A estrutura de convenções do Complexo Praia das Fontes é atualmente uma das maiores do Ceará, contando com 14 salões para eventos, que atendem de 500 a 1000 pessoas.

**Gráfico 3.5 – DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA SEGUNDO A MOTIVAÇÃO:
1995-2010**



Fonte: SETUR-CE, 2012. Indicadores Turísticos 1995-2011.

No Paraíso do Sol Hotel Escola, a maior motivação é a prática de *kite surf*, principalmente por turistas estrangeiros (suecos, suíços, austríacos e alemães). A praia de Parajuru é considerada por aqueles que praticam este esporte uma excelência para o *kite surf*, especialmente pela qualidade adequada da velocidade dos ventos. Este empreendimento, inclusive, dispõe de uma área denominada "Paraíso do Sol *Kite Lounge*" juntamente com "*Kiteboarding Club Parajuru*", que oferecem aula e material para a prática de *kite surf*. Com relação ainda ao lazer, todos os ETIs oferecem áreas de piscina e *deck*, sendo que o Complexo Praia das Fontes e o Parajuru Praia Hotel contam com um Parque Aquático, sendo o primeiro mais bem equipado que o segundo. O empreendimento Oca dos Índios tem um diferencial de motivação, porque começou a funcionar somente para cursos, principalmente na área de terapia e psiquiatria, e só a partir de 2005 foi aberto ao público em geral, embora continue tendo como público alvo os participantes dos cursos ofertados. As imagens a seguir, evidenciam algumas das áreas dos ETIs destinados ao lazer.



Figura 3.16 – PARAJURU PRAIA HOTEL

Fonte: Acervo da Autora, 2011.



Figura 3.17 – BOUGANVILLE HOTEL

Fonte: Acervo da Autora, 2011.



Figura 3.18 – HOTEL DAS FALÉSIAS

Fonte: Acervo da Autora, 2011.



Figura 3.19 – HOTEL PARK DAS FONTES

Fonte: Acervo da Autora, 2011.

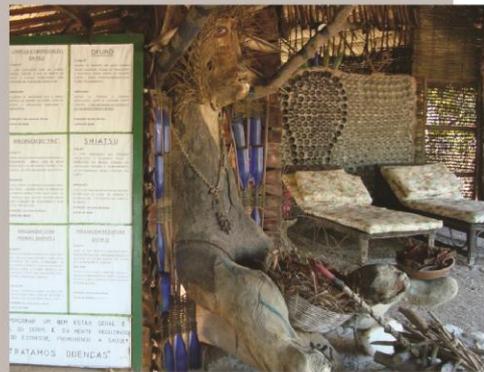
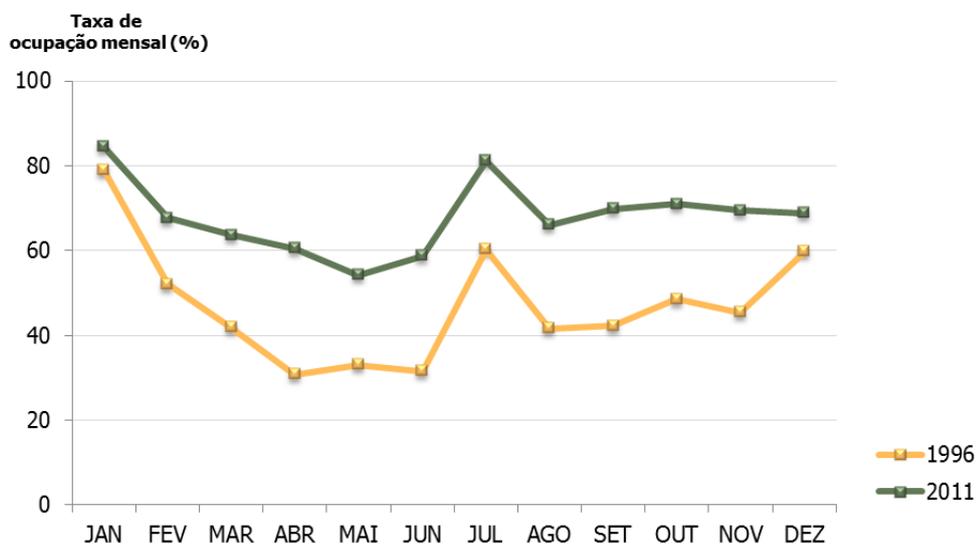


Figura 3.20 – HOTEL OCA DOS ÍNDIOS

Fonte: Acervo da Autora, 2011.

A sazonalidade da taxa de ocupação dos ETIs foi uma questão abordada com unanimidade, uma vez que segundo relatos dos entrevistados a maior frequência ocorre nos períodos de férias escolares, nos meses de dezembro, janeiro e julho. E as menores taxas registram-se no período invernos do Estado, compreendido entre março e maio. Este fato é semelhante à sazonalidade da rede hoteleira na Capital, conforme mostra o gráfico abaixo, no período de 1996 a 2011.

**Gráfico 3.6 – SAZONALIDADE DA TAXA DE OCUPAÇÃO HOTELEIRA EM FORTALEZA:
1996-2011**



Fonte: SETUR-CE, 2012. Indicadores Turísticos 1995-2011;
SETUR-CE, 2009a, Indicadores Turísticos 1995-2008.

3.4.4 – OS EMPREENDIMENTOS E A RELAÇÃO COM O LOCAL

Na perspectiva dos entrevistados, incluindo os gestores e os segmentos da população local, os Empreendimentos Turísticos implantados têm contribuído para o desenvolvimento econômico do município de Beberibe. Há um consenso com relação a geração de emprego e renda para a população local, inclusive a questão da oportunidade de qualificação, como uma grande vantagem profissional, pois, segundo eles, a maioria dos empregados foram admitidos sem qualificação, para posteriormente serem capacitados nos seus respectivos postos de trabalho.

Outro aspecto abordado foi quanto à importância no consumo de produtos e serviços locais, como pão, doces, frutas de época, bancos, oficinas, dentre outros, o que concorre para o crescimento do comércio local. Entretanto, conforme os depoimentos dos representantes do

CDL– Clube dos Diretores Lojistas local, Sr. Elton Gama e da Associação Amigos Empreendedores de Morro Branco – Sr. Luisiário Batalha, atualmente há preocupação com a atividade turística no município referente ao “turismo de passagem²³”, pois este formato de turismo está crescendo enquanto que o turismo de permanência decrescendo, o que traz reflexos para a economia do município, acarretando redução no consumo de produtos e serviços dentro da localidade e também na receita para a hotelaria, comprometendo a circulação de dinheiro principalmente no comércio local.

Foi apontada em unanimidade a questão de segurança a ser tratada pela administração pública, principalmente no que se refere à violência, assaltos e a disseminação de drogas no município.

Há de se ressaltar alguns trabalhos de ação social realizados pelos proprietários dos ETIs. O Paraíso do Sol Hotel Escola disponibiliza para a população local, principalmente para a comunidade onde está localizado – Parajuru – cursos de capacitação em turismo e hotelaria no próprio hotel, com duração de dois anos, em regime integral, manhã e tarde, com aulas teóricas e práticas, que ensinam: culinária, serviços de camareira, nutrição, contabilidade, gerenciamento, recepção, línguas (inglês e alemão) etc. O curso é oferecido gratuitamente, e o corpo docente é formado por voluntários, estrangeiros em sua maioria, que se hospedam no hotel principalmente durante as temporadas de *kite surf*. A 1ª turma formou 20 alunos, e atualmente está em andamento o curso para a 4ª turma. Também no Hotel funciona a Escola Gisi para as crianças locais a partir de 3 anos, nos períodos da manhã e/ou tarde, proporcionando aulas de inglês, matemática e recreação por duas horas diárias, com o objetivo de complementar a educação formal, oferecendo todo o material didático e lanche às crianças gratuitamente. Atualmente, conta com 110 crianças. A proprietária também teve uma Escola de circo, que foi fechada esse ano, onde se treinavam crianças e jovens em atividades circenses e apresentavam espetáculos em Parajuru e nas localidades vizinhas.

²³ O turismo de passagem para o município de Beberibe significa o turista que vem de outra localidade, normalmente Fortaleza, que passa pela Praia de Morro Branco para visitação no Monumento das Falésias e, então, contrata o passeio de bugre pela praia até a Praia de Sucatinga, ainda no município, onde o ônibus já aguarda os turistas para levá-los diretamente ao outro município: Aracati – Praia de Canoa Quebrada, onde permanece por mais tempo para o almoço ou para se hospedar.

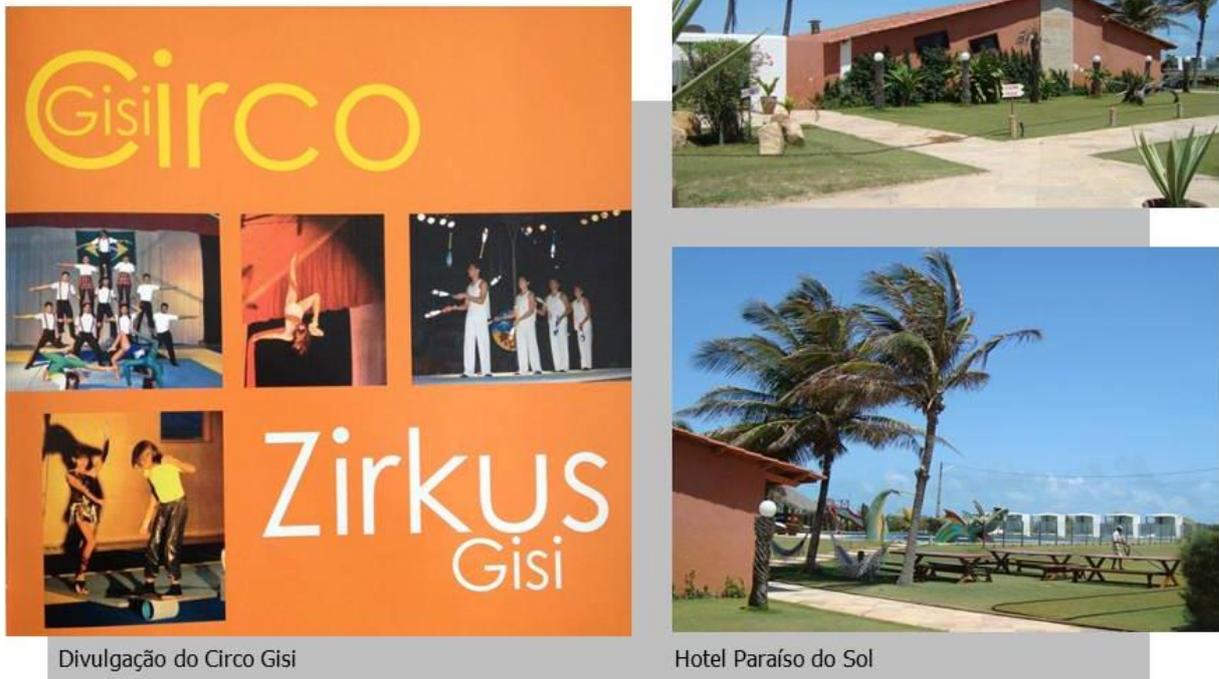


Figura 3.21 – PARAÍSO DO SOL HOTEL ESCOLA – DIVULGAÇÃO DO CIRCO GISI

Fonte: Fotos: Acervo da Autora, 2011 e Folder de divulgação do Hotel.

O grupo do Hotel Park das Fontes formou uma ONG em 1998: CCC - Centro de Construção da Cidadania – para realização de trabalhos de reciclagem (Figura 3.22), cursos de informática, assistência médica, aulas de violão, esportes direcionados para a comunidade local, atendendo em média 250 pessoas entre crianças e pessoas da terceira idade, com custo zero, totalmente patrocinado pelo Grupo Hoteleiro. O Complexo, ao longo do ano, realiza bazar para os funcionários e seus parentes dos equipamentos e peças dos hotéis que não serão mais utilizados, como louças com pequenos defeitos etc. O evento é organizado pelos funcionários, e o dinheiro arrecadado retorna para os funcionários, no Natal. O Grupo também patrocinou a construção dos prédios destinados a: Posto Médico, Empresa de Telefonia e a Escola Raimundo Fagner, todos doados ao município.



Figura 3.22 – HOTEL PARK DAS FONTES: TRABALHO DE RECICLAGEM (poltrona em garrafa PET)

Fonte: Fotos: Acervo da Autora, 2011

O Hotel Ocas dos Índios oferece cursos de terapia comunitária com capacitação e ajuda por terapia aos moradores da comunidade. O Hotel das Falésias possui um trabalho para reciclagem do lixo, com a doação do lixo orgânico e a oferta de espaço para nativos que trabalham com artesanato e objetos com desenhos das areias coloridas. O Parajuru Praia Hotel participa no patrocínio na Regata do Pescador, que acontece anualmente da Praia de Parajuru.

Outro tema abordado foi quanto à participação da administração local para os ETIs. Alguns entrevistados se posicionaram pelo pouco apoio e outros declararam que sempre houve apoio, mas que deveria ser maior, com maiores incentivos, como na melhoria da capacitação nesse setor de atividades, aumentando a frequência na oferta de cursos, e com menores custos.

A questão do entretenimento, principalmente à noite, foi apontada como um ponto a ser explorado e melhorado, porque os hóspedes durante o dia têm lazer nos ETIs e nas praias, enquanto que à noite, não há programação nas localidades. Como sugestões foram mencionadas: feiras de artesanato, festas nas barracas de praia ou outros eventos

temáticos. Acreditam que essas ações trariam igualmente grandes benefícios para a população local, que também deseja esse incremento no lazer.

Enfim, foi revelada uma grande expectativa por parte dos ETIs quanto à atuação dos gestores do município, para que se invista mais em estratégias e campanhas de *marketing* direcionadas a “vender mais o produto turístico” do município de Beberibe nos polos emissores de turistas para o Nordeste. Do mesmo modo, foi demonstrado disposição para participar em parcerias público-privadas, com o intuito de incrementar a atividade turística.

Finalmente, pode-se concluir que o município de Beberibe emancipado recentemente, 1951, cresceu economicamente na mesma lógica de desenvolvimento do Estado, inicialmente pela cultura algodoeira, seguida pela cultura da cana de açúcar e do caju. Passou, também, pelas mesmas dificuldades climáticas do Ceará – a seca. A riqueza paisagística do litoral de Beberibe qualificou o município a adotar o vetor de desenvolvimento econômico do turismo, que foi considerado pelo Governo do Estado como uma mola propulsora para o progresso do Ceará.

Então, a atividade turística tem sido um diferencial para o progresso de Beberibe. As praias do litoral do município, cada uma com suas características próprias, seja pelas paisagens, o artesanato, a oferta de lazer dentre outras, têm potencial para promover o desenvolvimento do turismo na região, como pode ser constatado nas entrevistas e dados pesquisados.

Como o município de Beberibe tem construído, nos últimos anos, sua trajetória do desenvolvimento apoiado nas atividades turísticas, então, para avaliar seu padrão de evolução sob esse viés, serão analisados no capítulo seguinte indicadores que expressam o desenvolvimento urbano e socioeconômico no Município.

**A EVOLUÇÃO DO MUNICÍPIO DE
BEBERIBE SOB O VIÉS DA
ATIVIDADE TURÍSTICA E OS ETIs**

CAPÍTULO

4



A história do município de Beberibe ao longo do tempo, retrata um município que cresceu economicamente segundo as oportunidades dos ciclos econômicos vivenciados e, nesses últimos anos, o ciclo predominante sustenta-se nas atividades ligadas ao turismo.

Para essa pesquisa, o desenvolvimento da atividade turística em Beberibe foi analisado sob o enfoque de indicadores urbanísticos e socioeconômicos para avaliação da evolução demográfica, da dinâmica econômica, e do crescimento da infraestrutura e dos indicadores sociais no município.

Essa abordagem fundamenta-se na contextualização feita no Capítulo 1, que aponta a atividade turística como um dos vetores de desenvolvimento do Estado adotado pelo Governo de forma incisiva a partir de 1987, como alternativa para o crescimento do Estado, em conformidade com os pressupostos teóricos explicitados no referido capítulo.

A importância do turismo na economia se reflete “em 52 segmentos diferentes da economia, empregando em sua cadeia, desde mão de obra mais qualificada em áreas que se utilizam de alta tecnologia, até as de menor qualificação tanto no emprego formal quanto informal” (BENI, 2003, p.106). Desta forma, se qualifica essa atividade como um mercado captador de investimento e com grande potencial gerador de emprego e renda, atribuindo-lhe um valor como a força motriz do desenvolvimento regional.

Para este estudo, que tem o objetivo de investigar o turismo como vetor de desenvolvimento urbano e socioeconômico do Ceará através do caso de Beberibe, tendo como foco os ETIs implantados e a infraestrutura executada, foram escolhidos indicadores urbanísticos e socioeconômicos para proceder a análise e verificar a validação da hipótese proposta. A avaliação foi realizada com base em dados coletados no município, através de pesquisas e entrevistas a gestores de empreendimentos privados e de órgãos e secretarias municipais, e dados colhidos nos censos realizados pelo IBGE¹ e nas pesquisas realizadas e sistematizadas pelo Governo do Estado do Ceará através da SETUR e do IPECE. O recorte temporal para a coleta destes dados, sempre que possível, foi o período de 1991 a 2010, correspondendo à fase em que o Estado adotou o turismo como vetor de desenvolvimento para o Ceará, e, por conseguinte, contribuiu para impulsionar a atividade turística em Beberibe, observando-se, também, que a maioria dos ETIs implantados no Município entrou em operação a partir da década de 1990. Desta forma, os dados coletados no IBGE para analisar esse intervalo de tempo foram pesquisados nos censos de 1991, 2000 e 2010.

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Entretanto, para os dados populacionais o período estudado foi a partir de 1951, posto que esse é o ano de emancipação definitiva do município. Para tanto, adotou-se por aproximação o censo de 1945, possibilitando avaliar a evolução populacional desde a formalização oficial do município de Beberibe.

4.1 – ANÁLISE DEMOGRÁFICA

Para analisar a evolução demográfica no município relacionada com a atividade turística, deve-se ressaltar que o crescimento populacional residente não está diretamente vinculado ao fluxo de turistas, uma vez que esses não são considerados residentes. Entretanto, esse fluxo tem reflexo para os habitantes locais no que se refere a geração de oportunidades de trabalho e renda, contribuindo para o movimento migratório da área rural para a área urbana, com o deslocamento da população de outros lugares para as áreas detentoras de atratividade turística. Corroborando Paiva (2011), os espaços apropriados pelos turistas, apesar de sofrerem transformações, constituem-se no que o autor denomina de “urbanização vazia”, quer dizer, é uma área construída e urbanizada, mas utilizada por uma população flutuante.

A Tabela 4.1 e o Gráfico 4.1, a seguir, exprimem que a evolução populacional de Beberibe ao longo do período de 1945 (época da formalização oficial como município) a 2010, cresceu a uma taxa de 1,44% a.a. Estabelecendo um recorte para o ano de 1991, usado como referência do início de funcionamento dos ETIs no município, a taxa de crescimento no primeiro período de 1945-1991 (46 anos) foi de 1,39% a.a., e no segundo período de 1991 a 2010 (19 anos) foi 1,55% a.a., indicando que nos últimos vinte anos a população cresceu numa taxa maior que no primeiro período.

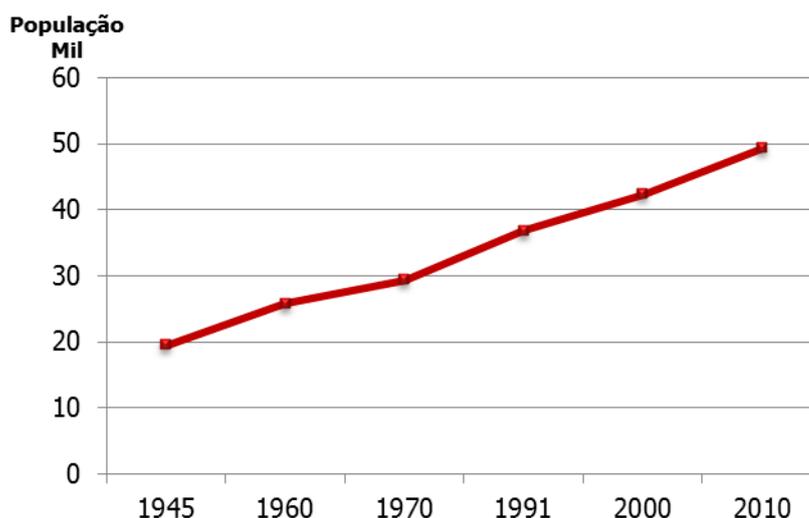
Tabela 4.1 – POPULAÇÃO DE BEBERIBE: 1945-2010

POPULAÇÃO RESIDENTE	1945		1960		1970		1991		2000		2010	
	Pop.	%	Pop.	Pop.	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
Urbana	1.907	9,8	S/D	S/D	10.520	28,6	19.697	46,5	21.611	43,8		
Rural	17.557	90,2	S/D	S/D	26.281	71,4	22.646	53,5	27.700	56,2		
Total	19.464		25.782	29.385	36.801		42.343		49.311			

Fontes: Dados IBGE, Censo Demográfico 1945, 1960 e 1970 in COLAÇO, 2008, p. 62.
IBGE, Censo Demográfico 2010, tabela 200. (Dados 1991, 2000 e 2010).

Obs: S/D – Sem dados

Pop. – Quantidade da população

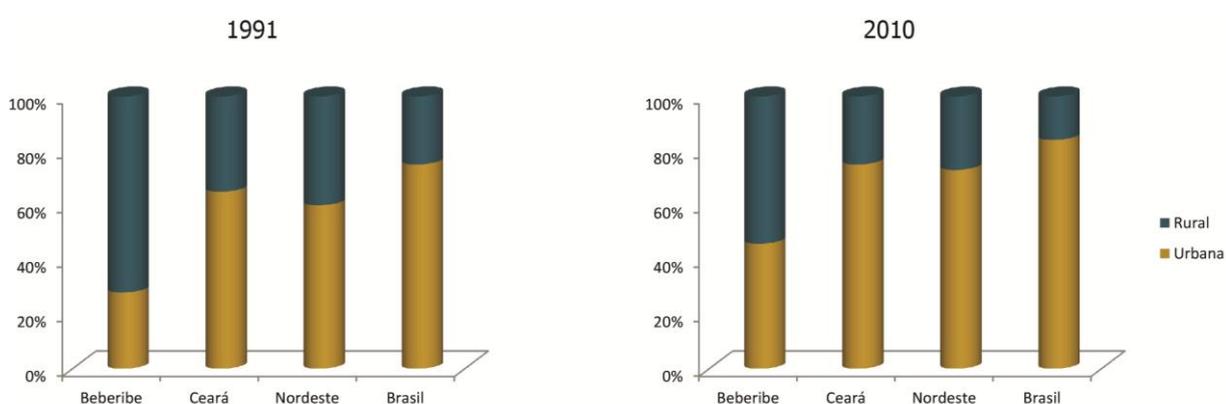
Gráfico 4.1 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE BEBERIBE: 1945-2010

Fontes: Dados IBGE, Censo Demográfico 1945, 1960 e 1970 in COLAÇO, 2008, p. 62.
IBGE, Censo Demográfico 2010, tabela 200. (Dados 1991, 2000 e 2010).

É importante ressaltar que essas taxas, relativas à população total, são bem diferentes quando se observa a distribuição dessa população residente entre a zona rural e a zona urbana. No primeiro período, aproximadamente 45 anos, a população rural teve um crescimento de 0,88% a.a. e nos últimos 20 anos, ou seja, no segundo período, a taxa de crescimento foi de 0,28% a.a., enquanto a população urbana cresceu 3,78% a.a. no primeiro período e 3,86% a.a. no segundo. Houve, portanto, uma desconcentração da população rural e um aumento da população urbana, principalmente no período de 1991 a 2010. Este fato é reforçado em números absolutos se forem observados os percentuais de proporcionalidade, os quais tendem a se equiparar entre população rural e urbana, tendo em

vista que, em 1945, a concentração populacional era predominantemente rural, uma vez que a população urbana representava apenas 10% da população total; em 1991 representava 28% e em 2010 somava 44%. Fazendo um paralelo com o Estado do Ceará, o Nordeste e o Brasil, identificou-se que a urbanização de Beberibe é menor que estes, pois, correlacionando com os dados do censo de 2010, a população urbana, ou seja, a taxa de urbanização² representa 75%, 73% e 84% respectivamente, enquanto para Beberibe a taxa é de 44%. Entretanto, a taxa de crescimento anual de Beberibe no período entre 1991 e 2010 foi superior ao Ceará, Nordeste e Brasil.

Gráfico 4.2 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO CONFORME LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO: BEBERIBE - CEARÁ – NORDESTE - BRASIL: 1991-2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, tabela 200.

Tabela 4.2 – EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL: BEBERIBE - CEARÁ – NORDESTE - BRASIL: 1991-2010

LOCALIZAÇÃO DOMICÍLIO	TAXA DE CRESCIMENTO: 1991-2010 (% a.a.)			
	Beberibe	Ceará	Nordeste	Brasil
Urbana	3,86	2,25	2,18	1,97
Rural	0,28	-0,24	-0,84	-0,96
Total	1,55	1,50	1,18	1,39

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, tabela 200.

² Taxa de Urbanização é o percentual da população da área urbana de uma determinada região em relação à população total dessa região. (IBGE).

Ressalte-se ainda a taxa de crescimento anual da população urbana de Beberibe, que aponta para um valor bem acima da taxa de rural. Comparando o município com o Estado, com a região Nordeste e com o país, Beberibe se destaca nas taxas de crescimento da população urbana, com valores superiores.

Esses dados reforçam a interpretação de que houve atratividade para a área urbana no município e, conforme pesquisa, pode-se afirmar ser decorrente das oportunidades geradas pelas atividades turísticas no município.

Outro aspecto relevante na análise demográfica de Beberibe é a distribuição da população nos distritos que compõem o município, uma vez que apresentam características de densidade populacional diferenciadas, de acordo com a proximidade ao litoral. O Quadro 4.1 apresenta os dados da população separados em dois grupos: os distritos litorâneos e os distritos interioranos.

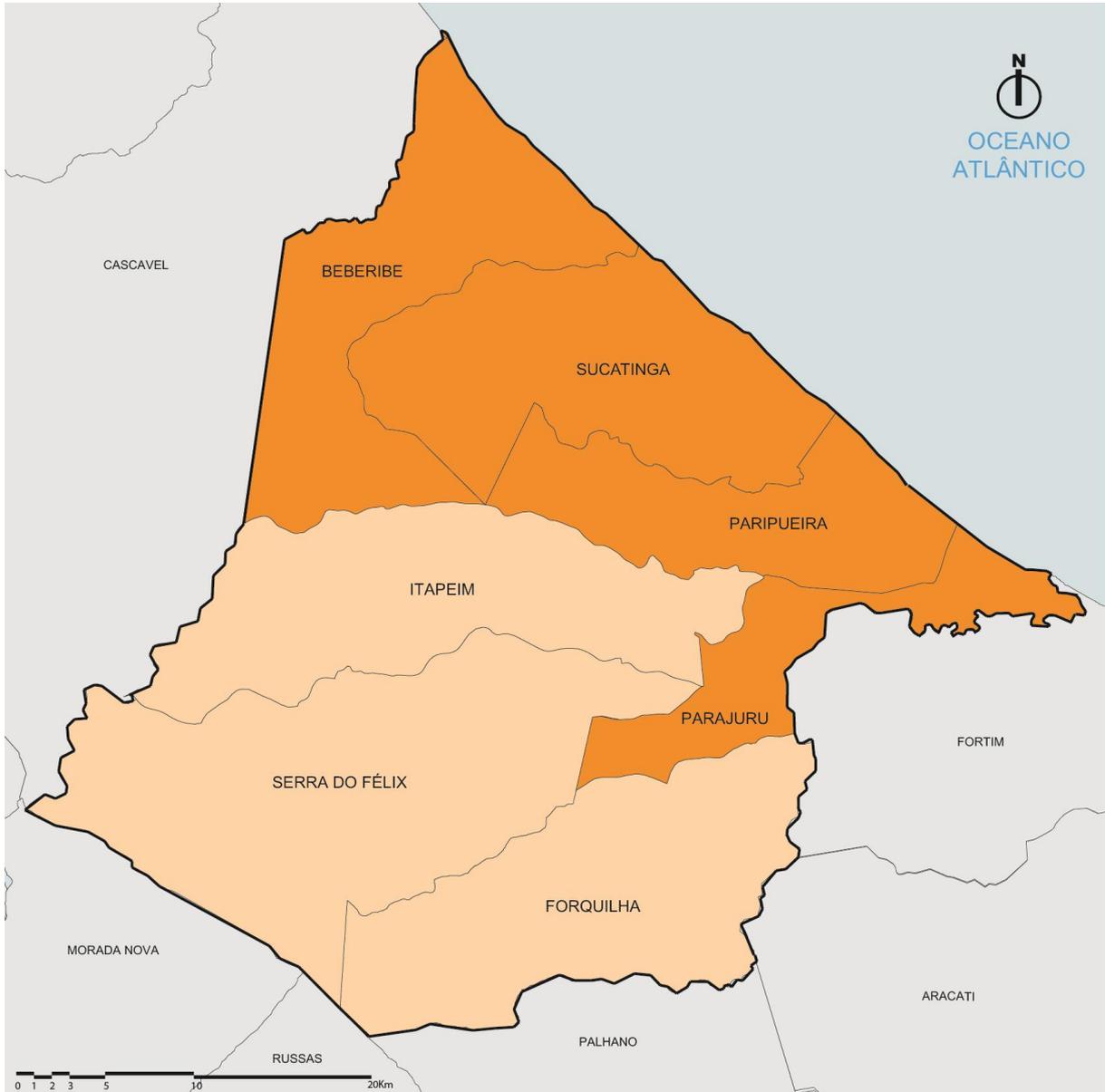
Quadro 4.1 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM BEBERIBE DISTRIBUÍDA POR DISTRITOS E NO CEARÁ: 1991-2010

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ANOS		TAXA DE URBANIZAÇÃO		DENSIDADE DEMOGRÁFICA
		1991	2010	1991	2010	
Distritos Litorâneos	Beberibe	Urbano	3.824	12.654	34,9%	63,7%
		Rural	7.134	7.215		
		Total	10.958	19.869		
	Sucatinga	Urbano	517	2.923	7,0%	30,2%
		Rural	6.898	6.769		
		Total	7.415	9.692		
	Paripueira	Urbano	1.392	779	28,8%	12,6%
		Rural	3.438	5.426		
		Total	4.830	6.205		
	Parajuru	Urbano	3.237	3.235	59,7%	80,4%
		Rural	2.185	787		
		Total	5.422	4.022		
Distritos Interioranos	Itapeim	Urbano	313	244	12,9%	11,9%
		Rural	2.115	1.799		
		Total	2.428	2.043		
	Serra do Felix/ Forquilha	Urbano	1.237	1.776	21,5%	23,7%
		Rural	4.511	5.704		
		Total	5.748	7.480		
Total do Município de Beberibe	Urbano	10.520	21.611	28,6%	43,8%	
	Rural	26.281	27.700			
	Total	36.801	49.311			
Total do Estado do Ceará	Urbano	4.162.007	6.346.569	65,4%	75,1%	
	Rural	2.204.640	2.105.812			
	Total	6.366.647	8.452.381			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 202 (Universo).

(*) Como o distrito de Forquilha foi desmembrado do distrito de Serra do Félix em 2005, então, para haver uma comparação coerente, foram agrupados no ano de 2010.

A análise desses dados evidencia que os distritos localizados próximo ao mar detêm maior concentração populacional que os distritos interioranos, gerando densidades demográficas diferentes para cada grupo, como representa o mapa a seguir.



LEGENDA

- DISTRITOS LITORÂNEOS - DENSIDADE POPULACIONAL⁽¹⁾ 53,9 hab/km²
- DISTRITOS NÃO-LITORÂNEOS - DENSIDADE POPULACIONAL⁽¹⁾ 10,89 hab/km²

⁽¹⁾ CONFORME DADOS DO IBGE - CENSO 2010

Mapa 4.1 – DISTRITOS DE BEBERIBE E A DENSIDADE POPULACIONAL - 2010

Fonte: Elaborado pela Autora a partir do Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe vigente, LUOS, Anexo XII, 2007. IBGE, Censo Demográfico, 2010, tabela 200.

Essa diferenciação entre litoral e interior é também marcada pelas taxas de urbanização, que apresenta valores maiores para a zona litorânea, fato este que pode ser atribuído ao crescimento das atividades turísticas, devido a preferência pelo “turismo sol e mar”, criando oportunidades e atraindo a população para esta região.

O crescimento da taxa de urbanização influenciou diretamente na expansão do tecido urbano da maioria dos distritos de Beberibe, principalmente a sede municipal.

A maior concentração populacional está na sede do município como ocorre na maioria dos municípios brasileiros. A sede de Beberibe detém, em 2010, conforme visto no Quadro 4.1, 40% da população municipal e 59% da população urbana.

A taxa de crescimento do distrito Beberibe-sede nos últimos 20 anos é de 6,5% a.a., indicando aumento demográfico superior ao do município, que correspondeu a 3,86% a.a. Este fato pode ser conferido no Mapa 4.2 a seguir, revelando a expansão da malha urbana na Praia das Fontes, Praia de Morro Branco e área central da sede, que sofreram influência direta dos ETIs implantados na Praia das Fontes no período entre 1989 e 2004. E fato confirmado, também, pelos entrevistados da pesquisa. Os ETIs induziram um fluxo migratório regional para a sede do município, além do êxodo rural dos diversos distritos, na perspectiva de oportunidades de geração de emprego e renda, com o crescimento do turismo.



Ano 2004



Ano 2010



Imagem ampliada: Núcleo Central, ano 2004

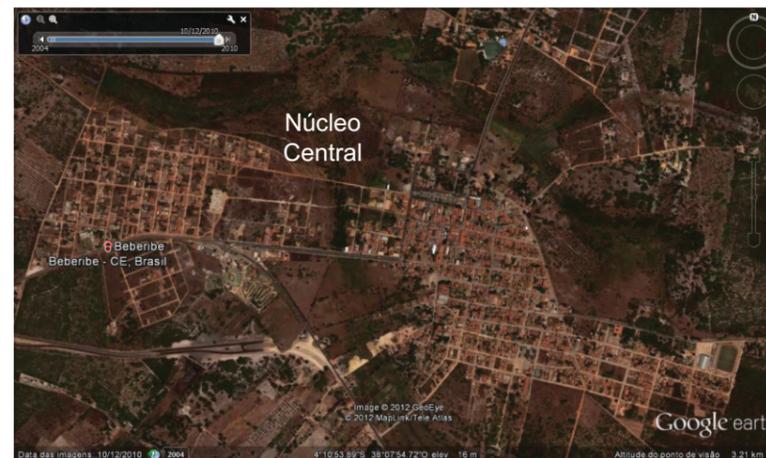


Imagem ampliada: Núcleo Central, ano 2010



Imagem ampliada: Praia de Morro Branco, ano 2004



Imagem ampliada: Praia de Morro Branco, ano 2010

Outro aspecto a ser analisado é compreender a condição de moradia da população de Beberibe. De acordo com o censo do IBGE, o número de domicílios do município aumentou a uma taxa de crescimento de 3,27% a.a. no período 1991-2010, apontando uma média de crescimento superior ao Estado e ao país. Estes valores devem ser relacionados com a variação da população no mesmo período, que demonstra a taxa de crescimento das unidades habitacionais superior ao aumento da taxa da população residente, indicando melhoria na situação domiciliar do município (Tabelas 4.3 e 4.4).

Tabela 4.3 – DOMICÍLIOS PARTICULARES NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE: 1991-2010

Nº DE DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS	1991	2000	2010
Urbano	2.204	4.646	6.291
Rural	5.432	5.321	7.788
Total	7.636	9.967	14.079

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 206 (dados 1991-2000); Censo Demográfico 2010, Tabela 1134 (dados 2010).

Tabela 4.4 – COMPARATIVO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO: DOMICÍLIOS x POPULAÇÃO EM BEBERIBE - CEARÁ - BRASIL: 1991-2010

DADOS	BEBERIBE	CEARÁ	BRASIL
Taxa de crescimento domicílios (% a.a.)	3,27	3,02	2,67
Taxa de crescimento da população (% a.a.)	1,55	1,50	1,39

Fonte: Dados domicílio: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 206 (dados 1991-2000); Censo Demográfico 2010, Tabela 1134 (dados 2010).

Dados população: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabela 200

Elaborado pela autora.

Destaca-se ainda a condição de ocupação dos domicílios quanto à propriedade do imóvel, pois verifica-se que os domicílios próprios aumentaram no período 2000-2010 em 39,7%, com uma taxa de crescimento de 3,4% a.a., evidenciando uma melhoria no aspecto econômico dos moradores, já que a população residente cresceu neste período 1,55% a.a., o que significa um valor inferior à taxa de crescimento dos domicílios próprios. Observa-se

ainda, em número absolutos, que os imóveis próprios constituem um percentual significativo representando 84% do número de domicílios particulares de Beberibe (Tabela 4.5).

Tabela 4.5 – CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DOS DOMICÍLIOS DE BEBERIBE: 2000-2010

CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO	2000	2010
Próprio	8.444	11.800
Alugado	255	854
Cedido	1.175	1.387
Outra condição	93	38

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 2419; Censo Demográfico 2010, Tabela 1397.

Todos esses dados dos domicílios do município, entretanto, devem ser relativizados, tendo em vista um número significativo de unidades residenciais secundárias, ou seja, destinadas ao uso de veraneio por seus proprietários ou locatários, gerando uma população flutuante nos períodos de utilização. Esse fato mascara a situação domiciliar da população, uma vez que os domicílios secundários não são destinados à população residente. Por outro lado, o elevado número de habitações de veraneio indica a influência da atividade turística em Beberibe ocorrendo fora dos empreendimentos turísticos, muito embora, tenham aumentado em decorrência da visibilidade que estes ETIs conferem ao município.

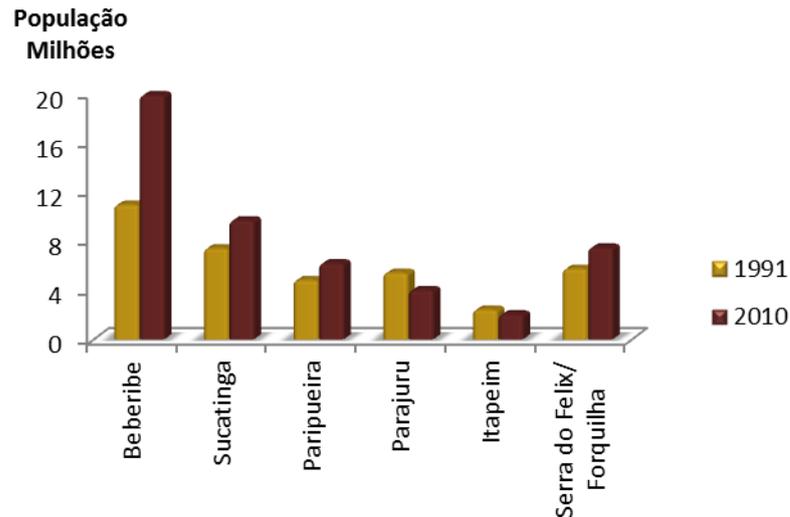
4.2 – A INFRAESTRUTURA

A evolução da malha urbana do município de Beberibe, além de ser compreendida pela taxa de urbanização, pode também ser analisada pelo parâmetro de evolução de dados de infraestrutura de energia, saneamento e acessibilidade.

Vale registrar a importância das disparidades entre os distritos que compõem o município e sua sede, principalmente no que se refere às taxas de crescimento populacional, que interferem diferentemente na demanda por essa infraestrutura. Nos anos 1990, conforme visto no Quadro 4.1, a população nos distritos era distribuída de modo mais homogêneo dentro do município, e contava com uma população urbana representando 28% da população total, enquanto que em 2010, a população urbana passou para 44%.

Conforme os dados do censo de 2010, a sede de Beberibe passou a abrigar 40% da população municipal, que em 1991 somava apenas 29% do total. A população urbana da sede municipal representa atualmente 59% do total urbano do município, conforme gráficos abaixo.

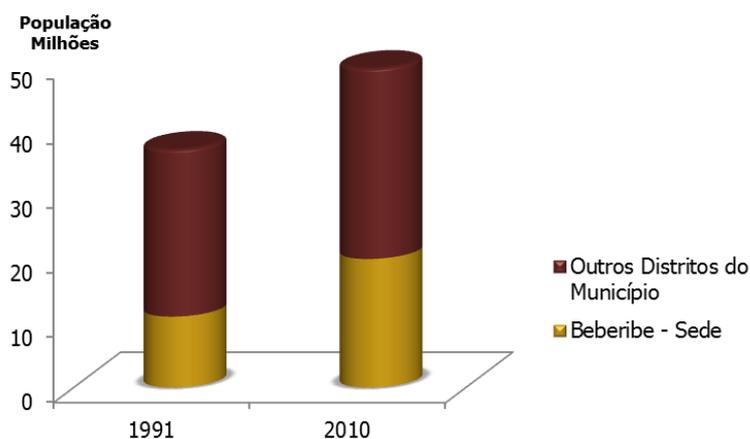
Gráfico 4.3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS DISTRITOS DE BEBERIBE: 1991-2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 202.

(*) Como o distrito de Forquilha foi desmembrado do distrito de Serra do Félix em 2005, os dados foram agrupados em 2010, para uma comparação mais coerente.

Gráfico 4.4 – COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE ENTRE O DISTRITO SEDE E OS OUTROS DISTRITOS DO MUNICÍPIO: 1991-2010

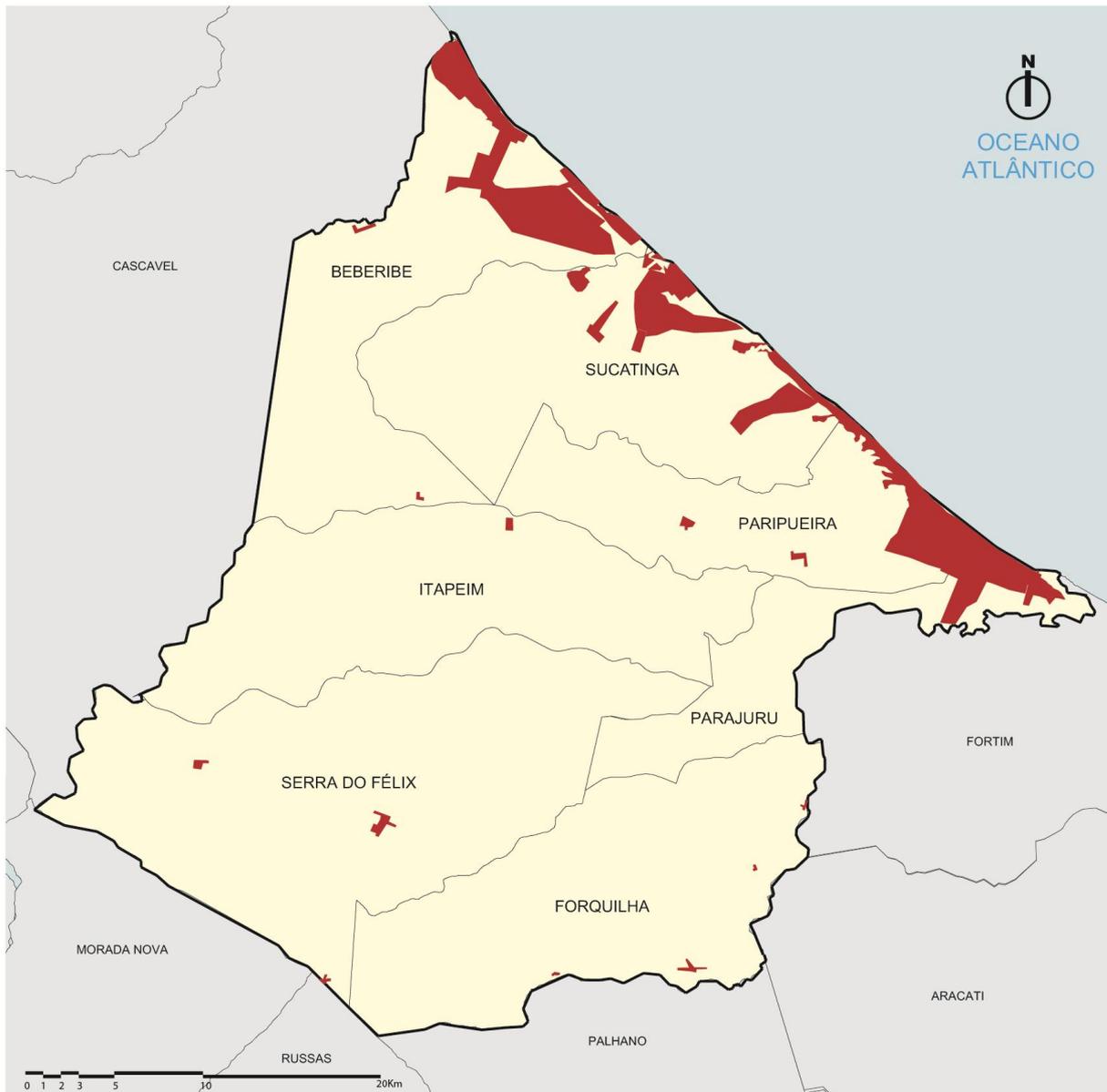


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 202.

Outro aspecto igualmente relevante é quanto à grande extensão rural do município em relação à área urbanizada, como pode ser observado no Mapa 4.3, favorecendo a

diversidade de paisagem, e também cultural e econômica, pois o espaço litorâneo e o sertão guardam diferenças que devem ser tratadas com soluções diferenciadas no que se refere aos aspectos urbanísticos, econômicos e culturais.

Estas diferentes realidades (demográficas, espaciais e socioeconômicas) associadas às intenções de desenvolvimento da atividade turística no município, acarretaram ações e investimentos de infraestruturas distintas nos diferentes distritos do município.

**LEGENDA**

- ÁREA URBANA
- ÁREA RURAL

Mapa 4.3 – MUNICÍPIO DE BEBERIBE: ÁREA URBANA E ÁREA RURAL

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe vigente, LUOS, Anexo X, 2007.

4.2.1 – ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E SANEAMENTO

A energia elétrica chegou ao município primeiramente por sistema de grupo gerador em 1951, e somente em 1967 teve início o fornecimento de energia elétrica, trazida da Hidrelétrica de Paulo Afonso (COLAÇO, 2008). O déficit contabilizado pelo censo entre o total de domicílios existentes e aqueles com energia elétrica no período de 2000-2010³ reduziu de 22% para 1,4%.

Tabela 4.6 – DOMICÍLIOS DE BEBERIBE E A INFRAESTRUTURA: 1991-2010

INFRAESTRUTURA NOS DOMICÍLIOS		NÚMERO DE DOMICÍLIOS SUPRIDOS POR ANO		
		1991	2000	2010
Supridos com energia elétrica		S/D	8.167	13.888
Formas de abastecimento de água por domicílios	Ligados à rede geral	260	654	2.499
	Poço ou nascente	4.908	5.987	8.168
	Outros	2.468	3.336	3.412
Formas de esgotamento sanitário por domicílios	Ligados à rede geral	∅	55	1.039
	Fossa séptica	387	88	587
	Outros	2.527	6.286	11.118
	Não tem banheiro	4.720	3.548	1.334
Domicílios com coleta de lixo		1.099	3.566	8.388
Total de domicílios particulares no Município		7.636	9.967	14.079

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Tabelas 2.11, 2.12 e 2.13; Censo Demográfico 2000, Tabelas 2421 e 1454; Censo Demográfico 2010, Tabelas 1395 e 1394.

Tabela 4.7 – COMPARATIVO DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE E O CEARÁ: 1991-2010

SERVIÇOS DE SANEAMENTO	TAXA DE EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS: 1991-2010		DÉFICIT DOS SERVIÇOS: 2010	
	Beberibe	Ceará	Beberibe	Ceará
Abastecimento de água ligado à rede geral	12,7 % a.a.	6,3 % a.a.	82,2%	22,8%
Esgotamento sanitário ligado à rede geral	34,2 % a.a.*	12,4 % a.a.	92,6%	67,2%
Coleta de lixo	11,3 % a.a.	6,1 % a.a.	40,0%	24,7%

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Tabelas 2.11, 2.12 e 2.13; Censo Demográfico 2010, Tabelas 1395 e 1394.

(*) Essa taxa refere-se ao período de 2000-2010 uma vez que não havia ligações no ano de 1991.

³ Não existem dados censitários sobre esse tema para o censo 1991.

Observando-se as Tabela 4.6 e 4.7, no período de 1991 a 2010, constatou-se que houve um incremento substancial no abastecimento dos domicílios ligados à rede pública de água, de 12,7 % a.a., comparando ao Estado, que teve um aumento de 6,3 % a.a. Entretanto, o déficit atual dos domicílios urbanos ligados à rede pública ainda é alto, representando 82% dos domicílios. O tratamento e distribuição pública de água são mantidos pela CAGECE⁴. A Estação de Tratamento de Água – ETA – com a elevatória para a distribuição na região se localiza na Lagoa de Uberaba, no distrito de Beberibe.

Ressalte-se que os recursos hídricos do município, como já relatado no capítulo 3, são intermitentes e, assim, o armazenamento de água nos açudes e lagoas para o consumo humano sofre constantemente os reflexos dos períodos de estiagem. Segundo dados do IBGE, a maioria dos domicílios utiliza água proveniente de poços artesanais. Essas informações foram confirmadas pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Beberibe – SEPLAN. De acordo com técnicos do órgão, esta solução é bastante favorecida devido ao nível do lençol freático ser baixo. Outra forma importante de fornecimento de água é provida pelo Canal do Trabalhador, que atravessa o município na porção mais ao sul, conforme Mapa 3.4 (ver Capítulo 3), abastecendo as localidades tanto para o consumo humano como para irrigação na agricultura.

Quanto ao saneamento, o maior problema está relacionado ao esgotamento sanitário, apesar do número de domicílios com seus efluentes domésticos ligados à rede geral ou fossa séptica percentualmente ter aumentado mas, em números absolutos, ainda prevalece o lançamento dos efluentes em locais inadequados e sem tratamento para seu destino final, além de um percentual significativo de domicílios sem banheiros. Este cenário é reflexo do Estado, que também apresenta deficiência no tratamento dos efluentes de esgotamento sanitário. As taxas de ligação de esgoto à rede geral cresceu no Ceará a 12,4 % a.a. (1991-2010), porém registra um déficit de 67,2% em relação ao total dos domicílios cearenses, conforme os dados do censo de 2010. Comparativamente, Beberibe em 1991 não tinha rede geral de esgoto, e somente em 2000 foram registradas as primeiras ligações à rede, todas no distrito de Beberibe – sede. O município está atualmente participando de um convênio com a Secretaria das Cidades do Estado para a construção de banheiros, com vistas a solucionar esse problema. Além disso, recebeu recursos do PRODETUR para obras de saneamento na sede do município, que ora estão sendo executadas. Ali, o esgoto é levado

⁴ CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará.

para Estação de Tratamento de Esgotos – ETE, onde é tratado e processado para reutilização na manutenção dos logradouros públicos.

Com relação ao lixo domiciliar, na pesquisa censitária do IBGE a coleta passou a atender a um número maior de domicílios e foi assegurado pelos gestores da Prefeitura que este fato ocorreu, principalmente, nas sedes dos distritos. Conforme relato obtido na SEPLAN, o destino final do lixo da sede do município atualmente se encontra no aterro sanitário a céu aberto próximo da zona urbana, onde também está localizada a ETE. Foi informado também que existe um projeto para remanejamento do aterro sanitário para outro local, próximo ao distrito de Itapeim, com as obras de infraestrutura já iniciadas com recursos do Governo do Estado, mas que se encontram paralisadas há aproximadamente três anos.

Com esse cenário da infraestrutura no município, pode-se refletir que houve um crescimento positivo e superior relativamente ao Ceará, entretanto, apresenta deficiências ainda bastante significativas. Desta forma, considera-se como uma alternativa ao desenvolvimento do município a atividade turística, a qual poderia contribuir com mais ênfase, se houvesse mais exigências da gestão municipal em pleitear contrapartidas dos ETIs para construir parcerias com a Prefeitura na execução de infraestruturas, a fim de beneficiar a população local e promover o desenvolvimento local.

Uma importante iniciativa para o Ceará partiu do Governo Estadual, com a implementação de dois programas que visam incentivar os municípios a adotarem posturas de preservação e conservação do patrimônio natural. Um deles é o Programa Selo Município Verde⁵, que estimula os municípios a programarem suas políticas públicas de modo a contribuir com a construção de uma gestão ambientalmente correta e socialmente justa, além de estabelecer como requisito para participação no programa, a criação de um canal – COMDEMA⁶ – para a participação da sociedade civil nesse processo. Os municípios que participam do programa são avaliados por um comitê gestor em três esferas: Gestão Ambiental, Mobilização Ambiental e Desempenho Ambiental. O município contemplado recebe o “selo verde”, com validade por um ano e também prêmios em convênios para receber verbas destinadas exclusivamente à aquisição de equipamentos, tais como: moto, *notebook*, *GPS*⁷, máquina fotográfica etc., para viabilizar a fiscalização ambiental no município⁸.

⁵ Esse Programa foi criado em 2003, pela Lei Estadual nº. 13304 de 19/maio/2003, e iniciou a premiação apenas em 2006.

⁶ Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

⁷ GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global).

⁸ Fonte: Cartilha Município Verde – www.compam.ce.gov.br.

O outro programa é Certificação Praia Limpa⁹, que tem por objetivo de motivar os municípios costeiros na melhoria da gestão de suas orlas marítimas, de modo a garantir a conservação, recuperação e proteção dos ecossistemas costeiros. A certificação tem vigência por dois anos e sua avaliação final é dada por categoria do número de “estrelas do mar”, variando de três a cinco estrelas. Além do Certificado, os municípios contemplados assinam convênio para a construção do Centro de Triagem, para implantação de políticas de triagem para resíduos sólidos¹⁰.

O município de Beberibe recebeu a Certificação Praia Limpa nos anos 2009 e 2010 na categoria “3 Estrelas do Mar”, e também foi contemplado com o Selo Verde nas edições de 2008, 2009 e 2010. Estes Programas criados pelo Governo Estadual têm também como objetivo a valorização da imagem do município como forma de atrair o turismo, ao criar melhores condições para o desenvolvimento da atividade turística. Além disso, o Programa Selo Verde e Praia Limpa corroboram também positivamente na visibilidade do município para gerar atratividade no setor de “turismo no litoral”. Todos os municípios agraciados com a premiação se qualificaram com melhor qualidade em estrutura turística, e, conseqüentemente, ascendem no *ranking* das localidades que oferecem o turismo “sol e mar”.

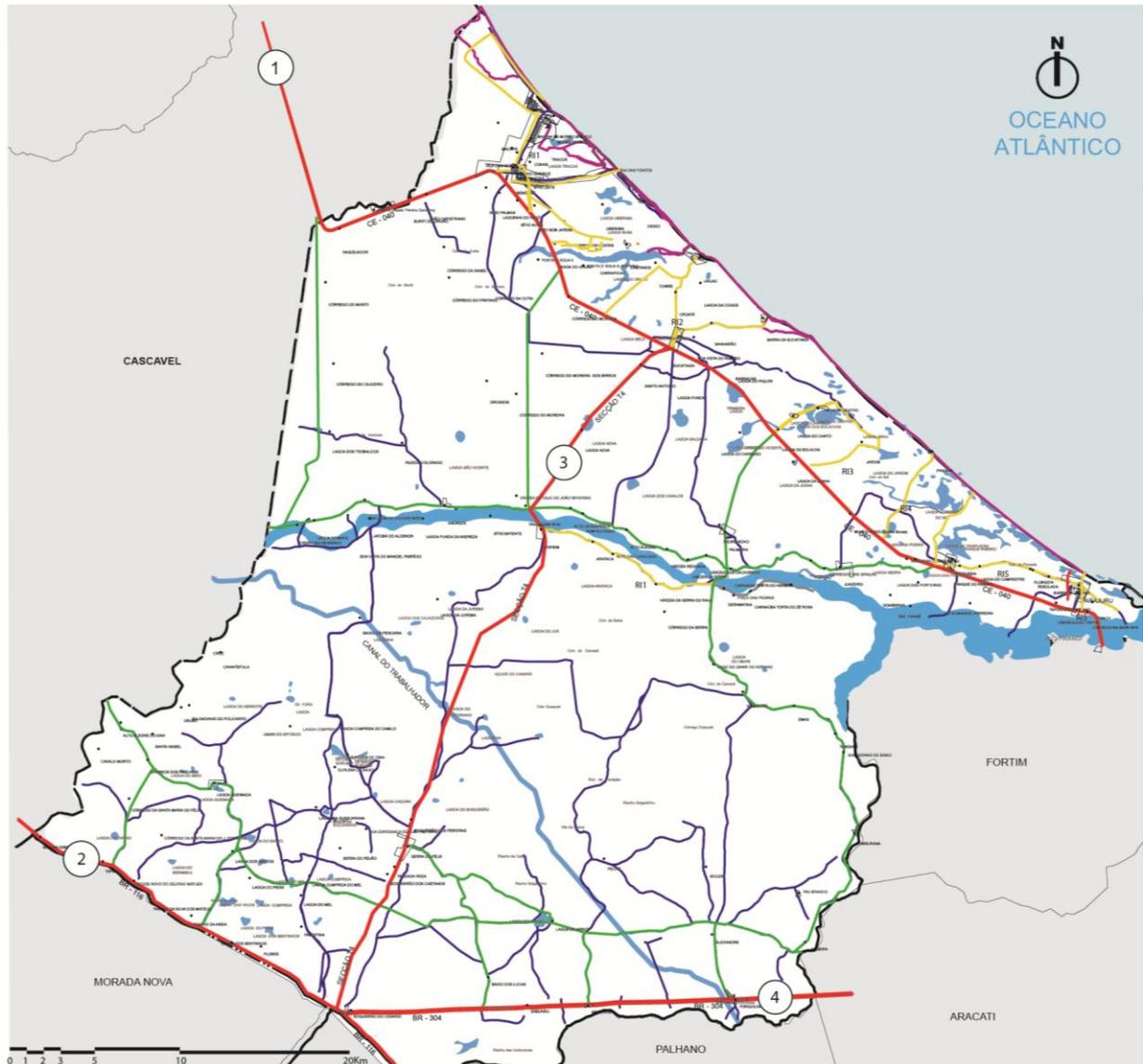
4.2.2 ACESSIBILIDADE AO MUNICÍPIO

O acesso ao município de Beberibe e seus distritos, de acordo com o Mapa 4.4, tem como eixos rodoviários principais a rodovia estadual CE-040, que atravessa o município paralelamente ao mar; as rodovias federais BR-116 e a BR-304, que passam ao sul, na divisa com os municípios Morada Nova e Russas (a BR-304 interliga a BR-116 ao litoral leste do Nordeste pelo Rio Grande do Norte) e a rodovia da Integração, que liga a CE-040 à BR-116, constituindo-se no eixo de ligação principal entre o litoral e o interior do município.

A Rodovia de Integração encontra-se em execução, com o traçado já totalmente realizado e asfaltada no trecho da CE-040 até o distrito de Itapeim, o equivalente a 30% do total da via.

⁹ Programa criado em 2007, por Lei Estadual nº13.892 de 31/maio/2007, com início de certificação a partir de 2009.

¹⁰ Fonte: Cartilha Certificação Praia Limpa – www.compam.ce.gov.br.



LEGENDA

■ SISTEMA VIÁRIO TRONCAL	■ SISTEMA VIÁRIO COLETOR
① CE-040	■ SISTEMA VIÁRIO REDE LOCALIDADE - VICINAIS
② BR-116	■ ESTRADAS VICINAIS
③ RODOVIA DA INTEGRAÇÃO	■ TRILHA BUGGY
④ BR-304	

Mapa 4.4 – SISTEMA VIÁRIO DE BEBERIBE

Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe vigente, Lei do Sistema Viário Básico, Anexo I, 2007.

O sistema viário municipal, segundo o Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe – Lei do Sistema Viário Básico, está estruturado de maneira a conectar efetivamente os 14 núcleos urbanos do município, e tem como uma de suas diretrizes principais proporcionar a acessibilidade e mobilidade dos moradores às diversas regiões da área municipal, para

facilitar o escoamento das produções (agrícolas, artesanais, industriais etc.) e viabilizar a implantação de novas rotas turísticas.

Estas ações são também resultado dos planos e políticas estratégicas do Governo Estadual, aliado ao Governo Municipal, de incrementar o turismo na região e, uma das consequências foi priorizar a questão da acessibilidade por transporte rodoviário. Inicialmente, nos fins da década de 1980, a CE-040 foi transformada na “Rota do Sol Nascente”, caracterizando-se como uma rodovia turística para viabilizar os vários acessos às diversas praias do litoral leste. Em seguida, foi executada outra intervenção na CE-040, que foi a duplicação no trecho que liga Fortaleza a Aracati, com obras ainda em execução. O trecho Fortaleza-Beberibe já está operando e encontra-se em fase de sinalização. Quanto às interligações entre os núcleos urbanos, já foram realizadas várias estradas, principalmente aquelas chamadas de “rede localidade”, como se pode verificar no Mapa 4.4. Essas vias são previstas para atender às demandas de ligação entre a rodovia e os núcleos urbanos, e são tratadas como eixos apropriados para incrementar o desenvolvimento das atividades turísticas.

Conforme informações coletadas nas secretarias do Município de Beberibe (SEPLAN, SETUR) estão em andamento projetos que causarão impactos turísticos positivos para o município. Um deles é o projeto de revitalização e requalificação da Praia de Morro Branco e da Praia das Fontes, a ser executado com financiamento PRODETUR Nacional via BID, com previsão de uma via paisagística junto à orla, com equipamentos voltados para o lazer e turismo.

Outro projeto arquitetônico elaborado que terá grande repercussão é o Centro de Feiras e Eventos Litoral Leste, a ser construído na sede do município. O programa de necessidades do projeto contempla espaços multifuncionais como pavilhão para feiras, auditório, restaurante, área para festas e eventos, setor para exposições agropecuárias com área de comércio, exposição, currais e bilheterias independentes, e ainda um setor para vaquejadas, também com área separada para arquibancadas, camarotes, bares, currais e bilheteria¹¹.

Esses projetos estão sendo executados, e encontra-se em fase de processo de licitação, para execução das obras, o projeto do Centro de Feiras e Eventos Litoral Leste. Essas ações certamente trarão incentivo e qualificação para a atividade turística no município, principalmente para Beberibe – sede, onde estão localizadas a Praia das Fontes e a Praia de Morro Branco, embora também com repercussão positiva para o turismo dos demais distritos, pela melhoria nas vias de acessos, somando atratividade aos ETIs já implantados.

¹¹ Fonte do programa de necessidades: www.beberibe.ce.gov.br - notícia de 11/nov/2011 – acessado em abril/2012.

4.3 – A DINÂMICA ECONÔMICA

Beberibe, nos últimos vinte anos, teve seu crescimento econômico acelerado e, conforme dados e depoimentos, é resultado principalmente do desenvolvimento da atividade turística no município. Dentre as vantagens do turismo, em consonância com o pensamento de BENI (2003), uma das mais importantes é seu potencial como fonte geradora de empregos e, conseqüentemente, aumento na renda, destacando-se assim, o alto grau de impacto em toda a economia. O turismo pertence a uma cadeia produtiva que gerou para o Ceará a receita turística total de R\$ 7.114,40 milhões em 2010¹², correspondendo a US\$ 4.043,49¹³ com a taxa de crescimento de 14,3 % a.a. relativo a 1995.

Para avaliar a dinâmica de crescimento econômico do município, foi verificada a variação de emprego e renda no período 2000-2010¹⁴ em Beberibe.

A população economicamente ativa – PEA – de Beberibe cresceu em 4,2% a.a. no período de 2000-2010 que, comparativamente, em termos percentuais, foi superior ao Estado do Ceará, que variou 2,0 % a.a. (Tabela 4.8). Esse acréscimo do PEA de Beberibe foi superior ao crescimento da população total do município, ou seja, em 2000 a população economicamente ativa de Beberibe representava 32% da população municipal e, em 2010 passou para 42%, conforme Gráfico 4.5.

Tabela 4.8 – COMPARATIVO PEA BEBERIBE - CEARÁ: 2000-2010

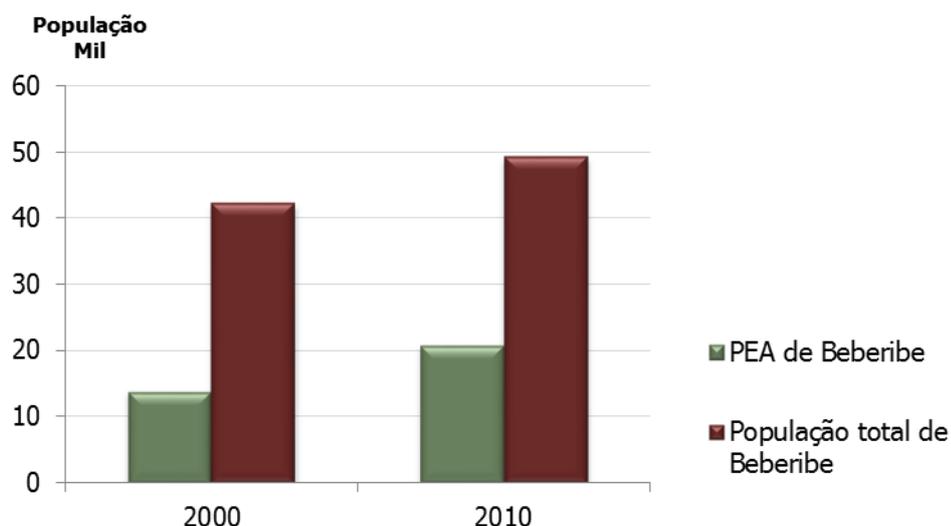
POPULAÇÃO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SOBRE POPULAÇÃO TOTAL		TAXA DE CRESCIMENTO PEA (2000-2010)
	2000	2010	
Beberibe	32,0%	42,3%	4,2% a.a.
Ceará	40,1%	43,1%	2% a.a.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 2953; Censo Demográfico 2010, Tabela 3335.
OBS: PEA – População Economicamente Ativa.

¹² SETUR – CE (2012), Indicadores Turísticos 1995-2011.

¹³ Banco Central do Brasil, PTAX – 2010 – taxa de câmbio de referência.

¹⁴ Não estão disponíveis nos censos do IBGE de 1991 esses dados referentes ao município de Beberibe, e também não há registros na sede da Prefeitura e suas Secretarias.

Gráfico 4.5 – PEA BEBERIBE: 2000-2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 2953; dados 2010: cidades@.
OBS: PEA – População Economicamente Ativa.

Outro parâmetro significativo na dinâmica econômica do município entre 2000 e 2010 se refere ao emprego, pois se constatou que a população economicamente ativa cresceu 50,4%, a uma taxa de 4,2% a.a., e a população ocupada cresceu 60%, com taxa de 4,8% a.a., destacando-se que o percentual de pessoas ocupadas com relação à população do município em 2000 foi de 36% e, em 2010 cresceu para 47% (Tabela 4.9). Ressalte-se que no Ceará, em igual período, a população ocupada teve um crescimento negativo em 2,6% a.a., fato este que reforça o desempenho positivo do município.

Tabela 4.9 – POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NO TRABALHO: BEBERIBE E CEARÁ 2000-2010

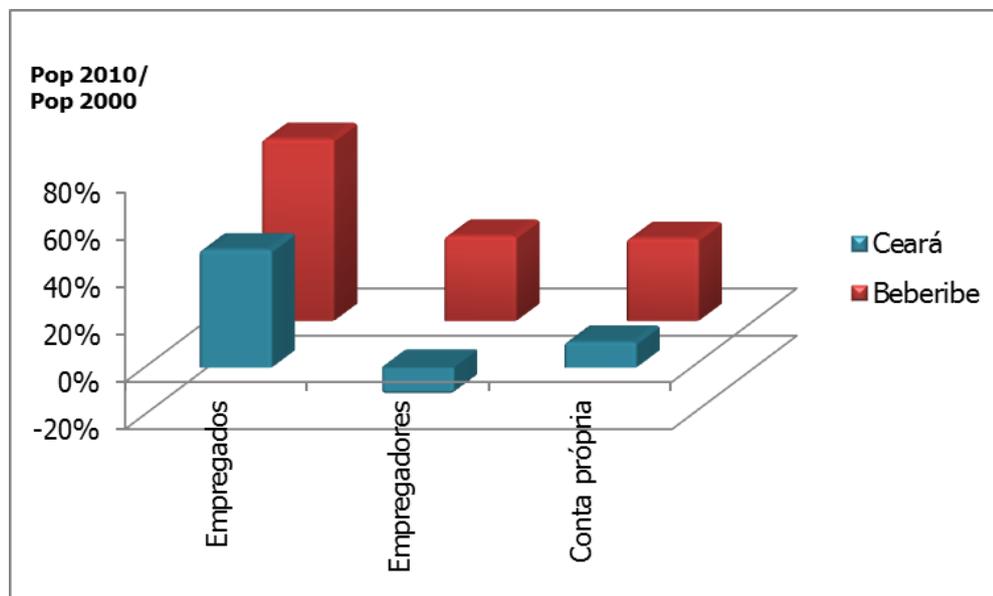
POSIÇÃO POPULAÇÃO OCUPADA NO TRABALHO		BEBERIBE		CEARÁ		TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO OCUPADA (% a.a.)	
		2000	2010	2000	2010	Beberibe	Ceará
Empregados	Com carteira assinada	1.664	3.620	590.622	1.075.391	8,1	6,2
	Sem carteira assinada	4.616	7.011	775.620	1.024.959	4,3	2,8
	Militares e funcionários públicos	316	1.015	126.653	140.611	12,4	1,1
Empregadores		102	137	46.063	40.760	3,0	-1,2
Conta própria		3.322	4.483	660.823	737.061	3,0	1,1
Não remunerados		377	737	154.501	78.838	6,9	-6,5
Produção próprio consumo		1.727	2.376	234.823	264.115	3,2	1,2
Total população ocupada		12.124	19.361	3.361.735	2.589.104	4,8	-2,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 2962; Censo Demográfico 2010, Estado@ e Cidades@.

Obs: Produção Próprio Consumo: Conforme IBGE é trabalhador que trabalha pelo menos uma hora por semana na produção de bens nas atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura para a própria alimentação.

É importante evidenciar a formalização do trabalho verificada no crescimento em 8,1% a.a. para os empregos com carteira assinada e 12,4% a.a. para os funcionários públicos¹⁵. Com relação às pessoas autônomas, seja por conta própria ou empregadores, verificou-se um aumento em média de 35%, a uma taxa de 3,1% a.a. O crescimento dessas taxas em Beberibe foram todas superiores às do Estado para o mesmo período, como pode ser verificado na Tabela 4.9 e no Gráfico 4.6, indicando mais ofertas na geração de empregos para o município.

**Gráfico 4.6 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NO CEARÁ E BEBERIBE:
2000-2010**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 2962; Censo Demográfico 2010, Estado@ e Cidades@.

Quanto à distribuição da população de Beberibe nos grupos de atividades do trabalho¹⁶, observando os dados da Tabela 4.10, adiante, registra-se a predominância no setor terciário, que está diretamente ligado à prestação de serviços e ao comércio em geral.

O setor primário da economia local, neste período de 2000 a 2010, teve um aumento de 3,6% a.a., também acima do Estado, que decresceu 0,3% a.a. Este crescimento em Beberibe foi relativo à pesca no litoral e às plantações de caju localizadas principalmente ao sul do município. A indústria apresentou uma baixa taxa em relação às demais, fato semelhante ao ocorrido no Estado. Quanto aos segmentos ligados ao setor terciário,

¹⁵ No resultado do censo (IBGE), os números referem-se aos funcionários públicos e militares, porém, pelas características locais, os valores devem ser quase que totalmente direcionados para o funcionalismo público.

¹⁶ A classificação adotada foi uma adaptação feita pela autora com base nos dados estabelecidos pelo IBGE para os censos de 2000 e 2010.

apresentaram taxas de crescimento maiores que nos outros setores, principalmente alojamento/serviços/transporte e comunicações. A taxa média do setor terciário para Beberibe foi 7,1% a.a., enquanto no Estado a taxa foi 3,8% a.a. Assim sendo, estes dados reforçam a premissa de que o crescimento da economia do município está ligado às atividades da cadeia produtiva do turismo, uma vez que não se identificou outro fato novo gerador de empregos além da atividade turística para impulsionar serviços e atividades ligados ao turismo e gerar novos postos de trabalho.

Tabela 4.10 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NOS GRUPOS DE ATIVIDADES DO TRABALHO EM BEBERIBE: 2000-2010

SETOR	GRUPOS DE ATIVIDADES DE TRABALHO	POPULAÇÃO BEBERIBE		TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NOS GRUPOS DE ATIVIDADES DE TRABALHO - %	
		2000	2010	Beberibe	Ceará
Primário	Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	4.960	7.033	3,6	-0,3
Secundário	Indústria, Eletricidade e Construção Civil	2.087	2.293	1,0	2,9
Terciário	Comércio	1.382	2.467	6,0	3,9
	Alojamentos, Serviços, Transporte, Comunicação	2.483	5.333	8,0	4,2
	Educação e Saúde	796	1.617	7,4	3,0
	Administração Pública	414	638	4,4	3,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 2966; Censo Demográfico 2010, Tabela 1575.

O crescimento na geração de empregos nestes últimos dez anos acarretou reflexo na geração de renda, aumentando em Beberibe o rendimento por unidade residencial como *per capita*, como se observa nas tabelas a seguir, que apresentam o rendimento domiciliar médio e mediano¹⁷ no período 2000-2010, em dólares (US\$), como forma de compensar a inflação da moeda nacional.

¹⁷ O valor médio é representado pela soma dos valores observados dividido pelo número de observações; e o valor mediano representa o valor central que mantém metade das ocorrências dos valores médios.

**Tabela 4.11 – RENDIMENTO DOMICILIAR MENSAL MÉDIO E MEDIANO DE BEBERIBE:
2000-2010 (US\$)**

LOCAL	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL - US\$		TAXA DE CRESCIMENTO DO RENDIMENTO MÉDIO (% a.a.)	RENDIMENTO MEDIANO MENSAL - US\$		TAXA DE CRESCIMENTO DO RENDIMENTO MEDIANO (% a.a.)
	2000	2010		2000	2010	
Brasil	640,7	1.507,17	8,9	307,2	823,86	10,3
Ceará	384,39	941,17	9,4	165,08	562,50	13,0
Beberibe	213,67	625,38	11,4	133,38	396,59	11,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabela 2426.

Taxas de Cambio de referencia PTAX – Banco Central do Brasil: ano de 2000= R\$1,8294/US\$; ano de 2010=R\$1,759471/US\$. Dados coletados em junho/2012.

**Tabela 4.12 – RENDIMENTO *PER CAPITA* MENSAL MÉDIO E MEDIANO DE BEBERIBE:
2000-2010 (US\$)**

LOCAL	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL - US\$		TAXA DE CRESCIMENTO DO RENDIMENTO MÉDIO (% a.a.)	RENDIMENTO MEDIANO MENSAL - US\$		TAXA DE CRESCIMENTO DO RENDIMENTO MEDIANO (% a.a.)
	2000	2010		2000	2010	
Brasil	349,00	761,86	8,1	163,99	369,43	8,5
Ceará	211,11	478,06	8,5	82,54	289,86	13,4
Beberibe	125,97	324,03	9,9	82,54	289,86	13,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabela 2033.

Taxas de Cambio de referencia PTAX – Banco Central do Brasil: ano de 2000= R\$ 1,8294/US\$; ano de 2010= R\$ 1,759471/US\$. Dados coletados em junho/2012.

Os valores do rendimento mensal domiciliar e *per capita* do município de Beberibe apresentam valores abaixo do Ceará e Brasil. Entretanto, deve-se observar que as taxas de crescimento desses rendimentos comparativamente ao Ceará ao Brasil tiveram uma melhor performance, apresentando índices de crescimento superiores, refletindo na ascensão econômica do município maior que a ocorrida nestes. Desta forma, neste período de 2000 a 2010 o dinamismo econômico em Beberibe demonstrou crescimento econômico da população, convergindo assim, para validar a pesquisa de campo que, segundo os entrevistados, indicava o progresso econômico do município atribuindo à atividade turística como sendo um dos fatores de desenvolvimento econômico, tanto por conta do aumento na geração de empregos como na renda da população.

4.4 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

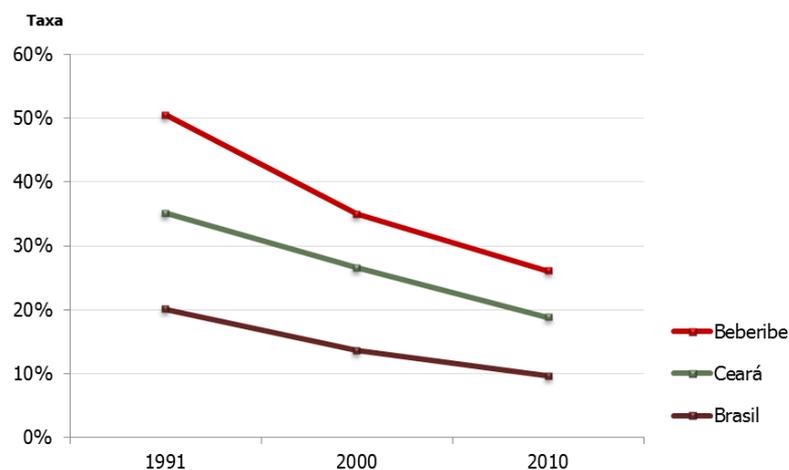
Uma das formas de conhecer o desenvolvimento do município é através do comportamento dos indicadores econômicos e sociais. Portanto, dentre os indicadores disponíveis para o município de Beberibe, será feita uma análise para o período 2000-2010.

4.4.1 – EDUCAÇÃO E SAÚDE

A educação no Estado do Ceará apresentou avanços no período de 1992 a 2005, conforme dados extraídos do PNAD¹⁸ e do IPECE, e, em termos proporcionais, o município de Beberibe acompanhou esses avanços.

Um dos indicadores educacionais importantes é a taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade, porque ler e escrever são pré-requisitos mínimos para uma pessoa exercer os direitos e deveres de um cidadão, e também porque proporciona melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, e conseqüentemente, na geração de emprego e renda. Sendo assim, a redução dessa taxa indicará progresso social para essa população, fato registrado em Beberibe conforme gráfico abaixo, que mostra a taxa de analfabetismo no período de 1991 a 2010 com tendência de queda, como ocorreu para o Estado, com percentuais menores, enquanto que no cenário nacional, a taxa apresentou uma tendência à estabilidade.

Gráfico 4.7 – TAXA DE ANALFABETISMO: BRASIL – CEARÁ – BEBERIBE: 1991-2010



Fontes: Brasil - IBGE: Censo Demográfico 2010, Resultados Gerais da Amostra – abril/2012.pdf. (site: www.ibge.gov.br, acessado em maio de 2012).

Ceará e Beberibe: IBGE, Censo Demográfico 1991, Tabela 1.6; IPECE: Perfil Básico Municipal 2011 - Beberibe.

¹⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios elaborada pelo IBGE para investigar as características socioeconômicas da população, mas apresenta resultados em tendências, e não em valores absolutos como o censo.

Outro índice interpretado relacionado à educação é a taxa de frequência escolar que indica o número de pessoas que frequentam a escola em todos os níveis de ensino. No período de 2000 a 2010, não houve crescimento em termos de números absolutos no total de pessoas com frequência escolar em Beberibe. Entretanto, houve uma significativa qualificação no total dos alunos, indicando aumento da capacitação da população, pois o número de alunos cresceu no ensino médio e superior, para a graduação e pós-graduação (Tabela 4.13).

**Tabela 4.13 – FREQUÊNCIA ESCOLAR POR NÍVEL DE ENSINO EM BEBERIBE:
2000-2010**

NÍVEL DE ENSINO	2000	2010
Creche/alfabetização	2.772	2.990
Ensino Fundamental	11.153	9.074
Ensino médio	1.229	2.484
Superior/graduação	148	727
Pós-graduação	Ø	107
Total	15302	15381

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 4.10.1; Censo Demográfico 2010, Tabela 1551.

O município, de acordo com a Secretaria de Educação de Beberibe, conta atualmente com 25 escolas de ensino fundamental e duas escolas de nível médio (escolas municipais) e duas escolas particulares (ensino fundamental e médio). Esses estabelecimentos atendem a um número de 15.381 alunos¹⁹, e conforme informações desta Secretaria, o número de vagas está compatível com a demanda.

A sede do município conta com a Escola Profissionalizante Pedro Queiroz Lima, inaugurada em maio/2011, ofertando 540 vagas para formação no nível médio regular e/ou cursos técnicos em desenho da construção civil, eletrotécnica, hospedagem e mecânica. Há o Centro Vocacional Tecnológico Rui Facó – CVT²⁰, com o anexo do Polo da Universidade Aberta do Brasil onde são ministrados cursos semipresenciais em parceria com as

¹⁹ Dados do IBGE – Censo Demográfico de 2010.

²⁰ CVT – Centro Vocacional Tecnológico é uma ação do Ministério de Ciência e Tecnologia, e são unidades de ensino e de profissionalização voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico e de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e de transferência de conhecimentos tecnológicos no seu meio de atuação.

universidades: UFC – Universidade Federal do Ceará e UECE – Universidade Estadual do Ceará. Em novembro de 2011, o CVT de Beberibe foi avaliado pelo programa do Ministério de Ciência e Tecnologia através da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) e do BID, juntamente com os outros 50 CVT implantados no país. Na avaliação, foram selecionados cinco Centros como “caso de sucesso”, entre os quais o CVT de Beberibe²¹.

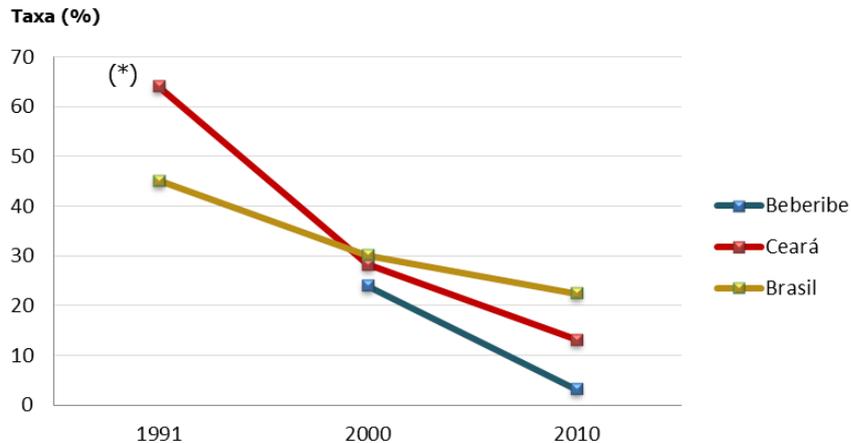
Esses dados conduzem a uma percepção de melhoria educacional e, portanto, como uma qualificação para as oportunidades de trabalho e renda da população de Beberibe neste período (2000-2010), indicando tendências positivas para o desenvolvimento local, uma vez que a educação é considerada como pré-requisito para o progresso de uma população. Some-se a isso o fato de que a atividade turística é contemplada por meio dos cursos oferecidos para serviços pertinentes à cadeia produtiva do turismo, tanto pela Escola Profissionalizante como pelo CVT, além dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelas Universidades.

Historicamente, um dos índices de análise do padrão de qualidade de saúde e de vida de uma população é a taxa de mortalidade infantil, pois, de acordo com Freitas (2008), além de indicar o número de óbitos em crianças menores de um ano, revela os problemas mais comuns que resultam no óbito das crianças: o rendimento domiciliar, que se relaciona diretamente à qualidade e quantidade de alimentação, e as condições médico-sanitárias de um determinado povo.

A evolução desse índice nos últimos 20 anos, conforme o Gráfico 4.8, mostra a considerável redução dessa taxa no Ceará e no Brasil. Nos últimos 10 anos, a maior redução proporcional ocorreu no município de Beberibe, comparativamente às taxas cearense e brasileira. Este fato teve repercussão positiva para a gestão municipal de Beberibe no âmbito na Secretaria de Saúde do Estado do Ceará em 2010, por conta dos resultados obtidos pelo município em relação aos demais municípios cearenses.

²¹ www.beberibe.ce.gov.br, acessado em maio/2012.

**Gráfico 4.8 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL – BRASIL / CEARÁ / BEBERIBE:
1991-2010**



Fontes: Brasil: IBGE, 2010. Observações sobre a evolução da mortalidade no Brasil: o passado, o presente e perspectivas, pag.9.

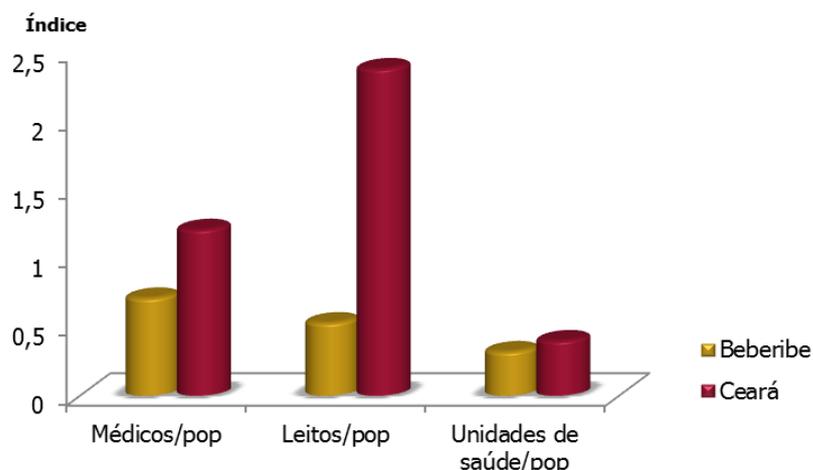
Ceará: IPECE – SESA, 2011. Análise da Evolução dos Indicadores Socioeconômicos das Macrorregiões de Planejamento do Estado do Ceará 2000-2010.

Beberibe: Secretaria de Saúde do Município de Beberibe – os dados referem-se a 2001 e 2009. Não há dados para os anos anteriores a 2001.

(*) IPECE, 2006. Análise dos Indicadores Sociais do Ceará 2005 (dado referente a 1992)

Atualmente, segundo dados do DATASUS²², Beberibe conta na rede pública com 15 Centros de Saúde e o Hospital Municipal²³. Relativizando o padrão de atendimento à saúde entre o Município e o Estado, como apresentado no gráfico 4.9 a seguir, os principais indicadores de saúde tendem a convergir para as médias do Estado. Apenas a taxa de mortalidade infantil apresenta resultados bem melhores ao estadual.

Gráfico 4.9 – INDICADORES DE SAÚDE DO CEARÁ E BEBERIBE: 2010



Fontes: IPECE - Secretaria de Saúde do Estado do Ceará: Perfil Básico Municipal de Beberibe: 2011.

Obs: pop – população.

²² DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil, acessado em abril/2011: www.datasus.gov.br/indicadoresdesaude/cadernosdeinformacaodasaude.

²³ Hospital Municipal Monsenhor Dourado era privado até dez/2009, quando passou a ser público com gestão municipal de Beberibe a partir de jan/2010.

Conforme os dados de 2010, o indicador do número de unidades de saúde por mil habitantes mostra um índice relativamente satisfatório para Beberibe: 0,32 unidades de saúde/mil habitantes comparativamente ao Estado, que apresenta 0,40 unidades por mil habitantes. Entretanto, com relação ao número de leitos de hospedagem, a diferença é significativa, pois o município oferece 0,53 leitos de hospedagem para cada mil habitantes enquanto o Estado está oferecendo 2,38 leitos/mil habitantes. A proporção de médicos para a população também é baixa, com relação ao Ceará. Enfim, a partir destes dados, há indicativos de que é necessário o município melhorar a capacidade de atendimento para a demanda na área de saúde, muito embora, atualmente, segundo a OMS²⁴, “a definição de índices para número de leitos de hospedagem ou médicos por habitantes depende de fatores regionais, socioeconômicos, culturais e epidemiológicos, entre outros, que diferem de região para região, de país para país. Isso torna impossível, além de pouco válido, o estabelecimento de uma “cifra ideal” a ser aplicada de maneira generalizada”.

4.4.2 – ÍNDICES SOCIAIS E ECONÔMICOS

O Índice de Desenvolvimento Social – IDS²⁵ é um indicador que tem por objetivo mensurar e classificar o desempenho dos municípios brasileiros na promoção do desenvolvimento social, considerando em seu cálculo as seguintes dimensões: educação, saúde, habitação e emprego/renda. É calculado sob duas abordagens:

- IDS-O (Oferta): relacionado aos serviços públicos e infraestrutura ofertadas pelo governo.
- IDS-R (Resultado): relacionado aos indicadores que refletem o bem-estar da população.

O crescimento médio anual do IDS do Ceará, de acordo com Albuquerque (2008), no período 1970-2006 foi de 4,2% a.a., sendo superior à média do Brasil (2,1% a.a.) e a maioria dos estados brasileiros. Apenas Rio Grande do Norte (5% a.a.), Paraíba (4,7% a.a.) e Piauí (4,8% a.a.) apresentaram médias superiores ao Ceará, como também foi superior a média Nordestina, de 3,6% a.a. A crescente evolução dos valores desse índice é reflexo principalmente do patamar inicial muito baixo dos estados nordestinos em geral, inclusive o Ceará, relativamente ao Brasil e aos estados do Sul e do Sudeste brasileiro.

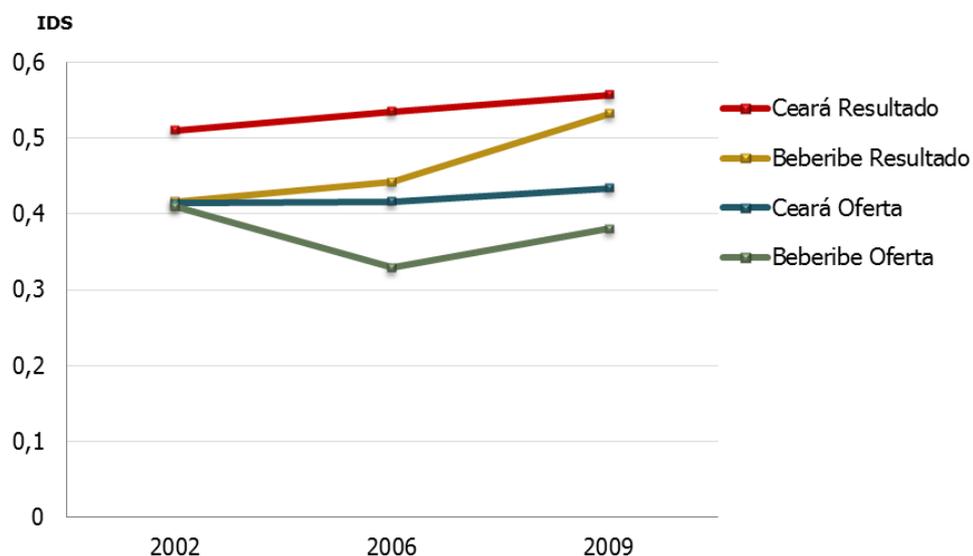
²⁴ Organização Mundial de Saúde - www.opas.org.br/sistema/fatos/leitos.pdf: acessado em abril/2011.

²⁵ Dados do IPECE – Publicação: Resultados do Índice de Desenvolvimento Social – IDS – Análise para os municípios cearenses no período de 2006-2009.

Conforme a análise do IDS elaborado pelo IPECE, os municípios e o Estado do Ceará estão classificados de acordo com o valor do índice obtido para oferta ou resultado, em quatro categorias que expressam o nível de desenvolvimento social: ótimo, bom, regular ou ruim²⁶.

Para o município de Beberibe, o IBGE apresentou os dados: IDS-Oferta e IDS-Resultado para o período 2002-2009, conforme o Gráfico 4.10. O IDS-O mostrou uma pequena queda para 2006 e uma discreta tendência de subida para 2009 com o valor de 0,38, ocupando no *ranking* do Estado (com seus 184 municípios) a 73ª posição. Recebeu a avaliação nível regular de oferta no desenvolvimento social.

Gráfico 4.10 – IDS-O E IDS-R DO CEARÁ E BEBERIBE: 2002-2010



Fontes: IPECE, Anuário Estatístico do Ceará – 2002; IPECE – Resultados do IDS: Análise para os municípios cearenses 2006-2009.

Obs: IDS – Índice de Desenvolvimento Social (Resultado – Oferta)

Dentre os parâmetros mensurados para o município de Beberibe referente ao IDS-O, ressalta-se o crescimento discreto em 3 dimensões: educação, saúde e emprego/renda. Porém, para melhor compreensão do significado desse indicativo, é importante mencionar os indicadores usados pelo Índice nas quatro dimensões para calcular o IDS-Oferta dos municípios:

Saúde: avalia assistência a crianças menores de 2 anos e gestantes; e a proporcionalidade de profissionais de saúde/1.000 hab;

Emprego/renda: afere a malha rodoviária e o percentual de pessoas com Ensino médio completo; e operações financeiras do município;

²⁶Categorias do nível de desenvolvimento social: $0,7 \leq \text{IDS} < 1$: ótimo; $0,5 \leq \text{IDS} < 0,7$: bom; $0,3 \leq \text{IDS} < 0,5$: regular; $0 \leq \text{IDS} < 0,3$: ruim.

Educação: avalia a estrutura física e os equipamentos das escolas públicas e a proporção de professores com nível superior.

Habitação: avalia as taxas de cobertura de água e esgoto.

Com relação ao IDS-Resultado, que tem como objetivo verificar o bem-estar da população, estabelece os cálculos para as dimensões conforme os indicadores abaixo:

Saúde: verifica a taxa de mortalidade infantil;

Emprego/renda: afere a proporção de empregos formais *per capita*, o percentual de empregados com mais de dois salários mínimo; o número de estabelecimentos com mais de 20 funcionários; e o consumo médio residencial de energia elétrica;

Educação: avalia a taxa de escolarização e aprovação;

Habitação: verifica o número de domicílios atendidos pelas redes de água e esgoto.

Para esse índice, IDS-R, o município teve um crescimento de 27,95% no intervalo de 2002 a 2009, enquanto o Estado do Ceará cresceu 9,2%. No *ranking* estadual, no ano de 2009, Beberibe mudou de posição passando de 132º para 14º, com índice no valor de 0,532, classificado na avaliação como: nível bom no resultado do desenvolvimento social.

Desta forma, comparando-se os dados primários pesquisados²⁷ para o município de Beberibe, com os resultados do IDS-O e IDS-R, verifica-se uma compatibilidade, inclusive com os dados secundários (os depoimentos dos entrevistados no município de Beberibe).

Para corroborar com esse indicativo, há mais dois indicadores que medem o desenvolvimento local: IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e o IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal. Para avaliar esse nível de desenvolvimento local, o PNUD – Programa das Nações Unidas elaborou um método com base nos dados de Indicadores Sociais: saúde, renda, educação e expectativa de vida, para estabelecer o IDH. Segundo os dados encontrados no IBGE²⁸, Beberibe, em 1991, com IDH=0,526, ocupava no Ceará a 61ª posição no *ranking*, e no ano 2000, com IDH=0,651, passou para a 50ª posição.

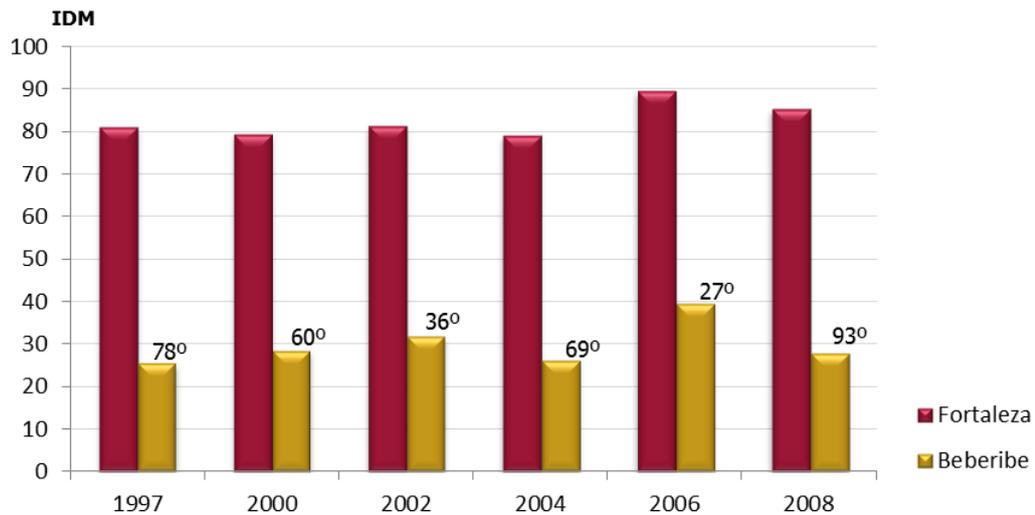
O outro indicativo importante é o IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal. É estimado, pelo Governo do Ceará, com o objetivo de retratar o desenvolvimento dos municípios cearenses através de um único índice, hierarquizando os municípios pelo nível de desenvolvimento observado, e calculados a cada dois anos. Para o cálculo do IDM, são empregados trinta indicadores organizados em quatro grupos relacionados a aspectos

²⁷ Conforme dados constantes neste capítulo, subitens 4.1; 4.2; 4.3 e 4.4.1.

²⁸ Ainda não existem dados para o ano de 2010.

sociais, econômicos, fisiográficos e de infraestrutura²⁹. Esse índice é considerado pelo Governo do Ceará como uma ferramenta para auxiliar os organismos públicos e privados na formulação de políticas municipais e estaduais.

**Gráfico 4.11 – IDM VARIAÇÃO COMPARATIVA E POSIÇÃO NO RANKING
BEBERIBE - FORTALEZA: 1997-2008**



Fontes: IPECE – IDM: Índice de Desenvolvimento Municipal do Ceará, acessado em junho/2012.

A variação do IDM³⁰ ao longo do período de 1997 a 2008 no Gráfico 4.11 mostra discreto incremento positivo no índice, refletindo o desenvolvimento do município. Estabelecendo-se comparação com a Capital - Fortaleza, que ocupa a primeira posição no *ranking* dos 184 municípios cearenses, Beberibe apresenta variações no posicionamento do *ranking*, demonstrando um relativo crescimento em comparação aos demais municípios do Estado.

Todos esses indicadores têm como objetivo comum avaliar o desenvolvimento social de um município, porém, também permite compreender a evolução e participação na economia

²⁹ Esses indicadores estão agregados em quatro grupos:

Grupo 1. Indicadores Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas: precipitação pluviométrica, área explorável utilizada, índice de distribuição de chuvas, valor da produção vegetal, valor da produção animal, consumo de energia rural e salinidade da água;

Grupo 2. Indicadores Demográficos e Econômicos: densidade demográfica, taxa de urbanização, produto interno bruto, receita orçamentária, consumo de energia elétrica da indústria e comércio, produto interno bruto do setor industrial e rendimento médio do emprego formal;

Grupo 3. Indicadores de Infraestrutura de Apoio: agências de correio, agências bancárias, veículos de carga, emissoras de rádio, coeficiente de proximidade, domicílios com energia elétrica e rede rodoviária pavimentada;

Grupo 4. Indicadores Sociais: taxa de escolarização no Ensino Médio, taxa de aprovação no Ensino Fundamental, escolas com bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática, equipamentos de informática, função docente no Ensino Fundamental com formação superior, taxa de mortalidade infantil, leitos hospitalares, médicos e abastecimento de água.

³⁰ Em 2008, a partir da Edição do IDM-2006 a forma de calcular o IDM foi alterada na metodologia de cálculo no que diz respeito à determinação dos pesos de cada grupo de indicadores e na definição das classes dos municípios, portanto deve ser relativizada a variação do IDM - 2008 com os índices anteriores.

municipal, comparativamente a outros municípios ou Estado ou o Brasil. Entretanto, deve sempre ser considerado o patamar de partida do nível do desenvolvimento social do município em avaliação.

Na dinâmica econômica, outro dado bastante utilizado para avaliar o crescimento econômico de uma região é o PIB – Produto Interno Bruto. Conforme dados do IBGE, o PIB de Beberibe no período de 2000 a 2009³¹ cresceu um pouco acima do PIB do Ceará e do Brasil.

A evolução do PIB *per capita* do município cresceu em 11,6% a.a., e também atingiu um aumento superior ao crescimento do Estado e do Brasil (ver Tabela 4.14).

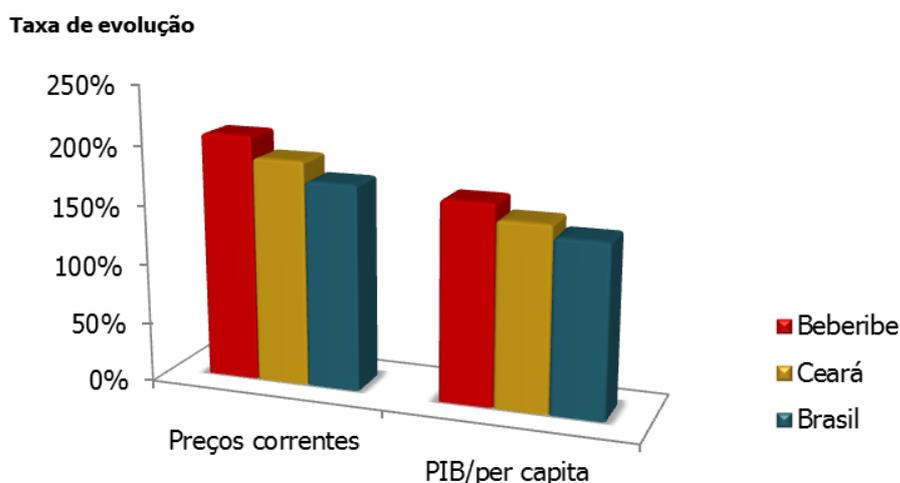
Tabela 4.14 – COMPARATIVO DO PIB BEBERIBE – CEARÁ – BRASIL: 2000-2009

DESCRIÇÃO		UNIDADE	2000	2009	TAXA DE CRESCIMENTO (2000-2009)
PIB a preços correntes Beberibe		Mil reais	68.579	211.808	13,3 % a.a.
PIB per capita	Beberibe	Reais/per capita	1.619,61	4.343,89	11,6 % a.a.
	Ceará	Reais/per capita	3.014,00	7.686,62	10,9 % a.a.
	Brasil	Reais/per capita	6.886,00	16.918,00	10,5 % a.a.

Fontes: Dados Ceará e Brasil: IPECE – Síntese dos Principais Indicadores Econômicos do Ceará 2000-2012. Fortaleza, IPECE: maio/2012.

Dados Beberibe: IBGE, Censo Demográfico 2010: cidades@; IBGE/economia/pibmunicipios/bando de dados (2000), acessado em maio/2012.

Gráfico 4.12 – EVOLUÇÃO DO PIB: BEBERIBE / CEARÁ / BRASIL: 2000-2009



Fontes: Dados Ceará e Brasil: IPECE – Síntese dos Principais Indicadores Econômicos do Ceará 2000-2012. Fortaleza, IPECE: maio/2012.

Dados Beberibe: IBGE, Censo Demográfico 2010: cidades@; IBGE/economia/pibmunicipios/bando de dados (2000), acessado em maio/2012.

³¹ Na data da pesquisa, junho/2012, ainda não havia sido disponibilizado os dados para 2010.

Outro dado importante para a análise econômica do município é a arrecadação tributária municipal. Os dados obtidos junto ao IBGE foram aqueles referentes ao IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, ISQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, e disponíveis apenas para os anos de 2005 e 2010, conforme mostra a Tabela 4.15.

Tabela 4.15 – ARRECADAÇÃO MUNICIPAL IPTU - ISQN - ITBI DE BEBERIBE: 2005-2010

IMPOSTOS	2005	2010	TAXA DE EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA
IPTU	R\$ 213.642,02	R\$ 1.113.253,18	39,1% a.a.
ISQN	R\$ 254.959,66	R\$ 1.530.202,29	43,1% a.a.
ITBI	R\$ 296.083,19	R\$ 506.313,45	11,3 % a.a.

Fontes: IBGE – cidade@2010.

Obs: IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

Com relação ao IPTU, houve um aumento significativo na arrecadação, que, segundo informações da Secretaria de Finanças do Município, foi decorrente de duas ações: a primeira diz respeito à atualização na planta de valores, aprovada em 2009, que promoveu a correção de áreas e preços para os cálculos da cobrança do imposto. E a segunda refere-se à execução do registro de vários loteamentos e imóveis que não estavam cadastrados na Prefeitura. Esses fatores contribuíram para o acréscimo na arrecadação do IPTU, que mais que quintuplicou em cinco anos.

Quanto à arrecadação de ISQN, houve também um aumento bastante significativo: o valor sextuplicou nos cinco anos pesquisados. A causa desse crescimento, de acordo com a Secretaria de Finanças, é atribuída a vários fatores, resultantes do desenvolvimento da cidade, embora se julgue que um dos maiores responsáveis é a rede hoteleira, que contribui significativamente no montante da arrecadação, além das usinas eólicas, principalmente quando em fase de construção.

O ITBI foi o imposto que atingiu o menor crescimento – 70%. Este imposto é resultado das ocorrências em transações imobiliárias dentro do município, uma vez que o imposto é gerado quando da compra e venda de imóveis.

Uma questão que foi abordada com os gestores dos empreendimentos refere-se a isenção e/ou incentivo fiscal para os ETIs implantados no município. Apenas o gestor do Complexo Praia das Fontes afirmou ter recebido isenção parcial durante um período de tempo inicial de funcionamento, e que hoje não há mais esse benefício. Esse fato foi confirmado na Secretaria de Finanças, que informou não haver mais isenção e/ou incentivo fiscal porque essa vantagem já não era mais concedida.

4.5 – O MUNICÍPIO DE BEBERIBE E SUA EVOLUÇÃO

O município de Beberibe conta com uma população de aproximadamente 50.000 habitantes³² e, segundo a definição do IBGE, é classificado como município de pequeno porte³³. Traçando um paralelo com os municípios cearenses, Beberibe ocupa a 34ª posição no *ranking* da população (IBGE, censo 2010), portanto, deduz-se que a grande maioria dos 184 municípios do Ceará está classificada como de pequeno porte³⁴. É pertinente, pois, avaliar a evolução socioeconômica e urbana de Beberibe comparativamente ao Ceará, uma vez que os dados do Estado espelham o desempenho de todos os municípios.

Outro aspecto a ressaltar é quanto às políticas públicas adotadas para o desenvolvimento do Estado, que tiveram em suas diretrizes básicas o progresso do Ceará como um todo. Entre os vetores escolhidos para o crescimento estava o incentivo às atividades turísticas, e dentre as quais o “turismo sol e mar”³⁵, para o qual o município de Beberibe está plenamente qualificado, sobretudo pelo potencial turístico encontrado em suas belezas naturais.

Desta forma, foi possível traçar o perfil de evolução do município mediante a pesquisa de campo, aliada à pesquisa dos dados primários nestes últimos vinte anos, entre 1991 e 2010, sob a óptica da atividade turística e dos ETIs implantados em Beberibe.

Os ETIs existentes no município incrementaram a demanda hoteleira no Ceará e ocupam o primeiro lugar no *ranking* do número de leitos de hospedagem ofertados na zona litorânea cearense, excluindo a região metropolitana de Fortaleza. Essa oferta hoteleira gerou para

³² IBGE, Censo Demográfico 2010= 49.311 hab.

³³ IBGE, 2010, site: www.brasilhoje.cempec.org.br.

³⁴ A capital Fortaleza é classificada como metrópole, sete municípios classificados como grande porte, 25 como médio porte e os demais pequeno porte.

³⁵ Esta modalidade de turismo foi explicada no capítulo 3, item 3.3.

Beberibe resultados positivos e negativos para seu desenvolvimento urbano e socioeconômico.

Sob o ponto de vista da geração de emprego e renda, o município cresceu a taxas maiores que as do Estado, assim como foram geradas as oportunidades de capacitação e formalização da mão de obra, além do incremento do comércio local.

Entretanto, a sazonalidade da atividade contribuiu também para a ociosidade de parte da mão de obra empregada nos períodos de baixa estação, quando se observa o desligamento de parte do contingente. Ficou constatada então a necessidade de haver compensações do fluxo turístico nestes períodos, que poderia ocorrer através de promoções de eventos (congressos, seminários, encontros etc.) e/ou atividades direcionadas para o entretenimento dos turistas, como feiras, festas religiosas ou não, enfim acontecimentos promovidos por meio de parcerias público-privadas, com atividades promovidas pelo governo.

A atividade turística influenciou também diretamente na infraestrutura local, principalmente no que se refere à acessibilidade ao município e seus distritos, seja pela construção de novas vias, seja pela melhoria das existentes, como é o caso da duplicação da rodovia CE-040. Os serviços básicos de energia e saneamento do município acompanharam às taxas de crescimento do Estado, com valores superiores. Este fato ocorreu, principalmente, porque Beberibe encontrava-se em condições precárias no patamar de partida para avaliação. Ressalte-se, porém que, quanto à questão do esgotamento sanitário, o município ainda permanece em nível deficiente. Para reforçar esse problema, observa-se que, apesar da urbanização em Beberibe apresentar taxas de crescimento maiores que o Estado, ainda assim, o município possui uma baixa taxa de urbanização: 43,8% (IBGE, censo demográfico 2010) relativamente ao Estado. Este fato dá margem para que continue o atual processo de crescimento urbano, embora o município não esteja preparado para esse desenvolvimento no que se refere a infraestrutura urbana, mesmo que haja algumas iniciativas em andamento, como os Programas Selo Verde e Praia Limpa e as obras de saneamento nas sedes dos distritos.

Os indicadores sociais do município relacionados à educação e à saúde também apontaram taxas de evolução. Há de se ressaltar que os ETIs trouxeram contribuição positiva quanto à qualificação, oferecendo, inclusive, cursos de treinamento para a população local. Outro fator relevante é a demanda de capacitação por parte dos ETIs implantados, para qualificar os serviços turísticos que, de certa forma, influenciam na decisão do Governo em efetivar Escolas Profissionalizantes e implementar cursos, direcionados principalmente para as

atividades turísticas, como a implantação do Centro Vocacional Tecnológico Rui Facó e da Escola Profissionalizante Pedro Queiroz Lima. Ambos trouxeram oportunidades para a população local, como foi comprovado pelos dados estatísticos do IBGE, censo demográfico 2010, na elevação do nível de capacitação da população local.

É fato também, que a melhoria na capacitação promove melhores postos de trabalho e aumento na geração de renda das pessoas e beneficiando, conseqüentemente, toda a população.

Os indicadores ligados à economia, como IDS, IDH e IDM, refletiram também esse crescimento socioeconômico e urbano do município, com taxas de crescimento acima do Estado do Ceará, o que pode indicar que o município teve uma performance positiva. Contudo, observando o posicionamento no *ranking* dos municípios cearenses, Beberibe melhorou sua colocação, mas ainda exibe valores abaixo da média dos demais municípios.

Outro indicativo econômico relevante é o PIB *per capita*, que revelou o crescimento econômico do município a uma taxa de 11,6% a.a., superior à do Ceará. Entretanto, o rendimento nominal mensal *per capita* médio de Beberibe é abaixo do valor calculado para o Brasil e o Ceará, representando, respectivamente, 42% e 68% desses valores revelando que, comparativamente a estes, o poder aquisitivo da população de Beberibe está defasado, apesar de ter crescido em valores percentuais.

Enfim, o município de Beberibe teve um crescimento socioeconômico e urbano significativo nestes últimos vinte anos, e pode-se apontar a participação efetiva dos ETIs implantados nesta evolução proporcionada pelo estímulo da atividade turística promovido pelos Governos Municipal, Estadual e Federal.

Contudo, recomenda-se fomentar, por parte dos Governos, políticas públicas relacionadas à infraestrutura urbana, com o intuito de melhorar as condições urbanísticas do município, como também, estimularem ações referentes à exigência de contrapartidas por parte de empreendedores das atividades turísticas, de modo a contribuírem de forma mais atuante e eficaz no desenvolvimento do município de Beberibe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A contribuição da atividade turística para o desenvolvimento urbano e socioeconômico do litoral do Ceará foi avaliada neste trabalho com foco na implantação dos Empreendimentos Turísticos Imobiliários – ETIs no município de Beberibe, no período entre 1995 e 2010.

Constatou-se inicialmente, com base em levantamentos bibliográficos e análise de dados específicos, que o crescimento do turismo é inegável, posto que passou a ser uma atividade desejada e praticada pelas pessoas. Fato este expresso nas taxas crescentes do fluxo turístico em todas as regiões do mundo. No Brasil, a atividade turística cresceu nos últimos 15 anos significativamente, principalmente na zona litorânea, em virtude do grande potencial paisagístico da região.

Reconhecido este crescimento da demanda pela atividade turística, a questão a ser investigada era a real contribuição desta atividade como alternativa para o desenvolvimento urbano e socioeconômico, em especial sua importância relacionada aos demais setores produtivos. Por ser uma atividade pertencente a uma cadeia produtiva, com diversos serviços como hotelaria, agências de turismo, restaurante, bares etc., o turismo é capaz de gerar emprego, renda e riquezas para os lugares em que se instala, e assim, contribuir para o desenvolvimento urbano e regional. Entretanto, há de se observar que também é capaz de gerar impactos negativos, trazendo problemas sociais e espaciais, como a especulação imobiliária, a descaracterização cultural, a degradação dos recursos naturais, dentre outros.

O Governo do Ceará adotou o turismo como um dos vetores para o desenvolvimento do Estado, impulsionando a atividade turística, tanto na forma de legislação própria como com incentivos financeiros, a ter um papel importante para minimizar as disparidades entre os municípios e, assim, promover o desenvolvimento.

Para o Ceará, o crescimento da atividade turística foi evidente, como se pôde verificar através da análise da evolução dos dados do fluxo turístico nos municípios e do impacto da receita turística sobre o PIB. A demanda turística no Ceará cresceu a taxa de 15,5% a.a., indicando um valor superior às taxas do mundo e do Brasil, 3,8% a.a. e 0,5% a.a. respectivamente, que trouxe reflexos positivos para a composição do PIB do Ceará, como visto na Tabela 1.5 anterior.

A implantação dos vários Empreendimentos Turísticos Imobiliários – ETIs – no Litoral Leste cearense foi fruto da expansão da atividade turística e de algumas ações do Governo no sentido de incentivar esse tipo de empreendimento. Resultou, também, em um grande “estoque” de empreendimentos, fato este traduzido pela quantidade expressiva de terrenos

ao longo do litoral cearense com projetos aprovados ou tramitando pela SEMACE – Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará, destinados para esse fim. Essa reserva de terrenos decorre também de objetivos da especulação imobiliária no litoral, uma vez que os empreendedores ficam aguardando oportunidades financeiras para liberar a execução dos projetos.

Outra análise relevante se refere às políticas públicas, tanto no cenário nacional como no local, com relação ao turismo e às atividades afins, localizadas na zona costeira. A instituição de políticas públicas direcionadas para o turismo foi atrelada ao crescimento da atividade, e da adoção dessa atividade transformada no principal vetor de indução ao desenvolvimento. A criação do PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo, regional e estadual, contribuiu para que houvesse significativos investimentos em infraestrutura para o Ceará, principalmente no Litoral Oeste. Embora pouco desses recursos tenham sido direcionados ao Litoral Leste, inclusive Beberibe, houve melhoria em infraestrutura na zona costeira, especialmente no que se refere ao acesso e ao saneamento, o que trouxe reflexos positivos para o Estado como um todo.

É fato que a atividade turística, por vezes, conduz à aplicação de investimentos públicos em infraestrutura nas zonas turísticas de uma localidade, porém, por vezes, esses investimentos abrangem também zonas não turísticas, trazendo benefícios para toda a localidade. Essa realidade é decorrente da necessidade de garantir a qualificação do destino turístico para estimular a preferência turística pelo local.

Entretanto, é comum, que as políticas públicas (no âmbito estadual e, principalmente, municipal) tutelarem os empreendimentos da iniciativa privada, oferecendo benefícios aos empreendedores além do retorno que poderiam trazer, em forma de arrecadação tributária ou contrapartidas, a fim de beneficiar o município e a população. Essa questão das contrapartidas dos ETIs, conforme destacado ao longo do trabalho, foi pouco explorada pelo governo municipal de Beberibe.

O Plano Diretor de Beberibe – PDB – dedicou uma atenção especial ao desenvolvimento da atividade turística no município. Várias seções do plano contemplaram o incentivo às atividades afins ao turismo e à implantação de ETIs. Foram estabelecidas zonas permitidas e adequadas a esse tipo de equipamento, inclusive apontando zonas propícias a ETIs de grande porte. Uma análise mais rigorosa do PDB, no entanto, identificou contradições entre áreas com indicação de restrição de uso e, ao mesmo tempo, incentivo de uso para os equipamentos destinados à hotelaria. Também, concluiu-se que, a maioria dos ETIs

implantados em Beberibe está em desacordo com o zoneamento existente, ou seja, situa-se em locais inadequados para este uso, posto que o atual Plano Diretor foi aprovado após a construção desses equipamentos.

A construção dos ETIs em Beberibe foi efetivada, principalmente, em função da riqueza natural do município e da existência das praias, falésias e dunas dispostas ao longo de seu litoral. Antes da construção desses equipamentos turísticos recentes, a região sediava casas de veraneio concentradas principalmente em Morro Branco e Praia das Fontes, atraídas pelo cenário excepcional. A ocorrência da concentração de ETIs nesta área foi, provavelmente, fruto da especulação decorrente desse turismo de segunda residência, do potencial turístico e do incentivo promovido pelos governos às atividades turísticas.

As dificuldades de Beberibe com relação ao desenvolvimento da economia local – pautada principalmente na agricultura sofrida com as sucessivas secas que assolam periodicamente o Estado do Ceará – reforçaram a transformação da dinâmica produtiva tradicional, mediante a adoção do turismo como forma de trazer novas possibilidades para o desenvolvimento do município. Essa perspectiva foi “comprada” por investidores e empreendedores e, também, pela população local. Esta realidade foi investigada na pesquisa, que resultou em constatações importantes, principalmente, no que se refere aos ETIs e o desenvolvimento do município.

Os ETIs edificados em Beberibe concorreram para o incremento da atividade turística na região por conta do grande número de leitos de hospedagem e da qualidade da estrutura de lazer ofertadas. É incontestável o aumento do fluxo turístico no município nos últimos quinze anos, entretanto, é digno de nota o crescimento do “fluxo turístico passante” recentemente, apontado tanto pelos empreendedores locais como pelos representantes da gestão municipal e da população local. O fato de os turistas estarem apenas “de passagem”, não havendo a permanência, colabora para a taxa de crescimento do fluxo turístico, mas não contribui para a receita do município, nem para os ETIs, nem para os empreendimentos, como os restaurantes, comércio, artesãos e outros.

A quantidade de leitos de hospedagem existentes em Beberibe colocou o município em 1º lugar na oferta destes leitos de hospedagem no Estado, excluindo a Região Metropolitana de Fortaleza. Portanto, é relevante reverter esse tipo de turismo apenas “passante”. Ao mesmo tempo, é necessário que os gestores públicos e privados tracem políticas e estratégias de *marketing* a fim de incentivar os turistas a permanecerem nos ETIs locais, como forma de atrair receitas para o município.

Verificou-se, também, a contribuição dos ETIs para o município, referente, principalmente, à geração de oportunidades de trabalho (no próprio empreendimento) e renda para a população. Existe ainda a repercussão positiva nos demais setores da cadeia produtiva do turismo local, como os restaurantes e bares, comércio, artesanato e outros afins. Estas realidades foram confirmadas pela pesquisa através de entrevistas aos representantes de vários setores no município.

Entretanto, foram identificados problemas no que se refere ao turismo no local. Uma questão relaciona-se à sazonalidade da atividade turística, pois os períodos de baixa estação comprometem a renda da população. Entende-se que isto poderia ser superado mediante um planejamento estratégico, direcionado para promover as chamadas atividades “fora de época”, como eventos de negócio, esportivos, religiosos etc. Outro problema refere-se a alguns investimentos públicos destinados à atividade turística, como a provisão de infraestrutura em ETIs, muitas vezes realizadas em detrimento de outros setores como educação, saúde e habitação.

Todos esses fatores, positivos ou negativos, constituem pontos de análise e reflexão que se relacionam à comprovação da hipótese da tese.

Os indicadores urbanísticos e socioeconômicos coletados comprovam que houve desenvolvimento em Beberibe nos últimos vinte anos, com taxas, em sua maioria, superiores às de outros municípios e/ou do estado do Ceará. Entretanto, deve-se registrar que não basta verificar o crescimento, uma vez que “crescer” faz parte da evolução histórica. É necessário, também relativizar os indicadores com demais municípios do Ceará, inclusive com a média do Estado e até, por vezes, com o País, para se obter o entendimento correto do padrão de evolução e, se for o caso, encontrar as causas desse crescimento ou decréscimo fora do padrão.

Constatou-se que houve crescimento da população urbana no município, principalmente nos distritos litorâneos, atrelado ao aumento dos domicílios permanentes e, conseqüentemente, gerando expansão da malha urbana. Este fato está vinculado também aos processos de migração promovidos pela especulação da atividade turística nos ETIs, de maneira direta ou indireta.

Um dos aspectos identificados foi a taxa de crescimento do PEA – população economicamente ativa – de Beberibe e, também, da população ocupada, com percentuais de crescimento superiores aos do Ceará. A população local atribuiu ao turismo as oportunidades

de trabalho surgidas, tanto para empregados como para empregadores. Atribui-se aos ETIs uma parcela considerável desse resultado, tanto pelo emprego da mão de obra local, como também pela movimentação turística, capaz de incrementar as atividades dos comerciantes, bugueiros, artesãos, barraqueiros e outros. Confirma-se assim, o problema com o crescimento do “turismo passante”, que pode trazer consequências negativas para o desenvolvimento do turismo local.

Os serviços de saneamento domiciliar nos distritos foram ampliados significativamente no período de estudo, embora não se possa atribuir esse crescimento tão somente ao turismo. A coleta de lixo foi beneficiada pelo programa Praia Limpa, e também, pelos ETIs que participam efetivamente da limpeza das praias e da coleta de lixo; alguns, inclusive efetuam a seleção dos resíduos e cuidam do destino final. Há de se ressaltar ainda, a constatação da ineficiência do serviço público de coleta no local.

A infraestrutura criada para dinamizar a atividade turística relacionada aos ETIs foi basicamente representada pela implementação da estrutura viária, no que se refere à Rodovia Estruturante, ou seja, a duplicação da CE-040 e a construção ou manutenção das estradas vicinais ligadas a esta rodovia, conforme Mapa 4.4 anterior. O reflexo destas ações é inegável, tanto pelo estímulo às atividades turísticas em virtude da melhoria dos acessos aos distritos e localidades turísticas, como também para a população local, em seus deslocamentos diários de trabalho e lazer.

Os indicadores socioeconômicos suscitaram reflexões diversas sobre o desenvolvimento local, especialmente no que tange à educação e à renda *per capita* da população.

Um fato interessante verificado foi que não houve aumento significativo de alunos nas escolas, mas houve maior qualificação desses alunos, pois as séries mais avançadas passaram a contar com maior número de alunos que as anteriores. Existe, por parte dos gestores dos ETIs, a preocupação em qualificar os funcionários, por vezes patrocinando mesmo a capacitação. Ao mesmo tempo, o município também contribui, implantando estabelecimentos de ensino com formação em nível técnico e superior, principalmente para as atividades ligadas ao turismo. O resultado apresentado na área de educação apontou, portanto, para a qualificação da oferta de mão de obra local.

Os indicadores na área de saúde não se revelaram consubstanciados com a atividade turística, pois os serviços cresceram independentes e desvinculados do turismo.

Verificou-se nos índices IDS, IDH e IDM, a ascendência de Beberibe na posição do *ranking*, com relação aos municípios do Ceará. Desta forma, como esses índices mensuram o desenvolvimento social, humano e municipal, mediante a avaliação da saúde, renda, educação, habitação e infraestrutura do local, pode-se concluir, de maneira geral, que houve uma melhoria nos aspectos socioeconômicos de Beberibe.

Outro reflexo econômico no município refere-se ao crescimento do PIB – Produto Interno Bruto – e da arrecadação tributária municipal, sobretudo ao ISQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, que apresentou resultados significativos e vinculados principalmente ao desempenho da atividade turística, especialmente da rede hoteleira, conforme dados apresentados na Tabela 4.15. Entretanto, apesar do aumento expressivo do PIB *per capita*, a condição de renda da população local ainda é consideravelmente defasada relativamente ao Ceará e ao Brasil, demonstrando que, mesmo com o crescimento significativo de todos esses indicadores socioeconômicos, o município ainda precisa alcançar maior desenvolvimento para elevar a condição socioeconômica da população local.

Considera-se assim, com base nos resultados encontrados, a hipótese confirmada, uma vez que ficou constatada uma real contribuição da atividade turística para o desenvolvimento urbano e socioeconômico no município de Beberibe, mediante a implantação de Empreendimentos Turísticos Imobiliários – ETI.

Reforça-se o fato de a atividade turística ser uma contribuição para o desenvolvimento de Beberibe, e não se constituir em um fator único e decisivo. O turismo foi, de fato, importante como uma atividade que contribuiu positivamente para o município, promovendo a construção dos ETIs, que trouxeram benefícios e retorno para a população local. Ressalte-se ainda, não ter se identificado outro fato novo capaz de gerar empregos, ou, de movimentar a economia de Beberibe, além da atividade turística mediante todas as atividades e serviços envolvidos na cadeia produtiva do turismo.

Estes empreendimentos, em sua maioria, não atenderam à legislação urbana atual, no que se refere às suas características de implantação; entretanto, mantêm uma relação social e econômica satisfatória com a população local. Porém, os gestores municipais admitem que, para os próximos empreendimentos, novos ou em processo para submissão de análise dos projetos de arquitetura, a legislação deverá ser contemplada, como também deverão ser negociadas contrapartidas para a localidade, no que se refere aos aspectos urbanos, sociais e econômicos.

Todavia, é necessário registrar que a atividade turística, como qualquer outra atividade capitalista, não resolve por si só as questões do desenvolvimento, nem da distribuição de riquezas de uma região. É importante compreender a capacidade do turismo em promover oportunidades de crescimento de um local mas, para tanto, é necessária a presença do Estado na gestão dos interesses da população, a defesa e a preservação dos patrimônios naturais, o cuidado com a cultura local, dentre outros. Enfim, todo esse contexto deve propiciar, em conjunto, uma transformação positiva na condição de vida da população local.

Este trabalho não se encerra aqui. Propõe-se a revelar caminhos àqueles que pretendem compreender essa complexidade da relação entre a atividade turística, os empreendimentos turísticos imobiliários e a população local. O turismo é uma atividade dinamizadora da economia de um local e pertence a uma cadeia produtiva complexa. Considero importante desmistificar o turismo como a “solução do desenvolvimento – a redenção de um lugar” ou como a “maledicência para um lugar – a desgraça para um povo”. Enfim, proponho entender o turismo não como um fenômeno isolado, mas como uma oportunidade profissional, de trabalho, de renda, de valorização da cultura e da natureza, privilegiando o desenvolvimento local e respeitando a escala humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. **O IDS – Índice de Desenvolvimento Social – 1970-2007: Uma ferramenta de Análise da Evolução Social do Brasil e suas Regiões e Estados.** XX Fórum Nacional. INAE – Instituto Nacional de Altos estudos. Rio de Janeiro, 2008.
- AULICINO, Madalena Pedroso. **Turismo e Desenvolvimento Regional: Um ensaio de operacionalização no Estado de São Paulo.** Tese de Doutorado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- ANDRADE, J. Vicente. **Turismo – Fundamentos e Dimensões.** São Paulo: Editora Ática, 1992.
- ARAÚJO, Cristina Pereira de. **Porto (in) Seguro: a perda do paraíso. Os reflexos do turismo na sua paisagem.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- _____. **Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários.** Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- ANGELI, Margarita N. Barreto. **Planejamento e organização em turismo.** Campinas, SP: Papyrus, 1991.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **A economia como ela é.** São Paulo: Editora Boitempo, 2000.
- BECKER, Bertha K. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil.** Caderno Virtual de Turismo. Vol.1, No. 1. Rio de Janeiro, 2001.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR: dimensões e olhares em parceria.** Fortaleza: Edições UFC, 1998.
- _____. **Práticas e Territorialidade turísticas e planejamento governamental do turismo no Ceará.** Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- BENI, Mário Carlos. **Globalização do Turismo – Megatendências do setor e a realidade brasileira.** São Paulo: Aleph, 2003.
- BERNAL, Cleide. **A economia do Nordeste na fase contemporânea.** Edições UFC. 2006.
- BESSA, Luís Carlos de Castro. **O Beberibe passado a limpo.** [S.l.:s.n.], 2003.
- BEZERRA, José Max Araújo. **Turismo uma abordagem econômica do setor com ênfase para a região Nordeste.** Tese de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1996.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Sol e Praia: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e

Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

Brasil. Sudene. **Agregados Econômicos Regionais: Produto Interno Bruto. Formação de Capital. Consumo do Governo. Nordeste do Brasil, 1965 – 95.** Recife: Sudene, DPO, 1996, tabela 25, p. 181

CAMPOS, Alberto Alves (Coord) et al. **A Zona Costeira do Ceará: Diagnóstico para a Gestão Integrada.** Fortaleza: Aquasis, 2003.

CARVALHO, Maria Betania Matos de. **Mutações na Paisagem do Litoral Paraibano.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

CASIMIRO FILHO, Francisco. **Contribuições do Turismo à Economia Brasileiro.** Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

CASTRO, José Liberal de. **Fatores de localização e expansão da cidade de Fortaleza.** Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1977.

CEARÁ. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Ceará – Zona Costeira.** Superintendência Estadual do Meio Ambiente; Instituto de Ciências do Mar *et.al.* Fortaleza: SEMACE, 2006.

COLAÇO, Soraia. **Beberibe: a História de um Povo.** Fortaleza: Omni, 2008.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do Local ao Global: O turismo litorâneo cearense.** Campinas: Ed. Papyrus, 1998.

_____. **O turismo nos discursos e nas políticas.** São Paulo: Annablume, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial.** 3ª. Ed. São Paulo: Ática, 1990.

CRUZ. Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil.** Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

_____. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Geografia do Turismo.** São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, Eustógio W. C. (Org.). **Ceará um novo olhar geográfico.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

DEÁK, CSBA. **O Mercado e o Estado na organização espacial da produção.** Espaço & Debates. São Paulo, n.28, p.18-31, 1989.

_____. **Acumulação entravada no Brasil/ e a crise dos anos 80.** Espaço & Debates. São Paulo, n.32, p. 32-46, 1991.

DEÁK, CSBA & SCHIFFER, Sueli Ramo. **O processo de Urbanização do Brasil**. São Paulo. EDUSP, 2004

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Dinâmicas urbanas recentes da área metropolitana de Fortaleza. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ESMERALDO, Luiz Régis Azevedo. **Jangadeiros e Pescadores: o dilema do turismo em Canoa Quebrada, Aracati - Ceará**. Fortaleza: SENAC. CE/ SEBRAE.CE, 2002.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

FREITAS, Carlos Geraldo Luz de. **Planos Diretores Municipais: integração regional estratégica – roteiro metodológico**. Porto Alegre: Antac, 2007.

FREITAS, Eduardo. **IDH Brasileiro: Mortalidade Infantil no Brasil**. Set/2008, www.brasilecola.com.brasil. Acesso maio/2012.

FUSTER, Luiz Fernandez. **Teoria y Técnica del Turismo**. Madri: Nacional, 1974.

GIRÃO. Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1979

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censos Demográficos**, www.ibge.gov.br/home/. Acesso em 2012.

_____. **Observações sobre a Evolução da mortalidade no Brasil: o passado, o presente e perspectivas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPECE (Instituto de Pesquisas e Estudos do Ceará). **Análise dos Indicadores Sociais do Ceará – 2005**. Fortaleza: IPECE, 2006.

_____. **Resultados do Índice de Desenvolvimento Social – IDS: Análise para os Municípios Cearenses no período entre 2006-2009**. Fortaleza: IPECE, informe nº9, maio/2011. www.ipece.ce.gov.br/publicacoes. Acesso em março/2012.

_____. **Síntese dos Principais Indicadores Econômicos do Ceará 2000-2012**. Fortaleza: IPECE, maio/2011. www.ipece.ce.gov.br/publicacoes. Acesso em março/2012.

_____. **Anuário Estatístico do Ceará - Edições 2002/2003; 2008; 2010; 2011**. IPECE, <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/Index.htm>. Acesso em jan-jul/2012.

_____. **Perfil Básico Municipal de Beberibe**. Edição 2002; 2004; 2005; 2010; 2011. Fortaleza: IPECE, http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/. Acesso em jan-jul/2012.

IPECE (Instituto de Pesquisas e Estudos do Ceará); SESA (Secretaria de Saúde do Ceará). **Análise da Evolução dos Indicadores Socioeconômicos das Macrorregiões de Planejamento do Estado do Ceará 2000-2010**. Fortaleza: IPECE, 2011.

LEITÃO, Cláudia. **Memória da Construção Civil no Ceará**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2004.

LIMA, Antônio Cláudio Ferreira. **A Construção do Ceará: temas de história econômica**. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

LIMA, Luiz Cruz; ROCHA, Adriana MARQUES. Os círculos de cooperação e os serviços turísticos em Fortaleza: vetores de reorganização do território. In: PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho (org). **Desenvolvimento Sustentável: desafios e discussões**. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

MACEDO, Fernando Cezar de; LIMA Jr, Francisco do Ó de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. **Dinâmica Regional, Política Econômica, Evolução do Emprego e Rede Urbana Cearense no início do século XXI**. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.

MAXIMIAMO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração da Revolução Urbana à Revolução Digital**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2002, p.353-377.

Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. **Anuário Estatístico EMBRATUR 2005**, V.32. Brasília: 2005.

_____. **Estudos da competitividade do Turismo Brasileiro**. Brasília 2006.

_____. **Estatísticas Básicas de Turismo - Brasil**. Brasília: 2010a.

_____. **Anuário Estatístico EMBRATUR 2010**, V.32. Brasília: 2010b.

_____. **Estudos da competitividade do Turismo de Beberibe**. Brasília 2010c.

_____. **Anuário Estatístico EMBRATUR 2011**, V.32. Brasília: 2011a.

_____. **Roteiros do Brasil – Programa de regionalização do Turismo**. Brasília: 2011b.

MONTENEGRO JR., Ignácio R. P. **Turismo e Urbanização: gestão de impactos no litoral de Aquiraz-CE**. Dissertação de Mestrado. Programa Regional de pós-graduação em desenvolvimento e meio ambiente – PRODEMA da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

MORAES. Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo, Annablume, 2007

MOURA, Francisco Carlos Abreu. **A economia do turismo e o seu impacto no produto interno bruto do Ceará**. Tese de Mestrado. Curso de Economia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

NASCIMENTO, Hariádna Monteiro do. **Morro Branco e seus Encantos**. Fortaleza: Editora Papéis Finos, 1996.

OMT (Organização Mundial de Turismo). World Tourism Barometer. V7, N2. Madri: 2009. In MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estatísticas e Indicadores de Turismo no Mundo - 2009**. www.dadosefatos.turismo.gov.br/estatisticaseindicadores. Acesso em abril/2012.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **Entre o Mar e o Sertão: Paisagem e Memória no Centro de Fortaleza.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

_____. **Entre o Mar e o Sertão: Paisagem e Memória no Centro de Fortaleza.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBERIBE. Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe – Lei de Uso e ocupação do Solo - LUOS. Beberibe, 2007.

_____. Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe – Lei do Sistema Viário Básico. Beberibe, 2007.

PRODETURIS. Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará. Fortaleza, 1990.

ROCHA JR., Antônio Martins da. **O Turismo Globalizado e as Transformações Urbanas do litoral de Fortaleza.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoque regionais.** São Paulo: Hucitec, 2001.

ROMCY, Cristina Maria Aleme. **Gestão Integrada: o município de Icapuí e os programas de administração da orla marítima.** Dissertação de Mestrado. Programa Regional de pós-graduação em desenvolvimento e meio ambiente – PRODEMA da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **O Planejamento do Turismo e a Proteção do Meio Ambiente.** Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

SAMPAIO, Carlos Alberio Cioce. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário.** Santa cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SARAIVA, Maria Lianeide Souto Araújo. **Faces dos novos usos do território litorâneo: Lazer e Turismo em Praia das fontes e Prainha do Canto Verde – Beberibe-CE.** Dissertação de Mestrado. Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará, 2002.

SCHIFFER, Sueli Ramos. **As políticas nacionais e as transformações do espaço paulista 1955-1980.** Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1989.

_____. **A Territorialidade Revisitada Brasil pós II PND.** Tese de Livre-Docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1992.

SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **Globalização e estrutura urbana**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004

SETUR, Secretaria do Turismo do Estado do Ceará. **O turismo uma Política Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1995-2020**. Fortaleza, 1998.

_____. **Ceará turístico: Cenários, Referenciais de Gestão e Caminhos percorridos: 2003-2006**. Fortaleza, 2006.

_____. **Referenciais da Gestão SETUR 2004 – 2007**. Fortaleza, 2007a.
www.setur.ce.gov.br/downloads/planointegrado_de_desenvolvimentoturístico_.doc. Acesso em abril/2012.

_____. **Indicadores Turísticos 1995-2006**. Fortaleza: SETUR-CE, 2007b.

_____. **Indicadores Turísticos 1995-2008**. Fortaleza: SETUR-CE, 2009a.

_____. **Evolução Recente do Turismo no Ceará – 2009**, nº17, 4º Ed. Fortaleza: SETUR-CE, 2009b.

_____. **Indicadores Turísticos 1995-2011**. Fortaleza: SETUR-CE, 2012.

SILVA, Christian Deni Rocha e Silva. **Cidade e Natureza - Mercado Imobiliário, Turismo e Desenvolvimento Urbano em Ilhabela**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. Tese de Doutorado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

SOUZA, Antônio (Barão) Manuel de *et al.* **Cascavel 300 anos**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1994.

SOUZA, Maria Salete de. Ceará: Bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In SILVA, José B. da; CAVALCANTE, Tércia C. & DANTAS, Eustógio W. C. (Org.). **Ceará um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

SOUZA, Simone (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. **A formação de pólos turísticos: O caso do centro turístico Guadalupe (Pernambuco)**. Tese de Mestrado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

TEIXEIRA, Maria do Socorro Gondim. **Investimento no Turismo do Ceará – Uma análise dos impactos sobre produto, renda e emprego**. Tese de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

TRIGO, Luis G. Godói. **A sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

VILAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SITES PESQUISADOS

ABH – Associação Brasileira de Hotéis. Acessado em julho/2011.
<http://www.abih.com.br/abih-site/index.php/page/roll>.

Cartilha Município Verde. Acessado em março/2012. <http://ww.compam.ce.gov.br>.

DATASUS (Departamento de informática do Sistema único de Saúde do Brasil. Acessado em abril/2012. <http://www.datasus.gov.br/indicadordesaude/cadernosdeinformacaodasaude>

Governo do Estado do Ceará. Acessado em 2011/2012. <http://www.ceara.gov.br/>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em 2012.

<http://ww.ibge.gov.br/home/>.

<http://ww.brasilhoje.cempec.org.br>. Acesso em 2010,

IPECE – Instituto de Pesquisas e Estudos do Ceará.

<http://www.ipece.gov.br>

_____. Ceará em Mapas, 2007. Acessado em maio/2012.

<http://www.ipece.gov.br/atlas/capitulo1>

Ministério do Turismo – Estatísticas Básicas de Turismo. Acessado em jun/2011-2012.

http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatzsticas_Bxsicas_do_Turismo_-_Brasil_2004_a_2009.pdf.

Ministério do Turismo – Estatísticas e Indicadores de Turismo no mundo 2009. Acessado de jun/2011 a maio/2012.

http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_indicadores_turismo_mundial/ .

OMS – Organização Mundial de Saúde. Acessado em abril/2011.

<http://ww.opas.org.br/sistema/fatos/leitons.pdf>:

Prefeitura Municipal de Beberibe. Acesso em 2011 e 2012. <http://www.beberibe.ce.gov.br/>

SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente. Acessado em nov/2009.

<http://www.semace.ce.gov.br/servicos/>

SETUR – Secretaria do Turismo do Estado do Ceará.

[www.setur.ce.gov.br/downloads/planointegrado_de_desenvolvimentoturístico .doc](http://www.setur.ce.gov.br/downloads/planointegrado_de_desenvolvimentoturístico.doc).

ENTREVISTAS REALIZADAS

ALENCAR, Angela. Gerente do Empreendimento Ocas do Índio, Tabuba do Morro Branco.

AMORIM, Ofélia. Banco do Nordeste, Fortaleza.

ARARIPE, Eurico. Administrador do Empreendimento Pajuru Praia Hotel, Parajuru.

BARROS, Francisco José Leite. SETUR – Ceará, Fortaleza.

BATALHA, Luisiário. Proprietário da Barraca Areias Coloridas em Morro Branco.

BESSA, Ingrid. Secretária de Turismo e Cultura de Beberibe – SETUR, Fortaleza.

CARDOSO, Eduardo Ney. Engenheiro da Secretaria de Infraestrutura do Ceará.

CIRILO, João Paulo. Técnico da SEDUC, Beberibe.

DENISE. Gerente do Empreendimento Bouganville Hotel, Praia das Fontes.

FRANKLIM. Gerente do Empreendimento Coliseum Hotel, Praia das Fontes.

GAMA, Elton. CDL, Beberibe.

GAMA, Liana. SETUR, Beberibe.

GONÇALVES, Amália. SESA, Beberibe.

MONTEIRO, Renata. SETUR, Beberibe.

MOURA, Rosaly. SETUR – Ceará, Fortaleza.

NOGUEIRA, Carlos Alberto Rios. Secretário da SEPLAN, Beberibe.

NORÕES, Cláudia. SETUR – Ceará, Fortaleza.

QUEIROZ, Marcly. SESA, Beberibe.

RIBEIRO, Alysson de. Técnico da SEPLAN, Beberibe.

ROCHA, Hebert. Secretário da SEMACE, Fortaleza.

RODRIGUES, Temilson. Técnico da SEPLAN, Beberibe.

SANTOS, Dimas Ribeiro dos. Administrador dos Empreendimentos Park das Fontes, Oásis Atlântico e Coliseum Hotel, Praia das Fontes.

SILVA, Lucineide de Abreu. Historiadora da Biblioteca Municipal de Beberibe.

SILVA, Maria Izelda da. SETUR – Ceará, Fortaleza.

SILVANO, Eduardo. SEFIN, Beberibe.

SÁ, Ana Paula de Souza. Funcionária do Empreendimento Paraíso do Sol Hotel Escola, Parajuru.

TEIXEIRA, Olga Barbosa. Coordenadora do PRODETUR-CE. SETUR – Ceará, Fortaleza.

THÉ, Bruno. Técnico da SEPLAN, Beberibe.

VÉRITAS. Proprietária do Empreendimento Hotel das Falésias, Praia das Fontes.

VIDAL, Sérgio. Técnico da SEPLAN, Beberibe.